



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

RAFAEL JUNIOR MOTTER

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS MODALIDADES DE REASSENTAMENTO
DA UHE MACHADINHO-RS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENTENDIMENTO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

SÃO PAULO

2017

RAFAEL JUNIOR MOTTER

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS MODALIDADES DE REASSENTAMENTO
DA UHE MACHADINHO-RS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENTENDIMENTO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente Sustentabilidade e Território”.
Orientador: Nelson Rodrigo Pedon.

SÃO PAULO

2017

Motter, Rafael Junior.

M922 Uma análise comparativa das modalidades de reassentamento da UHE Machadinho-RS : uma contribuição para o entendimento das políticas públicas de desenvolvimento territorial / Rafael Junior Motter. – São Paulo, 2017.

181 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Nelson Rodrigo Pedon.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Usina Hidrelétrica Machadinho Energética. 4. Machadinho, Barragem de (RS e SC). 5. Movimento dos Atingidos por Barragens. 6. Propriedade territorial – Legislação. 7. Assentamentos rurais. I. Título.

CDD 301.35098165

RAFAEL JUNIOR MOTTER

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS MODALIDADES DE REASSENTAMENTO
DA UHE MACHADINHO-RS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENTENDIMENTO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente Sustentabilidade e Território”.
Orientador: Nelson Rodrigo Pedon.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Rodrigo Pedon (Instituto Federal de São Paulo)

Profa. Dra. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha (Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM)

Prof. Dr. Márcio Freitas (Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS)

São Paulo, 21 de junho de 2017.

Dedico esta pesquisa:

A minha família pelo apoio, paciência e carinho.

Ao meu falecido pai, Ari Motter, por me ensinar a “olhar o mundo” de forma crítica;

Ao meu avô Inácio, um contador de histórias, que despertou em mim o fascínio pelo Rio Uruguai mesmo antes de conhecê-lo.

Ao meu professor das séries iniciais, Mauri Luiz Carioletti, que para mim foi o melhor educador do mundo.

Dedico também esta pesquisa a todos e todas que lutam por justiça social.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Nelson Rogrigo Pedon, um grande camarada, mas, em especial, pela sua família, que me acolheu e sofreu com sua ausência ao acompanhar minha pesquisa.

Ao Gilvani José Richit, Edson Bitencourt, Arnaldo Pollo, João Stock e Yara de Freitas, pelo apoio e colaboração.

A minha irmã Neisa e a seu esposo, Maximino, pela força.

Ao MAB, pela confiança em depositar em mim esta pesquisa.

A Escola Nacional Florestan Fernandes, pela acolhida.

Ao Projeto nº 405935/2012-9 - Desenvolvimento territorial e educação do campo em Territórios da Cidadania e assentamentos de reforma agrária nas cinco macrorregiões, da chamada CNPq/MDA/-INCRA nº 26/2012, que ofereceu as condições objetivas para a realização desta pesquisa.

E, por fim, aos meus colegas de turma de mestrado e professores.

RESUMO

Esta pesquisa problematiza sobre a necessidade de políticas públicas para regular a relação promovida pelas forças produtivas do capital sobre comunidades atingidas por barragens no Brasil. Neste contexto, o setor elétrico está entre os que mais têm promovido e intensificado a desterritorialização de milhares de pessoas, que, na falta de um marco legal para as questões sociais, relega aos empreendedores o poder de decisão sobre a *condição de atingido*. No centro desta discussão está a reterritorialização das populações ribeirinhas que pretendem permanecer no meio rural, fator de conflito entre atingidos e as empresas representantes do setor elétrico. Neste sentido, foi realizado um estudo comparativo entre duas modalidades de reassentamento para comunidades rurais atingidas por barragens, a fim de avaliar suas mitigações socioterritoriais e apontar qual delas apresenta melhores condições para garantir a qualidade de vida e a reprodução social das famílias reassentadas: a *Carta de Crédito (CC)*, favorita do setor elétrico; e o *Reassentamento Rural Coletivo (RRC)*, reivindicado pelas comunidades ribeirinhas organizadas através do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A argumentação foi composta a partir de levantamento bibliográfico, documental, entrevista com informantes-chaves e através de Pesquisa de Campo em famílias atingidas e reassentadas pela Usina Hidrelétrica (UHE) Machadinho. As evidências da pesquisa demonstraram que a modalidade do RRC apresentou aspectos mais positivos em relação a CC quanto a concepção de reterritorialização utilizada para a pesquisa, bem como a necessidade de que a institucionalização de um marco legal assegure formas amplas e objetivas de participação popular nos processos de remanejamento.

Palavras-chave: Atingidos por barragens. Políticas públicas. Território. Reassentamentos. Desterritorialização.

ABSTRACT

This research studies the necessity of public policies to regulate the relation promoted by the productive forces of the capital over communities affected by dams in Brazil. The electric sector is one of the sectors which has most promoted and intensified the eviction of thousands of people. The lack of a legal framework for social issues, relegates to companies the decision power over the conditions of those affected by the construction of dams. One of the main question in this discussion is the desterritorialization of riverine populations, which wishes to continue living at the rural territory, issue of conflict between representatives of the electric sector and people affected by dams. Within this context, this research studied and compared two modalities of resettlement for rural communities affected by dams, with the objective to evaluate social-territory mitigations and point to which of these modalities offers better conditions to guarantee better life-quality and social reproduction for the families: Letter of credence, which is the most preferred modality by the electric sector; and Collective Rural Resettlement, which is demanded by the riverine communities organized within the Movement of People Affected by Dams (MAB). The research has been made through bibliographical investigation, study of documents, interview with key persons and field research with families affected by the hydro-power dam Machadinho. The evidences of this research have come to the conclusion that the compensation modality of Collective Rural Resettlement presents more positive aspects compared to the compensation through credence letter when it regards to the concept of re-territorialization used within this research, it also points out to the need of institutionalization of a legal framework that secures to a broad and objective forms of popular participation within the process of relocation of the families.

Keywords: People affected by dams. Public Policies. Territory, Resettlements and De-territorialization.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Organograma da Pesquisa de Campo. | 23 |
| Figura 2 - Mapa de localização dos municípios onde foi realizada a Pesquisa de Campo. ... | 24 |
| Figura 3 - Perfil esquemático de usina hidrelétrica. | 64 |
| Figura 4 - Localização das usinas hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai - acima de 30 MW. | 67 |
| Figura 5 - Localização da Bacia do Rio Uruguai – relevo (lado brasileiro)..... | 69 |
| Figura 6 - Gráfico ilustrativo da situação dos empreendimentos hidrelétricos na calha principal da Bacia do Rio Uruguai. | 81 |
| Figura 7 - Municípios com áreas atingidas pela UJE Machadinho. | 102 |
| Figura 8 - Vista aérea da Usina Hidrelétrica de Machadinho..... | 103 |
| Figura 9 - Atingidos pela Barragem de Machadinho em mobilização, 1997. | 106 |
| Figura 10 - Estruturas comunitárias do RRC Primeira Conquista - Barracão/RS..... | 121 |
| Figura 11 - Modelo de habitação de um RRC. | 128 |
| Figura 12 - Exemplo de condição de moradia anterior ao remanejamento por RRC: família A. | 129 |
| Figura 13 - Exemplo de condição de moradia posterior ao remanejamento por RRC: família A. | 129 |
| Figura 14 - Exemplo de condição de moradia anterior ao remanejamento por CC: família B | 130 |
| Figura 15 - Exemplo de condição de moradia posterior ao remanejamento por CC: família B | 130 |
| Figura 16 - Sede de uma propriedade no RRC Primeira Conquista, 2016 - Barracão/RS. | 138 |
| Figura 17 - Exemplo de um PAIS..... | 143 |
| Figura 18 - Curso sobre compostagem orgânica para reassentados. | 144 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 - Consumo de eletricidade por setor econômico em 2015. | 41 |
| Gráfico 2 - Participação empresarial nas cinco maiores UHEs da Bacia do Rio Uruguai, 2016. | 82 |
| Gráfico 3 - Faturamento anual das sete hidrelétricas em relação aos recursos provenientes pelos governos aos 50 municípios atingidos, 2009. | 83 |
| Gráfico 4 - Composição atual do Consórcio Machadinho, 2016. | 109 |
| Gráfico 5 - Momento do reconhecimento como atingido por barragem. | 126 |
| Gráfico 6 - Condição da moraria. | 127 |
| Gráfico 7 - Reconhecimento como atingido por barragem. | 132 |
| Gráfico 8 - Índice de satisfação com a empresa. | 134 |
| Gráfico 9 - Conjunto de direitos obtidos por modalidade: CC/RRC. | 137 |
| Gráfico 10 - Média proporcional comparativa de direitos obtidos por modalidade de reassentamento: CC/RRC. | 138 |
| Gráfico 11 - Grau de interação sociopolítica modalidade CC: anterior ao remanejamento (A.R) e posterior ao Remanejamento (P.R). | 140 |
| Gráfico 12 - Grau de interação sociopolítica modalidade RRC: anterior ao remanejamento (A.R) e posterior ao Remanejamento (P.R). | 140 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1- Usinas em operação na Bacia do Rio Uruguai (acima de 30 MW). | 68 |
| Tabela 2- Estrutura Institucional dos Direitos dos Atingidos. | 118 |
| Tabela 3- Quantidade de famílias reassentadas por modalidade. | 120 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|---|
| ABDIB | Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base |
| ABRASCO | Associação Brasileira de Saúde Coletiva |
| ANA | Agência Nacional das Águas |
| ANEEL | Agência Nacional de Energia Elétrica |
| APP | Área de Preservação Permanente |
| ARE | Reassentamento em Áreas Remanescentes |
| BM | Banco Mundial |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| Canambra | Canambra Engineering Consultant Limited |
| CBA | Companhia Brasileira de Alumínio |
| CC | Carta de Crédito |
| CDDPH | Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana |
| CEDAC | Centro de Ação Comunitária |
| CEE | Companhia Estadual de Energia Elétrica |
| Celesc | Centrais Elétricas de Santa Catarina |
| CINI | Conselho Indigenista Missionário |
| CMB | Comissão Mundial de Barragens |
| CNPE | Conselho Nacional de Política Energética |
| CONAMA | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| Copel | Companhia Paranaense de Energia |
| CPT | Coordenação Pastoral da Terra |
| CRAB | Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens |
| CSN | Companhia Siderúrgica Nacional |
| DMAEE | Departamento de Águas e Energia Elétrica |
| DME | Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas |
| DNAEE | Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica |
| EIA | Estudo de Impacto Ambiental |
| ELETROBRÁS | Centrais Elétricas do Brasil S.A. |
| ELETROSUL | Centrais Elétricas do Sul Brasil S.A. |

| | |
|---------|--|
| ENERSUL | Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul |
| EPE | Empresa de Pesquisa Energética |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FBB | Fundação Banco do Brasil |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| Gerasul | Centrais Geradoras do Sul do Brasil |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| II PND | II Plano Nacional de Desenvolvimento |
| IIRSA | Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| IPPRI | Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais |
| kW | Quilowatts |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| Maesa | Machadinho Energética S.A. |
| MME | Ministério de Minas e Energia |
| MP | Ministério Público |
| MPF | Ministério Público Federal |
| MPT | Ministério Público do Trabalho |
| MST | Movimento dos Sem-Terra |
| MW | Megawatts |
| NYSE | Bolsa de Valores de Nova York |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OXFAM | Oxford Committee for Famine Relief |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PAC | Programa de Aceleração ao Crescimento |
| PAIS | Produção Agroecológica Integrada e Sustentável |
| PBA | Programa Básico Ambiental |
| PCH | Pequenas Centrais Elétricas |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| Planop | Programa de Desenvolvimento Energético para a Região Sul – Plano de Operação |

| | |
|------------|---|
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PND | Programa Nacional de Desestatização |
| POCE | Plataforma Operária e Camponesa para Energia |
| PRONAF | Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRR | Pequeno Reassentamento Rural |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| RGE | Rio Grande Energia |
| RIMA | Relatórios de Impacto Ambiental |
| RRC | Reassentamento Rural Coletivo |
| RS | Rio Grande do Sul |
| RU | Reassentamento Urbano |
| SAL | Superfície Agrícola Útil |
| SC | Santa Catarina |
| SDR | Secretaria do Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo |
| TerritoriA | Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe |
| UF | Unidade Federativa |
| UFPeI | Universidade Federal de Pelotas |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UHE | Usina Hidrelétrica |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” |
| UPA | Unidade Produtiva |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 16 |
| 2 | A QUESTÃO ENERGÉTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS | 30 |
| 2.1 | Apreciação conceitual..... | 30 |
| 2.1.1 | A questão energética | 30 |
| 2.1.2 | Espaço, território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização..... | 33 |
| 2.2 | O percurso do capitalismo no Brasil no século XX e o desenvolvimento do setor elétrico..... | 38 |
| 2.3 | O Consenso de Washington e a questão energética | 42 |
| 2.4 | Estado, Governos progressistas e as contradições do setor elétrico brasileiro | 48 |
| 2.5 | Políticas Públicas no seio das políticas liberalizantes: as dificuldades para implantar um Marco Legal em benefício aos atingidos por barragens | 52 |
| 3 | A INTERIORIZAÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO: A BACIA DO RIO URUGUAI, A BARRAGEM DE MACHADINHO E SUAS CONTRADIÇÕES..... | 63 |
| 3.1 | Uma definição de barragem..... | 64 |
| 3.2 A | Bacia do Rio Uruguai: aspectos gerais, exploração elétrica e caracterização demográfica | 65 |
| 3.2.1 | Aspectos gerais sobre a constituição das territorialidades campesinas na Bacia do Rio Uruguai | 73 |
| 3.2.2 | Exploração elétrica | 81 |
| 3.2.3 | Barragens: entre o discurso da inclusão e a prática da exclusão | 84 |
| 3.2.4 | Surge o MAB, um movimento socioterritorial de confronto: o poder popular à frente das usinas..... | 88 |
| 3.2.5 | O conceito de <i>atingido</i> por barragem | 92 |
| 3.2.5.1 | O que dizem as normas nacionais e convenções internacionais? | 93 |
| 3.2.5.2 | O conceito de <i>atingido</i> pelos atingidos | 98 |
| 4 | A BARRAGEM DE MACHADINHO COMO ESTUDO DE CASO..... | 101 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 4.1 | O poder por trás da usina | 108 |
| 4.2 | As modalidades de reassentamentos implementadas na Bacia do Rio Uruguai . | 110 |
| 4.2.1 | Em busca de uma base legal | 116 |
| 4.3 | Os reassentados de Machadinho: as modalidades de reassentamento e suas implicações socioterritoriais | 119 |
| 4.4 | Pesquisa de Campo e análise dos resultados | 125 |
| 4.4.1 | Perfil do público entrevistado: questionários | 125 |
| 4.4.2 | Comentários acerca da análise dos resultados da Pesquisa de Campo..... | 144 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 149 |
| | REFERÊNCIAS | 154 |
| | ANEXO A – LOCALIZAÇÃO DAS HIDRELÉTRICAS NO TERRITÓRIO NACIONAL (2008) | 165 |
| | ANEXO B – CÓPIA DA ENTREVISTA REALIZADA COM LEANDRO SCALABRIN..... | 166 |
| | ANEXO C – CÓPIA DA ENTREVISTA REALIZADA COM GILBERTO CERVINSKI..... | 170 |
| | APÊNDICE A – REGISTRO FOTOGRÁFICO | 172 |
| | APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO: ANÁLISE DOS MODELOS DE INDENIZAÇÃO EM COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS..... | 175 |

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa o leitor é convidado a se defrontar com algumas das principais contradições socioterritoriais geradas pelo setor elétrico nacional, as quais expõem as próprias contradições do Estado Brasileiro em relação à formulação de políticas públicas que atendam aos interesses das camadas sociais mais frágeis perante o avanço das forças produtivas do capital.

Sabemos que a energia elétrica se tornou um elemento indispensável para nossa sociedade contemporânea, um bem de suma importância para a indústria, comunicação e para o bem-estar de nossas vidas. Entretanto, a forma como é executada a política de sua matriz geradora produz graves impactos socioterritoriais. Sua política poderia ser diferente? Já adiantamos que este estudo não pretende responder a esta questão, mas veremos que o referido setor está entre os que mais concentram renda no país e que evitar os problemas sociais gerados, independe da privação à sociedade do acesso à energia elétrica.

O propósito deste trabalho diz respeito sobre o contexto de populações atingidas e ameaçadas por empreendimentos que necessitam da edificação de barragem, como é o caso das hidrelétricas, que acabam expropriando territórios e interferindo bruscamente na vida de milhares de pessoas. Como se trata de um tema amplo, devido às inúmeras implicações socioterritoriais que uma barragem costuma causar, conduziremos a investigação para contextualizar e justificar a necessidade de políticas públicas para os programas de remanejamento, ao qual foram delimitados a Carta de Crédito (CC) e o Reassentamento Rural Coletivo (RRC).

Por que ambas as modalidades? Seguramente porque não existe no Brasil um marco regulatório específico para remanejamentos involuntários. Além disso, ambas as modalidades são experiências concretas de reassentamentos rurais e representam a extensão do conflito socioterritorial que envolve o capital e as comunidades ribeirinhas. A CC corresponde a uma solução individual para a população atingida onde a família remanejada estabelece uma relação direta com as empresas que empreendem uma Usina Hidroelétrica (UHE). De outro modo, a modalidade do RRC é concebida como um recurso coletivo encontrado pelas populações atingidas e organizada em movimento social, sendo que em uma de suas principais razões está a tentativa equalizar forças com as empresas para garantir uma adequada política de reterritorialização. Até onde sabemos, trata-se da primeira

experiência de um projeto de reterritorialização proposto e executado por atingidos por barragem no Brasil, cuja concepção o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) reivindica para que se torne uma Política Pública.

Sendo assim, este estudo trata-se de uma pesquisa de intervenção, pois pretende subsidiar as comunidades atingidas por barragens, organizadas em movimento social, em sua histórica reivindicação pela efetivação de um marco regulatório para o contexto descrito. Para tal, foi realizada Pesquisa de Campo sobre ambas as modalidades de reassentamento: a CC e o RRC.

O lado brasileiro da Bacia do Rio Uruguai foi tomado como primeira referência para esta pesquisa, pois é onde encontramos a experiência de ambos modelos de reassentamentos, realizados entre o final do século XX e início do século XXI, que teve como fator determinante a forte resistência da população atingida, sobretudo na história de construção das UHEs de Itá e Machadinho e, logo em seguida, nas usinas de Barra Grade, Campos Novos e Foz do Chapecó. Mas, dada a dimensão da devida bacia hidrográfica, concentraremos os estudos no contexto da UHE Machadinho, onde fora realizada a Pesquisa de Campo com um grupo de famílias atingidas pela referida usina. Além dos fatores que influenciaram para a escolha desta usina, mencionados anteriormente, ainda consta o engajamento regional que tive com a população atingida por esta barragem, devido a sua proximidade com Erechim, município onde resido.

Assim, o objetivo central desta pesquisa foi realizar um estudo comparativo entre duas modalidades de reassentamentos para populações atingidas por barragens que queiram permanecer na agricultura, com vistas para contribuir no debate sobre políticas públicas de desenvolvimento territorial: a Carta de Crédito (CC), modalidade preferida pelo setor elétrico, e a modalidade de Reassentamento Rural Coletivo (RRC), reivindicada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos que orientaram a pesquisa:

- 1) Contextualizar a política de desenvolvimento do setor elétrico brasileiro e sua relação com o capital e o Estado, para compreendermos a ausência de políticas públicas específicas às questões sociais relativas aos impactos ocasionados pela construção de barragens, especialmente no que envolve processos de remanejamento dessas populações;

- 2) Mapear diferentes concepções e opiniões sobre ambas modalidades de reassentamento, CC e RRC, as quais possam contribuir com o debate sobre a elaboração de um marco legal;
- 3) Comparar a efetividade da mitigação dos impactos socioterritoriais segundo cada modelo de reassentamento (CC e RRC), bem como em relação à potencialidade que cada um deles apresenta em garantir a melhoria da qualidade de vidas das famílias remanejadas, que também perpassa por seus meios de produção, adaptação e seus territórios.

Este estudo também servirá para conhecer de forma mais aprofundada os impactos gerados pelo desenvolvimento do setor elétrico sobre as comunidades ribeirinhas e seus territórios, bem como a implicação desses impactos em relação à ausência de políticas públicas específicas.

A ausência de um marco legal, que poderia regular a relação do capital sobre comunidades e pessoas atingidas por barragens, é a problemática central que conduziu esta pesquisa. Faz-se necessário “abrir um parêntese” para lembrar que no período da realização deste estudo aconteceu um dos maiores desastres socioambientais do país, o rompimento da barragem da Samarco, ou a “Tragédia de Mariana”, como ficou conhecido o fato. Passado um ano da tragédia, os problemas sociais ainda persistem, inclusive em relação à proposta de reassentamento, conforme apontamento de relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) (ZERO HORA. 2016).

Mas, a necessidade de regulamentação de um marco legal ganha tons mais dramáticos quando procuramos compreender os reais impactos cometidos sobre as populações ribeirinhas. Em 2010, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), por intermédio de um diagnóstico realizado em algumas barragens distribuídas pelo território brasileiro, especialmente naquelas utilizadas para produção de energia elétrica, identificou 16 tipos de violações de direitos cometidos contra as populações atingidas por essas barragens. Esta informação reforçou a denúncia do MAB em relação à existência de um passivo histórico gerado pela construção de inúmeras barragens ao longo do último século no Brasil, que já deslocou, aproximadamente, um milhão de pessoas. Enquanto isso, o Estado Brasileiro, na figura do Ministério de Minas e Energia (MME), anunciou, em 2015, em um de seus documentos que expõe os planos estratégicos para o setor elétrico até 2024, que pretende viabilizar a construção de 38 UHE, as quais afetarão milhares de pessoas. Nesse plano, faz uso da propaganda sobre a mão de obra barata para atrair investidores estrangeiros (MME, 2015, p. 30).

Então nos perguntamos: se agentes do Estado se demostram despreziosos em relação

ao trabalhador assalariado, por que estariam preocupados com o bem-estar das populações ribeirinhas?

Á compreensão de diversos atores elencados nesta pesquisa, é atribuída a falta de políticas públicas específicas para regular a problemática em questão, como um condicionante que agrava os problemas sociais. E, na falta de um marco legal, o Estado atribui aos empreendedores as tarefas de cadastrar as populações atingidas e definir seus direitos, as quais executam um conceito de *atingido* excludente, criticado inclusive pela ONU e órgãos de financiamento internacionais. Enquanto isso, o Setor Elétrico, na figura do capital privado, reivindica a flexibilização da legislação socioambiental e critica os altos custos com indenizações. No entanto, as principais conquistas dos atingidos, medida através de direitos reparados, até então se deram através de intensos conflitos com os empreendedores e a interferência do Ministério Público (MP).

A violação de direitos também acontece sobre a população, que é reconhecida como atingida, na fase de aplicação de políticas de indenizações e de remanejamento. No entanto, as políticas de remanejamento, que também são definidas pelas empresas, muitas vezes são insuficientes e, ao invés de melhorar a qualidade de vida das famílias, acabam por comprometer sua reprodução social¹.

Nesta pesquisa, veremos a comparação entre dois modelos de remanejamento: as CC e os RRC. Ambos são conquistas da forte resistência das comunidades da Bacia do Rio Uruguai que foram ameaçadas e atingidas por grandes empreendimentos hidrelétricos. Um deles, com a CC, o empreendedor encarregou-se de sua aplicação, enquanto que a execução da modalidade do RRC ficou a cargo dos atingidos organizados através de movimento social. Os resultados comprovam a diferença de tratamento entre ambas modalidades, dada por meio de benefícios e/ou direitos por elas asseguradas.

Nos últimos 10 anos, o MAB conseguiu pela primeira vez de sua história canais de diálogo junto a esferas representativas do Estado, para debater a criação de um marco legal para regular o contexto em questão. Em 2010, foi obtida uma curta vitória através do modesto Decreto nº 7342, de 26 de outubro de 2010, aprovado pelo então presidente Lula, mas não sendo regulamentado pelo governo sucessor. O mesmo determinava que o cadastro socioeconômico, para identificação das populações atingida por empreendimentos hidrelétricos, fosse realizado pelo Estado e não mais pelos empreendedores. Quatro anos

¹ O conceito de *reprodução social* empregado neste trabalho, corresponde ao exposto por Silva et al (2009), no qual o ponto de partida é a noção de que uma unidade de produção é reprodutível quando fornece capital suficiente para garantir que a reprodução social dos agentes econômicos dela dependentes seja assegurada, bem como também deva assegurar a manutenção de seus instrumentos de produção.

depois foi a vez do Governo do Rio Grande do Sul (RS) aprovar o Decreto Estadual nº 51.595, de 23 de junho de 2014, que instituiu a Política de Desenvolvimento de Regiões Afetadas por Empreendimentos Hidrelétricos e a Política Estadual dos Atingidos por Empreendimentos Hidrelétricos no RS. Sua elaboração contou com a participação das comunidades atingidas e ameaçadas por barragens do Sul do Brasil organizadas através do MAB.

Sendo assim, esta pesquisa justifica-se não apenas pelas razões até aqui expostas, mas por seu potencial em instrumentalizar as comunidades atingidas por barragens e defensores de direitos humanos que lutam sistematicamente por políticas públicas para regular a problemática em questão, caracterizando-se assim como um projeto de interferência sobre sua realidade estudada.

O tema proposto nesta pesquisa trata-se de um estudo de caso que, para nós, constitui uma modalidade de pesquisa com relevância significativa no meio acadêmico e se caracteriza por focalizar uma situação específica, um fenômeno particular em seu contexto. Esse tipo de estudo possibilita a compreensão sobre o fenômeno estudado e aponta para a possibilidade de estendermos nossas considerações para outras experiências por meio de analogias e comparações.

O conjunto de procedimentos de pesquisa a ser empregado neste projeto se aproxima do que Triviños (1987) denomina por técnica de triangulação, que se caracteriza pela incorporação e combinação de diferentes metodologias (procedimentos) e fontes de coleta de dados, que podem ser qualitativos e/ou quantitativos, com o objetivo de enriquecer a compreensão sobre o fenômeno estudado, permitindo destacar as múltiplas dimensões do mesmo.

O arcabouço teórico que contextualizou a investigação corresponde à perspectiva da teoria crítica, bem como a apreciação dos fatos e resultados apresentados pela pesquisa, pois compartilhamos da opinião de Thiollent (1987, p.43) em relação à postura do pesquisador, cuja neutralidade sugerida pelo positivismo e empirismo é tendenciosa, em se tratando de uma conduta mais relacionada com poder “do que do querer do pesquisador”.

Nesse sentido, os dados e a fundamentação teórica foram obtidos por meio dos seguintes procedimentos: primeiro, por meio do levantamento bibliográfico, pesquisa acadêmica, documental, páginas virtuais, banco de dados e entrevistas com uso de questionário a duas pessoas-chave, que apresentam domínio em relação ao fenômeno

pesquisado²; e, o segundo meio, através de pesquisa a campo, no qual também se aplicou entrevistas com uso de questionário semiestruturado, direcionadas a representantes reassentados nas modalidades da CC e do RRC e informantes-chaves. Devido à pouca disponibilidade de publicações específicas sobre a temática, recorreremos à consulta da pesquisa acadêmica por meio de teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias. Classificamos como *documentos* um conjunto de diferentes materiais que, apesar de seus distintos propósitos, interagem com a temática desta pesquisa, seja pelo seu valor central bem como para a argumentação complementar. Tratam-se de relatórios técnicos, termos de acordos ou contratos, cartilhas, legislação, acordos internacionais, entre outros.

Em relação à Pesquisa de Campo, foi desenvolvida de duas formas: a primeira através do projeto de *Residência Agrária*³, cujo diagnóstico demandado pelo projeto executado durante o período do *Tempo Comunidade* interagiu com este projeto de pesquisa. De que forma? O diagnóstico para o *Residência Agrária* foi realizado no Reassentamento 25 de Julho, interior do município de Lagoa Vermelha, estado do RS, o qual demandou a observação dos aspectos centrais propostos no questionário *Análise dos modelos de indenização em comunidades atingidas por barragens* (Apêndice B), os quais são relacionados adiante, mas que condizem com a qualidade de vidas das famílias, acesso a políticas públicas e iniciativas autônomas da comunidade que promovam o desenvolvimento territorial. A abordagem no referido reassentamento não ocorreu através da aplicação de questionário a campo, mas sim através de diálogo com lideranças comunitárias e através de nossa experiência vivida junto à comunidade. Dessa forma, ele teve um valor complementar à pesquisa a campo, na qual foi aplicado o questionário *Análise dos modelos de indenização em comunidades atingidas por barragens*.

Para a Pesquisa de Campo, em que se aplicou o questionário *Análise dos modelos de indenização em comunidades atingidas por barragens*, foram formados dois grupos de famílias para cada modelo indenizatório (CC e RRC), com cinco famílias em cada grupo. Devido à dificuldade de conseguir informações junto ao Consórcio Machadinho, referente ao endereço das famílias remanejadas por CC, recorreremos para a estratégia de *informantes-chave*.

Informante-chave são pessoas que possuem algum tipo de inserção na comunidade, que

² Devido à distância, essas entrevistas foram realizadas por e-mail, constando na íntegra em anexo deste trabalho.

³ Projeto nº 405935/2012-9 - *Desenvolvimento territorial e educação do campo em Territórios da Cidadania e assentamentos de reforma agrária nas cinco macrorregiões*, modalidade ATP-A-A, da chamada CNPq/MDA/INCRA nº 26/2012, com participação entre setembro de 2014 até agosto de 2015. O presente projeto pretendia analisar o acesso das pessoas de determinada comunidade ou assentamento em políticas públicas que assegurem o desenvolvimento territorial, bem como iniciativas da própria comunidade para esse fim.

sejam capazes de representar os pontos de vista da coletividade. Para ajudar na localização das famílias reassentadas por CC contamos com a colaboração de um atingido e reassentado por CC, residente no município de Maximiliano de Almeida, no RS, identificado neste estudo pelas iniciais R.G.J. (2016). Outro informante-chave é uma liderança do MAB, no município de Machadinho, P.A.J. (2016). Quanto às famílias reassentadas no RRC Primeira Conquista, localizado no interior do município de Barracão, RS, contamos com a ajuda de uma liderança comunitária do devido reassentamento, B.E.G. (2016), que também colaborou na execução de vários RRCs da UHE Machadinho.

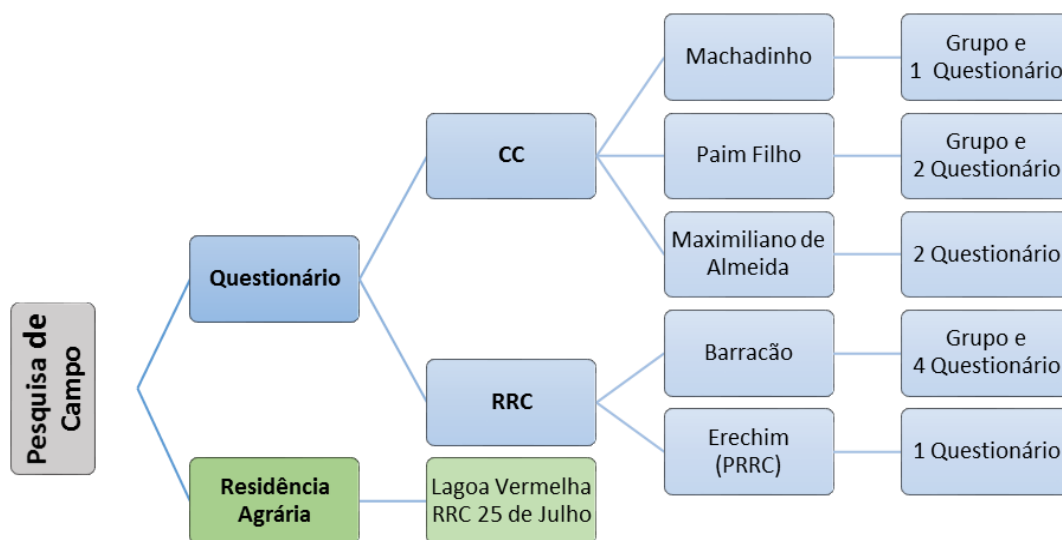
Sendo assim, o questionário foi aplicado em dois grupos de beneficiados em cada modalidade de reassentamento, CC e RRC, subdividido em duas metodologias, conforme explicação detalhada e ilustrada pelo organograma da figura 1:

- a. Individual (por família) - na qual foram aplicados 10 questionários, sendo cinco para cada tipo de modelo:
 - i. Reassentamentos coletivos: quatro famílias residentes do RRC Primeira Conquista, localizado no interior do município de Barracão, e uma família residente no Pequeno Reassentamento Rural Coletivo (PRRC) Passo da Conquista, interior do município de Erechim;
 - ii. CC: duas famílias residentes no interior do município de Maximiliano de Almeida, duas residentes no interior do município de Paim Filho e uma residente no município de Machadinho (este último, um ex-beneficiado por CC);
- b) Em grupo (reuniões) – foram realizadas três reuniões com beneficiados em ambos modelos, cada qual com representantes de três famílias, sendo: um no município de Barracão, com representantes da modalidade de RRC; outra no município de Machadinho, com representantes da modalidade de CC, sendo que dois membros do grupo são ex-beneficiados por CC; e o terceiro grupo, no município de Paim Filho, com representantes da modalidade de CC. As reuniões foram realizadas na residência de um dos membros de cada grupo, os quais também concederam entrevista para o questionário individual, compondo assim a quantidade de questionários do item anterior. É importante destacar que as reuniões não foram planejadas, simplesmente foram articuladas pelos entrevistados no decorrer das entrevistas individuais⁴. Foi utilizado o questionário *Análise dos modelos de*

⁴ Aconteceu da seguinte forma: os entrevistados, empolgados com a entrevista, convidaram seus vizinhos e/ou familiares residentes nas proximidades com a finalidade de atestarem suas declarações e trazerem mais

indenização em comunidades atingidas por barragens apenas como fator gerador/provocado de diálogo sobre as questões centrais da pesquisa. Esta experiência foi muito rica pela quantidade de informações compartilhadas e por atestar as informações obtidas através das entrevistas individuais.

Figura 1- Organograma da Pesquisa de Campo.



Elaboração nossa, com base na Pesquisa de Campo, 2016.

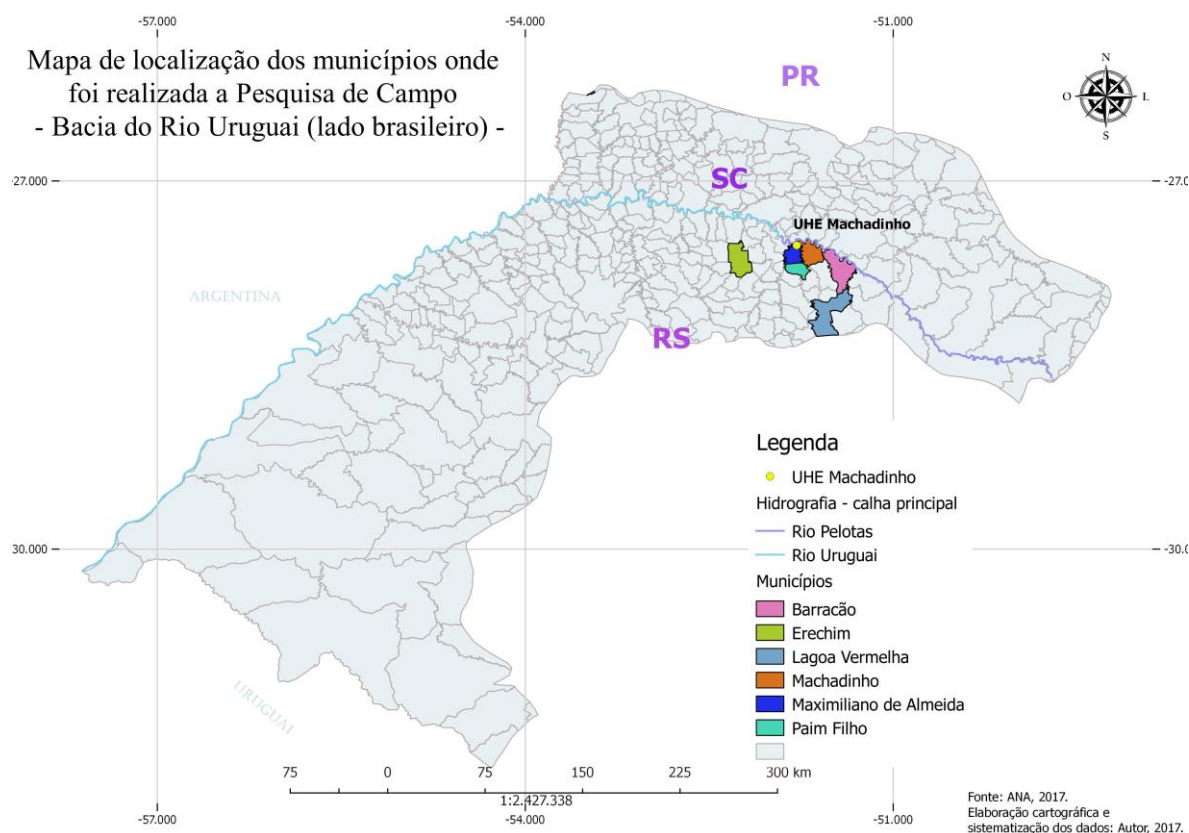
Dessa forma, os questionários foram aplicados em cinco municípios, mas se somado o relatório da *Residência Agrária*, a Pesquisa de Campo abrangeu seis municípios, sendo todos do RS (conforme ilustra o mapa da figura 2), e três reassentamentos coletivos. Aproximadamente 25 pessoas participaram da Pesquisa de Campo, envolvendo 15 famílias, sendo que 40% eram mulheres. Quatro, dos 10 questionários, foram respondidos pelo casal e o restante apenas por um membro da família. Para aqueles que participaram do questionário e das reuniões, bem como os informantes-chave aos quais foi feita referência de forma direta no texto, para garantir a preservação de suas identidades, consideramos apenas as iniciais de seus nomes. Importante salientar que, por meio das entrevistas, não procuramos identificar somente a realidade das famílias entrevistadas, mas sim, através delas buscar informações pertinentes ao contexto mais amplo, pois são conhecedoras da realidade de outras famílias que compartilham de seus contextos, como parentes, ex-vizinhos, entre outros.

Para a elaboração do questionário *Análise dos modelos de indenização em comunidades atingidas por barragens*, bem como a observação a campo que transcende o questionário, foi

considerado um conjunto de referências de ordem teórica e prática, que serviram para elencar as temáticas prioritárias e a estruturação das questões.

Em relação ao subsídio teórico, utilizamos os referenciais que orientaram e tencionam o debate sobre um marco legal para o contexto social das comunidades atingidas por barragens, que, de certa forma, são as mesmas referências que orientam o escopo desta pesquisa, elencado por órgãos internacionais e também do MAB, como movimento social representando os atingidos organizados. Referimo-nos ao documento da ONU (2011), intitulado *Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?*; o documento do Banco Mundial (2008), denominado *Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil*; e a cartilha *Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens* (MAB 2013), que expressa a opinião e a reivindicação do movimento em relação à criação de um marco regulatório ao tratamento dos atingidos por barragens, e por ser o executor da experiência dos RRCs.

Figura 2 - Mapa de localização dos municípios onde foi realizada a Pesquisa de Campo.



Fonte: ANA (2017). Elaboração: Autor 2017.

Dessa forma, para auxiliar na estruturação das questões, o subsídio teórico valeu-se para relacionar alguns elementos centrais a serem observados a campo, os quais entidades citadas

no parágrafo anterior consideram indispensáveis para garantir uma boa política de reassentamento, prevendo o máximo de mitigação dos impactos socioterritoriais e estruturar condições básicas para garantir a reprodução social das famílias. Assim, no aspecto econômico e produtivo, verificou-se: a qualidade e localização da terra e dos lotes rurais, condição da moradia da família, condição da infraestrutura física para o desenvolvimento de atividades agropecuárias básicas de acordo com as atividades já desempenhadas ou característica da região e o acompanhamento técnico rural profissionalizado. Para o aspecto cultural e social verificou-se: a proximidade do local de origem, infraestrutura comunitária, ações que visam a adaptação subjetiva e cultural e ações que visam a emancipação política dos atingidos. Todos esses elementos serão melhores explicitados no decorrer deste trabalho, sobretudo nos dois últimos capítulos.

De ordem objetiva e prática, fizemos uso dos seguintes questionários já utilizados em diagnósticos aplicados em populações atingidas por barragens: o *Survey Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos (2010-2014)* UFPel/UFRGS/UFSC, disponibilizado por Moraes (2013); e, o outro, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), encontrado em sua publicação *Metodologia para o diagnóstico social, econômico e cultural dos atingidos por barragens* (IPEA, 2014).

Com esses subsídios, elaboramos um roteiro de entrevistas semiestruturadas, pois esse modelo permite articular questões dirigidas (fechadas) e abertas, visando o levantamento de dados objetivos e subjetivos, explica Minayo (1999), permitindo assim uma maior aproximação da realidade social dos entrevistados.

Dessa forma, o questionário *Análise dos modelos de indenização em comunidades atingidas por barragens* tem em sua referência experiências já aplicadas a campo, reconhecidas pela academia, e as temáticas específicas de cada questão condizem ao que a ONU e o MAB prospectam como indispensáveis para garantir uma boa política de reterritorialização e o bem-estar dos beneficiados.

Quanto às três reuniões em grupo, contou-se com a presença de três a cinco participantes, representantes de duas a três famílias, o que proporcionou maior representação de participantes conforme planejado inicialmente, de apenas 10 famílias. As características de como foram conduzidas essas atividades, condizem ao que Godin (2002) denomina de *grupos focais*⁵. Nelas, foi adotada uma metodologia dialógica, de conversações. Através dessas

⁵ De acordo com a autora citada, trata-se de uma “[...] técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma

reuniões, conseguimos obter uma visão geral e até mais aprofundada sobre a problemática da pesquisa, servindo para confirmar muitas hipóteses coletadas individualmente com o uso do questionário, através das opiniões dos informantes-chaves bem como com aspectos tratados pela bibliografia acadêmica. A impressão foi de que as pessoas se sentiram mais à vontade para contar suas experiências e expor suas opiniões em relação à abordagem individual. Dessa forma, os pontos centrais do questionário serviram apenas como fatores geradores do debate (neste caso não se procurou preencher o questionário, apenas foi tomado nota das declarações julgadas pertinentes).

Ainda em relação à Pesquisa de Campo, com a preocupação de não abordar falsas hipóteses ou pontos de vistas restritos e distorcidos, sempre procuramos confrontar as informações individuais com as opiniões dos informantes-chaves e também com o conjunto dos entrevistados, para assim verificar a relevância das hipóteses. Outra estratégia foi de comparar as impressões e resultados coletados a campo com a bibliografia acadêmica que também se ocupou em pesquisar o contexto.

A vivência do pesquisador também fora apreciada na pesquisa, por estar regionalmente inserido no contexto pesquisado. Principalmente em relação ao tema do RRC, a Pesquisa de Campo valeu-se também da experiência adquirida pelo pesquisador junto a vários RRCs das principais barragens da Bacia do Rio Uruguai, através de 15 anos de vínculo profissional, oito deles operando o *Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)* por uma cooperativa de crédito rural, na qual oportunizava aos reassentandos o acesso ao crédito rural com recursos oficiais. O restante da experiência ocorreu por meio da coordenação de projetos sociais e de assistência técnica, direcionados à geração de renda e acesso a políticas públicas. Além disso, contamos com uma atuação ativa na militância do MAB, que permitiu acompanhar e contribuir na elaboração de um marco legal para regular o tratamento dos atingidos por barragens no Estado do Rio Grande do Sul (RS) (Decreto nº 51.595, de 23 de junho de 2014.). Trata-se aqui de uma situação na qual o pesquisador é parte do contexto pesquisado, conhecedor da realidade social das famílias pesquisadas e do fenômeno pesquisado, denominada por Minayo (1999) de *observação participante*.

Entrando no desenvolvimento do texto, iniciamos o primeiro capítulo com uma breve explanação sobre alguns conceitos centrais da geografia crítica – espaço, território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização. Trata-se de conceitos utilizados pela

posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos [...]” (GODIN, 2002, p. 02).

geografia crítica que permitem uma abordagem dialética da realidade, pois a pesquisa contextualiza de forma crítica os interesses do grande capital que controlam o setor elétrico e as consequências de suas políticas sobre as populações atingidas por seus empreendimentos. Trata-se de conflito de interesses, porém, esses interesses não podem ser compreendidos em sua singularidade, pois de um lado está o setor elétrico, expressão de uma relação social capitalista que necessita expandir seus domínios e, para isso, apropriar-se de territórios; do outro lado, estão as comunidades atingidas, com suas territorialidades socialmente (des)construídas.

Para contextualizar o objeto da pesquisa, buscamos compreender os fatores universais implicados sobre as realidades locais. Por isso, foi necessário analisar o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, o qual corresponde ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, dada ênfase ao período neoliberal, por esse implicar na mais recente regulamentação estrutural do setor promovida através do Estado. Suas contradições também serviram para levantar questionamentos sobre o papel do Estado, que carrega em suas entranhas as características do desenvolvimento capitalista brasileiro, a exemplo do patriarcalismo, o autoritarismo e o burocratismo, que sempre mantiveram as populações desamparadas de direitos sociais e as impedem de participar dos centros de decisões de políticas públicas e de projetos de desenvolvimento. Essa abordagem será necessária para compreender as razões pelas quais as comunidades atingidas por barragens ainda não dispõe de um marco legal que regule seu tratamento, mesmo com a chegada ao poder de governos considerados progressistas, ocorrido entre 2003 a 2016.

Sendo assim, para este capítulo foram utilizadas pesquisas bibliográfica e documental, analisado acordos de pactos internacionais de direitos humanos, bem como, com auxílio de questionário, buscado opinião com pessoas-chaves que têm uma vida dedicada à defesa dos direitos das comunidades atingidas. Também foram compilados dados que caracterizam o setor elétrico nacional e fundamentam a crítica realizada, informações relacionadas aos conflitos pela água no campo e dados relativos à acumulação do capital. Em algumas situações, e não de forma aprofundada, buscou-se um paralelo com o contexto latino-americano.

No segundo capítulo, adentramos no recorte espacial desta pesquisa, a Bacia do Rio Uruguai, onde se observa a objetivação das políticas do setor elétrico e as suas implicações socioterritoriais. A presente bacia hidrográfica serviu de objeto para esta pesquisa pelos seguintes motivos: pela forte resistência das comunidades atingidas por barragens, a ponto de conseguirem com que o Estado e o capital privado aplicassem um conceito de atingido de

caráter popular, antes nunca praticado na história do Brasil; o segundo ponto, diz respeito à reterritorialização dos atingidos, por esses terem pautado as experiências do RRC; e por último, trata-se da região a qual o autor dessa pesquisa reside.

Assim, nesse capítulo, foi tratado de responder as seguintes questões: como está sendo o aproveitamento energético através das UHEs e quais suas principais implicações socioterritoriais? Quem são os atingidos pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai? Quem são os empreendedores? Em um de seus tópicos foram realizadas considerações sobre o surgimento do MAB, que é o principal proponente de um marco legal para regulamentação da problemática central desta pesquisa. O protagonismo dos atingidos que se organizaram e enfrentaram os projetos das usinas da Bacia do Rio Uruguai, em especial nas UHEs Itá e Machadinho, teve ação direta na criação do MAB. Para contar sua história foi utilizada pesquisa bibliográfica, entre pesquisa acadêmica, documentos do próprio movimento, bem como a nossa experiência adquirida por mais de uma década de militância no referido movimento social. Ainda neste capítulo, apresentamos o conceito de *atingido* por barragem, com o auxílio de pesquisas acadêmicas, documentos, leis e decretos que trazem a opinião dos diferentes atores envolvidos, inclusive da ONU e do Banco Mundial (BM). O leitor também verá que algumas observações da Pesquisa de Campo já começam a aparecer neste capítulo.

O terceiro e último capítulo foi reservado para a Pesquisa de Campo e a análise de seus resultados, onde o contexto da UHE Machadinho serviu de base para este estudo. Procuramos realizar uma apresentação da usina e suas implicações socioterritoriais. É nesse capítulo que adentramos nas modalidades dos reassentamentos, que são objetos deste estudo, a CC e o RRC, no qual é retornado com o debate sobre a necessidade de um marco legal, porém, mais objetivo. Para dialogar com a Pesquisa de Campo, também foi utilizada a pesquisa acadêmica, documentos e acordos internacionais que tratam sobre o tema de remanejamentos involuntários, elencados pela ONU e por órgãos financiadores, como o BM.

Além do que fora proposto através dos objetivos, a investigação nos conduziu para uma reflexão sobre a importância do direito à correta informação, direito à associação e à participação das comunidades no que diz respeito ao planejamento de seus próprios projetos de reterritorialização, como elementos cruciais para se promover a justa reparação e planos de remanejamento que não implicam em novos problemas socioterritoriais.

Esperamos que esta pesquisa não sirva apenas para uma reflexão academicista acerca do tema, mas que também possa instrumentalizar a luta dos atingidos face aos impactos socioterritoriais sofridos pela construção de barragens.

Explicação acerca da utilização de alguns termos

No decorrer do texto será utilizado para o mesmo caso os termos *barragem*, ou *usina*, ou *usina hidroelétrica (UHE)*, mas com preferência para o primeiro. A *barragem*, como um fator tecnológico, tem a função para represar água para inúmeras utilidades, inclusive para geração de eletricidade se estiver associada a uma UHE. Mas a preferência em relação à utilização desse termo tem dois motivos: o primeiro, por ser um termo inclusivo, pois esse estudo também serve para atingidos de barragens construídas para outras finalidades, como açudes, represa de resíduos, entre outras. O segundo motivo, é justificado pela apropriação popular, com o termo já regionalizado, fato que entre o público atingido pelas UHEs em quase todo o Brasil, especialmente aquele organizado através do MAB, é o mais utilizado, compondo inclusive a identificação do nome do movimento. Mas, como o estudo de caso se passa com atingidos por barragens para fins de geração de energia, é também imprescindível utilizar o termo UHE. Através da utilização deste termo, UHE, pretende-se chamar atenção sobre as contradições geradas pelo setor elétrico nacional.

Também vale o mesmo para o termo *impacto* em relação ao termo *efeito* (este último geralmente utilizado pela academia), pois se trata de um termo apropriado pelos atingidos organizados. Assim, ao ler *impacto*, esse se refere aos efeitos socioterritoriais decorrentes da implantação das barragens e/ou UHE.

2 A QUESTÃO ENERGÉTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

*E nos sonhos que fui sonhando, as visões se clareando
As visões se clareando, até que um dia acordei
Então não pude seguir, valente em lugar tenente
E dono de gado e gente, porque gado a gente marca
Tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente
(Disparada: Geraldo Vandré; Théo Barros)*

2.1 Apreciação conceitual

2.1.1 A questão energética

A *questão energética* nacional é um tema emergente e vem se destacando na sociedade na medida em que avançam os projetos de Usinas Hidrelétricas (UHE) nas bacias hidrográficas brasileiras. Embora a *questão energética* não se limita apenas à energia hídrica, veremos que ela é uma das principais matrizes energética deste país e seu potencial tem destaque internacional.

Em todo território nacional já são 203 UHE em operação, totalizando 89.490.541 kW (61,12% do potencial elétrico nacional), e 457 Pequenas Centrais Elétricas (PCH), com 4.841.977 kW (ANEEL, 2016) - o mapa ilustrativo constante no Anexo A aponta localização e a quantidade das usinas instaladas até 2008. Isso se deve ao fato de o Brasil possuir um dos maiores potenciais hidroelétricos do mundo, conforme apontou o último inventário encomendado pela Eletrobrás em 1992, com 260 mil MW. Este valor representa 10% da potência mundial, situando as bacias hidrográficas brasileiras entre as mais eficientes do mundo para geração de energia elétrica (ANEEL, 2008).

De acordo com o *Plano Decenal de Expansão de Energia 2024*, elaborado em 2014 pelo Ministério de Minas e Energias (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a energia elétrica aparece em segundo lugar na matriz energética brasileira, com 17%. Em primeiro lugar está o petróleo e seus derivados, com uma participação relativa de 43%. Atualmente, a matriz elétrica está assim disposta: 132,8 mil MW de capacidade instalada, sendo 62% de origem hidráulica. A previsão é chegar em 2024 com 206,4 mil MW de potência instalada, um acréscimo de 73,6 mil MW, para a qual será necessário construir 38 usinas hidrelétricas (22 já contratadas e 16 em estudo de viabilidade) e 50 pequenas centrais hidrelétricas, aponta o MME e EPE (2015).

Veremos nesse estudo que o contexto exposto no parágrafo anterior trata-se de um negócio altamente rentável, o que fez e continua fazendo despertar a cobiça do capital nacional e internacional em relação à exploração deste valioso elemento: a energia. Isso faz com que os rios brasileiros não sejam apenas fontes de eletricidade, mas, por meio dela, o capital tem obtido altas taxas de lucro, seja através da exploração direta ou pela sua função em uma relação social capitalista, a qual possibilita a intensificação da mais-valia relativa. Quanto ao impacto social direto, o *Plano Decenal de Expansão de Energia 2024* prevê que aproximadamente 38 mil pessoas sejam afetadas diretamente pelas futuras hidrelétricas, MME e EPE (2015). No entanto, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) questiona esses dados usando o exemplo de Belo Monte, que sozinha já ultrapassou esta cifra (MAB, 2015).

Sendo assim, como a *questão agrária*⁶, a *questão energética* também logra de suas contradições sociais, gerando um conjunto de problemas próprios ao desenvolvimento do setor energético brasileiro. E, tratando-se do setor elétrico⁷, decorrente de sua matriz hídrica, os problemas sociais gerados ficam acentuados objetivamente nas margens dos rios onde milhares de pessoas residem, cujo perfil socioeconômico é de baixa renda. São camponeses, indígenas, ribeirinhos, entre outros grupos. A situação deste público agrava-se por não existir políticas públicas que regulam o tratamento das populações atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos, sendo então, o capital o sujeito que dita as (suas) regras.

Para os críticos, entre os quais está o MAB (2004), as empresas do setor elétrico não lucram somente com a venda e uso da energia, mas também com a redução de custos sobre os direitos das populações atingida decorrente da expropriação de seus territórios. O movimento também denuncia que após a privatização do setor elétrico brasileiro, na década de 1990, o Estado favoreceu ainda mais as condições para que se aumentassem os problemas sociais. Ou seja, são mecanismos que reduzem os custos com investimentos iniciais, auxiliando na acumulação de capital, fenômeno que Harvey (2010) denomina de acumulação por espoliação⁸.

⁶ O conceito questão agrária, segundo Girardi (2008, p.01) pode ser “[...] compreendida como o conjunto de problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo [...]”, estando precisamente mais relacionado aos problemas sociais. O conceito está relacionado ao campo de estudos da geografia crítica.

⁷ Para o escopo deste trabalho, setor elétrico refere-se toda a cadeia que engloba os processos relativos à energia elétrica, de sua geração, distribuição e uso, bem como seus processos de concepção, suporte tecnológico, políticas regulatórias, enfim, o que compreende o universo de elementos que possibilita a energia elétrica para a sociedade.

⁸ *Acumulação por espoliação* trata-se de uma releitura atualizada que Harvey (2010) faz dos conceitos marxistas de *acumulação primitiva* ou *acumulação originária*, pois, além dos usuais mecanismos relacionados por Marx utilizados para acumulação primitiva, o autor inclui mecanismos atuais que os capitalistas utilizam para realizar a espoliação de riquezas alheias, entre eles a especulação financeira, privatização de bens públicos, “mercadificação” de bens naturais, biopirataria, entre outros.

Portanto, para este estudo, compreendemos a *questão energética* para além do debate sobre suas fontes geradoras, formas de concepção, ou, como aponta Gonçalves Jr. (2007), sobre sua oferta e demanda, que atende apenas ao apelo do mercado. Agregaremos ao seu debate conceitual a função que a energia desempenha em nossa sociedade e ao conjunto de problemas intrínseco ao seu desenvolvimento. Isso tem motivado que organizações da sociedade civil, ambientalistas, pesquisadores, entre outros, exponham para a sociedade as contradições inerentes à questão energética, muitas das quais discutidas nesta pesquisa – sendo aquelas produzidas pelo setor elétrico nacional. Como referência a essa abordagem conceitual, recorreremos à opinião de Gonçalves Jr (2007, p. 138), de que “A energia é uma noção humana, histórica e socialmente produzida diante de determinadas necessidades concretas da relação social de produção que precisa aproximar-se das transformações com maior precisão [...]”. E, é na relação social capitalista, sustenta o autor, que a energia nunca antes fora tanto requerida pelo seu potencial de fortalecer e intensificar a reprodução de valor⁹.

A energia, para a indústria, segundo Gonçalves Jr. (2007), trata-se de capital constante em forma de capital fixo. Assim, de forma simplificada, a energia como tendência histórica e tecnológica na relação social capitalista, permite a intensificação da produção da mais-valia relativa, podendo encurtar o tempo de realização do valor. O aumento da lucratividade é uma consequência desse contexto, explica o autor supracitado. Entretanto, a lucratividade obtida pelas empresas do setor elétrico também ocorre por outros meios, seja pela forma de *mercadoria* através de políticas de tarifação, ou pela prática de tarifas à indústria eletrointensiva abaixo do preço de produção social médio, ou por subsídios estatais, entre outros meios, inclusive o que nos interessa, pela acumulação por espoliação. Sobre esta última, ocorre pela expropriação de territórios auxiliados pelo Estado, cooptado pelo capital privado e especulativo (incluindo a execução de políticas privatistas), contexto que é tratado neste capítulo. Harvey (2005) expõe os motivos dos movimentos executados pelo capital no espaço onde mecanismos espoliativos compõem sua tática difusora, argumentando que a acumulação do capital necessita ser geograficamente expansível, procurando reduzir seu tempo de giro, adotando para isso a estratégia de apropriação de recursos naturais e territórios que podem auxiliar na criação de oportunidades para sua expansão e sua autorreprodução.

Sendo assim, com o objetivo de buscar respostas para as contradições geradas pelo setor

⁹ *Valor*, conforme a teoria marxista, é uma propriedade social da mercadoria, ou seja, um atributo de “poder” nas relações mercantis e capitalistas. De certa forma, esse atributo “permite” a circulação da mercadoria que caracteriza as relações sociais mercantis e capitalista, na qual o capitalista a converte em dinheiro podendo assim adquirir mais meios de produção.

elétrico, a proposta deste capítulo é realizar uma análise da bibliografia que versa sobre o desenvolvimento do setor no seio do desenvolvimento da economia política brasileira, no século XX e primeiras décadas do século XXI, para compreender as possíveis implicações na formulação de políticas públicas em defesa das populações atingidas por barragens. Outra questão é compreender como o descaso com estas populações persistiu no mesmo período em que se lograram treze anos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), considerados progressistas.

2.1.2 Espaço, território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização

Espaço, território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização são conceitos que merecem uma prévia abordagem por motivos de fundamentação metodológica e fundamentação estrutural conceitual dada pelo objeto de análise desta pesquisa. Do ponto de vista da fundamentação metodológica, por se tratarem de conceitos polissêmicos, em razão de seus vários desdobramentos interpretativos, faz-se necessária uma delimitação conceitual apropriada para conduzir o processo de abstração acerca da problemática da pesquisa. Não será realizado um “tratado” sobre os respectivos conceitos, buscando explicar as diversas interpretações e suas variações ao longo da história, mas apenas, de forma objetiva, delimitar seu referencial teórico a partir da leitura da geografia crítica.

Do ponto de vista da fundamentação estrutural, é em virtude do valor central que representam tais conceitos para este estudo, pois os utilizamos para orientar a reflexão sobre o fenômeno pesquisado. A pesquisa, para atingir seu objetivo, tratará de demonstrar que os atingidos por barragens são grupos territorializados, que buscam, após a perda de seu território, a reconstrução de novos territórios, sob a expectativa de mitigar os impactos socioterritoriais sofridos.

A reconstrução das territorialidades dos atingidos são os reassentamentos, o que corresponde a um processo de reterritorialização e, por conseguinte, a construção de uma nova territorialidade. Embora nem toda forma de reassentamento represente a construção de uma nova territorialidade, fazendo com que as pessoas se integrem a territórios já constituídos.

Espaço, território e territorialidade

O debate sobre o *território* carrega em si o debate sobre o *espaço* e faz com que seja

importante apontar suas distinções para que não confunda o leitor que não possui domínio sobre ambos os conceitos atribuídos pelo movimento da geografia crítica.

O conceito *território* é um conceito polissêmico, utilizado por diversas áreas dos saberes, apontou Haesbaert (2004), classificando quatro vertentes com distintas abordagens: a política, a econômica, a naturalista e a culturalista. Sua abordagem na perspectiva da geografia crítica surge com o movimento de renovação da Geografia, na década de 1970, tendo Massino Quaini entre seus principais expoentes. Paul Claval, Bernard Kayser, David Harvey, Yves Lacoste, entre outros, e, no Brasil, Milton Santos e Claude Raffestin, são outros importantes nomes de referência para o movimento da renovação da Geografia, apresenta Saquet (2009). Assim, “O movimento introduziu uma perspectiva mais crítica na análise da espacialidade dos fenômenos sociais”, explica Chelotti (2010, p. 166). Um dos conceitos que ganhou maior ênfase foi o do território, e doravante completa:

“Dessa forma, o que passou a interessar aos geógrafos foi o espaço geográfico, entendido como aquele espaço que é utilizado pelo homem e do qual ele se apropria. O resultado dessa ação seria a produção do “espaço geográfico”. Portanto no espaço, as relações sociais se materializam e se reproduzem, gerando territórios a partir das relações de poder” (CHELOTTI, 2010, p. 167).

Mas afinal, o que é o território?

É importante esclarecer que o conceito de *território* que será utilizado neste trabalho não é no sentido de *espaço de governança*. Território, aqui é compreendido a partir do movimento da geografia crítica, como já mencionado, enquanto relação de poder, ou expressões das contradições existentes em determinado espaço. Sendo também compreendido como espaços de materialização da existência humana, salienta Fernandes (2013). Assim, veremos.

Para Raffestin (1993), território e espaço não são a mesma coisa, entretanto não podem ser separados um do outro. O território se forma a partir do espaço, local onde se projetou um trabalho, “[...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator signatário [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN (1993, p. 144).

De acordo com a compreensão de Saquet (2009, p. 88):

O território significa articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões; é produto de *tramas* que envolvem as construções (formas espaciais), as instituições, as redes multiescalares, as relações sociais e a natureza exterior ao homem; é objetivo-material e subjetivo-imaterial ao mesmo tempo.

Para Haesbert (2009, p.105), o espaço pode ser considerado como “[...] a expressão de uma dimensão da sociedade, em sentido amplo, priorizando os processos em sua coexistência/simultaneidade (*incorporando aí, obviamente, a própria transformação da natureza [...]*)”. Já o território, diz Haesbert (2004), é o resultado de uma relação desigual de forças podendo ser compreendida como uma síntese do domínio econômico, político e simbólico de determinadas porções do espaço.

[...] o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, na “dimensão”, ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas. (HAESBERT, 2009, p. 105).

Fernandes (2013) apresenta uma clara definição, esclarecendo que território pode ser entendido como uma fragmentação do espaço. Em sua concepção, diz que os movimento por qual se constrói a história, constroem o espaço e os territórios. “Ao analisar os espaços não se pode separar os sistemas, os objetos e as ações que se complementam com o movimento da vida, na qual as relações sociais produzem os espaços e estas, por sua vez, as relações sociais” (FERNANDES, 2013, p. 118). Ou seja, é também o local onde se constitui a existência humana.

As modalidades de reassentamento serão apreciadas pelos significados até então apresentados, pois suas propostas se traduzem também por serem uma forma que define a direção no espaço, arquitetadas e sugeridas por agentes antagônicos: os atingidos pelas barragens e, do outro lado, os capitalistas e o Estado representando os propositores dos projetos de barragens. Não se trata de uma relação harmoniosa e deve ser vista como algo mais do que apenas uma medida compensatória. Por isso, os reassentamentos não podem ser definidos apenas em sua forma abstrata, como um meio de mitigação socioterritorial, isto é, uma forma de compensar os prejuízos, amenizar ou remediar as perdas dadas por um processo de desterritorialização decorrente a instalação de uma barragem. Contudo, quando as forças ganham contornos de luta de classes, ocorre a disputa também pelo controle do espaço neste processo, que vai para além de um processo de simples reparação de danos, não que este seja menos importante. Como diz Fernandes (2013, p. 122), “[...] os conflitos pelo território expõem as contradições e desigualdades do sistema capitalista”.

Neste ponto adentramos no debate sobre territorialidade. Veremos que territorialidade não é território, mas compreendida enquanto ação de movimento territorial. Territorialidade

pode ser entendida como uma construção social que ocorre em determinado espaço, e, que define o território, dada partir de um conjunto de relações do sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, conforme expõe Raffestin (1993). Ela pode ser expressada pela identidade de uma comunidade, ou forjar-se na resistência pelo território, como é o caso do fenômeno desta pesquisa, onde ambos os casos se evidenciam. Em primeiro plano, do conflito que antecede a construção de uma barragem, com as territorialidades presentes no espaço face a imposição de uma territorialidade externa, na figura do capital, fazendo surgir movimentos socioterritoriais composto pelas territorialidades presentes. Estes pressupostos serão retomados no terceiro capítulo.

Em segundo plano, é o que compete a reterritorialização dos atingidos, isto é, na possibilidade de constituir nova territorialidade, o que pode dar direção ao espaço (e também a extensão do conflito). É nesse ponto que procuramos compreender por que os programas de reassentamentos não podem ser concebidos apenas em sua forma abstrata, ou seja, apenas “mudar” os sujeitos para uma nova área. Por assim dizer, conforme Souza e Pedon (2007, p. 135), “A territorialidade ao mesmo tempo em que expressa a luta pela manutenção da identidade, representa uma forma específica de ordenação territorial”.

Esta citação de Raffestin (1993, p. 14), nos ajuda a compreender o fenômeno pesquisado em relação ao conceito:

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

De um modo geral, territorialidade “[...] é, um conjunto de relações que permitem satisfazer as necessidades da comunidade ou da sociedade”, esclarece Raffestin (2009, p. 28). Por assim dizer, a territorialidade humana é uma relação, salienta o autor supracitado, não estabelecida somente com o espaço, mas com um conjunto de agentes dinâmicos, constituídos ao decorrer do tempo e do espaço. Por isso, para compreender uma territorialidade é necessário conhecer como foi construída e onde e como ela se desenvolveu.

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a "face vivida" da "face agida" do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 17).

Por fim, a análise dos conceitos desse tópico remete a delimitação acerca do debate sobre *desenvolvimento territorial* utilizada neste estudo. A nossa compreensão por *desenvolvimento territorial* utilizada nesta pesquisa, parte da categoria da soberania, aquela que confere à sociedade, um grupo signatário ou uma comunidade, uma parcela de poder sobre espaço apropriado, abrangendo as dimensões econômicas, política, culturais ou naturais. Por sua vez, foi utilizada como referência a premissa destacada por Martin e Fernandes (2004, p. 182) “[...] de que é no processo de produção do espaço geográfico que o território é formado e conquistado, apropriado e expropriado, porque o território contém o espaço e neste está contido”. Também o relacionamos com a definição de *territorialização* apresentada por Martin e Fernandes (2004, p. 180), como sendo “o processo de reprodução, recriação e multiplicação de frações do território”.

Desterritorialização e Reterritorialização

Entre as diferentes abordagens sobre as definições de desterritorialização e reterritorialização, a compreensão elaborada por Rogério Haebaert (2004) é apropriada para este estudo.

Desterritorialização, para o autor, trata-se da quebra de vínculo individual ou coletiva com seu território, em que ocorre a perda do acesso ou controle do território. Podendo ser de forma voluntária, forçada, involuntária ou violenta. Não necessariamente necessita que ocorra o afastamento físico do espaço, pode ser de acesso aos recursos e até mesmo um afastamento imaterial, uma perda simbólica, o que Haebaert (2004) denomina de desterritorialização *in situ*. Já para os casos que implica deslocamento no espaço o autor supracitado denomina de desterritorialização *ex situ*.

O processo *ex situ* é classificado Haebaert (2004) como o mais grave, por ser um fator gerador de exclusão e vulnerabilidade social. Ou seja, não contradiz a hipótese do autor em afirmar que desterritorialização se trata de um problema social e de políticas públicas, especialmente quando for involuntária. Para elucidar esse pressuposto é necessário compreender o significado do território para as pessoas, pois é nele onde as pessoas procuram garantir sua reprodução social, constituem suas representações do mundo, compõem seus laços sociais e identidade coletiva. Nas palavras de João L. J. Fernandes:

Sob o ponto de vista geográfico, a desterritorialização será então um processo (muitas vezes violento e quase sempre involuntário) de ‘privação de território’, perda de controle e domínio das territorialidades pessoais e/ou coletivas, isto é, redução evidente do acesso: aos lugares econômicos e simbólicos, aos recursos, à

habitação, a outros lugares que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo. (FERNANDES, 2008, p. 05).

Mesmo ocorrendo, a reterritorialização não significa o fim dos problemas sociais, poderão surgir problemas de adaptação, não somente por questões materiais, mas porque muitas vezes necessita-se criar um novo simbolismo para o espaço. Esse é um drama vivenciado pelas comunidades deslocadas pelas barragens, que será visto nos próximos capítulos.

Os processos de desterritorialização são provocados pelos mais variados elementos, como descreve Haebaert (2004), crises políticas, causas ambientais, crises econômicas, epidemias, envelhecimento da população, entre outros. Mas, no caso deste estudo, trata-se de projetos de desenvolvimento em vias de construção de barragens, e como será visto no desenvolvimento desta pesquisa, embora ocorra as duas formas de desterritorialização, a forma *ex situ* é a predominante. O motivo: a construção de uma barragem altera radicalmente o espaço, ocasionando uma mudança irreversível em um curto espaço de tempo, com a submersão de ecossistemas, áreas agrícolas, vilas e até cidades, provocando o deslocamento forçado das pessoas, e também privando possíveis acessos para muitas outras, chamados de atingidos indiretos.

Para Chelotti (2010, p. 168), o debate conceitual sobre a relação desses conceitos (desterritorialização e reterritorialização) ainda necessita de aprofundamento, pois nem mesmo existe uma concordância de que todo processo de desterritorialização irá preceder um processo de reterritorialização, ao qual também se debruça esta pesquisa. Por isso, a reterritorialização, nesta pesquisa, estará associada à qualidade que possuem em si os modelos de reassentamentos (CC e RRC) em permitir a construção de novas territorialidades, cujas qualidades são reivindicadas em políticas públicas por parte das comunidades atingidas por barragens organizadas em movimento social. Território não é somente o espaço das ações dos homens, mas essas ações podem produzir territorialidades, sustenta Fernandes (2013, p. 124). Da mesma forma, vale lembrar a suposição de Raffestin (1993), a qual as territorialidades também são compreendidas como relações de poder.

2.2 O percurso do capitalismo no Brasil no século XX e o desenvolvimento do setor elétrico

No decorrer da história econômica do Brasil, entre o período da colonização europeia

até a República Nova, sua base produtiva esteve integralmente alicerçada na extração e exportação de gêneros tropicais e matéria-prima, totalmente dependentes dos interesses (liberalizantes) dos fluxos do mercado externo. Uma das características dessa dependência é a incerteza comercial, ficando altamente vulnerável a crises do capital internacional, como a crise de 1929¹⁰.

A alternativa encontrada para conter a crise foi a intervenção dos Estados Nacionais na economia. No Brasil, iniciou-se uma mudança estrutural em suas bases econômicas, na tentativa de desenvolver uma matriz industrial nacional e ficar menos dependente da hegemonia agrário-exportadora (PRADO Jr., 2006, p. 288).

A estratégia adotada foi a criação de várias estatais, infraestrutura e produção de matérias-primas baratas, a fim de reduzir o custo de produção industrial. Para Gonçalves Jr. (2002), o setor elétrico brasileiro, que havia sido desenvolvido para atender aos interesses do capital internacional, serve de exemplo para compreender esse contexto. Através do Código das Águas (Decreto 24.643 de 10 de jul. de 1934), explica o autor, o Estado Nacional tirou o setor elétrico do controle das companhias estrangeiras, fazendo da energia elétrica um bem público, mas com a finalidade de ser um insumo subsidiado para auxiliar nesta que pode ser considerada a primeira estratégia em desenvolver o capital produtivo nacional.

Após a crise de 1929, o capitalismo enfrentou várias outras crises de ordem econômica, a exemplo da quebra do padrão dólar-ouro e o preço do petróleo na década de 1970. No Brasil, o drama da crise do petróleo pode ser conferido largamente no *II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)*: “Poucas vezes a sociedade industrial se encontrou diante de decisões tão graves, e mudanças tão bruscas, como as que se lhe colocam, no momento, particularmente em face a crise de energia” (BRASIL, 1974, p. 11). Carcanholo e Baruco (2011), explicam que as crises da década de 1970 eram sintomas da crise do final da década de 1960¹¹, cujas medidas globais para superá-las fizeram com que a política keynesiana nos países latino-americanos prosperasse até a década de 1980, interrompidas pelo neoliberalismo.

Entretanto, o fato do Estado Brasileiro possuir maior controle sobre a economia não significou que as relações de dependência com o capital internacional foram extintas, pois ainda era totalmente dependente de capital financeiro e tecnologia¹². Para Gonçalves Jr.

¹⁰ A exemplo, no período, o café era o principal produto de exportação, mas não resistiu ao craque da Bolsa de Nova-Iorque (PRADO Jr., 2006, p. 325).

¹¹ Refere-se a uma crise estrutural de superprodução e queda nas taxas de lucros (Ibid., p. 10).

¹² Até no ponto de vista ideológico, Froelich (2007, p. 08), sustenta que, durante o período que prosperou as políticas keynesianas, os liberais, vinculados a matriz estadunidense, sempre marcaram presença e ocuparam

(2002), uma prova deste contexto se explica pelo movimento das unidades de produção dos países centrais durante as décadas de 60/70, que foram gradativamente sendo transferidas para os países subdesenvolvidos, principalmente as indústrias eletrointensivas¹³ onde o Brasil “acolheu” muitas delas.

De acordo com o governo dos generais, tratava-se também de um desdobramento nas medidas para blindar o País da crise no devido período: “[...] procurará o País tirar proveito, inclusive para criar um fluxo importante de exportações, da oportunidade de impulsionar a industrialização de minérios com alta intensidade de energia elétrica [...]” (BRASIL, 1974, p. 24). E, doravante, complementa: “[...] aproveitando a vantagem do baixo custo e do nosso imenso potencial de energia hidráulica” (BRASIL, 1974, p. 65).

Estes fatores determinaram um novo marco para o setor elétrico brasileiro, porém, ainda no final da década de 1960, estudos realizados pela empresa de consultoria *Canambra Engineering Consultant Limited*¹⁴ revelaram as bacias hidrográficas brasileiras como sendo muito eficazes para produção de energia elétrica, entre elas as do Sul e Sudeste. Este estudo havia sido encomendado pela recém-criada Eletrobrás e teve apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial (BM). Na região Sudeste e no noroeste do Paraná foram inventariados 38 mil MW, e nas bacias do Rio Iguaçu e do Rio Uruguai, no Sul do Brasil, 8,3 mil MW e 196 locais para construção de barragens. Além disso, o presente relatório de inventariamento, concluído em 1966, propunha um programa de construções de barragens no longo prazo (CABRAL, 2008, p. 13).

Este contexto político pode também ser traduzido objetivamente pelo consumo setorial de energia elétrica nos dias atuais, conforme ilustra o Gráfico 1. Nele, pode-se observar que o setor industrial responde por 36% do consumo, sendo que destes, as indústrias eletrointensivas respondem por cerca de 40% do consumo industrial da eletricidade. O consumo atual dos demais setores está assim distribuído: residencial 29%, comercial 20% e outros setores 15% (BRASIL et al., 2015, p. 32).

Para os críticos, este processo, iniciado ainda nas décadas de 60/70, foi classificado como uma nova reorganização do capital na esfera mundial, na qual fábricas modernas foram transferidas para países “atrasados” onde antes somente extraía-se matéria-prima. Assim,

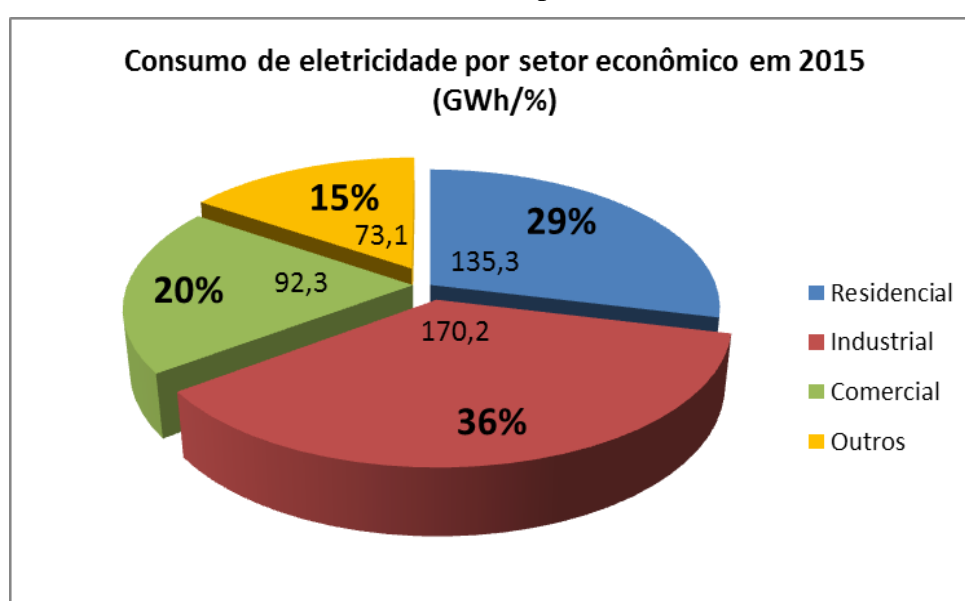
espaços na política brasileira, inclusive nos governos de Getúlio Vargas, nas figuras de “Eugênio Gudín, Roberto Campos, Octavio Gouveia de Bulhões e Mario Henrique Simonsen.”

¹³ *Indústrias Eletrointensivas* trata-se um conjunto de indústrias que consome grandes demandas de energia elétrica. Com destaque para as de alumínio, siderurgia, aço bruto, ferroligas, pelotização, celulose e papel, soda-cloro, petroquímica e cimento. (MME, EPE, 2015, p. 32).

¹⁴ Trata-se de um consórcio formado entre as empresas de engenharia canadenses *Montreal Engineering Company* e *G. E. Crippen and Associates* e a estadunidense *Gibbs and Hill* (CABRAL, 2008, p. 13).

alguns Estados, e o Brasil entre eles, receberam investimentos em grande escala sob o discurso de torná-los industrializados, mas na prática os subordinaram novamente aos interesses diretos do capital internacional (CEDAC, 1981, p. 53). Harvey (2005, p. 157-159), definiu este contexto como um “realinhamento geopolítico” no qual foi exportado para países do Terceiro Mundo o “crescimento capitalista irreprimido”. Realizado, sobretudo, pela Europa Ocidental, um dos blocos centrais do capitalismo, esta estratégia de “ajuste espacial” pretendia superar as crises internas do capital no período entre as décadas de 60/80.

Gráfico 1- Consumo de eletricidade por setor econômico em 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 (MMA; EPE, 2015).

Para Gonçalves Jr. (2002, p. 60), os benefícios desta nova lógica encontram-se no proveito tirado pela oferta de energia elétrica, matéria-prima e mão de obra barata, pela redução de problemas geopolíticos e pela redução de custo de transporte e estoque, em suma “[...] provocou uma apropriação intensa de mais-valia que beneficia indistintamente as burguesias e os Estados locais e o capital internacional”.

Outra importante fase do setor elétrico brasileiro está atrelada à estratégia de sucateamento das estruturas do Estado durante as décadas de 80/90, vinculado ao retorno das políticas liberais através do Consenso de Washington, uma nova etapa do capital resultante dos rearranjos das décadas anteriores. Uma das medidas submetidas pela nova política foram as privatizações, em que o capital internacional e privado gradualmente passou a tomar conta de quase todos os setores produtivos até então controlados pelo Estado nacional. Um exemplo disso, relata Gonçalves Jr. (2002, p. 166), é encontrado no setor elétrico, em que, devido a

dívida externa que o país acumulou, gerou um engessamento de suas atividades e, se não bastasse, as estatais foram impedidas de acessar recursos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2.3 O Consenso de Washington e a questão energética

O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas neoliberais impostas aos países da América Latina e Caribe com um objetivo aparente de promover o reajustamento econômico destes países. Formulado em 1989, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), BM e o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos da América, tinha entre suas regras básicas a liberdade de fluxo comercial e financeiro, privatizações, entre outras medidas¹⁵, que tinham como objetivo promover a prática do Estado mínimo (SAWAYA, 2006, p. 201).

Essas medidas remontaram e revigoraram a velha teoria liberal de Adam Smith e Ricardo. Suas medidas nada mais eram do que adequar as nações latino-americanas aos ditames do mercado financeiro internacional. E, de um receituário, tornaram-se regras para os países latino-americanos.

Entretanto, é necessário “abrir um parêntese” para ilustrar algumas diferenças substanciais entre neoliberalismo e o liberalismo clássico e as funções do Estado. Na teoria clássica, explicam Carcanholo e Baruco (2011), o Estado mínimo se constituiria através de um pacto entre os indivíduos para preservar os direitos naturais. O Estado somente era o guardião desse acordo, administrando os conflitos resultantes pelo descumprimento do mesmo. Já no Neoliberalismo, após a década de 1970, o Estado é o agente que vai promover a hegemonia do mercado, primeiramente em desmontar as conquistas da ordem keynesiana e promover o livre mercado, sobretudo o capital financeiro-fictício. O neoliberalismo não impõe o declínio do papel do Estado, mas sim um Estado “mínimo para o trabalho e máximo para o capital.” (CARCANHOLO E BARUCO, 2011, p. 14).

Mesmo que no II PND o Governo expressava interesse pela emergência de atores nacionais na economia, é notável no referido documento o prelúdio à abertura ao capital estrangeiro e a posição forte e fiel do Governo em promover a integração ao mercado mundializado sob os preceitos liberais, pressuposto este que, para o economista e historiador Froelich¹⁶ (2007, p. 04), não passa de “uma retórica de relativa independência”. De acordo

¹⁵ São todas elas: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatizações; desregulamentação (inclusive as leis trabalhistas); direito à propriedade intelectual.

¹⁶ Para Froelich (2007), os liberais e os ditadores conviviam muito bem, e, mais íntima ainda, era a relação destes

com o *Plano*:

Como exemplo, podem citar-se indústrias básicas que vêm sendo desenvolvida pelo capital privado, nacional e estrangeiro, como a Indústria de Construção Naval, de Bens de Capital, a Petroquímica. Deseja o governo que o mesmo aconteça, em geral, em relação aos diferentes insumos básicos. (BRASIL, 1974, p. 23).

E, doravante, justifica: “O modelo econômico de mercado, para ter viabilidade no longo prazo, pressupõe uma nítida delimitação das funções e das delimitações do setor público, para evitar o avanço da estatização.” (BRASIL, 1974, p. 32).

A década de 1990 também representou uma nova fase no processo de internacionalização do capital que, segundo Sawaya (2006), solicitava liberdade de movimento para sua reestruturação mundial, marcada pela centralização de capitais, em um forte ritmo de fusões e eliminação de capitais mais frágeis.

Como aponta Porto-Gonçalves (2006), a adoção do receituário neoliberal para o continente latino-americano resultou em uma ação de governo deliberada e contou com amplo apoio de grupos sociais internos, que deu total liberdade ao movimento de capitais produtivos e financeiros, transformando-se (as políticas liberalizantes) em estratégia nacional.

No Brasil, de acordo com Sawaya (2006), fazia parte do pacote a mínima intervenção através de políticas econômicas tradicionais, como as políticas fiscais e monetária neutras, e taxa de câmbio estável. O objetivo era manter a estabilidade macroeconômica para o investidor estrangeiro. Seria este o novo papel do Estado.

Como resultado da aplicação do receituário neoliberal no Brasil, Gonçalves Jr. (2002) explica que ocorreu uma maior perda do controle nacional sobre a economia, crescimento do grau de desnacionalização da maioria dos setores, crescimento da participação (no faturamento) das empresas de capital estrangeiro no país, além do impacto sobre a classe trabalhadora, com redução de direitos, aumento do desemprego e da miséria.

Para melhor ilustrar esse contexto, vai-se recorrer ao exemplo do setor elétrico. Até a década de 1980 o Estado era o responsável pelo setor elétrico e por toda a sua logística. Cabia ao Ministério de Minas e Energia o papel de formular políticas, ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DMAEE) de fiscalizar e supervisionar, e, a Eletrobrás o papel de executar os projetos. Com as políticas liberais, o mercado autorregulado pela oferta e procura passou a ser o gestor do setor e a energia elétrica, através da Lei 8.631 de 04/03/1993¹⁷, foi gradativamente passando para o controle do capital privado. Outro marco regulatório foi a criação de uma

últimos com os Estados Unidos.

¹⁷ A Lei também determinou o fim da equalização das tarifas, “De modo que atenda o interesse de cada empresa individualmente [...]”. (GONÇALVES Jr., 2002, p. 182).

agência reguladora autônoma para o setor, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), tirando o monopólio do Estado. Assim, aproximadamente 80% das distribuidoras e 20% das geradoras foram privatizadas. (GONÇALVES Jr., 2002).

Quase num giro de 360 graus desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Estado voltava a entregar à iniciativa privada a responsabilidade pelos negócios na área da eletricidade. O projeto de privatização do setor vinha desde a gestão Collor. Em abril de 1990, ao lado do programa de reforma da administração pública, o governo instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND), que estabelecia procedimentos para a venda de empresas estatais. (CABRAL, 2008, p. 99)

Assim, após a privatização que atingiu o setor elétrico, as consequências negativas não tardaram a surgir, deixando uma herança indesejável ao povo brasileiro para o século XXI: aumento da exploração do trabalho, redução dos postos de trabalho em mais de 50% e o reajuste das tarifas entre as mais caras do mundo. (CABRAL, 2008, p. 18). De acordo com os estudos de Cervinski (2013), a tarifa residencial chegou a ser 25% mais cara em relação a países europeus como a França, que tem sua matriz elétrica na geração nuclear, auferindo um lucro de R\$ 45,7 bilhões entre 2007 a 2012 para apenas cinco empresas: AES Eletropaulo e Tietê, Suez Tractebel, Cemig e CPFL.

Antes de dar prosseguimento ao assunto, faz-se prudente esclarecer sobre os conceitos de *privatização* e *concessão*, uma vez que o debate deste último surge no início deste século e vigora nos dias atuais com veemência. De acordo com Kliass (2012), o termo *concessão* passou a ser utilizado a partir do Governo Lula, uma narrativa política usada para encobrir o termo *privatização*, socialmente depreciado. Mesmo que seja concedido a uma empresa o direito de lograr da exploração de alguma atividade econômica, o que a iguala com a condição privada é a apropriação do capital dela gerado. Em ambos os casos, seja privado ou concedido, o agente que logra da exploração econômica é quem se apropria do lucro. O enfoque desta crítica se ampara no âmbito econômico, não no político. Sendo assim, observando pela ótica da apropriação dos lucros não se observam diferenças substanciais entre ambas as práticas. Já no âmbito político, Kliass (2012) argumenta que um contrato de concessão “[...] não implica que as empresas operando [...] obedeçam a um comportamento público ou proporcionem eficiência elevada em seu ramo de atuação”.

Retornando ao debate central, Seminotti (2008, p. 147) atesta as acusações do MAB de que os conflitos se intensificaram após a política privatista, ao passo que também foi reduzido o poder de negociação com os novos atores responsáveis pelas obras, o capital privado. Esses conflitos passaram a serem compilados pela Coordenação Pastoral da Terra (CPT),

registrando entre 2005 e 2014 aproximadamente 322 mil famílias envolvidas em conflitos pela água no campo. Somente em 2014 foram registrados 127 conflitos envolvendo 42.815 famílias, das quais 38% foram motivados por barragens e açudes (CPT, 2015).

Em 2015, dos 135 conflitos pela água no campo, 27 tiveram como motivação a construção de hidrelétricas, aponta o relatório *Conflitos no Campo: Brasil 2015*. Deste contexto, 41 pessoas sofreram intimidações, cinco sofreram ameaças de morte e três morreram em consequência dos conflitos. Consta-se, com tais dados, que não há democracia no que corresponde ao benefício do desenvolvimento dos projetos hidrelétricos e demais que necessitam de barragem. “Em vez de melhorar a qualidade de vida, de políticas públicas, as pessoas são violentadas”, aponta Fernandes (2016, p. 116), em um contexto onde “[...] Há famílias que dormem proprietárias e amanhecem sem-terra pela desapropriação”, complementa o autor.

Outra diferença entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo é de caráter filosófico. Para Carcanholo e Baruco (2011, p. 14), a concepção da teoria clássica fundamentava-se na tese dos direitos naturais, cujas premissas máximas eram a razão e a liberdade. Já no neoliberalismo, sua racionalidade repousa mais sobre um comportamento economicista, tendo o *custo-benefício* como um importante regulador do comportamento humano e social. Ou seja, trata-se dos interesses coletivos transferidos para a iniciativa privada, sob o discurso da eficiência.

Piran (2001), em um exercício de abstração, utilizando-se do conceito de *espaço* para analisar a relação do Estado com as comunidades que seriam atingidas pelas construções das UHEs de Itá e Machadinho, na Bacia do Rio Uruguai, nas décadas de 80/90, identificou esse novo comportamento descrito por Carcanholo e Baruco. Enquanto as comunidades locais encaravam o *espaço* como um local de reprodução social, o Estado o encarava de forma puramente economicista, concebendo-o como algo contabilizado no sentido de “[...] custo-benefício” (PIRAN, 2001, p. 78). O autor apenas identificou as formas de manifestação de poder no território analisado, possibilitando compreensão da essência e da dinâmica do conflito presente entre atingidos e o setor elétrico. Esse comportamento representa um significado de luta de classes, pois aprofunda a exclusão social. Valendo-se dos estudos de Pedon (2009), eles contribuem para esclarecer o contexto descrito por Piran (2001), explicando que as manifestações territoriais se dão por meio da *apropriação* e da *dominação*, e que estas marcam o desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

Os territórios apropriados são aqueles utilizados para servir as necessidades e as

possibilidades de uma coletividade. Dessa forma, os territórios apropriados possibilitariam uma “apropriação” simbólica e identitária, indo além do caráter meramente funcional desses espaços. Por outro lado, os territórios dominados são aqueles espaços meramente utilitários e funcionais, portadores de uma razão instrumental cuja principal finalidade é controlar os processos naturais e sociais por meio das técnicas, submetendo tudo ao interesse da produção (PEDON, 2009, p.168).

Sendo assim, o Consenso de Washington significou uma reformulação da estratégia de expansão e dominação do modo de produção capitalista, não apenas no Brasil, mas sobre o continente latino-americano, tecendo uma prática histórica, uma nova forma de considerar o espaço. Suas dez regras nada mais são do que estratégias de domínio do espaço que se objetivam em formas de representação territorial. Raffestin (1993), declara que produzir uma representação é uma forma de controle. Em 1998, a bacia do Rio Uruguai foi palco dessa nova ordem através de uma das ações privatistas do governo para o setor elétrico, através da privatização da UHE Itá¹⁸ que ocorreu em plena fase de construção (CONSÓRCIO ITÁ, 2015, p. 16). Tratou-se da primeira UHE privatizada na nova ordem imputada pelo Consenso de Washington.

Dessa forma, a política energética brasileira também responde a um modelo de desenvolvimento proposto para o país. Para Fernandes (2013, p. 120), quem define a política define a forma de organização do território, com isso a importância dos movimentos sociais. As reformas estruturais impostas pelo neoliberalismo sobre os países da América Latina implicaram na organização dos territórios à suas políticas de desenvolvimento, que favoreceram as grandes empresas nacionais e transnacionais, ao passo que o Estado atuava em benefício destas e muito menos aos interesses sociais.

A desterritorialização produz ainda outro efeito: o conflito. Sobre este efeito, o relatório da Oxfam (2016)¹⁹, *Defensores em Perigo*, aponta a América Latina como o território mais violento do mundo em relação a defesa de direitos humanos. O relatório também classifica o Brasil como um dos países mais violentos do mundo considerando o número de mortes de pessoas que lutam por direitos humanos. Em 2015 foram 50 assassinatos envolvendo grupos minoritários (indígenas, agricultores, entre outros gêneros) na defesa de seus direitos em

¹⁸ Situada no leito do rio Uruguai, entre os municípios de Itá - SC e Aratiba - RS, seu lago se aproxima da UHE Machadinho. Sua capacidade é de 1.450 MW, e sua principal acionista é a Tractebel, subsidiária da Suez (HÜFFNER; ENGEL, 2011).

¹⁹ A Oxfam é uma confederação de 20 organizações que atuam em 94 países pelo fim da pobreza e desigualdade. Foi criada em 1942 para discutir os impactos da Segunda Guerra Mundial e buscar soluções para o fornecimento de alimentos dos países prejudicados pelo confronto. Seu relatório tem por base dados compilados pelas ONGs Global Witness, CPT, CINI, entre outros estudos (OXFAM, 2016).

conflito com grandes corporações e o Estado, principalmente na exploração agrícola, minérios e energia elétrica.

O projeto ‘Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental’ mostra que, apenas em 2014, ocorreram 343 conflitos socioambientais no Brasil, vinculados às indústrias de mineração, geração de energia e agropecuária. As populações mais afetadas são os povos indígenas (34%), os agricultores familiares (32%) e as comunidades quilombolas (21%). (OXFAM, 2016, p. 05).

Nesse sentido, a desterritorialização de muitas comunidades camponesas foi um dos efeitos das políticas neoliberais, explica Fernandes (2013, p. 125-128). Neste contexto, o Estado tem dupla culpa, aponta a Oxfam (2016, p. 06): de cumplicidade e de ineficiência. O primeiro pela cooptação do aparelho estatal pelos grandes grupos econômicos, e, o segundo, pela dificuldade em propor políticas públicas que protejam as populações tradicionais, bem como no cumprimento de acordos internacionais que exigem que os Estados promovam políticas de proteção dessas populações e de direitos humanos, como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (proclamada em Paris, 1948) e o *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*²⁰, da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Para Leandro Scalabrin, intelectual orgânico do MAB, todas as leis editadas e instituídas nos últimos 25 anos para o devido setor trataram exclusivamente dos interesses do capital privado, sendo o Estado omissivo e negligente com os interesses sociais. Além das leis citadas anteriormente, Scalabrin cita a edição do parágrafo primeiro do artigo 176 da Constituição Federal, que permitiu a entrada de capitais estrangeiros na exploração da energia; edição da Lei das Concessões nº 8.987/95 e da lei nº 9.074/95, que criou um mercado para a energia; e, em 2014, os novos marcos regulatórios para o setor, Leis Federais nº 10.847 e nº 10.848, e posteriormente a Lei Federal nº 12.783/2013. Assim, de acordo com Scalabrin (2015b):

Todas as mudanças legais que aconteceram, abordaram exaustivamente a questão econômica e os direitos dos investidores, mas não tratou especificamente da questão social, a qual continua sendo invisibilizada, contida dentro do que se denomina “fator ambiental”, tudo isso para favorecer o acúmulo de capital.²¹

Obstante fosse mais compreensível a insensibilidade para com a questão social nos governos do regime ditatorial, em que seus referidos planos de desenvolvimento não trazem nenhuma menção ou preocupação à questão social em face da principal estratégia de

²⁰ O *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, da Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em 16 de dezembro de 1966 e ratificada no Brasil somente em 1992, pelo Decreto Presidencial nº 591, de 06 de julho de 1992 (BRASIL, 1992).

²¹ A entrevista com Leandro Scalabrin encontra-se na íntegra no Anexo B.

desenvolvimento econômico: investimento massivo na exploração de produtos primários e manufaturados. O II PND apenas faz menção à questão ambiental decorrentes das possíveis consequências dos impactos desse modelo de desenvolvimento.

Entretanto, Scalabrin (2015b) lembra que as questões sociais resultantes dos impactos de grandes projetos nem mesmo a abertura democrática deu conta de resolver, e, muito mais frustrante ainda, nem mesmo os governos progressistas, intitulados de esquerda. No próximo item tentaremos expor algumas considerações, opiniões e fatos a respeito desta problemática que envolve os governos progressistas e a temática central deste texto.

2.4 Estado, Governos progressistas e as contradições do setor elétrico brasileiro

Com a ascensão de governos considerados de esquerda na última década, em vários países latino-americanos, o modelo de desenvolvimento proposto pelo neoliberalismo não foi abandonado, mas assumido por esses governos, como é o caso do Brasil, que assumiu sua direção, chamado internamente de Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC). O PAC faz parte de um projeto ainda maior, que é a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)²². Nesta fase do projeto, o que ocorre é um protagonismo maior do Estado Brasileiro, através do financiamento de obras e permitindo uma participação maior de empresas brasileiras frente às transnacionais (RUPPENTHAL, 2013, p. 39).

Gudynas (2009), classifica esse contexto como período *neo-extrativista*, e assim define a atuação dos Estados nacionais nesta conjuntura: “En el neo-extractivismo, el Estado es mucho más activo, con reglas más claras (independientemente si éstas sean buenas o no), y no necesariamente orientado a servir a “amigos” del poder político”. (GUDYNAS, 2009, p. 195). Mas, esta prática não permite total autonomia desses Estados, permanecendo ainda refém dos preços internacionalizados, atravessadores e blocos comerciais, e, até mesmo em troca desta frágil autonomia frente ao mercado mundial, são obrigados a aceitar a liberalização do capital e até recriar estratégias para atrair investidores estrangeiros.

Porém, esses governos (em especial Brasil, Argentina, Bolívia e Equador) têm apresentado enormes dificuldades para resolver as questões sociais, devido a manutenção de suas matrizes produtivas, como aponta Gudynas (2009, p. 204): “Los enclaves extractivistas han estado en el centro de muchas polémicas por sus severos impactos sociales y ambientales.

²² A IIRSA é um projeto que foi elaborado para incorporar e aumentar a participação dos países da América do Sul na economia internacional, começou a ser planejada no final da década de 1990, após a rejeição da Alca.

Estos van desde acentuar las desigualdades locales a los casos de contaminación o pérdida de biodiversidad.” Assim, de acordo com o autor, os esforços dos governos latino-americanos para assegurar o livre fluxo de capitais acabaram por acentuar o processo de desterritorialização de muitas populações, gerando sérios problemas devido aos impactos sociais gerados.

A partir da análise de Fernandes (2013, p. 125), observa-se a crítica aos os governos de esquerda que adotaram a expansão do mercado capitalista como único modelo de desenvolvimento e que, por outro lado, tem demonstrado dificuldades em resolver as questões sociais: “Essa realidade está gerando e intensificando as desigualdades sociais, mediante a exclusão e apropriação territorial”, comenta o autor.

O relatório da Oxfam (2016) reforça esta consideração de Fernandes, e também recorda que, ao mesmo tempo em que a América Latina é o continente mais violento, é também o que concentra a maior desigualdade:

Na América Latina, a terra e os recursos naturais são as principais fontes de geração de riqueza, mas também de subsistência de comunidades camponesas e indígenas. O constante avanço da apropriação de terras pelo setor agroindustrial e especulativo, somado à implementação de megaprojetos energéticos e mineiros colocaram os habitantes desses territórios em situação de alta vulnerabilidade, obrigando-os ao deslocamento forçado e causando a perda de seus meios de subsistência, a expropriação territorial e impactos ambientais em comunidades rurais e povos indígenas (OXFAM, 2016, p. 05).

Segundo a Oxfam, o índice GINI²³ do continente em 2014 foi de 0,48%, enquanto o brasileiro foi 0,49%, ou seja, o grau de concentração de renda Brasil está acima da média latino-americana.

A desterritorialização forçada sobre comunidades rurais, provocada pela implantação de empreendimentos hidrelétricos no Brasil, é uma manifestação real das críticas realizada por Gudynas (2009), Fernandes (2013) e Oxfam (2016). De acordo com as denúncias do MAB, após a privatização do setor elétrico brasileiro, o Estado favoreceu ainda mais as condições para que aumentassem os problemas sociais. Para o MAB, a falta de um marco regulatório ao tratamento dos direitos das comunidades atingidas, contribui para gerar muitos dos problemas sociais. Sobre este contexto, em cinco anos de pesquisa realizada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), constatou em seu relatório final um padrão de 16 violações de direitos cometidos contra as populações atingidas por barragens, entre eles os

²³ O Índice de GINI é uma ferramenta utilizada para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Quanto mais próximo ao valor zero mais igualitário é o grupo. Fonte: <http://www.ipea.gov.br/desafios/>. Acesso em: 30 out. 2016.

direitos de justa reparação, direito à informação, direito à moradia digna e trabalho. São eles:

1. Direito à informação e à participação; 2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; 3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; 4. Direito à moradia adequada; 5. Direito à educação; 6. Direito a um ambiente saudável e à saúde; 7. Direito à melhoria contínua das condições de vida; 8. Direito à plena reparação das perdas; 9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; 10. Direito de ir e vir; 11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; 12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; 13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial; 14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial; 15. Direito à reparação por perdas passadas; 16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária (CDDPH, 2011, p. 16).

Em 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto Presidencial nº 7.342/2010, que instituía critérios para o cadastro socioeconômico dos atingidos por barragens; o mesmo seria realizado por um órgão do governo e não mais pelas empresas construtoras das barragens (BRASIL, 2010). Embora o decreto tenha significado um passo importante para definição sobre o conceito de *atingido por barragens*, ele basicamente ficou restrito ao sujeito responsável para realizar o cadastro socioeconômico e não contemplou as muitas outras reivindicações do MAB, como as políticas de remanejamentos. Entretanto, em 2011, o Governo Federal recuou e o decreto não foi regulamentado. O MAB compreende que o recuo se deu pela pressão das empresas do setor elétrico sobre o governo (MAB, 2011).

No entanto, para o capital a história foi diferente. Ao analisarmos a Lei Federal 10.848/2004, que trata sobre a comercialização da energia elétrica (BRASIL, 2004), e a nova lei das concessões para o setor, Lei Federal 12.783/2013 (BRASIL, 2013), veremos que elas não fazem nenhuma menção sobre a questão social. Este fato evidencia a contradição do Estado e (talvez muito mais) dos governos progressistas para com o contexto dos atingidos por barragens. Nem mesmo a Lei Federal 10.847/2004, que sancionou a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), apresentou compromisso para com a questão social, seu enfoque é apenas econômico. Esta legislação, assim como a nova legislação regulatória para o setor elétrico da década de 1990, garantirá o predomínio da expansão do setor e a forma de utilização dos recursos e infraestruturas. Nessas circunstâncias como pode ser definido o Estado e o papel dos governos progressistas para com este contexto?

Fazendo uso da tese de Harvey (2005), que aborda a função do Estado como produtor de *espaço* para o capital cabe aqui um apontamento, para provocar uma reflexão sobre o entendimento do que fora exposto no parágrafo anterior e também em relação ao IIRSA. Para o autor, o Estado também possui o papel fundamental na produção do espaço, pois se trata de

uma dimensão importante para a reprodução do capital, onde as vezes é ele quem fica responsável para criar as infraestruturas necessárias. Neste caso específico, o capital “[...] depende de uma matriz complexa de serviços físicos e sociais que devem estar disponíveis *in situ*”, descreve Harvey (2005, p. 149), para qual ele possa se mover de forma rápida e com baixo custo. Além do mais, essas infraestruturas devem ser seguras e inalteráveis. Em suma, o autor define este pressuposto dessa maneira: “A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço”, comenta Harvey (2005, p. 149).

Três anos antes do Decreto Presidencial nº 7.342/2010, Afonso (2007), ao estudar a relação entre políticas públicas, democracia e neoliberalismo, publicou um texto que *a priori* embasa a explicação dada pelo MAB ao revés sofrido pelo recuo do governo:

A despeito do caráter ambíguo das democracias burguesas, principalmente em países de capitalismo dependente, o proletariado latino-americano ao mesmo tempo em que tem um espaço de luta política importante, depara-se com limites intrínsecos a elas. Estes limites causam uma espécie de desconforto político-ideológico às classes populares que, organizadas em movimentos sócio-políticos, lutam por transformação social, mas vêem suas reivindicações frustradas pelo Estado que, além de não atendê-las, prioriza as do grande capital (local, internacional e associado) (AFONSO, 2007, p. 05).

Ruppenthal (2013), aponta que as populações atingidas por esse modelo de desenvolvimento são ainda consideradas um entrave para o progresso. Essa visão excludente é a que orienta a racionalidade dos empresários e do Estado, denuncia o autor. Fazendo uso do raciocínio de Mészáros (2008), compreende-se a *práxis* capitalista mencionada por Ruppenthal e o que fora apreciado por Piran (2001) e Pedon (2009), no item anterior. Esta, por sua vez, é de natureza do sistema, estando em sua essência como parte de sua necessidade expansionista, caso contrário o “[...] sistema seria interrompido”, e, por conseguinte explica: “[...] a lógica do capital é caracterizada pela destrutividade autovantajosa, uma vez que tudo que se encontra no caminho do cruel impulso expansivo do sistema deve ser naturalmente varrido ou esmagado, se preciso”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 19). Para tanto, o que está em jogo em uma relação social capitalista é a criação de *valor* de que necessita da circulação, explica Harvey (2005, p. 73), “Se a esfera da circulação não se expande, a acumulação para”. É um processo que deve expandir, concentrar e reformar quando necessário à natureza do trabalho e os relacionamentos sociais na produção, se este processo for interrompido acaba por impossibilitar a obtenção de lucro e conseqüentemente a reprodução ampliada do capital.

Deste modo, promover reformas sociais, investir em políticas públicas, vai na contramão dos propósitos da acumulação capitalista. Independente sob qual forma o capital se

apresenta, atrapalharia a geração de excedente para o capitalista individual. “É importante reconhecer que os excedentes do capital e força de trabalho podem ser gerados fora da circulação do capital, e mobilizados mediante diversos processos de acumulação primitiva e concentração geográfica”. (HARVEY, 2005, p. 134).

Por sua vez, o Consenso de Washington não é o marco das contradições sociais geradas pelo setor elétrico, o que se tentou explicar é que sua política econômica apenas intensificou o processo de acumulação e exploração. Também foram elencadas pistas sobre seus profundos efeitos nos Estados latino-americanos, que são sentidos (e mantidos) pelos governos de esquerda através da renovação dos matizes de um modelo de desenvolvimento econômico e social, historicamente praticado e que têm submetido o povo a conviver com uma das maiores desigualdades sociais do mundo.

2.5 Políticas Públicas no seio das políticas liberalizantes: as dificuldades para implantar um Marco Legal em benefício aos atingidos por barragens

A bibliografia crítica assinala que a mão de obra barata sempre esteve entre os principais atrativos dos investidores estrangeiros para o continente latino-americano, entre eles o Brasil. O próprio *Plano Decenal de Expansão de Energia 2024* propaga esse fator como algo positivo no intuito de atrair investidores. Críticos apontam que, este fato, está correlacionado com o descaso dos Estados latino-americanos na formulação de políticas públicas que atendam as necessidades e demandas das camadas mais pobres, populações tradicionais, entre outros grupos considerados frágeis perante o avanço das forças produtivas do Capital. Neste sentido, tanto a exploração da mão de obra operária quanto a expropriação de territórios e direitos de populações pobres ou tradicionais, possuem uma íntima relação com a acumulação capitalista. Para Semionatto (2012), um dos críticos, explica que o Estado passa a ser o agente controlador de direitos, pois a expansão de direitos às classes trabalhadoras significa a redução das taxas de lucros para o grande capital.

Entretanto, antes de seguirmos tratando sobre a temática central, para melhor orientar este debate teórico, se faz necessária a abordagem do debate conceitual sobre políticas públicas.

Souza (2006), que expressa uma concepção tradicional, explica que há várias definições para políticas públicas, sendo elas um campo de pesquisa multidisciplinar dado pela sua função empírica de “[...] também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e

sociedade.” (SOUZA, 2006, p. 25). Porém, a autora parece atribuir sua máxima a uma questão de governança, aliviando a responsabilidade sobre o modelo político/econômico vigente e tanto ressaltado neste artigo.

Machado (2003, p. 75), diz que uma das explicações mais usuais é: “[...] são políticas públicas todas as medidas tomadas pela administração pública em nível federal, estadual ou municipal com a finalidade de obter resultados coletivos, em benefício da sociedade”. Mas, para o autor, definir políticas públicas e sociais apenas como um ato de governança é superficial, sabendo que há uma relação profunda entre as políticas econômicas com a falta de políticas públicas de um modo geral.

Para Josep Vallès, *política pública* é muito mais do que apenas o resultado de uma atividade política: “Pero de modo más preciso denominamos política pública a um conjunto interrelacionado de decisiones y no decisiones, que tienen como foco un área determinada de conflicto o tensión social” (VALLÈS 2002 apud MACHADO, 2003, p. 76). Conflitos esses, que para Fernandes (2013, p. 122), também incluem as contradições e desigualdades geradas pelo sistema capitalista dentro de seus respectivos territórios.

Peruzzo (1986), questiona os reais interesses das relações públicas, chamando atenção sobre as ações gerais do Estado quando trata de assuntos coletivos:

Na prática, o intuito é harmonizar as desigualdades existentes entre organizações e seus públicos, mas na teoria, ao se basear em igualdade, admitem apenas conflitos de interesse. E é exatamente nesse ponto que surge a fragilidade, porque na teoria, as relações públicas se fundam em algo que não existe na realidade, que é a questão de harmonizar desiguais que estão em situações antagônicas. (PERUZZO, 1986, p. 52).

A crítica de Peruzzo também contribuiu para compreender as definições tradicionais de políticas públicas. Assim, Peruzzo (1986) salienta que as relações públicas mascaram os interesses privados existentes por trás do discurso de ações que se dizem promotoras do bem-estar social e da igualdade nas relações sociais de uma sociedade desigual. “Dessa forma, objetiva-se a harmonia social com a identificação entre interesse privado e interesse público e leva-se em conta o interesse público para concretizar o interesse privado” (PERUZZO, 1986, p. 35).

Jesus Júnior e Cosenza (2015, p. 02 - 04), tecem uma abordagem do tema dispendo sobre a trajetória da gestão pública na história do desenvolvimento do Estado Brasileiro, cuja prática contemporânea agrega traços de quatro fases:

- a) *Patrimonialista*: prática do período colonial e imperial e início da República Velha, na qual a questão pública era concebida para atender aos interesses privados dos governantes. O Estado era uma extensão de seus patrimônios privados;
- b) *Burocrática*: surgida no século XIX, modelo do capitalismo e das democracias para substituir o modelo patrimonialista. O modelo sugeriu a separação entre bens públicos e privados e a profissionalização do servidor público, mas nada previu para melhoria das condições de vida da população. O modelo burocrático também estará presente na Constituição de 1988, através de seu formalismo, na existência de normas e na rigidez de procedimentos;
- c) *Gerencial*: modelo surgido após a Segunda Guerra mundial, com o objetivo de reestruturar os Estados em suas esferas política, econômica e social, através do aumento na qualidade dos serviços prestados à população (saúde, educação, moradia, entre outros), redução de custos públicos, descentralização dos serviços públicos e um aumento da governança do Estado.
- d) *Pós-gerencial*: valoriza a democracia participativa e a participação popular nos processos políticos. Entretanto, não substituiu o modelo burocrático que ainda predomina na gestão pública.

Sobre os últimos dois tópicos, Rocha (2012), explica que o Estado autoritário, burocratizado e elitista se contrapõe a perspectiva de um Estado democrático. Por essas razões, lista-se neste debate a contribuição de Simionatto (2012) em relação às políticas públicas e sociais. Para o autor, elas devem ser entendidas em seu caráter contraditório, e não um efeito natural do Estado burguês, mas sim da organização e das classes trabalhadoras (SIMIONATTO, 2012, p. 20-21).

Justamente pela *não* decisão de uma política que proteja e regule o tratamento sobre as populações atingidas por barragens, se fez a necessidade desta pesquisa. É muito provável que a existência de uma política em questão não evitaria o conflito social, mas é certo que reduziria os impactos negativos sobre tais populações e seus territórios, pois teriam ao menos um amparo jurídico mais direto e solidificado. Para Scalabrin (2015b), “[...] são necessários enfrentamentos entre atingidos e empresas construtoras para que os direitos sejam reconhecidos e, depois de estabelecidos, para que sejam respeitados e cumpridos.”

Na atualidade, esclarece Semionatto (2012, p. 21) ao parafrasear Harvey, o Estado está condicionado pelo neoliberalismo em auxiliar a tendência expansiva do capital. Entre suas funções está a privatização mais intensa dos lucros e a socialização dos prejuízos, e como exemplo cita a crise mundial de 2008 em que o Estado foi designado com a prioridade de

salvar os bancos. Machado (2003) aponta para pesquisas que analisam diversos países pelo mundo em desenvolvimento (incluindo Brasil) após os anos 80, subjugados pelas políticas neoliberais, onde se constata que nesses países não há acréscimos em gastos no setor social (incluindo políticas públicas), ficando muito abaixo se comparado a países economicamente desenvolvidos.

Assim, o Estado primeiro procura garantir o processo de reprodução do sistema capitalista. “Por intermédio de mudanças e reestruturações geográficas, existem todos os tipos de possibilidades para protelar crises, sustentar a acumulação e modificar a luta de classes”. (HARVEY, 2005, p. 142).

De acordo com o que foi exposto até aqui, a subordinação política/econômica dos Estados latino-americanos (sobretudo do Brasil) ao capital internacional tem uma consequência trágica, não somente para as classes trabalhadoras assalariadas, mas para as populações mais empobrecidas em geral, como as populações tradicionais e o campesinato. E, contribui para esse descaso, a omissão dos governos em relação a implementação de políticas públicas que poderiam assegurar tanto uma política de redistribuição de renda mais justa, como aquelas que poderiam proteger as camadas mais empobrecidas dos efeitos expansionistas do capital, como é o caso do contexto das populações atingidas por barragens. Sobre estas, explica Scalabrin (2015b):

Entre os principais fatores que causam as violações de direitos humanos no planejamento, implantação e operação de barragens no Brasil, que vitimizam a população atingida, está a ausência de uma política nacional que reconheça e garanta os direitos das populações atingidas, a falta de uma atuação do poder público para implementar estes direitos, precariedade e insuficiência dos estudos ambientais realizados pelos governos federal e estaduais, e a definição restritiva e limitada do conceito de atingido adotados pelas empresas.

Seria um tanto oportuno, neste ponto, discorrer sobre o papel do Estado para explorar na essência sua relação com os poderes político e econômico, podendo assim averiguar se esse descaso com as populações mais vulneráveis seria ou não intencional. Entretanto, não será objetivo desta pesquisa aprofundar uma reflexão sobre o conceito de Estado, mas sim investigar e problematizar elementos que possam subsidiar outros estudos sobre o tema central e, inclusive, sua relação com o Estado. Mas, para fins de orientação teórica, a compreensão de Marx e Engels (1999, p. 10) exposta no *Manifesto Comunista* - de que o Estado representativo moderno é um instrumento utilizado pela burguesia para gerir seus negócios oprimindo assim as classes trabalhadoras – julga-se por hora adequada para retratar o contexto dessa discussão.

A partir da leitura marxista de Harvey (2005), o Estado surge das contradições entre classe; é um ente não exclusivo da sociedade capitalista, mas, tem interagido de acordo com as suas necessidades, priorizando sempre os interesses particulares em nome do interesse geral. Neste desígnio, os capitalistas o utiliza de acordo com seus interesses de classe.

Para fins comparativos entre a relação Estado e Capital pode ser observado o faturamento de alguns setores da economia e em relação aos gastos sociais do governo brasileiro. No Brasil, os governos progressistas pautaram-se na implantação de programas sociais, como o Bolsa Família²⁴, que atendem a uma demanda relativamente pequena se comparada com a real necessidade da população brasileira. No período de 2014, o programa distribuiu R\$ 27 bilhões de reais para famílias em situação de vulnerabilidade social. Somente o setor da energia apresentou uma receita consolidada de 28,5 bilhões nos três primeiros trimestres de 2014, um período considerado péssimo para o setor devido aos baixos índices pluviométricos em algumas regiões brasileiras (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014). Vale lembrar que, apesar dos lucros bilionários, o setor elétrico teve um aporte de R\$ 24,2 bilhões no primeiro semestre de 2014 para socorrê-lo da suposta crise, dos quais R\$ 9 bilhões vieram direto do Tesouro Nacional (O GLOBO, 2014). Atualmente, os investimentos sociais representam 9% do Produto Interno Bruto (PIB) (aproximadamente R\$ 500 bilhões), abrangendo inclusive os gastos com a previdência, bolsa família, seguro desemprego e demais benefícios, enquanto pouco mais de 8% são destinados para pagar títulos de dívida pública, beneficiando o capital financeiro, aponta Sawaya (2015).

Em 2015, considerado um ano de crise para a economia brasileira, de acordo com a Exame (2016), das 25 empresas que apresentaram maior lucratividade, cinco são empresas do ramo da energia elétrica, que somadas apresentaram R\$ 7,2 bilhões de lucros. Entre elas está a Tractebel²⁵, que detêm 19% do consórcio da UHE Machadinho e 69% da UHE Itá, usina localizada próxima a UHE Machadinho. Vale lembrar que, além de uma legislação favorável, em 2015 o Estado autorizou o aumento das tarifas de energia elétrica acima da inflação. Na lista também estão empresas especializadas em outros ramos, como a CSN²⁶, mas que

²⁴ Constituído durante o governo Lula, o Bolsa Família é um programa federal de transferência de renda e combate à miséria. Trata-se de um programa de governo, não de Estado, de cunho compensatório. (Fonte: Portal Bolsa Família: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>). A crítica central não é depreciar os programas assistenciais, mas garantir reformas e políticas de Estado capazes de impedir que pessoas sejam lançadas à situação de vulnerabilidade social devido ao avanço das forças produtivas do capitalismo.

²⁵ A Tractebel Energia é uma das maiores geradoras privadas de energia do país, pertence ao grupo franco-belga Engie (surgido em 2008 da fusão dos grupos Suez e Gaz de France), uma gigante mundial no setor de energia e saneamento, presente em mais de 70 países e com 29 usinas no Brasil. Em 2015 faturou 7 bilhões de reais. Informações obtidas nos sites: www.engie.com.br e www.consorcioita.com.br, acesso em 21/05/2016.

²⁶ A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está entre as maiores indústrias siderúrgicas do mundo e uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do país. Foi criada em 1941 no contexto da Segunda

também explora o ramo da energia elétrica. Na Bacia do Rio Uruguai, por exemplo, ela detém 29,5% do consórcio da UHE Itá. No topo da lista estão seis bancos que juntos lucraram R\$ 67,5 bilhões.

Estas cifras justificam as críticas de que o Estado age favorecendo a acumulação capitalista, e não menos contrariando a crítica do *Manifesto Comunista*.

Ademais, Gudynas (2009, p. 209) salienta que o Estado busca captar excedentes dos resultados extrativistas para financiar os programas sociais. E o sucesso de muitos desses programas assistencialistas deram legitimidade popular aos governos progressistas, que até mesmo é usado para legitimar o próprio extrativismo.

É claro que não são as reformas neoliberais as únicas responsáveis pela falta de propostas do Estado Brasileiro e seus governos quanto à formulação de políticas públicas e sociais, mas sim suas bases produtivas e sociais historicamente constituídas a duras penas dos trabalhadores, combinadas com uma democracia precoce e frágil. Entretanto, para os críticos do Consenso de Washington ele agravou as desigualdades sociais, fato que em suas dez teses nenhuma delas prevê investimentos sociais, somente afrouxamento nas leis trabalhistas. De acordo com Rocha (2012, p. 03), “A ideologia neoliberal esforça-se para apresentar a política econômica e a estabilização da moeda como eminentemente sociais, deixando de lado as políticas redistributivas”. Segundo Afonso (2007, p. 5), “O neoliberalismo não tem se mostrado muito simpático à promoção e/ou ampliação das bases sociais da democracia. Ao contrário, seus interesses têm sido atendidos, pelos governos eleitos, através de práticas políticas discricionárias”.

Esta premissa antidemocrática, apontada por Afonso (2007), é observada na prática pela ausência de diálogo ou meios que permitam que os cidadãos brasileiros, e particularmente as populações afetadas por empreendimentos econômicos, possam participar das discussões e tomadas de decisões. Se não bastasse a falta de políticas públicas adequadas e a perseguição que as populações sofrem, conforme apontado nos relatórios da Oxfam e da CPT, a Polícia e a Justiça são utilizadas como instrumento de perseguição a militantes sociais que lutam pelos direitos humanos e políticas sociais mais concretas, cumprindo uma função repressiva sobre as minorias e as classes trabalhadoras. Em 2006 já se acumulavam, nas esferas jurídicas brasileiras, mais de 700 mil mandatos de segurança apresentados contra integrantes de movimentos sociais, cuja interpretação do trabalho pela garantia de direitos fundamentais do

Guerra pelo Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas, em um acordo diplomático com os Estados Unidos no qual a empresa forneceria aço para os aliados. Em 1993 foi privatizada e atualmente seus maiores acionistas são: Vicunha Aços, 50,29%, NYSE (Bolsa de Valores de Nova York) 24,25% e a BM&FBovespa, 17%. Informações obtidas no sitio eletrônico da empresa: www.csn.com.br, acesso em 21/05/2016.

ser humano (asseguradas às vezes em leis ou convenções internacionais) é considerada crime (CARTA MAIOR, 2006).

Este contexto evidencia a *práxis* de um Estado que, dotado de uma república representativa fundada em valores positivistas, a premissa da *Ordem* atua para garantir o *Progresso*. Para o positivismo comteano, o *progresso* faz jus ao desenvolvimento industrial e tecnológico, mas para Marx e Engels as intenções desse “progresso” fazem jus a acumulação capitalista. E a *ordem*, de acordo com o *Manifesto*, é essencial para manter o *progresso* do sistema, ou seja, da acumulação.

Para John Stuart Mill (1964), quando se tornou crítico ao positivismo de Augusto Comte, a *ordem* elevada a sua máxima atribui um caráter de submissão ao povo, o que não é um critério para o *progresso* de uma sociedade, a menos que esteja a serviço de uma elite. No que corresponde ao caminho para efetivação de uma sociedade mais justa, a premissa da *ordem* deveria ser substituída pelos direitos universais da educação, informação, liberdade de associação e participação, sobretudo nas esferas públicas e instituições que compõe a sociedade e o Estado.

As populações atingidas por barragens compreendem muito bem as premissas *antidemocrática* e a da *ordem* elevada a sua máxima. O relatório do CDDPH (2011) apontou duas violações de direitos que ferem diretamente os princípios básicos da democracia: “1. Direito à informação e à participação; 2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;” (CDDPH, 2011, p. 15). Outra informação relevante apontada pelo relatório do CDDPH é uma lista de 107 pessoas que estão sendo processadas na justiça brasileira por defenderem os direitos das populações atingidas por barragens, a maioria delas camponeses e camponesas. Muitas são da Bacia do Rio Uruguai decorrente do processo de implantação das maiores usinas para produção elétrica na virada deste milênio, entre elas a UHE Machadinho. Defensores de direitos humanos solidários à causa dos atingidos também são vítimas de processos judiciais, incluído até advogados de defesa dos atingidos, conforme relatou o CDDPH (2011). Para o CDDPH (2011), a perseguição policial e judicial à defensores de direitos humanos e lideranças de atingidos por barragens também é em virtude da ausência de um marco legal que regule o tratamento dos atingidos por barragens no Brasil²⁷.

²⁷ A gravidade da violação de direitos humanos e cumplicidade do Estado com as empresas do setor elétrico pode ser dimensionada através de dois casos ocorridos na Bacia do Rio Uruguai, que envolveu a criminalização de crianças, constante no relatório do CDDPH (2011). Um deles ocorreu no contexto da barragem de Campos Novos, onde a polícia levou preso Edio Grasse e seu filho de apenas sete anos de idade, sendo que a mãe se encontrava junto com pai e filho durante a prisão. Edio era pequeno agricultor e ajudava na organização dos atingidos pela UHE Campos Novos, cujas primeiras ofertas indenizatórias na região era de R\$ 600,00 por família, aponta Foschiera (2009, p. 165). O outro fato ocorrido com filhos de camponeses defensores de

Tais violações vão na contramão das recomendações das Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre o tratamento a ser dado para pessoas e populações vítimas de projetos que envolvem despejos e remoções: “Todos e todas devem ter voz assegurada e considerada, sem qualquer tipo de intimidação e com respeito às formas de expressão das comunidades atingidas.” (ONU, 2011, p. 12). E, doravante, complementa que, se o Estado permitir a restrição de tal direito, fere os princípios velados na Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Projetos que determinam a remoção sem que os envolvidos tenham previamente a oportunidade de conhecer, participar e, inclusive, propor alternativas que impliquem em menor impacto não cumprem com os padrões internacionais de direitos humanos.” (ONU, 2011, p. 9).

Na interpretação de Leandro Scalabrin (2015a), advogado e militante do MAB, essa premissa antidemocrática tem base legal:

A maior parte da política energética nacional (lei 9.478/97), que considera a geração de energia através de hidrelétricas um “interesse nacional” de “todos/todas” é outro resquício da ditadura, principalmente pelo fato de instituir um Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) sem qualquer tipo de participação popular. O representante da sociedade civil neste conselho, não precisa representar nenhuma organização popular, mas precisa ser um “especialista em matéria de energia” (Decreto 5.793/2006). Aliás, a Política Energética Nacional nunca foi submetida a processo de participação popular, através de conferências municipais, estaduais e nacionais, como ocorrem em outras políticas públicas (SCALABRIN, 2015^a, p. 01).

Para Scalabrin (2015a), trata-se de uma herança da ditadura militar: “A ditadura consolidou a visão tecnocrata do setor elétrico que persiste, em parte, até os dias de hoje. Dentro desta visão, as barragens representam o progresso e o homem e a natureza são meros obstáculos a construção das usinas, que não possuem direitos e devem ser removidos.” Dessa forma, podemos concluir que o Estado Brasileiro possui um modelo judiciário e político com resquícios da ditadura que se encaixa muito bem para defender o modelo de desenvolvimento neoliberal.

Apesar de seu viés liberal, o BM reconhece a desigualdade de tratamento dado pelas nações em desenvolvimento às camadas mais empobrecidas e orienta a aproximação dos governos com o povo:

direitos humanos foi no contexto da UHE Barra Grande, onde duas crianças, uma de seis e outra de 12 anos, tornaram-se réus em processo movido pela dona do empreendimento, a BAESA, vindo posteriormente a desistir da ação.

Em quase todas as sociedades, as necessidades e preferências dos ricos e poderosos estão bem refletidas nas metas das políticas e prioridades oficiais. Raramente isso se aplica aos pobres e marginalizados, que lutam para se fazer ouvir nos corredores do poder. O resultado é que esses e outros grupos menos ouvidos tendem a ser mal servidos pelas políticas e serviços públicos, inclusive aqueles que mais deveriam beneficiá-los (BM,1997, p. 10).

Em um documento mais recente, o BM aborda o assunto sobre o Licenciamento Ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil; em reconhecimento aos muitos problemas que as populações atingidas enfrentam, o órgão recomenda que “É, portanto, *imprescindível um marco legal que efetivamente regulamente as questões sociais resultantes de empreendimentos hidrelétricos*, propiciando proteção e benefícios aos atingidos, além do tradicional e modesto marco legal para a desapropriação” (BM, 2008, p. 48). Na ocasião, o órgão também recomendou a definição de um conceito de *atingido* para nortear o marco legal, reconhecendo a precariedade do cadastro socioeconômico e a falta de critérios para a definição de atingidos.

Por essas razões, a ONU recomenda que, para minimizar os impactos negativos sobre as pessoas e comunidades tangíveis de remoções, os países devem adotar e cumprir uma legislação específica para tal finalidade, “[...] como base essencial para a construção de um sistema efetivo de proteção para as populações atingidas, respeitando os direitos humanos e com previsão de sanções.” (ONU, 2011, p. 10). Outra referência é O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, assegura em seu Art. 1º:

Todos os povos têm o direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural (BRASIL, 1992).

Em seu artigo segundo, propões que os Estados adotem políticas públicas para assegurar as diretrizes do referido acordo:

§1. Cada Estado Membro no presente Pacto compromete-se a adotar medidas, tanto por esforço próprio como pela assistência e cooperação internacionais, principalmente nos planos econômico e técnico, até o máximo de seus recursos disponíveis, que visem a assegurar, progressivamente, por todos os meios apropriados, o pleno exercício dos direitos reconhecidos no presente Pacto, incluindo, em particular, a adoção de medidas legislativas (BRASIL, 1992).

Sendo assim, se o leitor ainda possui dúvidas em relação à crítica apreciada neste tópico, destaco as reclamações e reivindicações realizadas pelos representantes das grandes

empresas do setor elétrico que atuam no Brasil, o Instituto Acende Brasil²⁸, em relação aos custos socioambientais para construção de UHE. As críticas são dirigidas as muitas demandas de ações de responsabilidade socioambiental que as empresas devem cumprir para construir uma UHE, as quais o instituto denominou de “condicionantes abusivas”. Essas demandas, conforme os representantes do Instituto Sales e Uhlig (2016), cresceram muito nos últimos 20 anos (de 5,5% para 20% do valor de cada empreendimento), aumentando assim os custos que as empresas estão tendo com questões sociais e ambientais, prejudicando a rentabilidade do setor. O Instituto demonstra que as reparações socioambientais crescem a partir da reabertura política da década de 1980, crescendo juntamente à intensificação das lutas sociais e críticas ambientais, mas não concebe como algo positivo. O diagnóstico apresentado pelo instituto culpa a pressão social pela exigência de maior rigor nas questões socioambientais.

Outro culpado apontado pelo instituto é o Ministério Público (MP), por fazer as empresas assumirem despesas que seriam do Estado, de acordo com a interpretação do instituto. Essa crítica também é realizada pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB), outra entidade que reúne empresas privadas do setor elétrico, que considera os movimentos sociais e o MP um desafio a ser superado pelo setor elétrico nacional, conforme apontou o presidente da associação, Godoy (2011).

A obrigação na realização de desapropriações é tida como uma “condicionante abusiva”, e é citado o exemplo das UHE do rio Parnaíba, em que “[...] o empreendedor seria obrigado a reconhecer pessoas impactadas após o Cadastro Socioeconômico nas comunidades locais e a garantir a manutenção da renda destas populações.” (SALES; UHLIG, 2016, p. 02). Reclamam que os custos com desapropriação aumentaram dos 2,1% na década de 1990 para 8,6% nesta década²⁹.

Quanto a suas reivindicações, uma delas é utilizar os recursos destinados à Compensação Financeira por Uso do Recurso Hídrico, Lei nº 7.990, de 28/12/1989 (que trata dos *royalties*), para cobrir despesas com compensações relativas a serviços públicos em municípios que comportam os empreendimentos³⁰. Isso significa tirar do Fundo de

²⁸ As reivindicações foram proferidas durante o *X Fórum Acende Brasil*, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em setembro de 2016. O Instituto Acende Brasil, conforme disposto em sua página eletrônica, é um centro de estudos que atua como um Observatório do setor elétrico Brasileiro em projetos de transparência e sustentabilidade. É patrocinado por uma imensa lista de grandes empresas correspondentes a quase todos os tipos de capitais, inclusive pelo capital estatal brasileiro. Outra característica do instituto é seu clamor por mais privatização no setor elétrico. Informações obtidas no site www.acendebrasil.com.br, acesso em 21/02/2017.

²⁹ Em diagnóstico apresentado em 2008, o BM já manifestou que as queixas relativas aos altos custos socioambientais são mitos para minimizar a importância dos respectivos estudos face os interesses das empresas (BANCO MUNDIAL, 2008).

³⁰ Geralmente a cidade que comporta o empreendimento não está preparada para o crescimento populacional (e momentâneo) que ocorre durante o pico de construção da obra, dada pela grande quantidade de trabalhadores

Compensação que atualmente é repassado aos estados e municípios que tiveram suas áreas alagadas. Atualmente a lei prevê que apenas 6,75% da receita líquida da venda de energia de uma usina seja recolhida para o devido fundo.

A ABDIB já sugeriu a emissão de licenças únicas por bacia hidrográfica, a fim proteger as margens de lucro do capital: “Incertezas regulatórias e margem de lucro inferior ou igual à média internacional não atraem investidores”, reclama a entidade (ABDIB, 2009 apud MAB, 2008, p. 13).

Estes exemplos atestam as críticas realizadas pelo MAB, de que o capital pressiona o Estado e os governos conforme seus interesses, bem como o que fora apreciado pela teoria crítica utilizada neste capítulo. Além disso, os representantes do capital citados produzem narrativas colocando-se como vítimas do modelo energético e chantageiam os governos e a sociedade pelo discurso do aumento de tarifas. Assim, de um lado um dos setores mais rentistas da economia brasileira clama por mais renda, enquanto que do outro lado clama-se por justiça.

que se deslocam para trabalhar direta e indiretamente na obra, as vezes prejudicando o fornecimento dos serviços públicos básicos. Em Altamira, devido a barragem e Belo Monte, o MP obrigou o empreendedor assumir a responsabilidade desse ônus, critica o Instituto Acende Brasil. A polêmica gira em torno desta questão: de quem deverá ser esse ônus, do empreendedor que logrará altos lucros com a UHE ou à sociedade?

3 A INTERIORIZAÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO: A BACIA DO RIO URUGUAI, A BARRAGEM DE MACHADINHO E SUAS CONTRADIÇÕES

*Passam as mãos da minha geração
Heranças feitas de fortunas rotas
Campos desertos que não geram pão
Onde a ganância anda de rédeas soltas
(Herdeiro da pampa pobre: Heber Artigas A. Frós)*

Como fora visto no capítulo anterior, a expansão do setor elétrico brasileiro teve seu importante momento entre as décadas de 1960/1970, período em que a Eletrobrás divulgou os estudos realizados pelo consórcio Canambra sobre a expansão do setor. O estudo recomendou volumosos investimentos de capitais para viabilizar a exploração da energia elétrica através da construção de centenas de barragens, dado ao fato de que as bacias hidrográficas brasileiras eram de extraordinária eficiência para produção de eletricidade, especialmente as do Sul e Sudeste.

De acordo com Cabral (2008), os estudos da Canambra no Sul do Brasil foram iniciados em 1966, e no ano seguinte foi criado o Programa de Desenvolvimento Energético para a Região Sul – Plano de Operação (Planop). Este estudo revelou que as bacias do Rio Uruguai³¹ e do Rio Iguaçu apresentaram vantagens sobre as demais bacias hidrográficas brasileiras, pois dada a geomorfologia de grande parte da região ser constituída basicamente por planalto sulcado, seus rios apresentam um encaixamento em forma de “V”, o que permite a exploração de energia com maior *custo X benefício*. O que isto representa em números? “O Sul detém 14% do potencial instalável e o Sudeste/Centro-Oeste 31%, a maior parte com custos de geração superiores a US\$ 50/MWh [...]” (ELETROSUL, 1997, v. I, p. 11). Enquanto os custos de geração eram superiores a US\$ 50/MWh, as UHE de Itá e Machadinho apresentavam custos aproximados de US\$ 15/MWh (CONSÓRCIO MACHADINHO, 2007).

No lado brasileiro de ambas as bacias hidrográficas foram inventariados 8.285 MW, tendo 75 locais apontados para construção de barragens em um total de 196 locais examinados, descreve Cabral (2008).

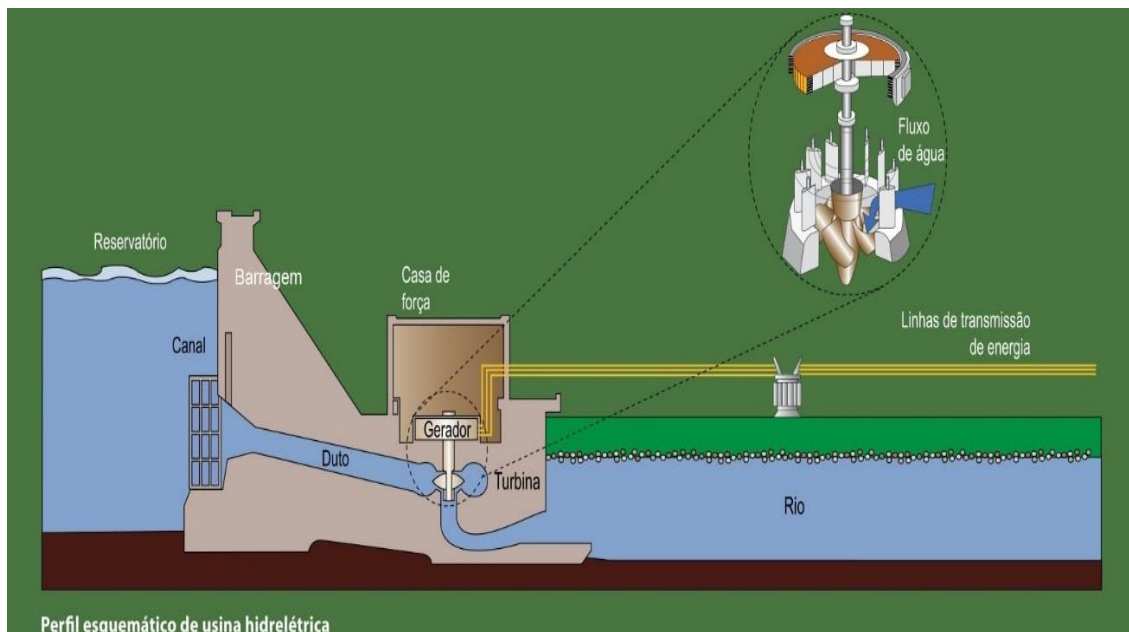
³¹ Todas as referências à Bacia do Rio Uruguai neste trabalho tratarão somente sobre o seu lado brasileiro

3.1 Uma definição de barragem

Como o tema *barragem* é um dos elementos centrais da problemática desta pesquisa, listaremos algumas definições acerca de seu conceito.

Hüffner e Engel (2011) trazem uma definição técnica de *barragem*, tratando-se de um paredão com a função de represar a água do rio em determinado curso para atender a determinados fins. Aplicada a uma usina hidrelétrica, a barragem tem a função de criar uma queda artificial (ou outra forma de força) para alimentar as turbinas e demais máquinas.

Figura 3 - Perfil esquemático de usina hidrelétrica.



Fonte: Aneel (2008)

Contudo, uma definição técnica não é satisfatória para a natureza desta pesquisa. Ruppenthal (2013, p. 66), não contrariando a definição anterior, e com o auxílio de pressupostos da geografia humana, apresenta uma explicação mais ampla do conceito considerando as territorialidades em disputa decorrente da construção de uma barragem:

A barragem é o resultado da aplicação de uma política setorial, e sua construção requer a ocupação de um amplo território, muitas vezes já ocupado, gerando conflitos socioambientais, na medida em que a territorialidade do SE ocorre em detrimento das territorialidades de outros segmentos sociais atingidos pela barragem.

Oliveira (2011, p. 29), através de uma abordagem contextualizada e listando seus

efeitos, apresenta uma satisfatória síntese sobre significado de uma barragem para o espaço, o território e as territorialidades que ali se encontram:

A construção de uma barragem é uma mudança brusca e irreversível no espaço, podendo mesmo ser apelidada como factor de mutação do território. As mudanças ocorrem não só a nível físico, como sejam as alterações no clima, mas também a nível humano, seja por deslocação de pessoas ou pela submersão de terrenos agrícolas. A construção de barragens é um dos mais importantes meios de artificialização rápida e na escala temporal da vida humana, irreversível, da superfície terrestre. Provocando mudanças radicais no ambiente, as barragens, sobretudo as de grande dimensão, submergem vales, alteram regimes climáticos, inundam terrenos agrícolas e florestais e, podem, como ocorre em muitos casos, submergir núcleos de povoamento com consequências directas na desterritorialização de comunidades autóctones, que deste modo, se vêem forçadas a abandonar os respectivos territórios pessoais.

Ao analisar os impactos socioterritoriais provocadas pelas barragens, Sigaud (1992, p. 02) oferece uma importante reflexão a respeito das considerações sobre os fatores tecnológicos envolvidos:

[...] pode perceber o quanto os efeitos de uma determinada opção tecnológica são também o produto das relações sociais concretas, dos enfrentamentos e dos conflitos, efeitos esses que em geral escapam às avaliações tópicas produzidas com base em manuais simplificados e simplificadores do "social".

No entanto, tais definições somadas às contribuições do capítulo anterior, nos permitem afirmar que a barragem é um produto da ação social sobre a natureza e a própria sociedade, que agrega a seu significado uma multidimensionalidade de fatores: político, econômico, ambiental e cultural. Neste sentido, a barragem exerce uma função social, seja quando está para suprir as necessidades de uma sociedade ou a serviço de interesses exclusivos ou particulares em uma sociedade. Seu significado também corresponde a um modelo de desenvolvimento socioeconômico, atrelando-se a isso a complexidade de seus impactos e efeitos sobre a sociedade.

3.2 A Bacia do Rio Uruguai: aspectos gerais, exploração elétrica e caracterização demográfica

A Bacia do Rio Uruguai é uma das importantes bacias que drenam o Planalto Meridional brasileiro. De acordo com as informações da ANA (2016), ela nasce 65 km a Oeste do Oceano Atlântico e sua vazão média anual é de 4.117 m³. Sua área total é de 384 mil

km², mas somente 176 mil km² pertencem ao território nacional, dos quais 73% situam-se no estado do Rio Grande do Sul (RS) e 27% no estado de Santa Catarina (SC), abrangendo 384 municípios em ambas as federações. Seu principal rio é o Uruguai que, em seu curso final, em território internacional, formará junto com o Rio Paraná a Foz do Rio da Prata, ou *Mar del Plata*, como também é conhecida.

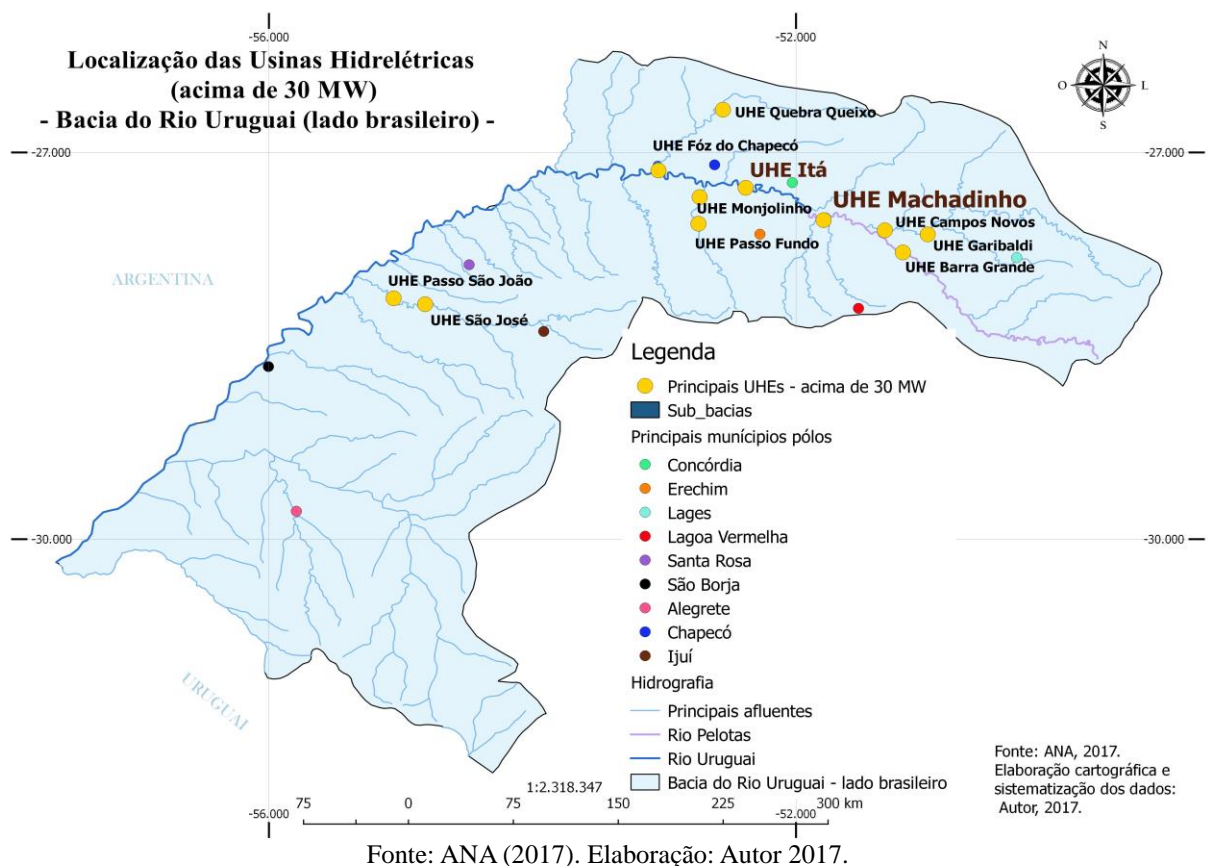
A bacia faz parte de uma vasta região sedimentar da América do Sul. Praticamente 80% pertence a unidade geológica de Formação de Serra Geral, fazendo com que em 68% de sua área ocorra o predomínio de rochas vulcânicas de Planalto e Escarpas, ocasionado pelo derrame de lava basáltica sobreposta, formando vales profundos falqueados por vertentes abruptas e retilíneas, ambiente excelente para aproveitamento energético. Enquanto que no restante encontram-se Rochas Vulcânicas de Fronteira, Arenitos de Formação Botucatu, Depósitos Aluvionares e Rochas Sedimentares de Pré-formação Botucatu (MMA, 2006).

Quanto aos biomas, predominam o da Mata Atlântica e dos Campos Sulinos (Pampa). Nesses biomas são identificados os principais ecossistemas: savana de planalto e de serra, áreas de tensões ecológicas e estepes. Entretanto, trata-se de biomas degradados pela ação antrópica, gerados, principalmente, por manejos agrícolas inadequados, extração madeireira, exploração elétrica e a caça indiscriminada. Um exemplo disso é a Araucária Angustifolia (Pinheiro do Paraná), que predominou em grande parte da paisagem da bacia (respectivamente na região do Uruguai Alto). Fortemente explorada entre o final do século e XIX até a metade do século XX pelo seu valor comercial, a espécie atualmente está classificada em perigo crítico de extinção, com menos de 3% de sua formação original. Atualmente, servem de exemplos os campos de pastagens nativas que estão sendo reduzidos pela monocultura da soja, pinus e eucalipto (SILVA, BRANDT E CARVALHO, 2015).

Quanto à disponibilidade de infraestrutura e serviços, a região que corresponde a bacia hidrográfica é relativamente bem servida (estradas, pequenos aeroportos, postos de saúde, escolas, estabelecimentos de ensino técnico e superior, água tratada, etc.). Possivelmente, os mais problemáticos na atualidade sejam, por primeiro, o fechamento de pequenos hospitais municipais ocorrendo a concentração do atendimento à saúde nos municípios polos, superlotando estes. E, o segundo, os acessos municipais nos quais muitos ainda são de terra. A infraestrutura das redes elétricas também tem sido alvo de protestos por trazerem enormes prejuízos aos usuários, especialmente no meio rural. No norte gaúcho, entre período entre 2011 a 2015, ocorreram várias audiências públicas e atos públicos em protesto pelos péssimos serviços prestados à população e pelas altas tarifas cobradas pela companhia que detêm o

monopólio na região, a Rio Grande Energia (RGE)³² (JORNAL BOA VISTA, 2014). Em 2014, entidades sociais pediram ao governador do Estado do Rio Grande do Sul a reestatização dos serviços de distribuição de energia (MAB, 2014).

Figura 4 - Localização das usinas hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai - acima de 30 MW.



A alta concentração demográfica é uma das principais características da referida Bacia, especialmente no espaço rural, conforme apontou o relatório da Eletrosul (1997), acentuando-se na região onde estão concentradas as maiores barragens, conforme ilustra o mapa da figura 4, (tendo como referência central as UHEs de Itá e Machadinho), na qual denominaremos de *região das grandes usinas*. A proporção do superpovoamento na região pode ser estimada através dos impactos gerados pelas barragens, pois a formação dos lagos das sete maiores usinas, ilustradas na tabela 1, consumiu, aproximadamente, 82.8 mil hectares de terras, onde residiam cerca de 60 mil pessoas, descreve Cervinski (2011).

Na análise bibliográfica sobre o assunto distinguimos três fatores articulados em si

³² Rio Grande Energia (RGE) é uma distribuidora de energia elétrica que atua, desde 1997, na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS) e atende 54% do total de municípios do Estado. Ela faz parte do grupo CPFL Energia (RGE, 2015).

como fundamentais para a alta concentração demográfica, especialmente na região das grandes usinas. Primeiro, em relação a outras regiões do RS e SC, esta região da Bacia do Rio Uruguai abrigou as mais recentes ocupações do modo de produção capitalista, as regiões das colônias, impulsionada por projetos de colonização que assentou (i)migrantes³³ europeus. Este modo de colonização acentuou-se especialmente na parte central da bacia, denominada como Alto Uruguai, onde estão situadas as duas maiores barragens, de Itá e Machadinho.

Tabela 1- Usinas em operação na Bacia do Rio Uruguai (acima de 30 MW).

| | Usinas Hidrelétricas | Potencia em kW | Ano de operação | Rio | UF |
|-----------|---------------------------------------|-----------------------|------------------------|-------------|-----------|
| 1 | UHE Itá | 1.450.000 | 2000 | Uruguai | RS/SC |
| 2 | UHE Machadinho | 1.140.000 | 2002 | Pelotas | RS/SC |
| 3 | UHE Campos Novos | 880.000 | 2007 | Canoas | SC |
| 4 | UHE Foz do Chapecó | 855.000 | 2010 | Uruguai | RS/SC |
| 5 | UHE Barra Grande | 690.000 | 2005 | Pelotas | RS/SC |
| 6 | UHE Passo Fundo | 226.000 | 1973 | Passo Fundo | RS |
| 7 | UHE Garibaldi | 191.900 | 2013 | Canoas | SC |
| 8 | UHE Quebra Queixo | 120.000 | 2003 | Chapecó | SC |
| 9 | UHE Passo São João | 77.000 | 2012 | Ijuí | RS |
| 10 | UHE Alzir dos S. Antunes (Monjolinho) | 74.000 | 2009 | Passo Fundo | RS |
| 11 | UHE São José | 51.000 | 2011 | Ijuí | RS |
| | Total | 5.754.900 | | | |

Fonte: elaborada pelo autor com base em ANEEL (2016).

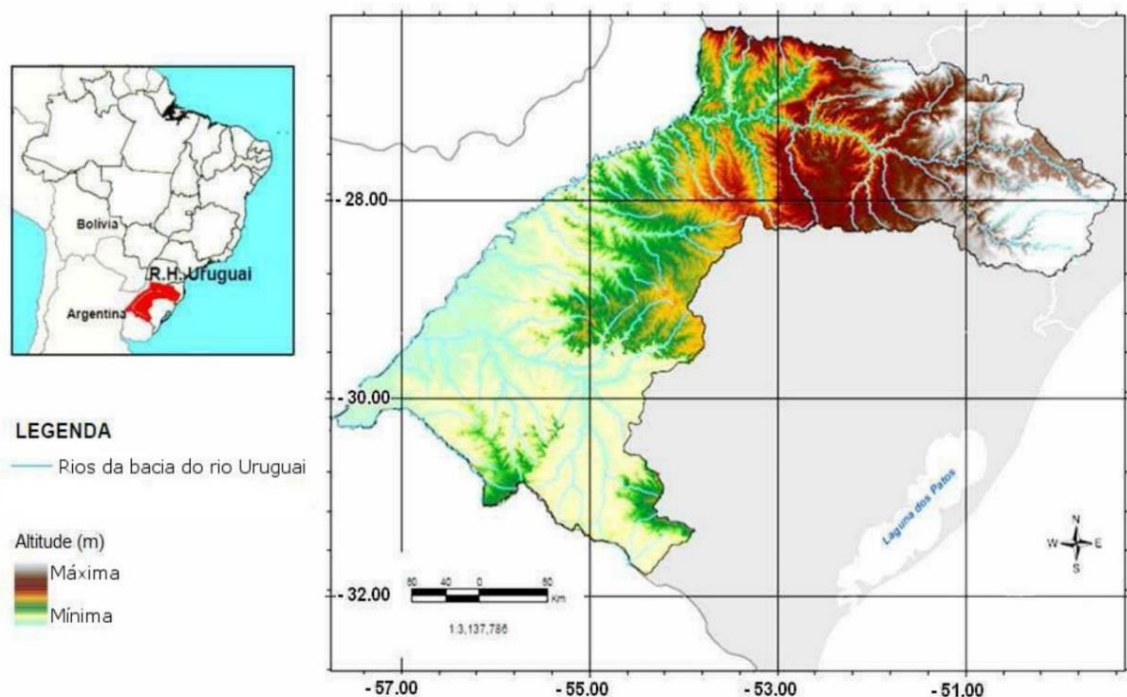
O segundo elemento corresponde por ser um dos espaços que, ao decorrer da história das ocupações do Sul do Brasil, “encurrallaram” as populações pobres, constituídas basicamente de caboclos, índios, negros e descendentes de imigrantes europeus com pouca terra ou sem-terra, ilustra Piram (2001), tendo as margens dos rios como principal refúgio. O perfil socioeconômico da população atingida pelas barragens denota uma herança socioeconômica empobrecida, de pouca ou sem posses de bens ou capital. Foschiera (2009) descreve que 80% residiam no meio rural, tratando-se de camponeses e também pescadores, sendo que 60% logravam para sua sobrevivência uma área entre cinco a dez hectares. Além disso, muitos não possuíam título de posse de suas terras. Tal situação socioeconômica e

³³ Alguns historiadores, como Wolff (2005), utilizam a palavra *(i)migrante* para designar em único termo os sujeitos que *imigraram* de outros países e seus descendentes que *migraram* das colônias velhas do RS, oriundos da Alemanha, Itália, Polônia, Judeus, entre outros grupos. Esta forma de ocupação é posterior à 1850, acentuando-se em algumas regiões entre 1890 e 1940, principalmente na região do Alto Uruguai, onde estão situadas as UHE de Machadinho, Itá, Fóz do Chapecó, Passo Fundo e Alzir dos S. Antunes.

fundiária torna a condição favorável para qualquer tipo de exploração, inclusive a espoliação de territórios para exploração energética. Isso pode ser medido pelo histórico de lutas sociais ocorridos na região da bacia hidrográfica, favorecendo o surgimento de importantes movimentos sociais e sindicais, como o MAB, o MST, entre outros.

O terceiro elemento é atribuído à topografia acidentada que caracteriza grande parte da Bacia, por suas colinas alongadas com desníveis acentuados em vales, que ocorre com mais frequência nas regiões de planalto e próximos aos rios (condição acentuada entre as longitudes -51 e -55 conforme ilustrado na figura 5). Essa característica, inicialmente, não despertou o interesse do capital agrário sendo um limitador ao avanço do latifúndio, fazendo com que suas terras permanecessem “desocupadas” por muitos anos³⁴.

Figura 5 - Localização da Bacia do Rio Uruguai – relevo (lado brasileiro).



Fonte: MMA (2006)

Esses fatores edificaram uma região com núcleos urbanos médios e pequenos (em sua grande maioria possuindo até cinco mil habitantes), praticamente dependentes de uma economia agrária estruturada na pequena propriedade rural, com média de 25 hectares, que progressivamente passou a se integrar com mais veemência à economia capitalista,

³⁴ Piram (2001) nos lembra que essas terras sempre foram ocupadas por populações indígenas, com destaque para as etnias Caingangues e Guaranis. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental realizados nas áreas de abrangências das usinas de Itá e Machadinho, foram encontrados 120 sítios arqueológicos indicando a presença humana na região desde a pré-história (ELETROSUL, 1997, v. II).

principalmente pela Revolução Verde e pelo Sistema de Integração. Entretanto, como efeito contraditório, desagregou massas de camponeses do espaço rural, conforme explica Radin (2015). A atividade industrial é basicamente encontrada nos maiores municípios, como a metal mecânica e, sobretudo, as agroindústrias, que processam os produtos agrícolas locais, com destaque para as atividades avícola, suína e leiteira. A produção de suínos e aves sob o sistema de integração com grandes indústrias é muito forte nesta região, destaca Corazza (2015). Destaca-se também a produção de soja, milho, trigo, cevada, fumo (baseado no sistema de integração), erva-mate e frutas (cítricas, uva, pêsego, maçã, etc). Dentro das unidades produtivas agropecuárias (UPA) destaca-se a diversidade produtiva, pois são desenvolvidas de duas a cinco das atividades agropecuárias citadas anteriormente voltadas basicamente para o mercado (sobretudo para as agroindústrias locais), sem contar as atividades para subsistência.

Sistema de integração é uma metodologia onde a indústria (empresas privadas ou grandes cooperativas) e o agricultor firmam uma parceria através de um contrato jurídico, no qual a primeira oferece os animais, tecnologia e insumos, enquanto o segundo entra com a mão de obra e o custo dos itens fornecidos pela indústria (também o risco). Este sistema tem suprimido formas tradicionais de criação de suínos e aves, quase extinguido a diversidade genética que estava sob controle dos camponeses. Em contrapartida, a indústria garante mercado ao agricultor, porém não garante preço, pois como o foco é a exportação, fica sujeito ao comportamento do mercado internacional. Este sistema predominou nos locais de pequena propriedade, absorvendo a mão de obra familiar junto com seus recursos hídricos, vegetais e solos, mas, nas últimas duas décadas, vem passando por um processo de concentração em criadores julgados por serem mais “qualificados”, e até mesmo empresários urbanos vêm se ocupando dessa atividade. De um modo geral, o campesinato, que não aderiu a esse sistema, fortemente subsidiado pelo Estado, ou para a atividade leiteira ou à produção de fumo, teve grandes dificuldades para assegurar sua reprodução social, o forçando migrar para a cidade (MOTTER, 2013)³⁵.

Para Sigaud (1992), o fato dos agricultores de Itá e Machadinho estarem vinculados ao mercado através das agroindústrias, foi um fator positivo à reação contra as barragens, pois isso também contribuía ao acesso a informação. Além disso, o rio não era tão significativo em

³⁵ Não que esse sistema por si só assegure a reprodução social, mas oferece uma renda mensal e diversifica a unidade produtiva, não ficando esta dependente de apenas uma ou duas atividades. Uma das vantagens da diversificação produtiva para o camponês é que, se uma das atividades entrar em crise, as demais podem suprir todas ou quase que todas as necessidades mais básicas do momento, assim não é preciso “vender a vaca de leite”, como dizem os camponeses da região.

relação a reprodução social de quem estava inserido neste sistema, diz a autora, apesar da maioria serem proprietários da terra (outro aspecto motivador da reação dos atingidos), em muitas delas havia uma infraestrutura para zelar, atrelada principalmente à atividade avícola ou suína.

A partir de 1970, o êxodo rural destacou-se como principal elemento da mobilidade populacional na metade Norte da Bacia do Rio Uruguai, onde concentra-se as grandes usinas, em virtude das mudanças estruturais promovidas pela Revolução Verde e suas políticas públicas derivantes, que acabaram por comprometer a reprodução social de muitos camponeses. Grandes massas de camponeses foram impulsionadas para os centros urbanos, especialmente para os municípios maiores, denominados de *municípios pólos*³⁶.

Uma amostra disso são os municípios atingidos pela Barragem de Machadinho, quando realizado o inventário ambiental, foi detectada perda populacional na maioria deles, conforme descrito no Estudo de Impacto Ambiental (ELETROSUL, 1997, p. 219). Dado este fenômeno (ainda em curso), no meio rural, a terra vem passando por um processo de concentração. A consequência deste fator ao longo das últimas quatro décadas foi a gradual formação de periferias nas cidades pólos, cujas condições socioeconômicas e estruturais ainda são bem precárias.

Assim, não é somente as formas de relevo que caracterizam a paisagem, mas também as formas de usos da terra. Sobre os campos do Sul do Brasil, Silva, Brandt e Carvalho (2015, p. 274 - 275), escreverem que:

O modo de uso dos recursos que compõem seu território, que por sua vez está ligado a maneira em que as pessoas utilizam a terra, se organizam no espaço e como dão significados ao lugar fez com que as diversas populações que habitaram os campos desenvolvessem diversas estratégias no manejo da natureza, o que por sua vez refletiu na paisagem.

Já onde ocorre a incidência de relevo menos íngreme e planícies, propício para a agricultura intensiva, a exemplo dos campos de serra e campos de campanha, predomina a média propriedade e o latifúndio - os campos de serra situam-se nas áreas com maiores altitudes, já os campos de campanha nas menores altitudes e próximo à fronteira com o Uruguai, conforme mapa da figura 5.

Historicamente, nesses locais predominou a criação de bovinos (e ovinos em menor proporção) dada pela presença de extensas áreas de pastagens nativas, mas que gradualmente

³⁶ São chamados de *municípios pólos* por dinamizarem a organização social dados aspectos industriais, oferta de trabalho, serviços públicos, entre outros. Para o contexto analisado, temos como exemplos: Erechim e Passo Fundo no Estado do RS, Concórdia e Chapecó no Estado de SC.

vem sendo suprimidas pela a monocultura da soja, e, em alguns locais, com a silvicultura de espécies exóticas, apontam Silva, Brandt e Carvalho (2015). Nas planícies baixas, tirando proveito dos recursos hídricos e do relevo local, também se produz arroz irrigado em grande escala. Esses locais de predomínio da agricultura intensiva, são regiões menos povoadas e onde se acentua a desigualdade social no campo. Veremos a seguir, que a barragem de Machadinho inundará uma região de transição de dois modos de uso da terra condicionados pelo relevo e por fatores históricos sociais.

Nesses locais, nas regiões de campanha, missões e campos de serra, a colonização data a partir dos séculos XVII e XVIII. Inicialmente, através dos missionários para catequização dos grupos indígenas e a ação dos bandeirantes na caça dos índios. Assim como bandeirantes, os tropeiros no que traziam muares e gado das províncias argentinas e dos campos sulinos, abriram os principais caminhos que cruzavam a bacia do Rio Uruguai e fundando povoados que, no decorrer do tempo, se transformaram em cidades. Mas, logo se estruturou a atividade bovina, inicialmente através da caça do gado *vacum* introduzida pelos jesuítas e abandonada em meados de 1640, descreve Fraga e Gritti (2015), tornando-se abundante nas planícies, e, posteriormente, a criação doméstica nas estâncias. Os estancieiros eram os patrões, “donos” dos meios de produção e senhores de escravos, que se apropriavam dos territórios indígenas de forma violenta, assim como de colonizadores mais vulneráveis.

Este sistema estruturou uma herança de classes sociais bem distintas, de um lado os pecuaristas latifundiários, que se apoderaram dos meios de produção locais, no caso a terra, e, do outro lado padecendo na miséria, os camponeses de campanha, ou gaúchos das rancharias, com pouca ou sem-terra, que por muitos anos praticam uma agricultura rudimentar de subsistência, cultivando roçados em parcerias com proprietários maiores, ou sazonalmente vendendo sua força de trabalho para as fazendas, quando a atividade da pecuária exige mão de obra. Entretanto, também vêm perdendo espaço para a monocultura da soja e outras espécies exóticas. Observamos que o capital lhes tira a sustentação da própria miséria que um dia lhes fora dada. Nos campos de serra, o campesinato também serve de mão de obra barata na colheita da maçã e da cebola produzidas em fazendas da região, onde é comum a ocorrência de trabalho semiescravo³⁷. Outra opção para o campesinato dos campos de serra é a migração sazonal para a Serra Gaúcha para o trabalho na colheita da uva.

Quanto às origens desses povos, analisando de forma panorâmica e sucinta, da parte

³⁷ Na internet é possível encontrar várias referências a esse contexto, inclusive a ocorrência de trabalho infantil e ameaça à fiscais do trabalho. Em 2012, o Ministério Público do Trabalho do RS (MPT RS) noticiou a libertação de 41 trabalhadores de fazendas da região somente naquele ano (CORREIO DO POVO, 2012).

leste ocorre a influência da colonização açoriana³⁸, a partir de 1750, que antecedeu a colonização dos alemães, italianos, poloneses, entre outros grupos, também conhecida como colonização *gringa*, ocorrida a partir de 1850 até meados do século XX. De oeste para leste, região fronteira, derivam da origem castelhana e também portuguesa. Além dessas, destaca-se a descendência africana, que foi utilizada para o trabalho escravo no período do Brasil Colônia, e que por muito tempo foi “esquecida” pelos historiadores ao retratam as regiões que predominava a colonização *gringa*. Esses povos, inclusive as várias etnias indígenas já presentes, de acordo com Ribeiro (2006), dado que ao longo do tempo passaram a compartilhar o mesmo território, ocorreu um processo de miscigenação.

3.2.1 Aspectos gerais sobre a constituição das territorialidades camponesas na Bacia do Rio Uruguai

Para compreender melhor aspectos da identidade dessas populações, assim como a constituição de seus territórios agora ocupados pela formação dos lagos artificiais e outros ameaçados pelas futuras construções, é necessário compreender o histórico da ocupação desses espaços para compreender o multiculturalismo neles encontrado. Por isso, será tratado sobre alguns aspectos gerais da ocupação dos espaços da Bacia do Rio Uruguai, sempre enfatizando a região das grandes usinas, que são fundamentais para a compreensão da história local e da formação das diferentes identidades camponesas.

Evidentemente, dada pela complexidade de fatos e relações históricas que forjam as populações do Sul do Brasil, muitos elementos “escaparão” dessa abordagem. Mas, esta pesquisa não pretende estabelecer uma investigação aprofundada sobre os diversos grupos camponeses residentes na Bacia do Rio Uruguai, apenas foi buscado tecer algumas considerações sobre seus aspectos gerais e contextuais, que permita extrair o que há em comum entre elas: massas populares que advêm de constantes processos de desterritorialização, que buscam a cada geração ressignificar suas identidades em meio à pobreza que lhes cerca.

Chelotti (2010, p. 171), afirma que o território também é sinônimo de diversidade e, para compreender melhor a formação das múltiplas identidades, ele argumenta que:

A identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar

³⁸ Para quem quiser mais informações sobre o assunto, pode pesquisar sobre o Tratado de Madri.

relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial.

Existe um consenso de que toda identidade é uma construção social. Assim, os diferentes grupos sociais, ao longo do tempo, criaram significados, construindo identidades, sejam elas vinculadas a uma determinada cultura, ideologia, religião, etnia, territorial, dentre outros.

Para compreensão das identidades territoriais, encontramos também em Souza e Pedon (2007, p. 132) uma importante contribuição:

Os símbolos, imagens e aspectos culturais são na verdade, valores, talvez invisíveis, endogenamente falando, que para a população local materializa uma identidade incorporada aos processos cotidianos dando um sentido de território, de pertença e de defesa dos valores, do território, da identidade, utilizando-se das vertentes político-cultural, que na verdade são relações de poder e defesa de uma cultura adquirida ou em construção.

Dessa forma, a identidade territorial não antecede ao território, e sim “ [...] é no movimento de sua constituição, e as permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história que define o status ontológico desse processo”, descreve Souza e Pedon (2007, p. 134).

Embora o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Machadinho enfatize a área de abrangência dos municípios atingidos pela UHE Machadinho, o estudo apresenta uma detalhada descrição sobre os processos históricos de ocupação da bacia hidrográfica em esta inserida. Entretanto, seus fatos são descritos como processos positivos, tecendo uma abordagem acrítica em relação à história da ocupação e da transformação da região citada, sendo branda em relação às contradições existentes no processo histórico de formação destas identidades camponesas.

Buscando uma maior amplitude sobre esta abordagem, contaremos com referenciais que possuem uma análise crítica sobre os fatos, que possam sustentar a argumentação de que o camponesinato presente na Bacia do Rio Uruguai, incluindo os atingidos pela UHE Machadinho, tem sua origem relacionada a constantes processos de desterritorialização no decorrer de suas gerações, e que estas contribuíram para a formação das múltiplas identidades camponesas.

No modo geral, Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro*, nos auxilia na compreensão da descrição destas identidades e seus territórios. Ribeiro (2006), ao estudar o camponesinato constituído no Sul do Brasil, classificou quatro identidades: o *gaúcho das rancharias*, *colonos gringos*, *os matutos* e *os caboclos gringos*. Todas elas agregam fortes influências das diferentes formas que o capitalismo agrário ocupou e explorou o Sul do Brasil.

Embora suas origens constitutivas sejam diferenciadas, quanto aos períodos das ocupações, peculiaridades naturais, relações de trabalho, origens étnicas, entre outros elementos, há uma cultura que deriva da pobreza socioeconômica que as tornam comum, sustenta o autor. Desta miséria socioeconômica forjaram-se hábitos e elementos análogos na forma de subsistência dessas identidades camponesas, especialmente entre os gaúchos das rancharias, os matutos e os caboclos, compartilhando similaridades nos hábitos de trabalho, lazer, moradia e alimentação, “[...] a penúria em que vivem confundidos, os tornam uma camada só: os marginais da região sulina.”, assim os descreveu Ribeiro (2006, p. 400).

Sobre a ocupação realizada pelos colonos (i)migrantes, ou gringos (alemães, italianos, poloneses, entre outros), Chelotti (2010), a descreve como produto de um processo constante e forçado de desterritorialização e reterritorialização ao longo de suas gerações. Ação inicia no continente europeu pela ação do capital industrial em seus países de origem até ocuparem a Bacia do Rio Uruguai, nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Esta ocupação deu-se pela necessidade de mão de obra barata, mas não foi uma iniciativa soberana e popular, e sim coordenada pelo capital internacional através de empresas estatais e privadas³⁹, a exemplo das empresas colonizadoras Luce Rosa, Jewish Colonization Association e a anglo-canadense Brasil Railwai, que atuaram onde atualmente estão instaladas as maiores UHE da Bacia do Rio Uruguai. Ligadas ao setor ferroviário, lucraram com os projetos de colonização e principalmente com a extração da madeira (especialmente a *araucária angustifolia*) e da erva-mate, que, devido à sua abundância, por muitos anos foi uma das principais atividades econômicas da região. Já os colonos, vulneráveis ao capital, sofriam todo tipo de exploração dessas companhias, pois endividados com essas empresas, eram obrigados a ceder o resultado de sua produção ou até mesmo períodos de mão de obra a título de quitarem suas dívidas (PIRAN, 2001; WOLFF, 2005)⁴⁰.

Wolff (2005) comenta que este modo de colonização primou por pequenas glebas de terra (aproximadamente 25ha). A relação comercial foi aos poucos definindo este modelo de colonização, possuindo a função específica de produzir alimentos para os grandes centros comerciais do país. Nas primeiras décadas do século XX, na região do Alto Uruguai, além da

³⁹ Convergiram dois fatores que provocaram a imigração: a necessidade por mão de obra especializada devido à extinção do trabalho escravo no Brasil e o problema latente que enfrentava alguns países europeus com o grande excedente de mão de obra, além, é claro, o desejo por parte das elites pelo “branqueamento” da população (DARIM, 2015; ELETROSUL, 1997, v. II). Para a teoria crítica, esses fatos foram provocados pela necessidade de expansão do capitalismo na busca de novos territórios para auto realizar-se, descreve Lenin (2008), estando o Brasil no curso dessa renovação.

⁴⁰ Sustenta-se também que o endividamento foi uma estratégia dessas companhias para controlar as famílias e, assim, mantendo-as trabalhando para os propósitos do capital, evitando com que se “amatutassem”, como ocorreu com as primeiras tentativas de colonização, descritas por Ribeiro (2006).

madeira a produção de banha de porco, milho e trigo foram atividades econômicas que se destacaram na região, iniciando o processo de criação de capitais, salienta Corazza (2015).

Assim, este modo de colonização, novamente dada por sua estrutura fundiária que limitou a subdivisão dos lotes rurais aos descendentes da colônia velha, comprometia a reprodução social das futuras gerações das famílias. Desta vez sem projetos de colonização (salvo nas ocupações de algumas regiões paranaense entre as décadas de 1940 e 1970, e nas décadas de 1970/1980 nas regiões do Centro-Oeste e Norte, mas em outros moldes) o êxodo rural acabou sendo uma alternativa ao esgotamento fundiário (ELETROSUL, 1997, v. II).

Posterior à década de 1960, Piran (2001) e Radin (2015), ao estudar a evolução do campesinato na região na Bacia do Rio Uruguai, sobretudo na região das grandes usinas, salienta que este enfrentou gradativas mudanças imposta pela Revolução Verde, também denominada como a terceira revolução agrícola da história da humanidade. Esta mudança inseriu, primeiramente, os colonos, proprietários de terra e os que possuíam as melhores terras. O uso de insumos químicos, a mecanização, a introdução de novas genéticas animal e vegetal, a interferência externa de técnicos nas decisões internas de seus espaços e mudanças em suas jornadas de trabalho, são exemplos concretos do *novo* implementado pela Revolução Verde ao que o capital subordinou os camponeses, constituindo a família para o capital, sustenta Piran (2001), ou seja, passaram de relações semicapitalistas para se integrarem totalmente na relação capitalista. Além disso, os incentivos do Estado eram quase sempre unilaterais, viabilizando as atividades das empresas e não diretamente o colono. A reprodução social ficou ainda mais comprometida aos não-proprietários de terras, dado pelo custo extra por conta do arrendamento, alimentando as estatísticas do êxodo rural.

Entretanto, esta relação com o capital é um fator que a pesquisadora Ligia Sigaud (1986) interpretou como uma vantagem para as populações rurais da Bacia do Rio Uruguai, em relação às demais atingidas por barragens pelo Brasil. Ao praticarem uma agricultura para o mercado significava uma maior interação deste campesinato com o Estado e “com o mundo”, que lhes permitia maior acesso a informações, sendo que esta interação era de desconfiança por parte dos camponeses colonos. Esse sentimento devia-se pela relação de exploração já existente, que ameaçava a reprodução social dos colonos, o que acabou também contribuindo para despertar a reação de oposição às barragens.

Outro aspecto não menos importante era quanto a organização social desse modo de colonização, facilitada pela alta densidade demográfica, que organizou a distribuição das famílias em comunidades denominadas de “linhas”, explica Radin (2015), nas quais se desenvolve a vida social, religiosa, cultural e formas de cooperação, seja para manter as

estruturas comunitárias ou até mesmo nos mutirões de trabalho. As pessoas se identificam a partir dessas comunidades, ou linhas. Woortmann (1995), esclarece que isso deve-se pela forma dos processos de imigração e colonização, composta por famílias ou conjuntos familiares aparentados entre si, que traziam consigo uma “utopia liberal da colonização” que acreditava e “[...] uma sociedade igualitária uma sociedade igualitária constituída de pequenos produtores livres que trocam seus produtos e se ajudam mutuamente, para formar um sólido tecido social de igualdade na produção e no mercado” (WOORTMANN, 1995 APUD ROCHA, 2009, p.11).

Essas comunidades, explica Radin (2015, p. 164) “Esquecidas e desamparadas pelo poder público, em geral construíram de forma autônoma um número significativo de escolas, hospitais, igrejas, centros comunitários, espaços de lazer, entre outros”. Por isso, explica Sigaud (1986, p. 99), essa forma de organização comunitária é outro elemento importante que contribuiu para a organização e a reação da população ameaçada pelas barragens: “Trata-se não mais da saída de alguns membros do grupo doméstico, mas do deslocamento compulsório de todo o grupo e não apenas dele, mas também da comunidade na qual está inserido, a ‘linha’ ”. Esta forma de territorialidade vai influenciar muito os atingidos quanto às suas propostas de reassentamentos. Na verdade, o RRC é uma tentativa de recriar esse ambiente social.

Em relação à identidade cabocla⁴¹, para Ruppenthal (2013), assim como os colonos, os caboclos que ocuparam e os que ainda ocupam as margens dos rios da Bacia do Rio Uruguai também advêm de uma complexa relação social produzida pelo capital. Em primeiro momento dado pela miscigenação de várias categorias trabalhadoras do meio agrário “[...] sendo constituídos por antigos tropeiros, peões, agregados, escravos, índios e até estancieiros empobrecidos.” (RUPPENTHAL, 2013. p. 91). A ausência de posse legal da terra devido à forma de ocupação, a produção para subsistência, a caça e a pesca como meio de sobrevivência, assim como a venda da força de trabalho para os latifundiários criadores de gado, mesmo que não sejam regras de distinção, são algumas das características objetivas e atuais que distinguem os caboclos em relação aos colonos.

Esta categoria predominou principalmente no Planalto Catarinense e gaúcho, espremida pelo latifúndio. Também se ocupavam com a extração da madeira, da erva-mate, ou trabalhando de agregados, ou residindo nos fundos das propriedades, nas “piores terras” para o trabalho, ou seja, as de relevo mais acidentado, descreve Silva e Marquetti (2015). Também

⁴¹ Silva e Marquetti (2015), explica que o termo caboclo, no Brasil, inicialmente foi utilizado para identificar o indígena, referindo-se ao que vivia no mato. Com o passar do tempo, fez referência o mestiço de origem africana e indígena, e, por fim, como sinônimo de caipira, para rotular qualquer pessoa pobre que vivia da roça.

tem sua origem associada à miscigenação ocorrida ao longo dos anos entre os mamelucos e cafusos, atraídos pela criação de gado, com populações indígenas, cujo contexto, o tropeirismo⁴² exerceu um papel fundamental no povoamento dessa região, diz Radin (2015).

Para Valentini (1998), essa miscigenação ao decorrer do tempo foi propiciada por uma série de acontecimentos históricos, como por exemplo, a ocupação gradual de suas terras pelos latifundiários, o contexto de ocupação e desterritorialização produzido pelas estradas de ferro, a Guerra do Contestado e o contato com colonos (i)migrantes, são alguns fatos importantes da história da formação das identidades camponesas que ocupou as margens de muitos rios da Bacia do Rio Uruguai.

Em relação a organização social, onde imperava a grande propriedade, a forma, os aspectos e elementos de organização comunitária eram proporcionalmente menores se comparadas as regiões de colonização *gringa*. Já o conceito de família para os caboclos era mais amplo do que aquele compreendido pelos colonos, podendo abranger parentes e compadres, explica Silva e Marquetti (2015). A miséria associada a pouca atividade de lazer propiciou índices maiores de delinquência infanto-juvenil nessas regiões de concentração fundiária, explica Radin (2015). Silva e Marquetti (2015, p. 116), assim descreve a condição as quais viviam os caboclos:

Em sua maioria, habitavam casas simples, também denominadas ranchos, de chão batido, construídas com materiais extraídos das matas, como lascas de madeira, falquejadas (aplainadas) à mão, cobertas com tabuinhas ou esteiras de taquara. Sua economia consistia em plantar roças de subsistência e cercadas, sendo que os animais, porcos, cavalos, bovinos e galinhas, eram criados soltos. Milho socado no pilão (canjica e quireira), mandioca, feijão, carne, especialmente de porco e de caça constituíam a base da alimentação.

Ribeiro (2006, p. 399), também classificou os *gringos acabocladados*, oriundos da marginalização de muitos colonos provocada pelo esgotamento fundiário e pela falta de amparo do Estado. Ou seja, tratava-se de *gringos* sem-terra, sujeitos restringidos de um lado pelo minifúndio, que limitou a reprodução social dos descendentes e, de outro, “[...] o latifúndio que mantêm o cerco de suas terras”. Essa condição fez com que muitos regressassem a uma cultura de pobreza, adotando um estilo de vida rudimentar e marginal, semelhante aos matutos e gaúchos das rancharias.

Comprendemos assim, que essa condição social foi forjada pela pobreza e marginalidade em que foi submetida grande parcela do campesinato do Sul do país, que os

⁴² Tropeirismo “[...] consistia no comércio de gado e muare, conduzidos em tropas, do sul para o centro do país, especialmente para as feiras de Sorocaba em São Paulo” (RADIM, 2015, p. 149).

moldaram em uma identidade peculiar no decorrer do desenvolvimento das relações capitalistas de produção, de suas relações com o trabalho e com o ambiente. Ribeiro (2006, p. 238), assim interpreta este fenômeno: “É o trabalhador brasileiro que se torna obsoleto como uma força descartável da economia nacional”, referindo-se especialmente ao africano e o europeu pobre, que um dia foram “importados” para suprir com a mão de obra a baixa deficiência tecnológica. “A introdução de dispositivos mecânicos, como máquinas de vapor, de petróleo e de eletricidade, nos tornou muito mais eficazes não para nós mas para o exercício de provedores do mercado mundial”, complementa Ribeiro (2006, p. 237).

O fato é que, a Bacia do Rio Uruguai não só “acolheu” essas massas de miseráveis, “sobras” objetivadas da *carcaça do tempo*⁴³, mas sobre seu espaço elas procuraram recriar sua própria territorialidade, observadas em elementos como a manifestação lúdica, culinária, organização comunitária e sotaques, conferindo-lhes dessa forma certo grau de poder, enquanto identidades adaptadas pelas formas de apropriação e de seus auto-arranjos no espaço. Raffestin (1993, p. 158), nos ajuda a compreender este processo:

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente.

Neste contexto, a barragem de Machadinho possui uma peculiaridade em que duas formas de identidades campestres, e de usos da terra, se encontram e também se misturam: o minifúndio, dos colonos (i)migrantes, e o latifúndio, onde acentua-se a pobreza. Assim, não há uma sequência organizada para a exposição dos distintos contextos em grande parte do espaço rural atingido pelo lago da barragem, onde habitavam os colonos gringos, colonos sem-terra (*gringos* acaboclos)⁴⁴ e os caboclos descritos por Ruppenthal (2013), e, possivelmente os matutos descritos por Ribeiro (2006), uma vez que o EIA da UHE

⁴³ Conceito atribuído por Mészáros (2007), o homem é nada, o tempo é tudo, dado pela produtividade e lucratividade. Na ótica do tempo da produtividade capitalista, o homem é substituível quanto uma peça, lançado a marginalidade, constituindo a *carcaça do tempo*, atribuindo ao *tempo* um sentido de desumanizador.

⁴⁴ Quanto ao termo que define as levas de (i)migrantes posterior à 1850 (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, etc), alguns historiadores utilizam o termo *europeu* associado com os termos *imigrante*, *migrante* ou *descendente*, outros com o termo *colono*, por caracterizarem um modelo específico de colonização (as *colônias*), ou, ao invés de *europeu*, é também utilizado o termo *gringo*, como é feito por Darci Ribeiro. Na região, todos esses termos também são utilizados pelo senso comum.

Machadinho menciona a ocupação de colonos de origem açoriana (ou portuguesa como o EIA descreve) na região de Campos de Cima da Serra⁴⁵. Richit (2016), em sua pesquisa, na qual entrevistou pessoas atingidas pela UHE Machadinho, conseguiu identificar através da declaração dos entrevistados as origens étnicas tratadas neste tópico, inclusive a portuguesa.

Estas descrições são possíveis de constatar objetivamente nas pessoas entrevistadas para esta pesquisa, cujas feições do rosto denunciam uma vida sofrida, supostamente por muito trabalho e poucas posses. Em algumas dessas pessoas, seu tom de pele escurecida pelo sol, exposto pelos anos de trabalho árduo, não é suficiente para esconder os traços da mistura com a origem negra, ou vice-versa (ou brasileira, como também é retratada pelo senso comum local), acusando-as de serem “produtos” de uma miscigenação étnica. Quanto a seus modos de vida, um entrevistado declarou que, antes de remanejado, para garantir a reprodução social de sua família, fazia “bicos” em fazendas na “lida” com gado de corte, oportunidade oferecida por uma estrutura agrária excludente e que também ocupava a mão de obra de outros camponeses de sua comunidade (O.V., 2016)⁴⁶. Essa característica de sobrevivência se assemelha a condição dos *gaúchos das rancharias*, descrito por Darcy Ribeiro, ou com o *camponês de campanha*, cuja existência depende de seu roçado para subsistência, confinado entre grandes fazendas que lhes oferecem trabalhos temporários.

Já a família que o avizinha, pode confundir qualquer um pela tonalidade clareada de suas peles e cabelos, semelhantes aos descendentes de alemães ou poloneses, que contrastam ao sotaque peculiar que os diferem de quaisquer etnia *gringa*, mas que denuncia um estilo de vida caboclo. Entretanto, seus sobrenomes confirmam a descendência europeia, mas sua condição social antes de remanejado era de sem-terra⁴⁷. Por fim, constituição da identidade cabocla que habita a presente Bacia provêm de uma trajetória histórica mais complexa em relação aos colonos, merecendo uma abordagem mais minuciosa. Um exemplo disso é descrito por Silva e Marquetti (2015), em que uso da violência física acometida contra as populações indígenas pelas empresas colonizadoras também fora cometida sobre os caboclos, com o objetivo de “limpar” as terras para os “verdadeiros donos”.

Em suma, tratou-se neste tópico em narrar a história de grupos sociais praticamente invisíveis as preocupações do Estado, dos historiadores, igreja católica e demais instituições,

⁴⁵ Embora do EIA relata apenas o fato positivo da colonização, Darcy Ribeiro investigou seus aspectos contraditórios, que pelas mesmas razões das demais formas de ocupações, produziu o empobrecimento de muitas famílias, no caso específico da origem étnica portuguesa e açoriana, bem como outros aspectos específicos do modelo de colonização acumulado em suas gerações, definiu-os como *matutos*.

⁴⁶ Entrevista concedida em 13/01/2016, no PRRC Passo da Conquista, interior da cidade de Erechim/RS.

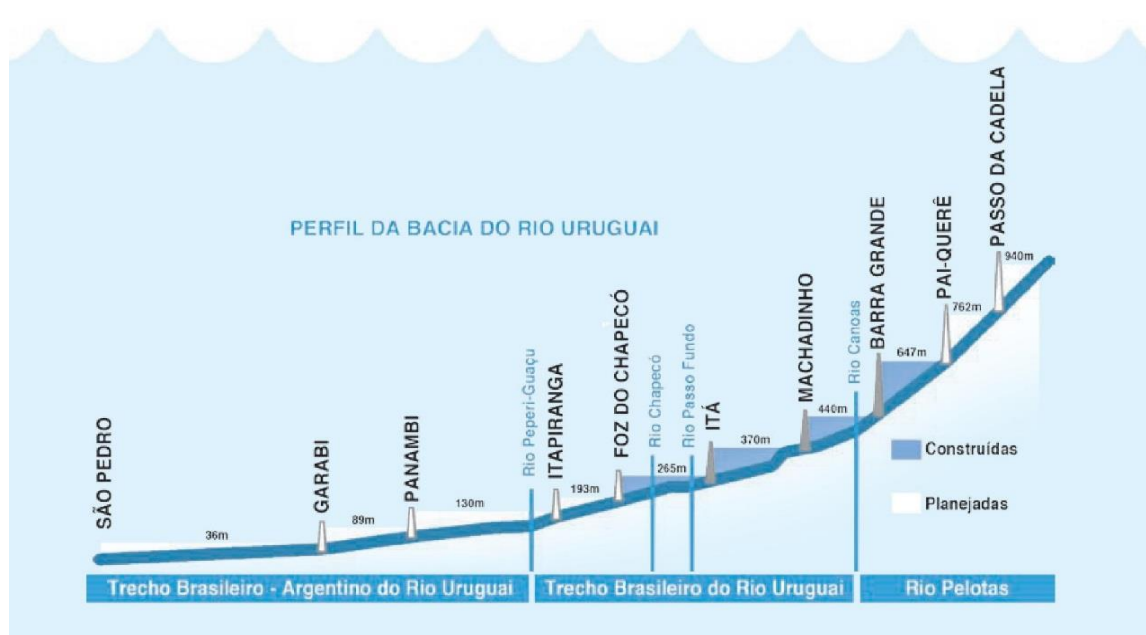
⁴⁷ Esta família reassentada reconstituiu no galpão de sua propriedade o “fogo de chão”, como um espaço lúdico de rememorar sua condição *a priori* da barragem. O fogo de chão é produto da vida paupérrima dos *gaúchos das rancharias* e dos caboclos que, na falta de fogão para cozer os alimentos o faz com fogo no chão.

conforme os descreve Benincá (2008), especialmente os caboclos que formavam a maioria dos atingidos sem posse da terra na barragem de Machadinho e nas demais barragens da região. Veremos adiante que essas populações “entraram para a história” ao enfrentarem o grande capital, como diz o autor supracitado, transformando-se em sujeitos da resistência e de transformação social.

3.2.2 Exploração elétrica

Seja pela cobiça do capital ou pela aparente premissa do *progresso*, a Bacia do Rio Uruguai apresenta um potencial energético de 12.816 MW, 5,1% do potencial nacional. Por essa razão ocorreu “[...] abertura de um novo pólo de riquezas”, sintetiza Medeiros (2006, p. 65), sucedendo ao esgotamento do ciclo madeireiro na metade do século XX que ocorreu na região. Com base nas informações da Eletrosul (1997), os estudos de aproveitamento hidroenergético realizados na Bacia do Rio Uruguai, nas décadas de 1960 e 1970, recomendaram a construção de 22 grandes UHE no lado brasileiro da Bacia, 11 delas situadas em sua calha principal, sendo os leitos do Rio Uruguai e do Rio Pelotas⁴⁸. O projeto, descreveu Medeiros (2006, p. 69), propõe “[...] transformar a calha do Rio Uruguai numa imensa escadaria”, conforme ilustrado na figura 6.

Figura 6 - Gráfico ilustrativo da situação dos empreendimentos hidrelétricos na calha principal da Bacia do Rio Uruguai.



Fonte: Hüffner e Engel (2011).

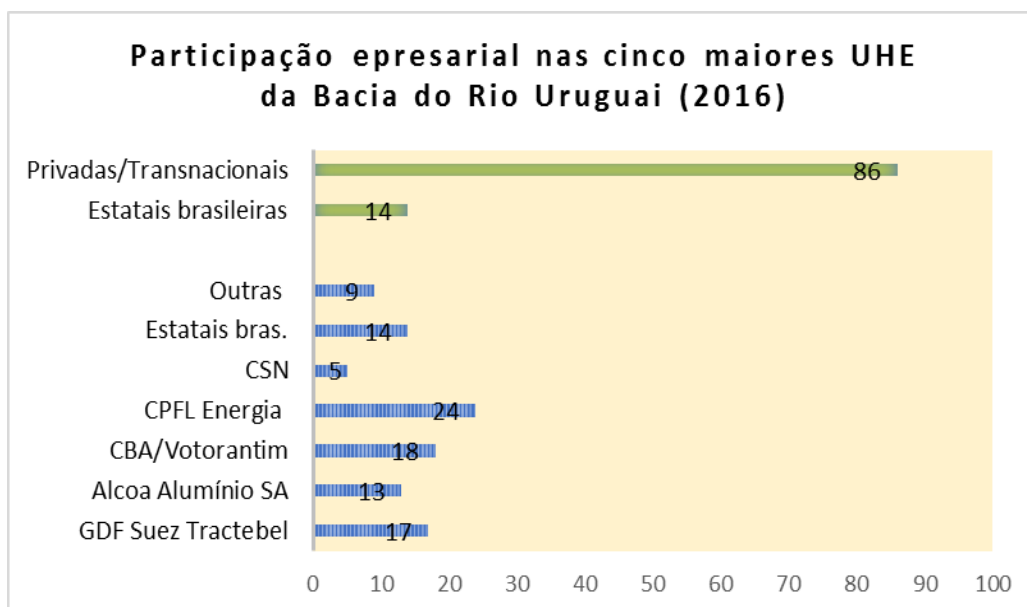
⁴⁸ Após novas revisões foram diminuídas de 11 para 10 na calha principal, mas aumentada de 22 para 27 a proposta de UHE para o restante da Bacia (MEDEIROS, 2006).

Na Bacia do Rio Uruguai os estudos de inventário foram elaborados pelo Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul – ENERSUL, com a supervisão da Canambra. Posteriormente, em 1980, foram publicados novos estudos de viabilidade realizados pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores – CNEC, destacando que as UHE Machadinho e Itá ofereciam os mais baixos custos para geração de energia em relação as demais apontadas pelo estudo, fazendo com que os projetos de ambas as usinas fossem prioritários para a Eletrosul (ELETROSUL, 1997).

Atualmente, já são dezenas de usinas operando, entre grandes e pequenas centrais elétricas, e outras dezenas planejadas. Onze dessas usinas, localizadas no trecho superior da Bacia⁴⁹, operam com potência instalada de 5.755MW, conforme ilustrado na tabela 1 e no mapa da figura 4.

Atualmente, está em fase de elaboração o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de outras duas gigantes que serão construídas no leito do Rio Uruguai: a UHE Panambi (1.048 MW), na divisa entre SC e RS, e a binacional UHE Garabi (1.152MW), na fronteira entre Brasil e Argentina (ANEEL, 2016).

Gráfico 2 - Participação empresarial nas cinco maiores UHEs da Bacia do Rio Uruguai, 2016.



Fonte: elaborada pelo autor, com base nas páginas virtuais dos consórcios das cinco maiores UHE

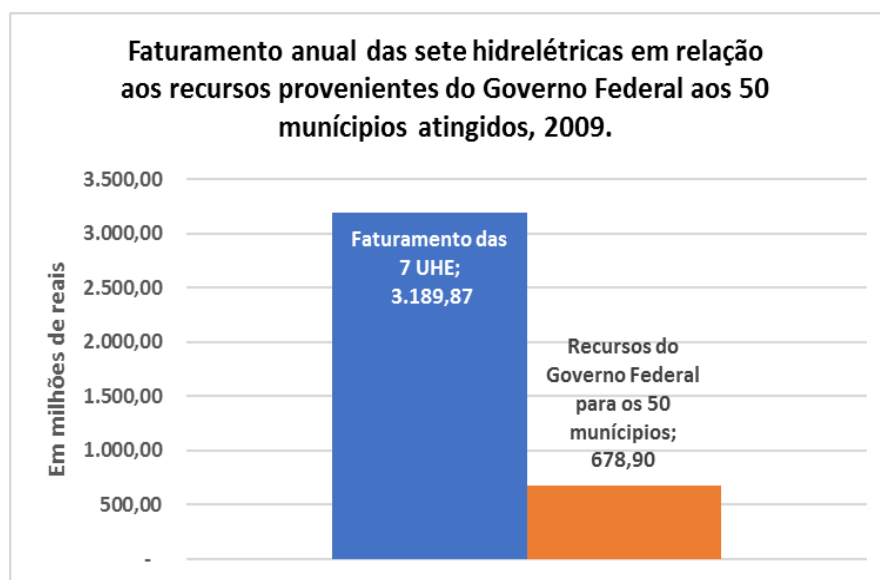
Participam do controle das usinas o capital privado nacional, transnacional e, com pouca expressão, algumas estatais brasileiras, com apenas 14%, conforme ilustra o gráfico 2. As

⁴⁹ O trecho superior compreende a junção entre os rios Pelotas e Canoas até a foz do rio Piratini, sentido nordeste.

empresas transnacionais logram a maior fatia da exploração, destacam-se as de capital francês, chinês e norte-americano. Somadas a participação das empresas que compõe as cinco maiores usinas da tabela 1 anterior, destaca-se a CPFL Energia⁵⁰, com 24%, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)/Votorantim, com 18%, a GDF Suez Tractebel, com 17% (que também controla 100% da UHE Passo Fundo), seguida por um grupo de estatais brasileiras, com 14%. O gráfico 2 ilustra as principais empresas que controlam as cinco maiores usinas. É importante salientar que este cenário se consolidou com as políticas privatistas na década de 1990 e nos primeiros anos deste século.

Somente as sete maiores UHE ilustradas na tabela 1, explica Cervinski (2011), representam um negócio de aproximadamente 5.95 bilhões de reais/ano (considerando geração, transmissão e distribuição), ou 180 bilhões de reais durante os 30 anos de concessões ao capital privado, considerando a geração, transmissão e a distribuição da energia. Entretanto, quem controla as distribuidoras são empresas que compõe os consórcios das usinas. Para construí-las foram necessários oito bilhões de reais, dos quais 75% foram disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É, de fato, um negócio altamente rentista e concentrador de riquezas.

Gráfico 3 - Faturamento anual das sete hidrelétricas em relação aos recursos provenientes pelos governos aos 50 municípios atingidos, 2009.



Adaptado de Cervinski (2013).

⁵⁰ São as acionistas da CPFL: a gigante chinesa State Grid, com 54,6%, e os demais 45,4% são ações livres no mercado, conhecidas como *Free Float*. A CPFL controla a RGE, maior distribuidora de energia da referida bacia. Informações obtidas no sítio da empresa, disponível no <https://www.cpf.com.br>, acesso em 04/11/2016.

O estudo de Cervinski (2011) ainda comparou o faturamento anual das sete maiores UHE em relação aos recursos do mesmo período provenientes dos governos federal e estadual aos 50 municípios atingidos por essas hidrelétricas. As informações demonstram um negócio altamente lucrativo e, por sua vez, concentrador de renda. Naquele ano, as sete maiores usinas “geraram” um montante de capital a seus acionistas 4,7 vezes maior do que obtiveram dos governos os 50 municípios, conforme demonstra o gráfico 3⁵¹. Somente para construir as sete maiores UHE o Estado injetou uma proporção de recursos equivalente a 11,7 vezes maior do que os recursos injetados anualmente aos 50 municípios para investimentos em suas obrigações sociais, algumas defasadas.

3.2.3 Barragens: entre o discurso da inclusão e a prática da exclusão

A partir da década de 1970 a população residente na Bacia do Rio Uruguai, especialmente as que foram atingidas pelos empreendimentos, se viu desafiada pelo Capital, que os apresentou projetos faraônicos, que soavam para muitos como uma esperança de ascensão social em meio a uma herança de miséria e trabalho duro. Sobre isto, Medeiros (2006, p. 66), ilustra:

Após o esgotamento dos recursos madeireiros, completamente dilapidados no curto ciclo econômico madeireiro das décadas de 50 e 60, as empobrecidas comunidades situadas ao longo do rio Uruguai são seduzidas pelas promessas mirabolantes de enriquecimento rápido com a construção de usinas hidrelétricas.

Dessa forma, nas áreas a serem afetadas, uma estratégia das empresas é realizar intensa propaganda para atrair a simpatia e o apoio da opinião pública local. O desenvolvimento regional é muito ressaltado pelos meios de comunicação e instituições locais. Fazem parcerias com instituições de ensino superior e de pesquisa para produção científica voltada a seus interesses, cooptam lideranças locais, fazem chantagem pública afirmando que as ações dos atingidos lesados vão prejudicar a toda a comunidade. A criação de empregos é amplamente destacada, mas ocultado que será efetivo por um período muito curto, necessário apenas durante o pico de construção das obras. Nos instrumentos de mídia das empresas é propagandeada uma verdadeira apologia ao *progresso* (MOTTER, 2009). Esta estratégia ainda é mantida através de ações pedagógicas promovidas pelos consórcios, dirigidas a estudantes do ensino básico de escolas locais públicas e privadas (RGE, 2015).

⁵¹ Neste período (2009) as UHE repassaram aproximadamente 40 milhões de royalty aos municípios atingidos (CERVINSKI, 2011).

Outra tática das empresas que antecede e no momento da construção das usinas é distribuir dinheiro e bens para as instituições das comunidades atingidas, criando uma falsa sensação no desenvolvimento econômico e de melhoria nos serviços sociais. Doação de equipamento para hospitais, escolas, escritórios da polícia, patrocínio de festas comunitárias, doação de uniformes para equipes de futebol amador, entre outras. É tanta promessa que parece reascender nos colonos (i)migrantes o desejo de seus antepassados pelo enriquecimento imediato, comenta Motter (2009)⁵². Entretanto, esta estratégia cria um sentimento coletivo favorável a qualquer ação das empresas e que dificulta e confunde a luta dos camponeses pelo reconhecimento de seus direitos. Os instrumentos ideológicos acabam assim por prejudicarem o direito à correta informação, um dos 16 direitos violados, apontado pelo CDDPH (2011).

A estratégia ideológica utilizada pelas empresas que exploram o setor elétrico também é observada em outras regiões do país, conforme exemplo descrito por Oliveira e Rothman (2007) sobre as barragens do Rio São Francisco. No “Velho Chico”, relatam os autores, as populações atingidas pela construção de barragens também são um alvo fácil do discurso de desenvolvimento, cujo efeito oriundo da desterritorialização pode ser a suburbanização dos atingidos em grandes centros urbanos⁵³.

A pesquisa de Gilvane José Richit, para obtenção do título de graduado em Geografia, traz presente em suas entrevistas, realizadas com população atingida pela barragem de Machadinho e autoridades locais, o descontentamento em relação às promessas de desenvolvimento econômico e social: “Desde os anos de 1966 falavam que ia vir à barragem para Maximiliano e a cidade ia crescer muito”, diz um dos entrevistados (RICHIT, 2016, p. 129). Outro relato destaca sobre o pouso de um helicóptero na cidade de Maximiliano de Almeida na década de 1960, em virtude dos projetos da Barragem. Em tempos em que poucas pessoas possuíam meio de transporte automotores, televisão, rádio e até energia elétrica era uma novidade para muitos, mas bens acessíveis para poucos, assim o pouso de uma máquina que voa pode ter produzido um significado singular ao imaginário popular, associado ao progresso, ao ponto que ainda nos dias atuais é um fato selecionado na memória dos que

⁵² Radin (2015) comenta que ainda na Europa os candidatos aos projetos de colonização para o sul do Brasil eram iludidos de que encontrariam uma terra farta que possibilitaria uma ascensão econômica rápida, uma terra sem padrões, onde poderiam construir sua autonomia. Em relação a imigração italiana esse sonho era expresso no mito da *Cucanha*, equivalente ao mito do Eldorado.

⁵³ Uma amostra do que Motter (2009) e Oliveira e Rothman (2007) comentam, pode ser conferido no Boletim Informativo do Instituto Acende Brasil (2008), que lista uma série de benefícios decorrentes da implantação de UHE em justificativa aos impactos sociais, como a democratização econômica e a expansão econômica da região a nível nacional, entre outras promessas. Além disso, ao descrever que o “sucesso” do histórico de inclusão das pessoas atingidas por UHE deve-se à virtude empresarial.

contam a história de sua relação com a usina⁵⁴.

Outro entrevistado, um ex-prefeito que presidiu o município no período de construção da usina, pondera que tanta euforia “[...] não passou de um sonho [...] sendo insignificante as melhorias”, e refere-se também a acordos não cumpridos por parte do Consórcio Machadinho com a população atingida do município (RICHIT, 2016, p. 152). Da mesma forma, a ex-autoridade expressa frustração referente aos valores de *royalties* que o consórcio tem repassado ao município. Em 1980, os pesquisadores e residentes da região Pasqualotto e Cassol (1980), fazendo uma leitura dos projetos de UHEs a serem implementados na Bacia do Rio Uruguai a partir da proposta da nova divisão internacional do trabalho, questionavam a narrativa do progresso propagada na região através de um artigo intitulado “Barragens: para que e para quem?”. Neste artigo, levantavam as seguintes provocações em relação as futuras barragens: “Quem as controlará? A quem aproveitarão? O preço da energia baixará? Será acessível a todos?” (Ibid., 1980, p. 74)

Este sentimento de frustração também é notado pela população residente na região abrangida pela UHE Itá, próxima a UHE Machadinho, salvo pelos municípios que comportam o eixo da usina, pois estes recebem uma grande quantia de *royalties* se comparado aos demais. O turismo não teve incremento significativo, como prometeram os proponentes do empreendimento, e a vida das famílias ribeirinhas seguiu seu curso normal de poucas perspectivas. Em muitos casos, forçou a desterritorialização mesmo não sendo atingidas pelo lago, pois a mudança brusca, visível na paisagem, isolou muitas famílias dificultando os serviços de logística para o escoamento dos produtos agropecuários e acessos a serviços públicos⁵⁵. Inclusive, pequenas casas comerciais, localizadas no interior dos municípios atingidos, fecharam ou migraram para áreas urbanas, devido à redução populacional dada pela desterritorialização de parte da população local.

Por sua vez, através das barragens, o capital desterritorializou parte dos grupos camponeses residentes na bacia do rio Uruguai, obrigando muitas famílias a migrarem para outros espaços, seja rural ou urbano. Sejam elas indenizadas ou não. Na crítica do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens (MAB, 2004), percebesse a denúncia que as barragens, de um modo geral, são “fábricas” de sem-terra e favelas.

⁵⁴ Em meus 15 anos trabalhando com assistência técnica e projetos social junto aos atingidos da Bacia do Rio Uruguai, ouvi inúmeras vezes esses relatos de helicópteros, que ora sobrevoavam e ora pousavam.

⁵⁵ Na época de construção da UHE Itá eu cursava o último ano do ensino médio na única escola pública do município de Severiano de Almeida, onde participávamos de atividades pedagógicas (concursos didáticos entre escolas) promovidas pelo consórcio que construía a obra. Todo conteúdo conduzia à promoção de ufanismos em relação ao empreendimento.

São exemplos os fatos ocorridos com as UHE de Passo Real e a de Itaipu⁵⁶, e até mesmo a de Sobradinho, no Vale do São Francisco, “[...] indenizações irrisórias, perda de terra, e reassentamentos insatisfatórios [...]”, descreve Sigaud (1986, p. 104), cujos prejuízos para os atingidos foram enormes, serviu de alerta para os atingidos de Itá e Machadinho. Até mesmo neste milênio, na UHE Campos Novos, a empresa anunciou propostas que partiam de R\$ 600,00 à R\$ 8.000,00 de indenização por família atingida, descreveu Foschiera (2009, p. 185).

Os “afogados” de Passo Real, foi o termo como ficaram conhecidas as mais de 300 famílias atingidas pela UHE Passo Real, não porque padeceram no lago formado, mas por este às tornarem famílias sem-terra. Benincá (2008) relata que muitas destas famílias desterritorializadas vagaram por até 16 anos por diversas cidades, entre acampamentos rurais, periferias urbanas até conseguirem serem assentadas. Esses fatores influenciaram muito a população ameaçada pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai, pois tinham conhecimento dos fatos envolvendo ambas barragens. As informações fluíam através das redes de parentesco, pelo apoio fornecido pelas igrejas católica e luterana e pelos meios de comunicação, e contribuiu para a desconstrução do discurso de *progresso*.

Os “afogados” de Passo Real tem protagonismo direto com a retomada da luta pela Reforma Agrária após 64, ocorrida no norte do RS, entre os municípios de Passo Fundo e Sarandi (hoje município de Ronda Alta), próximos de onde foram construídas a UHE Itá e Machadinho. Mais de 1.500 famílias sem-terra da região estruturam entre 1979 e 1981 o acampamento da Encruzilhada Natalino, às margens da BR 386 e, posteriormente, após ocupações à fazenda Annoni e muitas outras ações públicas, conquistaram o assentamento. Este fato é tido por ser um dos embriões do Movimento dos Sem-Terra (MST). Inicialmente, ainda na década de 1970, a fazenda Annoni havia sido indicada pelo Inbra para servir de reassentamento para as famílias desterritorializadas pela UHE Passo Real, mas a morosidade do Estado e os processos judiciais movidos pelos donos da fazenda para evitarem a desapropriação, contribuíram para que o caso se arrastasse por muitos anos, enquanto as famílias permaneciam acampadas na fazenda aguardando uma decisão do Estado quanto a seus futuros, sobrando apenas 50 famílias quando definitivamente foram assentadas devido à desapropriação definitiva da fazenda. O núcleo dessas 50 famílias dentro do assentamento foi chamado por elas de Passo Real. (SIGAUD, 1992; PIRAN, 2001; DICKEL, 2015).

⁵⁶ A hidrelétrica de Passo Real construída entre os municípios de Santa Maria e Cruz Alta, no RS, entrou em operação em 1973, e muitos camponeses desalojados não tiveram sua situação de terras resolvida. Itaipu foi construída no rio Paraná entre 1975 e 1982, na fronteira entre Brasil e Paraguai. Muitos camponeses desalojados eram oriundos da região atingida por Itá e Machadinho. (SIGAUD, 1992, p. 05).

As barragens, no entanto, podem ser classificadas como potenciais provocadoras do que Haesbaert (2004) denomina de “aglomerados de exclusão”, termo utilizado para:

[...] dar conta de situações dúbias e de difícil mapeamento que não podem ser abordadas nem sob forma de território (ou como processo claro de territorialização), no sentido de uma zona razoavelmente bem delimitada e sob controle dos grupos que ali se reproduzem, nem no sentido de uma rede cujos fluxos são definidos e controlados pelos seus próprios produtores e usuários. (HAESBAERT, 2004, p.315).

O autor supracitado salienta que a desterritorialização para os mais pobres lhes recai de forma mais angustiante, dadas as possibilidades reduzidas e limitadas pela condição econômica, tornando imprevisível a garantia da simples sobrevivência física cotidiana.

No entanto, os fatos apreciados neste tópico contribuíram para que as populações atingidas pelas barragens de Itá e Machadinho fossem aos poucos desmistificando a narrativa do *progresso*, permitindo que organizassem de forma antecipada e desencadeassem a *luta pela terra*, que também pode ser interpretada como uma luta em defesa do território, e, doravante, a luta pela reterritorialização, onde aqui se constitui uma disputa por um modelo de projeto de desenvolvimento que perpassa sobre as propostas de remanejamento. Piran (2001) compreendeu esse significado esclarecendo que enquanto a Eletrosul via a região como um espaço para produzir mercadoria, os atingidos a viam como um local para produção, vivência, direito histórico, ou seja, para sua reprodução social.

3.2.4 Surge o MAB, um movimento socioterritorial de confronto: o poder popular à frente das usinas

Até o momento já foram tecidas muitas considerações sobre a organização dos atingidos da Bacia do Rio Uruguai que, como veremos neste tópico, culminou na organização de um movimento social de expressão nacional. Na referida bacia hidrográfica a organização dos atingidos teve seu início no contexto da Ditadura Militar, final da década de 1970 e início da década de 1980, quando se davam os estudos de viabilidade, inventários e demarcações das UHE de Machadinho e Itá. Atingidos de outras regiões da respectiva bacia também se movimentavam juntos, mas não com tamanha expressão como foram os atingidos de ambas barragens em questão, pois seriam as primeiras a serem construídas entre dezenas de projetos. Como reação a um processo excludente, os atingidos pelas barragens, com apoio de setores

progressistas da igreja⁵⁷, sindicatos se uniram e criaram a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens (CRAB), cuja principal reivindicação era “terra por terra”.

Entretanto, não era o único lugar do país que atingidos por barragens organizavam-se e reagiam às barragens. No Norte havia movimentos regionalizados, como o Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, entre outros que se articulavam através do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Região Norte; também no Sul surgiu a Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu; na Região Nordeste, onde foram construídas barragens para produção de energia e para formação de açudes, também se constituía organizações regionalizadas, com destaque para o Movimento de Itaparica, atingidos pela barragem de Itaparica. Assim era em todas as demais regiões do país, onde fosse construída barragens para as diferentes finalidades, pois em todas elas haviam problemas em comum: expulsão sem indenizações, indenizações irrisórias, falta de propostas, ausência de diálogo, perseguição a atingidos, entre outros. Outro elemento em comum foi quanto a atuação dos sindicatos de pequenos agricultores rurais e a igreja católica na organização desses atingidos (CRAB, 1991).

Em março de 1991 ocorreu em Brasília o 1º Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, que reuniu representantes das principais organizações populares de atingidos por barragens de várias regiões do Brasil, e constituíram o MAB, um movimento nacional com o objetivo de agregar força frente ao Estado e ao capital (CRAB 1991). São movimentos regionais que se organizaram como “[...] uma resposta popular de insatisfação e rejeição a um projeto que não respeitava os aspectos ambientais, culturais e, principalmente, sociais e econômicos das famílias atingidas”, relata Seminotti (2008, p. 135).

Atualmente, o MAB está presente em 19 estados da Federação e articula-se com atingidos por barragens de vários países do mundo através da Via Campesina internacional. Em um contexto de autoritarismo, dificuldade de diálogo por parte do Estado e do capital e de violações de direitos humanos, sua principal estratégia é o confronto direto, utilizando-se de mobilizações de massa, ocupações e agitação e propaganda. Sua estratégia organizativa está alicerçada nas comunidades atingidas organizadas em *núcleos de base*⁵⁸, onde cada qual elege seu representante, que elege um ou mais representantes municipais, esses elege os representantes regionais (por barragem), e assim sucessivamente até a composição de um

⁵⁷ Setores que expressavam a Teologia da Libertação, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) (FOSCHIERA e THOMAZ JUNIOR, 2012).

⁵⁸ *Núcleos de Base* são instâncias locais de debate, sua metodologia procura reunir as famílias por proximidade formando pequenos grupos de três a cinco famílias. Em uma mesma comunidade pode existir vários núcleos, que elege seus representantes para espaços de debate mais regionalizados.

núcleo operativo de caráter nacional, denominado de *coordenação nacional*⁵⁹. Esta estrutura articula uma imensa rede nacional de atingidos por barragens.

Assim, pode-se afirmar que o MAB é a expressão de uma articulação nacional de múltiplas territorialidades com objetivos em comum. O MAB, como um movimento de confronto ao capital, é assim, por dizer, o território imaterial dos atingidos, pois representa um aspecto da dimensão política das territorialidades dos atingidos de várias barragens brasileiras. Sendo intrínsecos, os territórios materiais “[...] se formam dentro do espaço físico, enquanto os imateriais dentro do [...] espaço social, a partir relações, por meio do pensamento, dos conceitos, das teorias e das ideologias [...]”, explica Fernandes (2013, p. 121), e, doravante completa que, “A construção de um território material é o resultado de uma relação de poder baseado no território imaterial como conhecimento, teoria e ideologia”.

Dessa forma, atribui-se ao MAB o status de um movimento socioterritorial, pois uma das características dessa atribuição, conforme Pedon (2013, p. 197), está em sua forma de mobilização coletiva, organizada neste caso enquanto camada popular excluída, possuindo uma agenda direcionada para a conquista do território ou “[...] da soberania por parte de um grupo sobre o espaço apropriado”. Ao analisarmos Fernandes (2001), nos leva a compreender que as ações e demandas deste movimento social correspondem a processos de espacialização e territorialização da luta pela terra, da luta contra as barragens, ou mais que isso, da luta contra a desterritorialização, e da luta pela reterritorialização, entre outras.

Retornando à Bacia do Rio Uruguai, a importância da CRAB para a luta dos atingidos é de grande relevância. Para Sigaud (1992), esse movimento, em relação aos demais, conseguiu impor diversas formas de resistência⁶⁰ frente aos empreendimentos, sobretudo por conseguirem “[...] desmistificar o sentido de ‘progresso’, geralmente atribuído a construção de barragens”, explica a autora. A autora supracitada também ressalta o *Termo de Acordo* assinado em 1987 entre a CRAB e a Eletrosul, por ter sido algo inédito no Brasil e de grande importância, pois “[...] pela primeira vez na história das relações entre as empresas estatais de geração de energia e as populações a serem removidas, as condições de deslocamento são definidas antes do início da obra.” (SIGAUD, 1992, p. 05).

Este *Termo de Acordo* simbolizava várias conquistas, entre elas a proposta dos

⁵⁹ A principal atribuição da coordenação nacional é manter esta malha operante, formatando as demandas e estratégias discutidas nos núcleos de base e subsidia-los de informações, construir e articular projetos de apoio a atingidos e reassentados, estabelecer relações com os governos, entidades de apoio e cooperação e buscar articulação internacional com outros atingidos por barragens, entre outras demandas.

⁶⁰ Manifestações, abaixo-assinado, sequestro de trabalhadores de empresas, trancamento de estradas e ocupações dos canteiros das obras, eram táticas utilizadas por muitas pessoas atingidas, conforme demonstra ilustrações dispostas no Apêndice A.

Reassentamentos Rurais Coletivos (ELETROSUL/CRAB, 1987), pois através dele o Estado reconheceu uma proposta de remanejamento construída por atingidos por barragens, que, anos depois, se tornou uma demonstração prática e eficiente de que o envolvimento da população atingida por grandes empreendimentos nas decisões e planejamentos de seus destinos é possível.

Além da colaboração das igrejas, sindicatos, políticos e o conhecimento dos fatos de Passo Real e de Itaipu, também contribuiu para a rápida reação dos atingidos o modo de exploração/relação agrária, a alta densidade de camponeses nas áreas atingidas, a maior quantidade de camponeses com títulos de posse e sua organização comunitária homogênea, que facilitava a articulação comunitária dos atingidos em *núcleos de base*. Esses fatores, elencados por Sigaud (1992), foram uma vantagem em relação as demais organizações do país. A densidade demográfica e organização comunitária facilitava a circulação das informações entre o povo e a resposta deste nos atos de cunho coletivo, como reuniões, assembleias, ocupações, entre outros.

A exemplo da barragem de Sobradinho, de acordo com Sigaud (1992), também predominava o modo de produção camponês, mas subdividida em dois sistemas, que exploravam a combinação de agricultura, pecuária e pesca. A agricultura dos *lameiros*, que dependia predominantemente das vazantes do rio e a agricultura das *chuvas*, situada nas áreas mais elevada, fazendo-se totalmente dependentes do rio. A grande maioria desses camponeses não usufruía do título de posse em uma proporção como a maioria dos camponeses na época ameaçados pelas UHEs de Itá e Machadinho. Além disso, suas organizações comunitárias eram heterogêneas, o que prejudicaria a organicidade local em relação ao sul do Brasil.

Já os camponeses atingidos pela UHE de Tucuruí, compara Sigaud (1992), predominava o extrativismo como principal atividade econômica, onde muitos adentraram pela mata como alternativa às consequências sociais sofridas pela hidrelétrica.

É no encontro de interesses opostos sobre o mesmo espaço que deriva o conflito social. Neste caso, o interesse do capitalismo é a usurpação do interesse do outro, caso contrário o sistema como tal não se reproduz. Seminotti (2008, p. 142), ao analisar o depoimento de camponeses atingidos pelas UHEs de Itá e Machadinho, abstrai a essência que compõe o drama dessas populações, que pode ser interpretado como ameaça à sua territorialidade e que também alimenta sua resistência, expondo o conflito de modelos de desenvolvimento: “O espaço em que vivem está repleto de simbolismos [...] Elas representam a dor de outras milhares de famílias atropeladas pelo processo de desenvolvimento que modifica o seu espaço e a sua região.”

Sendo assim, contar a história do MAB é contar à história de populações condenadas pelas relações sociais capitalistas de exploração, cujas gerações seguem seu eterno calvário de constante desterritorialização e a procura por outro espaço para sobreviver e, quem sabe, novamente constituir uma territorialidade, enquanto uma forma de poder organizado. Mas por outro lado, é contar a história de resistência popular, de muitos “Davis contra Golias”, e assim não permitir que seus feitos sejam condenados e que suas conquistas não sejam registradas na história, em uma linguagem *neoempresarial*, como uma benéfica das práticas responsáveis dos empreendedores ⁶¹.

Para concluir este tópico, como um militante que acompanhou a evolução do movimento *in loco* nas últimas duas décadas, é importante dizer que neste novo milênio o MAB passou a aprofundar e ampliar os horizontes de sua luta política. Aprofundou, porque propiciou mais solidez na formulação de sua crítica social e clareza política à sua base militante. Ampliou, porque atualmente a pauta de sua luta é mais abrangente e audaciosa do que aquela que apenas correspondia a demandas locais travada nas “barrancas dos rios” condicionada apenas na luta pela terra através do discurso do “não às barragens”.

Este exercício de abstração de sua própria identidade catalizadora permitiu compreender que, por trás dos muros implantados que desterritorializam milhares de pessoas, não há apenas água, mas um modelo energético que contribui para a sustentação da acumulação capitalista. Com isso, a luta pela transformação do atual modelo energético foi inserida na pauta da luta social do MAB. Um exemplo objetivado disso é *A Plataforma Operária e Camponesa para Energia (POCE)* ⁶², documento que esboça um conjunto de análises e reivindicações sobre o atual modelo energético, bem como propostas para sua reformulação.

3.2.5 O conceito de *atingido* por barragem

Neste tópico serão elencadas algumas considerações sobre a definição de *atingido por barragem* e tecidas breves reflexões acerca das opiniões apresentadas. Será tratado de um conceito em disputa, sendo forjado a partir do conflito, cujo pressuposto permeará todo o debate que se acerca. De um lado, estão os atingidos organizados em movimento social, e, do outro, o capital. A partir de sua definição pode (ou não) objetivar-se em ações reparatórias ou

⁶¹ Além dos veículos de comunicação tradicionais, essa premissa pode ser conferida por meio dos instrumentos de comunicação das empresas e seus institutos.

⁶² POCE possui um documento em permanente elaboração que contém um conjunto de propostas para que a energia esteja de fato a serviço do povo brasileiro e da soberania nacional. Além disso, é uma iniciativa que vem se consolidando desde 2010, e também serviu para impulsionar a construção de aliança entre diversas organizações de trabalhadores do campo e da cidade em relação ao tema da energia. (MAB, 2012).

em mais injustiça, pois quanto mais direitos reconhecidos menores serão as taxas de lucro para o capital.

A própria prática das empresas em excluir os não proprietários, bem como as críticas de Sales e Uhlig (2016) em relação aos custos com os atingidos indiretos e com remanejamentos, já é um ponto de partida para esse debate. Trata-se de uma concepção *territorial-patrimonialista*, baseada na questão *patrimonial-fundiária*, diz Vainer (2005), que segue a tradição do direito brasileiro. Nessa abordagem, não existe o conceito de atingido, muito menos de direito, nem de impacto (incluído a questão ambiental) apenas a desapropriação por *utilidade pública* e a indenização aos proprietários. Sigaud (1986 e 1992), Piran (2001) e Vainer (2005), observaram bem a aplicação prática dessa concepção ao estudarem a luta dos atingidos na Bacia do Rio Uruguai como em outras regiões brasileiras (que também traduz a *práxis* de pressupostos da filosofia moderna sobre a relação *homem X natureza*): a natureza e a população são obstáculos a serem removidos, atrapalham o *progresso* capitalista.

3.2.5.1 O que dizem as normas nacionais e convenções internacionais?

Compondo uma definição geral de *atingido* por grandes empreendimentos, a ONU apresenta uma compreensão ampla, amparada por convenções internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais de 1966, e as convenções da OIT. Seu conceito engloba os não-proprietários e os trabalhadores informais, considera também o atingido indireto, ou seja, todos aqueles que não residem na área afetada pelo projeto, mas dependem dela para sua sobrevivência:

Os atingidos não são apenas os que serão diretamente removidos, mas também os que vão sofrer alguma restrição de acesso a recursos para reprodução ou continuidade do modo de vida, perda ou redução das fontes de emprego, renda ou meios de sustento. Inclui-se também os que habitam no entorno das obras e aqueles que podem vir a ficar separados de suas comunidades originais. Proprietários e não proprietários, meeiros, parceiros, posseiros, locatários, trabalhadores informais, por exemplo, poderão ser considerados atingidos (ONU, 2011, p. 13).

Além disso, a entidade menciona os aspectos imateriais (sociais e culturais): “Devem ser estabelecidos critérios claros para a avaliação de impacto, levando-se em consideração que esta avaliação não deve ser meramente econômica, mas cobrir também aspectos sociais e culturais [...]” (ONU, 2011, p. 14). Em minha experiência com pessoas atingidas por barragens e conforme observado nas entrevistas realizadas a campo, é comum ouvir

lamentações das pessoas mais velhas em relação a seus modos de vida nas antigas comunidades atingidas, bem como de pessoas que permaneceram na comunidade e perderam as referências sociais dada a saída de grande parte das famílias. Relatos de casos de depressão são comuns nesse meio. A comunidade expressa a base social dos indivíduos, onde se pratica a religiosidade, lazer, a educação dos filhos e os laços de amizade, descreve Sigaud (1986).

Tanto os elementos materiais como os imateriais que definem o atingido indireto, se enquadram no que Haesbaert (2004, p. 25) define sendo desterritorialização *in situ*, ou seja, o indivíduo permanece em seu lugar, mas perde o acesso aos seus espaços ou territórios.

Também se trata de um conceito mais democrático, pois para a entidade o atingido deve participar do planejamento de todo o processo que implica o seu destino. A partir desta compreensão de *atingido*, a ONU desenvolveu materiais instrutivos para orientar os países na criação de políticas públicas de remanejamento para pessoas vítimas de remoções e despejos forçados (ONU, 2011).

Quanto aos órgãos internacionais de financiamento, como o BM, estes consideram o conceito a partir da concepção físico-econômica, salienta Vainer (2005), sendo mais inclusiva do que a praticada no Brasil pelo capital, ao englobar os que não precisam migrar (os atingidos indiretos), comerciantes, pescadores, trabalhadores sazonais, a mata onde se juntava a lenha, entre outras atividades. Assim, atribuiu-se a perspectiva de *deslocado econômico*, àquele que, mesmo não tendo contato com a área ocupada pelo empreendimento, tem suas atividades econômicas de alguma forma afetadas. O BM também orienta a criação de políticas de reassentamento aos não-proprietários que possuem direitos informais sobre a terra (meeiros, arrendatários, posseiros, indígenas, entre outros grupos). Seu conceito aproxima da concepção da ONU. Além disso, considera as comunidades anfitriãs (que recebem reassentados) como atingidas.

A Comissão Mundial de Barragens (CMB)⁶³, teceu um conceito que se aproxima da compreensão dos órgãos de financiamento e da ONU, mas o seu diferencial está por chamar a atenção à questão temporal dos impactos, aqueles que podem se originar após a conclusão da obra, com a construção de linhas de transmissão, a redução de pescados devido as alterações do ecossistema local, entre outros. (VAINER, 2005)

No entanto, no Brasil não há legislação específica que trate desse conceito a nível Federal, salvo a UF do RS, pelo Decreto 51.595/2014. Mas, no que compete a República

⁶³ A CMB foi formada por especialistas do setor elétrico e por representantes de várias entidades com posições favoráveis ou críticas aos grandes empreendimentos. Seu objetivo foi produzir um diagnóstico independente sobre o contexto dos empreendimentos hidrelétricos.

Federativa houve uma tentativa em 2010 através do Decreto 7342. No Brasil, provavelmente possa ser encontrada a definição de *atingido* em manuais direcionados aos empreendedores, com a finalidade de orientar a conduta e ações a serem tomadas frente as questões sociais. A Eletrobrás baseou-se na *concepção hídrica*, principalmente até a década de 1980, que para Vainer (2005) é uma reinvenção da concepção *territorial-patrimonialista*. Mas, atendendo as pressões dos movimentos sociais e ambientalistas, passou a considerar as dimensões ambiental, social e cultural. Ela também considera a dimensão temporal e procura a inserção regional de suas hidrelétricas. Com isso, comenta Vainer (2005), a estatal considerou a responsabilidade social do setor elétrico, mesmo que o setor (incluindo suas subsidiárias) ainda tencione para prática das concepções *hídrica* e *territorial-patrimonialista*.

A *concepção hídrica* considerava apenas o espaço ocupado pela água do lago, sendo entendido o *atingido* como o *inundado*, mencionado através do termo técnico *deslocado compulsório*. Essa concepção isenta o empreendedor de responsabilidade social, e na prática, as negociações indenizatórias se davam com os proprietários, aponta Vainer (2005). Essa concepção, segundo o autor supracitado, foi fortalecida pela legislação referente à compensações financeiras sobre os municípios que tinham suas áreas alagadas.

No Brasil, o escopo das questões sociais é tratado pela legislação ambiental, conforme apontou Scalabrin (2015b), amparadas pelos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA⁶⁴. Embora seja uma exigência do Estado, tais estudos são realizados pelas empresas que lograrão da exploração energética, assim como o cadastramento da população, na qual ainda aplicam o conceito *territorial-patrimonialista* ou *hídrica*, aponta Vainer (2005). Dessa forma, instituem o que lhes convêm e acabam por deixar um passivo histórico de violações de direitos como herança indesejada à sociedade brasileira, conforme constatou o CDDPH (2011).

Importante salientar que os órgãos internacionais de financiamento criaram exigências também para as questões ambientais, não tratadas neste tópico. Isso demandou que os Estados nacionais se adequassem para poder acessar empréstimos, de onde surgiram os licenciamentos ambientais e as audiências públicas, explica Vieira (2003).

O CDDPH (2011), em seu diagnóstico sobre os efeitos sociais produzidos pela barragem, teceu um conceito amplo de *atingido*. O órgão utilizou apreciações dos estudos de Carlos Bernardo Vainer, de agências internacionais de financiamento e também buscou

⁶⁴ “Ao elaborar o EIA/RIMA, o empreendedor deve apresentar um plano das alternativas de remanejamento das famílias cujas terras serão atingidas pela implantação da usina. A apresentação desse plano é necessária para a concessão da Licença Prévia [...]” (PENNA, 2009, p. 53).

fundamentação na Constituição Federal de 1988 e no Decreto 6.040, de 7/02/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Em suas diretrizes expressa que “A implantação de uma barragem implica, via de regra, processo complexo de mudança social, que envolve deslocamento compulsório de população e alterações na organização cultural, social, econômica e territorial.” (CDDPH, 2011, p. 30).

O Decreto 7342 da Presidência da República, de 26/10/2010, buscou a regulamentação do cadastramento socioeconômico em áreas atingidas por barragens, foi mais o próximo que a sociedade brasileira conseguiu de uma lei nacional que regulasse o tratamento dos atingidos por barragens. Apesar de ser insuficiente em sua definição de atingido, era a base que determinaria a realização dos cadastros, pondera o MAB (2011). Em seu Artigo 2º, de forma genérica, o decreto permite a interpretação pelo viés do *deslocado econômico*: “IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento”. (Brasil, 2010).

Já o Decreto 51.595, de 23/06/2014 do Estado do Rio Grande do Sul, único decreto vigente no país, provavelmente apresenta a definição mais satisfatória quanto ao conceito de *atingido*, indo ao encontro do que é recomendado pelos organismos internacionais, pela definição do CDDPH e do que é reivindicado pelo MAB. Sua definição contempla todos os que possuem vínculo com a terra (Artigo 7º, § 1º) e todos àqueles que tem suas vidas de alguma forma interferidas pela construção de uma barragem, inclusive as comunidades anfitriãs que recebem os remanejados, conforme Artigo 9º. Também trata de questões culturais e modos de vida, entre outros aspectos. Contribui para atingir esse nível de detalhamento a apreciação dos conceitos de *Regiões Afetadas* e *Comunidades Afetadas*, conforme dispostos em seu Artigo 2º:

I - Regiões Afetadas por Empreendimentos Hidrelétricos: a totalidade das áreas em que se constatar, direta ou indiretamente, um ou mais impactos sócio-econômicos, culturais ou ambientais, que atinjam indivíduos, famílias, comunidades e grupos sociais em decorrência da construção, da instalação e da operação do empreendimento hidrelétrico; e II - Comunidade Afetada: população habitante de aglomerações urbanas e rurais, cujas residências ou atividades econômicas e sociais sejam afetadas de forma a alterar, prejudicar ou inviabilizar sua existência, bem como a forma de reprodução social em função da construção, da instalação e da operação de empreendimento hidrelétrico (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Mas, não é somente isso. Em seu artigo 5º contempla questões infraestruturais do município sede do empreendimento, prevendo o funcionamento ordenado de serviços básicos

como saúde, educação e habitação, precavendo-se de possíveis problemas ocasionados pelo repentino aumento populacional e temporário de trabalhadores que atuam no canteiro de obras. Para o MAB e o MPF tal ônus não pode ficar com a sociedade, uma vez que a apropriação da renda do empreendimento será privada. Neste mesmo artigo, também é determinada a tomada de ações específicas à grupos minoritários, como indígenas, quilombolas, pessoas portadoras de deficiências, além de mulheres, crianças e jovens. Nota-se que não se trata de um conceito apenas abrangente, mas corresponde a complexidade das relações sociais afetadas.

Em minha atribuição de militante do MAB tive a oportunidade acompanhar a formulação do Decreto 51.595, participando de reuniões comunitárias promovidas pelo movimento e as vezes acompanhando o debate junto ao Governo do Estado, testemunhando assim o significado de algumas pautas compreendidas pelo Decreto que moldam o seu conceito de *atingido*, como por exemplo a questão de *gênero*. Para o MAB, que atualmente possui um Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, significou outro grande passo, pois se salienta que as mulheres são as que mais sofrem em processos de despejo e remoções. Esse aspecto foi constatado nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, pois todas as mulheres manifestaram que ficaram deprimidas após o deslocamento e inseguras antes de remanejadas. Assim, além do estresse por estarem inseridas em uma sociedade machista e patriarcal, onde também muitas são vítimas de violência doméstica e ao cumprimento de dupla jornada de trabalho, existe o estresse em virtude dos impactos gerados por uma barragem, sendo as que mais se sentem ameaçadas quanto a integridade de suas famílias⁶⁵.

Outra característica (e novidade) do Decreto do Estado do RS é sua conduta democrática, possibilitando a participação da comunidade atingida quanto ao planejamento e a definição de seus futuros, indo ao encontro do que sempre foi reivindicado pelo MAB e proposto pela ONU. Em seu Artigo 20º, institui a constituição de um Comitê Gestor para coordenar, monitorar e acompanhar a execução das políticas instituídas pelo Decreto. A premissa democrática e participativa conferida à comunidade atingida via legislação atribui um enorme significativo ao seu conceito: o empoderamento, pois com isso reconhece a capacidade dos atingidos de planejarem seus futuros.

Sendo assim, faço uso da síntese elaborada por Humberto José da Rocha, outro estudioso do tema, que exprime o significado do conceito em um país onde a classe

⁶⁵ O MAB produziu diversos materiais didáticos direcionados às mulheres, o último deles, “A Luta das Mulheres Atingidas por Barragens por Políticas Públicas”, retrata a luta feminista por políticas públicas e denuncia a violência cometida sobre às mulheres atingidas por Barragens (MAB, 2017).

trabalhadora empobrecida e muitas vezes esquecidas pelo poder público nunca tiveram voz e vez. Nesses termos ele explica:

A condição de atingido por barragem advém de uma construção a partir da relação entre diferentes agentes sociais na questão hidrelétrica, que reúne desde grupos de empresas multinacionais e também nacionais (como o Estado) até locais (como ribeirinhos que raramente deixaram a barranca do rio ao longo de suas vidas). Esta relação tem sido marcada por negociações e pressões, mas, de uma maneira ou de outra, acabam homologadas judicialmente, de forma que a partir de sua aplicação repetida, a cada novo caso, pode significar alterações no sentido de um processo social amplo que, como se sabe, no Brasil já ultrapassa um século. (ROCHA, 2010, p. 398)

3.2.5.2 O conceito de *atingido* pelos atingidos

No tópico anterior, foi visto que o conceito de *atingido* vem sendo construído socialmente ao longo dos tempos e do espaço e envolvendo diferentes sujeitos de acordo com seus interesses, como explica Vainer (2005)⁶⁶. É comum ouvir de atingidos da Bacia do Rio Uruguai relatos em que foram excluídos dos processos de cadastramento que identificam os residentes na área alagada sujeitos à relocação, sobretudo com quem não tinha vínculo formal com a terra, inclusive para quem era proprietário, conforme constatado na pesquisa a campo. Dos entrevistados para esta pesquisa, 90% destacou a importância do MAB no reconhecimento como atingidos, pois esses inicialmente não foram reconhecidos como atingidos pela empresa.

Sobre a evolução da compreensão de *atingido* pelos atingidos e ameaçados por barragens, organizados em movimentos sociais, Foschiera (2009) salienta que, inicialmente, identificava apenas os “afogados” ou “expropriados”, quem era atingido diretamente pela inundação do lago. Mas, através da organização coletiva em movimento social, o conceito foi sendo ampliado com a introdução de novos grupos e significados. Assim, explica o autor:

Os colonos, que tinham em comum apenas o fato de serem atingidos pelas barragens que haviam sido projetadas, foram criando um laço de solidariedade em torno desse fato, uma identidade social construída nas atividades desenvolvidas, historicamente construídas, que fazia do termo “atingido” um conceito que referenciava um grupo social organizado, defendendo seus interesses. Esse conceito, que foi se ampliando historicamente, superou a idéia de que atingido era apenas quem tivesse propriedade, incluindo também nele outras categorias, como os sem-terra, os ocupantes, os arrendatários, os parceiros, e as populações indígenas (FOSCHIERA, 2009, p. 161).

⁶⁶ Do ponto de vista temporal são os últimos 30 anos, comenta Vainer (2005).

Nota-se na citação, que o autor delinea os elementos constitutivos de uma nova territorialidade em torno da definição do conceito de *atingido*, pois em torno dele constitui-se uma identidade social, histórica e geograficamente construída. Sendo assim, com o passar do tempo e com o amadurecimento do movimento, o conceito de *atingido* foi tornando-se mais complexo e abrangente, embora fosse determinado pelo grau de organicidade e força imposta pelos atingidos em cada barragem, comenta Foschiera (2009):

Para a empresa, o atingido com direito à indenização é aquela família que tem um vínculo direto com área atingida, “(...) que possuem imóveis, que dependem da terra ou da água, afetadas pela formação do reservatório, acrescida da área necessária à formação da área de preservação permanente.” (Termo de Acordo, 2004). O MAB defende a idéia de Comunidade Atingida, que envolve também famílias que, embora não se encontrem na área atingida, terão perdas sociais de grande porte ao constatarem que suas estruturas comunitárias ficaram inviáveis, (...), devido à migração compulsória das mesmas em função da barragem. (FOSCHIERA, 2009 p. 198)

Nesta citação de Foschiera, nota-se a compreensão *territorial-patrimonialista* e a concepção do MAB que se aproxima do *deslocado econômico*, mas agrega os aspectos socioculturais que tangem seus modos de vida, que no caso das barragens de Itá e Machadinho, são fortemente vinculados à vida comunitária. Poderíamos assim dizer, que se trata de uma abordagem *deslocado social-econômica*. Mas, não para por aí. Como militante do MAB pude acompanhar *in loco* a reformulação do conceito de *atingido* nas últimas duas décadas. Foram incluídas reivindicações que extrapolam ao território físico usurpado por uma barragem e suas implicações indiretas, como por exemplo, no que diz respeito aos recursos provindos da geração elétrica, que poderiam ser aplicados em projetos de desenvolvimento para toda a bacia hidrográfica onde se encontra a barragem. Projetos em que comunidade possa participar e definir suas prioridades. Já ocorre nessa concepção uma abordagem de território mais ampla, através da inserção territorial de uma UHE.

O preço da energia foi outro elemento que renovou a concepção de atingido para o MAB, “o atingido pelo preço da energia”, também destacado por Foschiera (2009). O preço praticado no Brasil está entre os mais caros do planeta, onde se produz com a melhor eficiência, salienta Cervinski (2011) – no período de sua pesquisa praticava-se a quinta tarifa residencial mais cara do mundo⁶⁷. Nesta abordagem, subtende-se que toda a sociedade é *atingida*. Assim, o MAB não apenas luta por uma definição social e geograficamente singular do conceito de *atingido*, ou seja, o cidadão afetado pelo empreendimento de forma direta e

⁶⁷ Desde 2006 o movimento passou a promover sistematicamente a campanha “O preço da energia é um roubo”, que também tem o objetivo de sensibilizar a sociedade para as injustiças cometidas pelas barragens.

indireta, mas, tem proposto uma definição universal, enquanto “sociedade atingida” por um modelo de exploração elétrica, que abarca inclusive a definição singular⁶⁸. Esta abordagem dialoga com a função geopolítica que uma barragem desempenha em nossa sociedade.

Outro elemento, que agregou conteúdo e reforçou essa abordagem conceitual universal de *atingido*, diz respeito ao passivo histórico deixado para a sociedade, cometido pelas violações de direitos ao longo dos anos, e os problemas sociais que disso derivam. Sobre isso, contribuiu o diagnóstico produzido pela CDDPH (2011). Entretanto, o MAB há muito tempo denunciava que no Brasil, aproximadamente, um milhão de pessoas foram expulsas de suas casas, sem direito algum, devido à construção de barragens. Como explica Viana (2003, p. 44), “A ruptura da economia gera, como consequência, um aumento na migração, na dependência de salários de trabalhos informais em áreas urbanas e empobrecimento das comunidades”. Para Scalabrin (2015b), trata-se da exclusão sendo combatida com exclusão.

Mas, o que nos interessa para esse trabalho é o histórico de formação da primeira definição descrita, a definição singular de *atingido*. Por quê singular? No aspecto geográfico, a barragem (e seus impactos) ocorre em um espaço determinado, mesmo que suas fronteiras sejam complexas, dada a disputa conceitual em incluir ou não o atingido indireto e a sua identificação. Em outras palavras, é observável em algum ponto do mapa e até mesmo na paisagem.

Quanto ao aspecto social, o referido espaço está povoado por pessoas que estabelecem relações sociais entre si e com a sociedade em geral, constituem territórios e territorialidades, são as relações de poder que se confrontam. Além disso, os impactos podem gerar passivos à sociedade como um todo, quando, por exemplo, a desterritorialização não é acompanhada por um processo planejado de reterritorialização, ou pior, quando esta lhe é negada. Dialoga-se também, neste ponto, sobre um modelo de desenvolvimento e de relação social. Em suma, como produto das contradições sociais, o que o MAB tem procurado em relação ao conceito de *atingido*, em seu aspecto essencial, é tecer uma abordagem dialética do mesmo.

Dessa forma, abordar esse arcabouço conceitual não foi apenas para compilar o drama das pessoas atingidas por barragens ou a luta do MAB, se faz necessário para compreender a proposta dos RRC e das CC que será discutida no próximo capítulo, pois todas as práticas e propostas de reparação⁶⁹ derivam das diversas abordagens conceituais.

⁶⁸ Atribuí os termos “singular” e “universal” somente para fins didáticos, com o objetivo de melhor explicar a evolução do conceito de *atingido*, que surge na “barranca do rio” e se torna complexo ao abranger a sociedade como um todo, através da crítica ao modelo energético vigente.

⁶⁹ Quanto ao termo “reparação”, aponta Viana (2003, p.60): “[...] é definido como sendo a ação ou processo que repara, corrige ou compensa alguém pelos danos sofridos. Existem três formas reconhecidas de reparação: a

4 A BARRAGEM DE MACHADINHO COMO ESTUDO DE CASO

*Quisera um dia cantar com o povo
Um canto simples de amor e verdade
Que não falasse em misérias nem guerras
Nem precisasse clamar liberdade.
(Cenair Maicá: Canto dos Livres)*

A Barragem Machadinho, também denominada de UHE Machadinho, está situada no leito do Rio Pelotas, na divisa fronteira entre os estados do RS e SC, e seu eixo situado entre a divisa dos municípios de Maximiliano de Almeida (RS) e Piratuba (SC), nas coordenadas geográficas 27°31'25" / 51°47'05". Ela entrou em operação em 2002 e é controlada pelo Consórcio Machadinho, constituído em 1997 com predomínio do capital privado e internacional. Sua potência instalada é de 1.450 MW, subdividida em três unidades de 380 MW, o equivalente para abastecer (em 1997) 600 mil consumidores residenciais. Interligada ao Sistema Elétrico Nacional através do Subsistema Sul, o principal mercado para a energia nela produzida é o Sudeste e o Centro-Oeste. A construção consumiu 1,149 bilhões de reais, dos quais 41,6% financiados pelo BNDES, 29,6% de recursos dos empreendedores e 28,8% em títulos de debêntures⁷⁰ (CONSÓRCIO MACHADINHO, 2007).

Quanto à área consumida pelo projeto foram necessários 79 km², dos quais 56,7 km² ocupados pelo lago artificial, represado por um muro de 126 metros de altura e 700 metros de comprimento. À área situa-se sobre um platô basáltico da Serra Geral, com vales profundos e encostas escalonadas⁷¹. O projeto abrangeu o território de dez pequenos municípios⁷² (localizados conforme ilustração do mapa da figura 7), quase todos eles com população de até 1.800 habitantes, deslocando diretamente 4.500 pessoas, essencialmente do meio rural, conforme aponta o EIA (ELETROSUL, 1997, v. I e V. II). O índice médio da população rural dos municípios era de 52,6%, enquanto que nos municípios do RS essa taxa era maior, 64,1%, dada a ocorrência de condições fundiárias distintas. Em relação às características socioeconômicas e fundiárias:

restituição, a indenização e a satisfação”.

⁷⁰ *Debêntures* são títulos de dívida emitido por uma empresa. Em vez de pegar um empréstimo junto a uma instituição financeira, a companhia emite esse tipo de papel, que é comprado por investidores no mercado financeiro. Informações obtidas no link www.genialinvestimentos.com.br, acesso em: 01/04/2017.

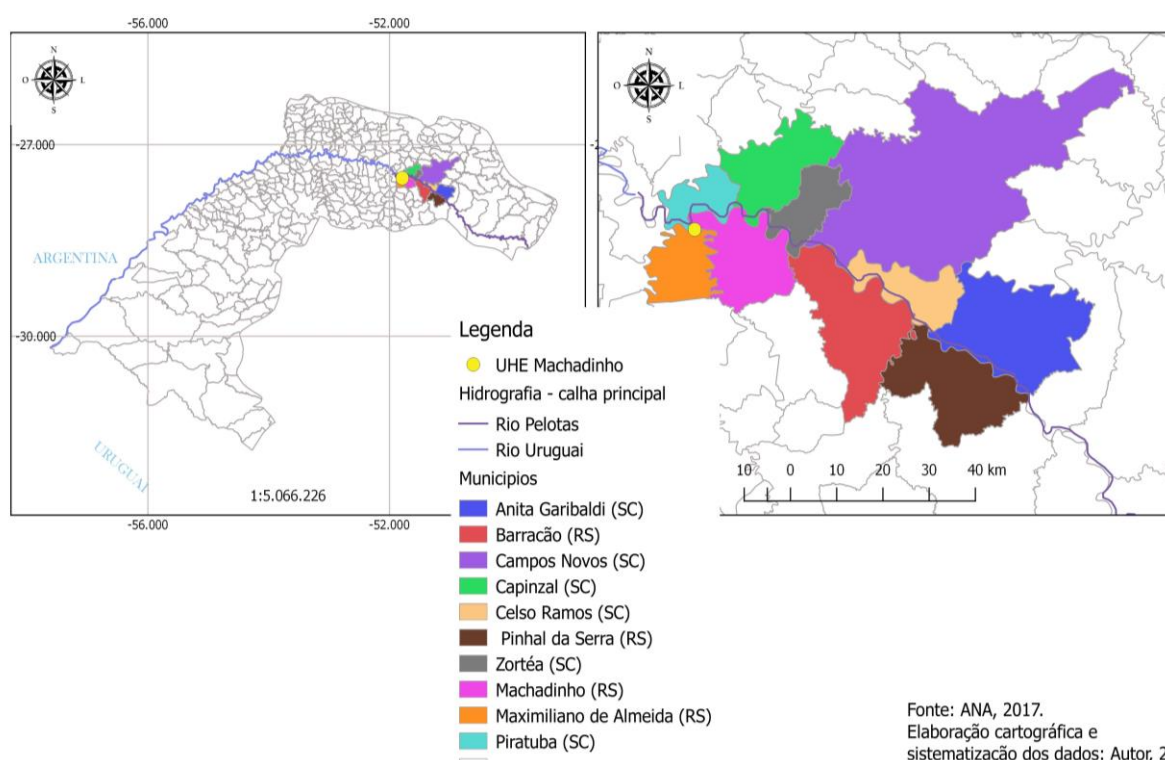
⁷¹ Além de um relevo acidentado, a paisagem na região é composta por três tipos de vegetação na região: Floresta Estacional Decidual, Savana e Floresta Ombrófila Mista, onde predomina as araucárias. (ELETROSUL, 1997, p. 255, v. II).

⁷² São eles: Maximiliano de Almeida, Barracão, Machadinho e Pinhal da Serra, no RS. Piratuba, Celso Ramos, Capinzal, Campos Novos, Zortéa e Anita Garibaldi, em SC. Quando construída a UHE, Pinhal da Serra era distrito do município de Esmeralda.

Foram identificadas na região duas formas de ocupação do solo condicionadas pelas características morfológicas regionais: a área de colônia e a área de campos. A primeira caracteriza-se como área mais densamente ocupada, de intensiva e diversificada exploração da terra, com predomínio de pequenas propriedades, onde a agricultura, a suinocultura e, num segundo plano, a avicultura destacam-se como atividades produtivas principais. Na segunda, predominam as propriedades de porte médio, com extensiva e pouco diversificada exploração do solo, com a presença mais freqüente de áreas de pastagem, em que a atividade econômica de maior relevância é a pecuária. A soja e o milho, plantados em consórcio, são os principais produtos agrícolas da região (CONSÓRCIO MACHADINHO, 2007, p. 43).

Figura 7 - Municípios com áreas atingidas pela UHE Machadinho.

Municípios com áreas atingidas pela UHE Machadinho
- Bacia do Rio Uruguai (lado Brasileiro) -



Fonte: ANA (2017). Elaboração: Autor 2017.

No primeiro cadastro social realizado em 1996 foram apontadas 1.534 famílias e 1.080 propriedades a serem atingidas. Mas, após realização de um novo cadastro, em 1998, atualizou-se para 2.076 a quantidade de famílias e 1.272 propriedades. Após finalização da obra, devido a novas pressões realizadas pelo MAB, foi reconhecido o direito de mais 315 famílias. O tamanho médio das propriedades atingidas estava abaixo dos 50 ha. Os gastos socioambientais representaram 19,7% dos custos da obra. De acordo com o EIA, a perda econômica proveniente da área atingida seria compensada pelo retorno do ICMS oriundo da

energia gerada (CONSÓRCIO MACHADINHO, 2007).

Figura 8 - Vista aérea da Usina Hidrelétrica de Machadinho.



1 – Vertedouro
2 – Dique
3 - Tomada da água

4 - Túnel de desvio
5 - Canal de Fuga
6 - Barragem

7- Comportas
8 - Casa de força
9 - Túnel de desvio
10- Dique

Adaptado de Consórcio Machadinho (2007).

De acordo com Almeida (2004), nem todas essas famílias possuíam títulos de propriedade da terra, sendo posseiros, meeiros ou arrendatários, entre outras categorias, o que contribuiu para maximizar os problemas sociais, gerando muitos conflitos com a população atingida. Um desses conflitos ocorreu em julho de 1997, o canteiro de obras foi ocupado e caminhões foram queimados, relata o autor supracitado. De acordo com o EIA, apenas 66,9% eram proprietários, e, do contingente populacional atingido, 81% dependiam da agricultura. A taxa de escolarização média era muito baixa, aproximadamente 64% haviam frequentado apenas as séries iniciais (ELETROSUL, 1997, v. II).

Mas, o projeto da UHE Machadinho data-se na virada entre as décadas de 1970/1980, em plena Ditadura Militar. Em 1980, o projeto tem seus estudos de viabilidade concluídos e aprovados. E, como fora visto no primeiro capítulo, esta usina faz parte de uma grande estratégia do capital internacional, ao qual Harvey conceitua como um “ajuste espacial” promovido pelo capital. Segundo Harvey (2005, p. 157), “Neste momento, a divisão inter-regional e internacional do trabalho está no decurso da racionalização e da reconstrução, por meio da combinação de poderosos de mudança tecnológica e mobilidade geográfica do

capital”. Com esta citação, o autor supracitado explica sobre a conjuntura mundial do capitalismo na década de 1980, após as sucessivas crises das décadas anteriores, que acarretaram um ajuste espacial do capital, o qual impôs mudanças tecnológicas aceleradas através de alianças regionais. E, doravante complementa: “Toda forma de mobilidade geográfica do capital requer infraestruturas espaciais fixas e seguras para funcionar efetivamente.” (HARVEY, 2005, p. 148).

Entretanto, a trajetória da UHE Machadinho passa a tornar-se complexa dada a revisão dos estudos de seu Projeto Básico, realizado entre 1986 a 1989, que apontou a relocação do seu eixo. De acordo com a Eletrosul, uma série de fatores motivou a alteração do Projeto Básico: a) fatores gerais: crise no setor elétrico dada a reduções na taxa de consumo de energia, que também fora motivada pela crise que perpassava a economia nacional no período; b) fatores locais: revisão dos riscos hidrológicos do projeto dada as enchentes de 1983 e 1984, falta de financiamento dada a crise no setor e, por fim, a forte resistência social ao projeto, principalmente da população atingida, que lançou a campanha “Machadinho nunca mais”. (ELETROSUL, 1997, v. I; CONSÓRCIO MACHADINHO, 2007).

No projeto original, os impactos socioambientais do projeto poderiam ter sido ainda maiores. Seriam atingidas 11,4 mil pessoas em 15 municípios, revela o EIA da usina. Além do montante de população que seria atingida, seriam necessários 266 km² para viabilizar o projeto original, 66,7% maior do que fora necessário no projeto montante. Sendo que destes 17.600 ha se tratavam de área agrícola. Seriam 69% a mais de propriedades atingidas, além da sede municipal de Carlos Gomes e 53 vilas, 50 a mais do projeto montante, e uma reserva indígena. No montante dos custos do empreendimento, teriam sido 42% maiores em comparação ao segundo projeto (ELETROSUL, 1997, v. I).

A própria Eletrosul reconhece que a forte oposição da população atingida e organizada foi fundamental para a alteração do local de implantação do eixo da barragem, também revelando que o histórico de resistência ao projeto tem início na virada dos anos de 1970 para 1980:

Além dos fatores financeiros, a forte reação da população local, organizada em torno da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (Crab), que conduziu a campanha “Machadinho Nunca Mais”, foi um dos motivos para que o projeto fosse suspenso a partir de 1986 (CABRAL, 2008, p. 81).

Sigaud (1986), elaboradora de um minucioso estudo sobre o caso, menciona que os registros produzidos pela população que resistia de forma organizada demonstravam grande ansiedade e insegurança em relação a seus futuros, pois as informações da Eletrosul

demonstravam-se imprecisas e insatisfatórias para os atingidos. Piran (2001), outro expoente desta problemática, conta que a dificuldade de diálogo por parte da Eletrosul aumentava o descontentamento da população atingida (fator também confirmado pela maioria das pessoas entrevistadas a campo). A estatal chegou à região com um projeto sem proposta clara de indenização, gerando assim resistência dos atingidos, e, ao invés de ouvi-los, buscou articulação com entidades de classe (empresas, grandes cooperativas, prefeitos, entre outras).

Uma dessas entidades de classe, citadas por Piran (2001), se tratava do *Fórum de Prefeitos*. O reassentado B.E.G. (2016), em entrevista concedida em janeiro de 2016, citou o *Fórum de Prefeitos*, constituído por prefeitos dos municípios atingidos pela UHE de Machadinho, com o intuito de representar as populações locais atingidas pela devida barragem e legitimada pela Eletrosul. No entanto, grande parte dos atingidos não reconheceu o fórum, por considerarem arbitrário, e passaram a exigir que a Eletrosul negociasse diretamente com representantes dos atingidos.

O arquivo histórico do MAB ainda guarda manifestações públicas que expressavam a preocupação dos atingidos pela falta de compromisso social por parte da Eletrosul. A nota de *Esclarecimento*, registrada no cartório da cidade de Viadutos, em 20 de agosto de 1985, manifesta os motivos pelos quais os agricultores haviam expulsados os funcionários da Eletrosul que demarcavam as terras a serem atingidas: “A ELETROSUL está invadindo as terras dos colonos sem permissão, quando os mesmos reiteram seus legítimos direitos pela posse da terra.” (CRAB, 1985). De acordo com a citação, a estatal já se apropriara subjetivamente do território. O documento ainda acusa que o prefeito local era quem autorizava as ações da empresa nas terras dos agricultores.

Um ano após esse fato, encontramos mais registros dos atingidos constando que a estatal ainda não havia apresentado propostas concretas. No documento, também é citado o descumprimento por parte da Eletrosul em agendas de reunião com representantes dos atingidos. Como retaliação consta a ameaça de interrupção do trabalho dos funcionários da estatal (CRAB, 1986a). Em forma de protesto e com o objetivo de denunciar publicamente a falta de diálogo por parte da Eletrosul, os atingidos bloquearam uma rodovia na região, na qual o panfleto distribuído aos motoristas que trafegavam pelo local diz: “ 02. Há 08 anos vivemos essa angústia; 03. Hoje a ELETROSUL se nega a responder as propostas que fizemos; [...] 06. Já estamos cansados de ouvir mentiras da ELETROSUL” (CRAB, 1986b).

Sigaud (1992), ao analisar os documentos oficiais da Eletrosul, utilizados para esclarecer questões relacionadas aos impactos socioeconômicos das usinas de Itá e Machadinho, constata a legitimidade das críticas dos atingidos ao não encontrar propostas

concretas quanto aos planos de remanejamento da população atingida. Sigaud (1986, p. 97), explica esta sucessão de fatos: “[...] trata-se de uma situação limite em que o efeito antecede a própria decisão de construir a barragem [...] antes que o Estado decidisse oficialmente construí-las, a população reagiu [...]”. Desta reação os atingidos obtiveram uma vitória, objetivada no *Termo de Acordo* assinado em 1987 entre a Eletrosul e a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), que listou entre muitas demandas a escolha de seis representantes dos atingidos para acompanhar e fiscalizar as ações da Eletrosul (ELETROSUL/CRAB, 1987).

É claro que, com a privatização do setor elétrico ocorrido durante a década de 1990, os novos atores que entraram em cena, o capital privado nacional e internacional, dificultaram as negociações e o cumprimento do acordo, exigindo dos atingidos a retomada da estratégia de confrontos de massa para se fazerem ouvidos.

Figura 9 - Atingidos pela Barragem de Machadinho em mobilização, 1997.



Acampamento dos atingidos pela Barragem de Machadinho, junho de 1997.

Fonte: arquivo do MAB.

Neste caso, os atingidos exigiram um direito também sancionado em convenções internacionais. A ONU, em caso de projetos que envolvem despejos e remoções como sua consequência, prevê o direito da população afetada participar no planejamento de seu próprio remanejamento (ONU, 2011). Esta premissa também está presente na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do direito dos Povos Tradicionais, de

1957. Em seu artigo 7º, expressa que “[...] esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente” (OIT, 1957).

Abaixo, expomos a cronologia dos principais fatos ocorridos no contexto de implantação da barragem para construção da UHE Machadinho, trazendo fatos desde a obra até aqueles referentes a ação dos atingidos.

Cronologia dos principais fatos da UHE Machadinho:

- 1966 – 1969: é realizado o estudo de Inventário da Bacia do Rio Uruguai;
- 1977 – 1979: é realizada a revisão do estudo de Inventário;
- 1979: os atingidos constituem a Comissão de Barragens em Chapecó, SC, com auxílio de pastorais sociais e sindicato de trabalhadores rurais;
- 1980: os estudos de viabilidade da UHE Machadinho foram concluídos e aprovados pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE);
- 1980: acontece o primeiro encontro dos atingidos, na cidade de Concórdia, SC, onde foi lançado o manifesto “terra por terra” como proposta de indenização;
- 1982: a Eletrosul recebe a outorga da concessão através do Decreto 86.812/1982;
- 1982: acontece em Erechim, RS, o primeiro encontro estadual de atingidos por barragens;
- 1983: foi realizado o sexto evento da Romaria da Terra, com o lema “Água para a vida, não para a morte”, no município de Carlos Gomes, cuja sede seria atingida pelo antigo eixo da barragem de Machadinho. Participaram 40 mil romeiros;
- 1983: a igreja católica denuncia publicamente o descaso e violações de direitos humanos do Estado acometidos com as famílias atingidas por barragens no Brasil, inclusive as de Itá e Machadinho, através de estratégias de perseguição de lideranças, não permitir a livre associação e impedir o acesso a informação;
- 1984: as manifestações dos atingidos se intensificam;
- 1986: através da Portaria DCAE nº 191, de 11/7/1986, o Projeto Básico é aprovado prevendo o início das operações da usina para 1993;
- 1986 – 1989: o projeto foi suspenso, tendo seu Projeto Básico revisado pela Eletrosul, no qual foi recomendada a mudança de eixo do projeto;
- 1987: assinado o primeiro Acordo entre a Eletrosul e população atingida organizada através da Comissão dos Atingidos por Barragens – CRAB, onde

garantia representantes dos atingidos nas mesas de negociações, os reassentamentos coletivos, entre outras demandas;

- 1996: atendendo as Leis 8.987/1995 e 9.074/95, foi consolidado o Processo Licitatório nº 20165004 para constituição do Consórcio para implantação e exploração da UHE Machadinho;
- 1997: foi criado o Consórcio Machadinho com ampla participação do capital privado e internacional;
- 1997: o canteiro de obras é ocupado pelos atingidos e caminhões são queimados, posteriormente a isso demandas são atendidas;
- 1998: foi iniciada a construção da usina;
- 1999: foi criada a MAESA, com a finalidade de captar empréstimos para a obra (seus acionistas eram os mesmos do Consórcio Machadinho);
- 2001: as comportas da usina são fechadas para o enchimento do reservatório;
- 2002: a UHE Machadinho entra em operação;
- 2007: encerrada a implantação dos reassentamentos;
- 2013: com a liquidação dos empréstimos a MAESA é extinta;

4.1 O poder por trás da usina

A UHE Machadinho é um extrato da composição que domina a exploração das demais usinas situadas na Bacia do Rio Uruguai, compreendendo um misto de todos os capitais (privado, estatal, nacional, internacional e mercado aberto). Em 1997, formaram o Consórcio Machadinho para administrar a UHE Machadinho. Através do Processo Licitatório nº 20165004, promovido pela Eletrosul⁷³, o consórcio logrou o direito de concessão da referida usina para até 2032.

Na época, o Consórcio Machadinho estava assim composto: Centrais Geradoras do Sul do Brasil – Gerasul, Alcoa Alumínio S/A, Camargo Corrêa Cimentos S/A, Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, S/A Indústrias Votorantim, Cimento Rio Branco S/A, Valesul Alumínio S/A, Inepar S/A Indústria e Comércio, Departamento Municipal de Eletricidade de

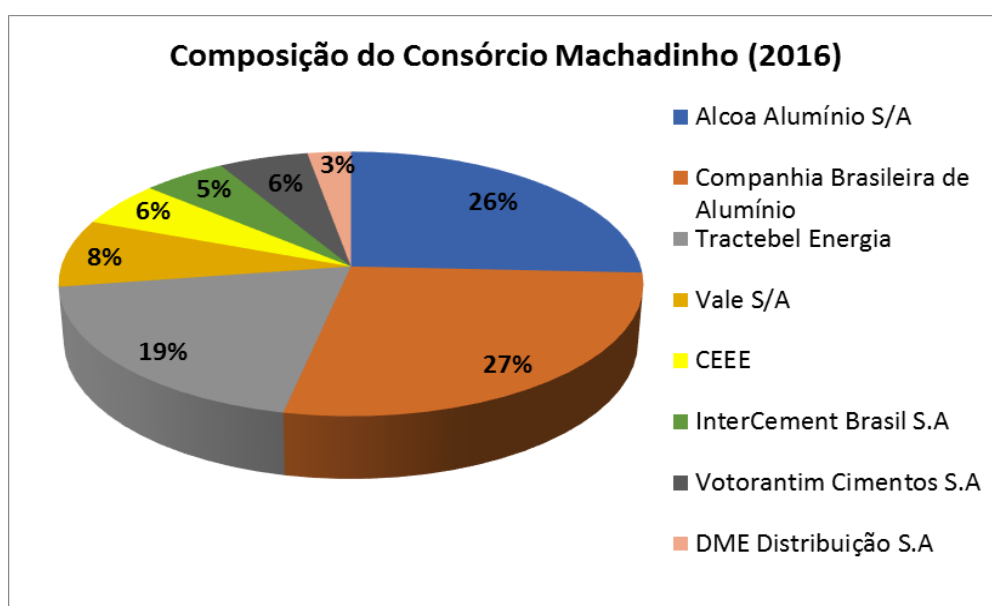
⁷³ “A constituição das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul), determinada em 23 de dezembro de 1968 e formalizada pelo Decreto no 64.395, de 23 de abril de 1969, assinalou o surgimento da terceira subsidiária regional da Eletrobrás, ao lado da Chesf e de Furnas, obedecendo ao princípio de centralizar na holding federal o planejamento, a operação e o financiamento dos sistemas elétricos do país”. (CABRAL, 2008, p.25).

Poços de Caldas – DME, Companhia Paranaense de Energia – Copel, Centrais Elétricas de Santa Catarina – Celesc e a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. No período, a participação do capital privado representava 76,4% do Consórcio, não tendo alterações significativas até a atualidade. Somente a Gerasul e a Alcoa detinham 36,6% da participação correspondendo ao contexto privatista que estava sendo posto em prática no período (CONSÓRCIO MACHADINHO, 2007).

Todavia, o predomínio sempre foi do capital internacional, somente a norte-americana Alcoa e a francesa Tractebel atualmente controlam 45% o Consórcio Machadinho, conforme ilustrado no gráfico 4. E, com apenas 9 %, o Estado mantém uma parcela pouco significativa.

Em 1999, com o propósito de tomar empréstimos, foi criada a Machadinho Energética S/A - MAESA, extinta em 2013. Após sucessivas alterações no quadro societário, atualmente o Consórcio está disposto conforme ilustrado pelo gráfico 4:

Gráfico 4 - Composição atual do Consórcio Machadinho, 2016.



Elaborado pelo autor com base na ANEEL (2016).⁷⁴

A apropriação de capital é outro elemento que pode mensurar o poder desses grupos econômicos na região. Cervinski (2011), destaca que o faturamento médio da usina com a venda da energia é de aproximadamente 74 mil reais por hora, ou 1,7 milhões por dia. Isso representa, para os 30 anos de concessão, a projeção de um faturamento de 19,4 bilhões de reais. Somente a MAESA, um dos CNPJ que compunha a usina por 15 anos, em seu último

⁷⁴ A InterCement Brasil S.A é a antiga Camargo Corrêa Cimentos S/A.

exercício de operação (2012) obteve 51,6 milhões de reais em lucros líquidos, o equivalente a 4,3 milhões mensais (MAESA, 2012, p. 02)⁷⁵.

4.2 As modalidades de reassentamentos implementadas na Bacia do Rio Uruguai

O relatado até aqui apresentado, contribuiu para demonstrar que a condição de atingido é definida pelo conflito que se estabelece entre o público afetado e o capital, seja ele estatal ou privado. Isso impacta diretamente nas formas de reparação, entre elas estão as propostas de remanejamento. Na prática, é o que regula o equilíbrio da inclusão ou da exclusão social das comunidades impactadas.

Um exemplo disso é exposto pelo MAB (2013), ao citar a postura da Tractebel e do Estado com a população atingida em diferentes projetos ocorridos no mesmo período: UHE Itá e a UHE Canabrava, em Goiás, construídas entre 1996 e 2000. No caso da UHE Itá, a empresa foi obrigada, pela intermediação da Eletrosul, a cumprir um amplo acordo de reparação aos atingidos, que, entre vários pontos, incluiu a modalidade do RRC e os não proprietários, conforme reivindicava o movimento. Já em Canabrava, as consequências sociais foram trágicas aos não proprietários, onde o CDDPH apontou graves violações de direitos humanos, entre eles o da *justa reparação*, pois a grande maioria dos não-proprietários e pescadores foram excluídos. No entanto, em Canabrava o grau de mobilização dos atingidos foi muito baixo se comparada na UHE de Itá (MAB, 2013).

Abaixo listamos as alternativas de modalidades de compensação aplicadas na Bacia do Rio Uruguai:

- a) *Indenização em dinheiro*: é pago ao atingido em dinheiro o valor da terra ou de sua benfeitoria, podendo ser parcial ou total;
- b) *Carta de Crédito (CC)*: também conhecido como autoreassentamento, foi criada em 1995 e consiste na solução individual da família, que escolhe um lote rural ou urbano e a empresa avalia e aplica o valor na área escolhida, compatível ao que foi negociado com a empresa;
- c) *Reassentamento em Áreas Remanescentes (ARE)*: consiste em áreas de propriedades parcialmente atingidas que foram adquiridas na sua totalidade, permitindo assim o remembramento de suas porções, mas que não serão inundadas e não farão parte da Área de Preservação Permanente (APP);

⁷⁵ Não encontrei publicações de demonstrações financeiras atualizadas do consórcio.

- d) *Permuta*: consiste na troca de “terra por terra”, em que o atingido troca sua área com uma área de propriedade da empresa construtora da barragem;
- e) *Reassentamento Rural Coletivo (RRC)*: destinado para grupos com mais de 20 famílias, com áreas parceladas em lotes rurais individuais e com infraestrutura individual. Pode conter infraestrutura comunitária, como escola, igreja, salão de festas, etc. Foi concebido dentro da perspectiva de mudança social, visando proporcionar a ascensão socioeconômica e cultural das famílias, permitindo condições de reorganização e de melhoria do seu quadro de vida preservando suas características culturais originais;
- f) *Pequeno Reassentamento Rural (PRR)*: são áreas parceladas em lotes rurais individuais com características idênticas ao RRC, destinada para grupos a partir de 5 famílias (esta modalidade não acompanha infraestrutura comunitária);
- g) *Reassentamento Urbano (RU)*: consiste na realocação de atingidos, proprietários ou não, em novo espaço urbano, como ocorrido com a cidade de Itá, em SC, por ter sido totalmente submersa pelo lago da Barragem de Itá, sendo construída uma nova cidade para seus moradores;

O relatório técnico do Consórcio Machadinho (2007), às subdivide em cinco modalidades (agrupa os itens “e” e “f”, e não teve modalidade “g” por não ter alagado áreas urbanas), enquanto a UHE Foz do Chapecó as subdivide em apenas duas, *indenização em dinheiro* e o grupo de *reassentamento*, comenta Rocha (2009). Mas, para fins metodológicos, utilizaremos a subdivisão do Consórcio Machadinho. No entanto, as formas que mais se destacam são em dinheiro, CC e RRC.

Viana (2003, p. 38), parafraseando McCully (1996), salienta que na maioria dos projetos de reassentamentos que se tem conhecimento apresentaram sérios problemas sociais, tais como “[...] a diminuição da renda, quantidade de terras e oportunidades de trabalho; perda de acesso aos recursos comunitários; piora na nutrição, na saúde psicológica e mental da população”. Mas, se for observado o que havia em comum entre eles era a ausência de participação dos beneficiados no planejamento dos mesmos.

Nas barragens de Itá e Machadinho, talvez sejam uma das poucas referências de programas de remanejamento na qual as populações atingidas participaram da definição dos reassentamentos, cuja resistência fizeram com que o Estado e o capital acolhessem grande parte de suas demandas. A proposta do RRC, para a CRAB, é que deveria estar inserida em um plano de desenvolvimento socioeconômico e sustentável, e ser implementado o mais

próximo possível aos municípios dos quais os atingidos residem, buscando preservar ao máximo seus modos de vida. Conforme relata Foschiera (2009), para o MAB o RRC deve prescrever os seguintes princípios:

(I) propor ascensão sócio-econômica dos agricultores atingidos pelo empreendimento; (II) adotar as famílias atingidas de plenas condições de melhorar suas vidas; (III) incentivar a população atingida a participar da elaboração e implantação dos Projetos de Reassentamentos Rurais Coletivos; (IV) preservar a cultura e a tradição e promover ajuda à readaptação e capacitação técnica-profissional por meio de órgãos afins; (V) permitir que os próprios beneficiários ou seus representantes participem da organização do processo de escolha do local para a implantação dos reassentamentos rurais coletivos (FOSCHIERA, 2009 p. 163. in. SILVA, 2001).

Normalmente o RRC precede de uma infraestrutura básica, contendo um lote de terra para exploração agrícola, casa de alvenaria, galpão, energia elétrica, saneamento básico e estrada de acesso à propriedade. Mas, as conquistas podem variar, podendo conter salão comunitário, igreja, escola, assistência técnica e social, subsídio para aquisição de animais, insumos agrícolas, entre outros itens.

Com fortes críticas as formas indenizatórias em dinheiro e a CC, o MAB reivindica a metodologia do RRC, e cujo processo de reassentamento seja conduzido pelos próprios atingidos. Para o MAB, a CC foi uma forma que as empresas encontraram para não indenizarem em RRC, conforme explica: “As famílias são jogadas em regiões isoladas, sem acompanhamento técnico e social [...]”, critica o movimento (MAB, 2004, p.03)⁷⁶. Os empreendedores assim definem a CC, “[...] o beneficiário se responsabiliza pelo próprio remanejamento” (MAESA, 2009). Essa forma indenizatória exige muita negociação das partes envolvidas no conflito, conforme relata Ruppenthal (2013, p. 141). Nestas condições, é possível elaborar a seguinte pergunta a partir dos pontos de vista do MAB e da literatura crítica: quem tem mais poder de negociação, o grande capital ou os ribeirinhos, que muitas vezes pouca interação com a sociedade possui devido seu modo de vida?

Na opinião de Rocha (2010), a metodologia do RRC não é interessante para as empresas, pois tal metodologia permite aos atingidos criarem condições de se manterem organizados:

É difícil afirmar, com certeza, qual a forma de indenização é a melhor: isto vai depender da condição específica de cada atingido. O RRC, por reunir um número

⁷⁶ Nas entrevistas, o grupo beneficiado por CC não poupou críticas ao Consórcio Machinho por não ter cumprido o acordo pelo fornecimento de assistência técnica, e, alguns, por não ter cumprido com o que fora negociado em relação ao valor da terra.

maior de atingidos, pode exercer maior pressão sobre as prefeituras anfitriãs e o próprio empreendedor, no sentido de melhorias da sua condição. Os indenizados por Carta de Crédito ou Indenização em Dinheiro têm, na liberdade da escolha da região onde queiram se instalar, (...) mas que pode pôr em xeque eventuais reclamações sobre a condição deles com o passar do tempo. (ROCHA, 2010, p.398).

Nesta citação de Rocha (2010), é descrita uma condição de autonomia exercida pelos reassentados em RRC, também reconhecida por Vainer (2005, p. 141), pois as famílias reassentadas passam a ser sujeitas do próprio desenvolvimento territorial: “[...] além de liderar a luta por crédito, assistência técnica, infraestrutura adequada (saúde, escola, estradas etc.), continua liderando os atingidos reassentados na implantação de uma produção agrícola alternativa, agroecológica e solidária”.

No entanto, esta autonomia não é constituída apenas em virtude da metodologia de reassentamento, que aglutina famílias com o mesmo propósito em uma determinada área, mas também pelo capital social forjado em sua trajetória de vida, principalmente em virtude da luta política travada com os empreendedores da UHE. Na pesquisa a campo, foi constatado que os reassentados em RRC possuem uma interação sociopolítica maior em relação aos beneficiados por CC, onde também se encontra um histórico de maior participação e/ou confiança no MAB, fatores também constatados pela pesquisa de Morais (2013).

Além disso, muitos reassentamentos permanecem organizados através do MAB, sintonizados com a luta política do movimento, atualizados em assuntos relacionados a economia e política, em escala regional e mundial, através de análises conjunturais realizadas sistematicamente pelo movimento. Procuram inserção em redes de solidariedade que articulam as mais diversas organizações populares ou civis, que compartilham da mesma visão de mundo. Dessa forma, constituem uma nova forma de territorialização campesina, que deriva de uma força política organizada *in situ* ao reassentamento e *ex situ* a ele, em forma de uma rede de atingidos, que compartilham da mesma pauta política reivindicatória, utilizam os mesmos métodos de negociação e pressão, constituem laços de solidariedade e cooperação. Segundo Chelotti (2010, p.167), a partir das relações de poder as relações sociais se materializam e se reproduzem gerando territórios.

As críticas também recaem sobre as indenizações em dinheiro. Vainer (2005, p.140), em sua pesquisa, constatou que “As que preferiram receber indenização em dinheiro, na sua grande maioria, acabaram vendo o dinheiro desaparecer rapidamente e encontram-se desempregadas, na periferia das cidades da região”. Na Barragem de Foz do Chapecó, durante o ápice das indenizações, até revenda de carros foram instaladas fora das zonas urbanas com intuito de lograrem dos recursos das indenizações. Viana (2003, p. 39), relaciona cinco

problemas decorrentes da indenização em dinheiro verificado nas barragens da Bacia do Rio Uruguai:

A primeira reside no fato de o valor da terra ser normalmente estimado a partir de levantamentos desatualizados. A segunda diz respeito à inflação verificada no interstício de tempo entre o levantamento das terras a serem submersas e o pagamento efetivo das mesmas. A terceira está relacionada ao boom inevitável no preço das terras próximas ao reservatório, devido à grande demanda pelas áreas agricultáveis remanescentes e/ou à valorização de terras próximas ao reservatório. A quarta refere-se à falta de recursos e/ou empenho das autoridades em pagar quantias adequadas. A quinta e última diz respeito à corrupção de funcionários responsáveis pelo pagamento das indenizações.

No entanto, tais problemas também foram apontados pelos beneficiados por CC entrevistados por esta pesquisa, referindo-se, principalmente, ao baixo valor ofertado pela empresa e crescente especulação imobiliária, especialmente entre o período de 1997 a 2001, comenta R.G.J. (2016), onde muitos conhecidos acabaram por comprar uma terra igual ou inferior do que possuíam.

Em relação a indenização em dinheiro, de acordo com a recomendação da ONU (2011, p. 28), esta deve ser moderada e não ser a principal medida (como foi na Bacia do Rio Uruguai). Nesses termos, a entidade diz que “a compensação em dinheiro não deve, necessariamente, substituir, mas complementar a restituição ou o reassentamento”.

As vantagens que a CC apresenta, apontadas pelos entrevistados e também identificada pela bibliografia utilizada neste tópico, é por permitir que a família permaneça próximo onde residia. Notou-se, neste caso, que para as famílias que apresentavam maior esclarecimento sobre as formas de reassentamento e de sua condição de atingido, para a tomada de decisão interferiu mais muito os laços familiares e comunitários⁷⁷ do que outros fatores. Mas, ao invés de serem criadas condições para que os optantes por CC pudessem planejar junto a empresa seus futuros, foram largados a própria sorte e sem informações precisas, favorecendo a ação das imobiliárias e da especulação imobiliária de um modo geral, comentou R.G.J. (2016)⁷⁸.

Na aplicação da pesquisa a campo para esse trabalho, o fator *desinformação* apareceu em quase 100% das entrevistas. A principal crítica era de que a empresa distorcia as informações sobre os RRC, afirmando que nestes modelos o fruto da produção seria repartido entre todos, insinuando que “ninguém seria dono de nada”, ou seja, tudo era coletivo. B.E.G

⁷⁷ Alguns entrevistados das modalidades de CC comentaram que na tomada de decisão acreditavam que o RRC era mais interessante, entretanto, preferiam ficar próximo aos familiares e da comunidade de origem.

⁷⁸ Alguns entrevistados relatam suspeitas quanto ao envolvimento de agentes da empresa com as imobiliárias em ações de má fé sobre as famílias atingidas mais vulneráveis.

(2016) e R.G.J. (2016), comentaram que as imobiliárias contribuíam para a distorção das informações, pois estas se colocavam como intermediárias entre a empresa e os atingidos para negociação das áreas a serem indenizadas por CC. Na entrevista de um beneficiado por CC, em sua fala foi possível evidenciar a desconfiança em relação ao RRC, declarando que jamais iria “trabalhar de graça para os vizinhos”⁷⁹. Foschiera (2009), também destacou relatos sobre o assédio provocado pelas imobiliárias no contexto de indenizações da UHE Barra Grande, que se aproveitaram da fragilidade e incerteza das famílias para realizar pressão psicológica a fim de optarem pela CC. Assim, constitui-se um conceito negativo em relação a modalidade do RRC, contrariando o valor de “posse” imbuído na cultura dos atingidos, bem como a real possibilidade para algumas famílias de conquistar o tão sonhado “pedaço de chão”.

Se esses fatos forem analisados de acordo com o relatório do CDDPH (2011), constata-se a violação do direito à informação, direito de participação e do direito à liberdade de negociação. Para o relatório do CDDPH (2011, p.82), tais violações podem provocar outra violação de direitos, o direito à *plena reparação de perdas* e o direito ao *trabalho*. Ruppenthal (2013, p. 172), concordando com o MAB, salienta que desprever da correta informação pode ser uma estratégia das empresas para pressionar os atingidos a saírem de suas terras ou aceitarem as indenizações por elas propostas, bem como cessar de uma vez sua responsabilidade com o atingido.

Deste modo, a CRAB conseguiu construir e impor uma proposta de remanejamento, que são os RRC, mesmo não tendo uma política de Estado a seu favor. O marco dessa conquista foi o *Termo de Acordo* entre a Eletrosul e a CRAB, assinado em 1987 e ratificado em 1997. Somente nas UHE Itá, UHE Machadinho, UHE Barra Grande e UHE Campos Novos, todas na Bacia do Rio Uruguai, foram reassentadas aproximadamente 1.270 famílias, em 27 reassentamentos, conquistados através da luta dessas famílias. Essa “queda de braço” é constante, teve avanços e recuos em cada uma das barragens, medido conforme o grau de resistência dos atingidos e estratégias de domínio territorial impostas pelos empreendedores. Nessas medidas, o que MAB procura com sua proposta é garantir a reterritorialização dos atingidos, e ganha com isso a ampliação de seu território.

⁷⁹ Para desmistificar a desconstrução sobre os RRC, o MAB promovia visitas com os atingidos da UHE Machadinho em outros RRC. “A Maesa falava que no RRC era tudo dividido entre todos, mas como nós fomos conhecer sabíamos que não era”, comentou uma das entrevistadas (P.G., 2016). Para o filho da entrevistada, era uma forma da empresa enganar os atingidos e oferecer CC “para se livrar de uma vez por todas do problema”.

4.2.1 Em busca de uma base legal

Durante a ditadura militar o processo de implantação de uma UHE era tratado através de medidas unilaterais, excluindo os atingidos do processo, dos quais somente os proprietários eram considerados. Quando era realizado um plano de reassentamento era procurado encontrar as soluções mais simples e rápidas, sem suporte técnico, financeiro e social, fazendo com que os atingidos suportassem um grande ônus pelo “bem da coletividade geral”, destaca Penna (2009).

As mudanças passaram a ocorrer após a luta política dos atingidos e as restrições imposta ao crédito pelas agências internacionais de financiamento, fazendo com que os setores representantes do Estado, ANEEL e Eletrobrás⁸⁰, incluíssem uma série de condicionantes, da inclusão dos não-proprietários ao apoio técnico, financeiro e social com a finalidade de “ [...] assegurar, a médio prazo, a integração social e a auto-sustentação econômica dos reassentados.” (PENNA, 2009, p. 53).

Para fins de desapropriação de terra para reassentamento de atingidos por barragens, a ANEEL busca no princípio legal de desapropriação por *utilidade pública* (Decreto Lei 3.365/41). Mas, tendo em vista a redução das desigualdades sociais geradas pela barragem, na interpretação da procuradora Penna (2009), pode também, em alguns casos, caracterizar-se como desapropriação de *interesse social*.

Na falta de uma legislação específica que regule o remanejamento de populações, as partes envolvidas (quando ocorre consenso) estabelecem um *Termo de Acordo de Conduta*, para conduzir as negociações. O que consta em seus critérios depende muito do jogo de força entre os atingidos e os empreendedores. Além disso, no conjunto de documentos e bibliografias analisadas observou-se referência a um conjunto de Leis com o propósito de auxiliar o aspecto legal das propostas, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei 8.629 de 25/02/1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária – usamos como exemplo seu o Art. 17 que dispõe sobre “O assentamento de trabalhadores rurais deverá ser efetuado em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada”. Outro embasamento é o Art. 74 da Lei do Estatuto da Terra, nº 4.504, de 20/11/1964, que dispõe sobre a assistência técnica. Temos também um conjunto de

⁸⁰ No documento *Programa de desenvolvimento econômico e social das comunidades atingidas por empreendimentos elétricos*, da Eletrobrás, apresenta os princípios e diretrizes dessa mudança de concepção (ELETROBRÁS, 2003).

leis ambientais e de gerenciamento de recursos hídricos, tais como as resoluções do CONAMA (nº 237, de 1997 e nº 387, de 2006). A ONU (2011), também sugere a legislação nacional que trata sobre o direito dos povos tradicionais.

A fundamentação legal para elaboração de proposta do RRC é encontrada com maior legitimidade pelo seu conjunto de definições em documentos de organismos internacionais. A ONU (2011), com seu guia para remoções involuntárias decorrentes de projetos públicos e privados, apresenta uma ampla gama de diretrizes para orientar as práticas de reassentamentos. Seleccionamos algumas delas:

- A nova moradia, terra ou território deve ter qualidade superior ou equivalente à moradia original. Isso inclui as mesmas condições ambientais, geográficas e estruturais, como por exemplo, condições para escoamento da produção, espaços de convívio social, etc.
- Garantir o processo participativo da população remanejada.
- Os atingidos devem receber assistência judiciária gratuita quando preciso (inclusive assessoria independente).
- Não fazer uso da violência e da intimidação em nenhuma circunstância.
- Não ignorar a situação específica de mulheres e grupos em condição de vulnerabilidade.
- A nova moradia deve estar localizada o mais próximo possível do local original dos remanejados.
- Todas as medidas que tornem a moradia adequada no novo local devem ser concluídas antes da remoção, tais como as construções das casas, escolas, instalação de saneamento básico, entre outros.
- A adequação cultural e as tradições do grupo devem ser respeitadas.
- Os custos de deslocamento para o trabalho ou para acessar serviços essenciais no novo local de moradia não devem pesar no orçamento das famílias.

É importante lembrar que as diretrizes da ONU são destinadas para orientar todas as populações vítimas de remoções involuntárias sobre qualquer empreendimento infraestrutural ou de urbanização, não exclusivas apenas para empreendimentos hidrelétricos.

Na proposta para uma política nacional para reassentamentos, o MAB (2013, p. 34 - 36) segue muitas diretrizes estipuladas pela ONU, mas com sugestões concretas. Tomamos dois exemplos, as condições de moradia e terra. Em relação a moradia, propõe tamanhos conforme a composição familiar, partido de 55m² a 90m², cujas características devem ser aprovadas pelas famílias. Em relação ao tamanho dos lotes, reivindica como padrão mínimo o módulo regional de terra determinado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com uma SAU de 80%, para cada unidade familiar composta até por duas pessoas (ou uma pessoa com idade acima de 21 anos), com capacidade de trabalho útil, ou força de

trabalho. Quanto a unidades familiares com mais de duas forças de trabalho (filho ou dependente até 21 anos), deve ser acrescentado no lote o equivalente a 50% do módulo regional do INCRA para cada força de trabalho a mais do que duas.

O BM também possui uma orientação específica para o setor elétrico nacional, muito próximo ao da ONU. O órgão reconheceu que os termos de acordos que envolvem as empresas e os atingidos são insuficientes, reconheceu a fragilidade nas negociações entre as partes, a precariedade das informações para os atingidos e a falta de critérios para reassentamentos, ou seja, reconheceu a vulnerabilidade da população atingida, mencionando inclusive o passivo histórico ocasionado pelo setor. Nesses termos, orienta que:

- (b) [...] as atividades de reassentamento deverão ser concebidas e **executadas como programas de desenvolvimento** sustentável, fornecendo-se recursos para investimentos suficientes para que as pessoas deslocadas pelo projeto **possam participar dos benefícios providos pelo mesmo projeto**. Pessoas deslocadas deverão ser consultadas extensivamente e deverão ter oportunidades para participar do planejamento e implementação de programas de reassentamento.
- (c) Pessoas deslocadas deverão ser assistidas nos seus esforços para melhorarem o modo e as condições de vida, ou pelo menos para restaurar, em termos reais, as condições previamente ao reassentamento ou ao início da implementação do projeto, prevalecendo o que for mais elevado. (BM, 2008, p. 48)

Além do mais, orienta que a elaboração de propostas de reassentamento deve ter como base um conceito de *atingido*.

A vulnerabilidade dos atingidos frente ao setor elétrico, também mencionado pelo BM, é explicada pelo MAB através da tabela 2, tomando como pressuposto a frágil base legal existente, relacionando os elementos que compõe os tramites da questão social e seus executores:

Tabela 2- Estrutura Institucional dos Direitos dos Atingidos.

| Elementos | Executores |
|--|-------------------|
| Estudo de Impacto | Empresas privadas |
| Cadastro Sócio Econômico | Empresas privadas |
| Pagamento de indenizações e concessão dos direitos | Empresas privadas |
| Órgão estatal responsável diretamente pelos direitos dos atingidos | Inexistente |
| Fonte de financiamento da política | Inexistente |

Adaptado da Cartilha PNAB (MAB, 2013).

No penúltimo item, que trata da falta de uma referência estatal responsável às questões sociais, observamos que as “tarefas” que compreende tais questões são subdivididas entre

vários órgãos. Tomamos alguns exemplos: a Eletrobrás e suas subsidiárias, entre outras atribuições, normalmente intermediam as negociações entre atingidos e empresas; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é incumbido do licenciamento ambiental (ver resoluções do CONAMA n° 237 e n° 387), cujo escopo é onde se trata de muitas das questões sociais, como o cadastramento socioeconômico; a ANEEL emite as declarações de utilidade pública para fins de desaparição para reassentamentos.

Enfim, abordar o tema que trata da base legal é quase como que montar um mosaico de sujeitos e leis dispersas entre vários órgãos, onde algumas de forma indireta ou vaga servem de referências ao contexto. Penna (2009), salienta que tal condição contextual é motivo de reclamação também das empresas, não apenas do MAB, embora por interesses distintos lembra a procuradora. Por hora, isso também foi crítica do BM (2008), o mesmo orientou a formação de um marco legal específico para as questões sociais que envolvem atingidos por barragens e, em especial, os modelos de reassentamentos.

A instituição de um marco legal também poderia evitar muitos casos de criminalização por qual tem sido processado muitos atingidos por barragens e defensores de direitos humanos, como os inúmeros casos ocorridos na Bacia do Rio Uruguai, nas quais lideranças foram ajuizadas em ações judiciais e até mesmo encarceradas por apenas defenderem seus direitos, conforme consta no relatório do CDDPH (2011). Inclusive atingidos pela barragem de Machadinho.

4.3 Os reassentados de Machadinho: as modalidades de reassentamento e suas implicações socioterritoriais

Nas três principais modalidades foram indenizadas: 1.011 famílias em dinheiro (258 de forma parcial), 764 famílias na modalidade de CC e 561 famílias em três modalidades de reassentamento rural coletivo, conforme consta na tabela 3. Destas, 315 famílias (inicialmente 320) tiveram seus direitos reconhecidos em 2001, dada a intensa pressão dos atingidos organizados em movimento social. Com isso, o processo de remanejamento foi concluído em 2007, cinco anos após a UHE entrar em operação.

Nas modalidades do RRC, as famílias foram reassentadas nos municípios de Barracão, Lagoa Vermelha, Erechim, Esmeralda e Machadinho, no RS; Zortéa, Curitibanos, Campos Novos e Capinzal, em SC. Quanto às famílias contempladas por CC, essas permaneceram mais próximo a suas origens, conforme informa o Consórcio Machadinho (2007).

De acordo com a Memória Técnica do Consórcio Machadinho, 59% das famílias reassentadas nas três modalidades de reassentamento coletivo não eram proprietárias antes de remanejadas, possuíam entre 1 a 20 hectares e 69% tinham a sua disposição uma superfície agrícola útil (SAU)⁸¹ de até 10 hectares. Com o reassentamento, passou para 73% a proporção de famílias com uma SAU disponível entre 11 a 20 hectares, o que permitiu o aumento da produção agropecuária. O tamanho do lote era definido de acordo com a força de trabalho da unidade familiar, aplicava-se um cálculo que considerava a idade, força física, saúde, sexo, etc⁸².

Tabela 3- Quantidade de famílias reassentadas por modalidade.

| Modalidades | Quantidade de famílias |
|---|------------------------|
| Indenização em dinheiro | 1.011 |
| Reassentamentos Rurais | 561 |
| Reassento Rural Coletivo-RRC | 468 |
| Pequeno Reassentamento Rural Coletivo-PRRC | 60 |
| Reassentamento Rural Coletivo Diferenciado-RRCD | 33 |
| Reassentamento por Carta de Crédito-CC | 764 |
| Permuta | 27 |
| Reassentamento em áreas remanescentes | 28 |
| TOTAL | 2.391 |

Adaptado da Memória Técnica da UHE Machadinho (CONSÓRCIO MACHADINHO, 2007).⁸³

Quanto às infraestruturas dos lotes, conforme consta na *Memória Técnica* do Consórcio Machadinho, foram compostos de casa de alvenaria, que podia variar conforme a composição familiar (entre 54m², 63m² ou 72m²), galpão (96m²), área de lavoura, luz, água potável de poço artesiano, caixa de água, centrais telefônicas e área de reserva legal, atendendo o que propunha o *Termo de Acordo* e suas diretrizes⁸⁴. O prazo para amortização foi estipulado em 20 anos com carência nos três primeiros anos, e dava-se conforme a capacidade de produção dos lotes. A referência monetária dos valores era em sacas de milho, conforme *Termo de Acordo* de 1987.

As condições de moradia condizem com as recomendações da ONU em seu conceito de *moradia adequada*, na qual também é devido observar as condições do território.

⁸¹ SAU significa a área agrícola efetivamente utilizada para a agropecuária.

⁸² A metodologia do cálculo pode ser encontrada na *Memória Técnica* da UHE Machadinho ou no documento *Diretrizes e Critérios para Planos e Projetos de Reassentamentos Rurais de Populações Atingidas pelas Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho*, a qual também apresenta as definições do público alvo: proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro rural, agregado e assalariado rural.

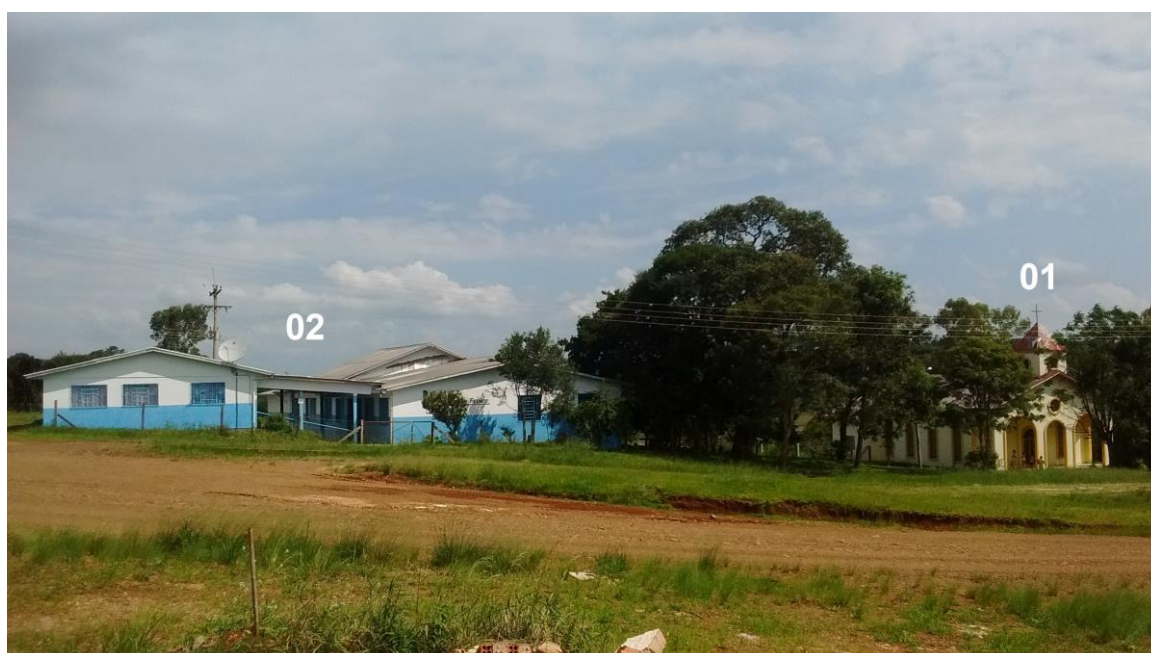
⁸³ Na *Memória Técnica*, o Consórcio não considera em sua relação a quantidade de 315 famílias incluídas posteriormente à conclusão da obra, as informações dessas famílias são mais vagas em relação as demais.

⁸⁴ O documento não tratava apenas dos RRC, em relação às compensações financeiras exigia a participação dos atingidos na determinação dos preços unitários da terra e das benfeitorias existentes.

O direito à moradia adequada não se limita à própria casa, ou seja, não se refere apenas a um teto e quadro paredes. A moradia deve ser entendida de forma ampla, levando-se em conta, por exemplo, aspectos culturais do local onde se encontra e da comunidade que habita (ONU, 2011, p. 03).

Os RRCs receberam área comunitária, com igreja, centro de convivência, escola e espaços de lazer (canha de bocha e campo de futebol), conforme exemplo demonstrado pela figura 10. Além disso, conquistaram insumos agropecuários, apoio técnico e financeiro, auxílio para o transporte da mudança, convênio com as associações de reassentados para o preparo do solo destinado ao plantio, verba de manutenção e mudas frutíferas. (CONSÓRCIO MACHADINHO, 2007, p. 247-248). Esses elementos condizem com as diretrizes expressas no *Termo de Acordo* de 1987, que previa: “Preservar a cultura e tradição, promover ajuda à readaptação e capacitação técnica-profissional através de convênios com órgãos afins”. (ELETROSUL/CRAB, 1987, p.04).

Figura 10 - Estruturas comunitárias do RRC Primeira Conquista - Barracão/RS.



01- Capela; 02- Escola municipal de séries iniciais. Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Quanto à definição para o valor da CC, alterava conforme o tamanho da casa em razão da composição familiar e o dimensionamento do lote que era padrão, seguindo as características da força de trabalho familiar. As dimensões das habitações correspondiam aos modelos dos reassentamentos coletivos conforme consta na Memória Técnica do Consórcio

Machadinho (2008). Também consta no documento que a mobilidade das famílias, que buscaram trocar de estado ou município, foi baixa em relação aos RRCs. Quanto aos insumos, apoio técnico e financeiro para o primeiro ano, a empresa relata que correspondia ao modelo dos RRC, salvo a assistência técnica, construção de acessos e rede de energia elétrica, condição também observada por Viana (2003) sobre os beneficiados por CC da UHE de Itá.

Entretanto, nas entrevistas a campo, o modelo CC foi o que mais recebeu críticas em relação ao descumprimento dos acordos por parte do Consórcio Machadinho, ao passo que 75% dos entrevistados apontaram algum tipo de pendência. O recurso financeiro disponibilizado para a compra da terra foi o elemento mais reclamado, acusando que o valor disponibilizado violou ao acordado com o Consórcio. Em seguida, foi apontada a falta/insuficiência de assistência técnica e até falhas nas indenizações das infraestruturas. Duas famílias, das 10 entrevistadas, declararam que a empresa não disponibilizou nem água encanada no local que fora instalada.

Em relação à queixa sobre a assistência técnica merece maior atenção. O contexto dos remanejados pela UHE Machadinho remete a ressignificação de suas racionalidades campesinas em virtude dos desafios encontrados no novo *espaço* ocupado, em substituição de suas tradicionais formas de produção. Essa mudança para as famílias gerou profundas alterações econômicas, políticas, sociais, culturais e também produtivas, que impactaram diretamente na adaptação das famílias, descreve o agrônomo Gilberto Cervinski, que trabalhou na equipe técnica de implantação dos RRCs da UHE Machadinho. Muitos foram reassentados em terrenos cujas condições do relevo e do solo eram totalmente diferentes de suas antigas áreas exploradas. O relevo, quando menos acidentado, contribuiu para o aumento da SAU de várias famílias e a incorporação de maquinários. Outra característica é em relação do ponto de vista logístico, muitas destas áreas ficaram mais bem localizadas para escoamento da produção. Assim, muitos perceberam uma oportunidade de acenderem economicamente em relação à vida de miséria a qual sempre viveram, especialmente os que não eram proprietários, correspondente a aproximadamente 33% das famílias atingidas que dependiam da agricultura.

Em suas antigas áreas os solos possuíam uma condição natural mais fértil em relação às novas áreas dos reassentamentos, destaca Cervinski (2017), foi então necessário incorporarem novos métodos produtivos, às vezes mais próximos da Revolução Verde do que de suas tradicionais formas de produção. A incorporação de adubos químicos, venenos e sementes híbridas, são alguns exemplos de insumos externos a suas unidades produtivas nas quais não

estavam acostumados e que necessitam de novas técnicas de manejo diferentes das tradicionais formas de se relacionarem com a terra.

Nos RRCs, também se buscava encorajar práticas agrícolas em contraponto às tradicionais práticas da *Revolução Verde*, a exemplo da incorporação de técnicas da agricultura orgânica e a diversificação produtiva. Cervinski (2017), em entrevista para esta pesquisa, relatou que a equipe técnica tinha uma concepção de agricultura de transição para um modelo que focasse na produção de alimentos⁸⁵. Com o passar dos anos isso vai influenciar na diversidade produtiva encontrada em muitos lotes localizados nos RRC.

Os informantes-chaves citaram os novos desafios em relação às diferenças das condições do solo para o desenvolvimento da agricultura em suas novas áreas. Sobre isso, foi dito pelo entrevistado, M.R.J. (2016), que: “na barranca do rio (referindo-se ao lugar em que morava) nem adubo e ureia era necessário”. Nota-se pela declaração do entrevistado o choque dos dois modelos de práticas agrícolas citados anteriormente.

Deste modo, os entrevistados entendiam que as famílias relocadas requeriam uma atenção especial por parte do Consórcio Machadinho, pois relataram situações em que muitos remanejados seguiram com as mesmas técnicas de manejo produtivo de onde residiam, não logrando êxito com o desenvolvimento de suas lavouras⁸⁶ e, dessa forma, comprometendo suas condições para reprodução social.

Quanto às relações sociais, que por seus modos de produção eram estabelecidas, também sofreram alterações. A tradicional produção para subsistência e comercialização do excedente foi bruscamente substituída pela produção orientada para o mercado. Isso fez com que os reassentados ficassem mais expostos ao contato com outros agentes sociais que procuram apropriar-se da renda agrícola gerada pelas famílias em suas UPA, a exemplo das casas agropecuárias, assistência técnica privada e bancos, que também buscam o controle de territórios para acumulação do capital.

É justamente neste ponto que anotamos um significativo diferencial entre os modelos de remanejamento, ao avaliar qual deles oferece melhores condições para que os atingidos possam criar estratégias de proteção a suas autonomias e a seus novos territórios.

⁸⁵ A entrevista com Gilberto Cervinski está disponível no Anexo C.

⁸⁶ Durante minha relação profissional com reassentados pude observar o contexto descrito. Muitos apresentavam grandes dificuldades em adaptar-se ao novo terreno e não obtinham sucesso com o desenvolvimento de suas lavouras. As pessoas que não percebiam essa realidade os chamavam de vagabundos ou que não sabiam trabalhar. Um exemplo de situações vividas foi quando os orientava sobre a necessidade de adubar a pastagem utilizada para alimentar o gado leiteiro com a finalidade de obter maior rendimento, alguns reassentados encaravam a informação com descrédito ou espanto, pois “adubar a grama” ou o pasto, lhes era algo diferente de suas tradicionais práticas de manejo, insuficientes para fins de escala comercial.

Viana (2003), ao estudar sobre as mitigações sociais dos reassentados pelas modalidades de RRC e CC atingidos pela Barragem de Itá, anotou essas mesmas observações constatadas com os reassentados da barragem de Machadinho. A pesquisadora destacou que a modalidade CC se mostrou mais adequada às relações sociais de parentesco e vizinhança do que com os desafios impostos pelas mudanças das relações de produção, sociais e econômicas (VIANA, 2003, p. 139 – 140).

A preocupação pela qualidade da terra e assistência técnica era atributo prioritário na reivindicação da CRAB. Para a assistência técnica exigia-se um agrônomo para cada 100 famílias e um técnico agropecuário para cada 25 famílias. A qualidade da terra estava na primeira reivindicação constante do *Termo de Acordo* de 1987:

A terra por terra, mediante a apresentação de áreas tantas quantas necessárias, preferencialmente na região ou nos três estados do Sul, com características agrícolas e infra-estrutura **não inferiores às áreas atingidas**. (ELETROSUL/CRAB, 1987, P.01).

Esta reivindicação traduziu-se na prática através do aumento da produção agropecuária e da diversificação produtiva de alimentos, conforme o diagnóstico⁸⁷ estatístico realizado pelo consórcio em beneficiados por RRC e CC, logo após a colheita da primeira safra. O diagnóstico anotou um aumento significativo da produção de milho, soja, feijão e o melhoramento das culturas de arroz, trigo aveia e mandioca, para fins comerciais. Enquanto que na pecuária destacou-se a produção leiteira. Isso, muito se deve pelo aumento da SAU, áreas mais agricultáveis do ponto de vista técnico e de relevo, assistência técnica (neste caso somente os RRC) e localização geográfica para escoamento da produção.

Com o passar dos anos, a produção leiteira tornou-se uma das principais atividades em muitos RRC, bem como se notou em beneficiados por CC. Constatou-se nos RRCs, objetos desta pesquisa, o aumento de hortas e pomares para fins comerciais, a introdução de técnicas agroecológicas e a tentativa de criação e instalação de pequenas agroindústrias, com organização coletiva e associada para comercialização de leite e também de alimentos para programas institucionais de aquisição de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

⁸⁷ O diagnóstico fez parte do Programa de Remanejamento da População Atingida. Era uma exigência do Programa Básico Ambiental (PBA), determinado pelos estudos ambientais (EIA e RIMA).

4.4 Pesquisa de Campo e análise dos resultados

4.4.1 Perfil do público entrevistado: questionários

Foi considerado para esse tópico apenas os questionários (10 entrevistas) aplicados com remanejados pelas CCs e RRCs. O relatório da Residência Agrária e as reuniões foram utilizados como subsídio às informações coletadas através dos questionários. Quanto ao perfil dos que participaram das reuniões assemelham-se ao grupo entrevistado através do questionário, que será descrito a seguir.

Para termos uma melhor compreensão da caracterização do grupo e de seus contextos vividos em relação ao remanejamento, subdividimos o questionário em cinco partes, nas quais abordamos as condições anteriores e posteriores ao remanejamento, sendo:

- Perfil básico do entrevistado (caracterização);
- Condição anterior e posterior ao remanejamento - terra e domicílio;
- Condição de atingido por barragem e tomada de decisão;
- Capital agropecuário;
- Capital social, territorialidade e sustentabilidade;

Iniciaremos demonstrando a perfil do grupo entrevistado, em que procuramos anotar informações relativas a suas idades, ano de remanejamento, escolaridade, entre outras informações, e seus respectivos vínculos com a terra, anterior e posterior ao remanejamento.

Para algumas questões, que serão tratadas adiante, estabelecemos um diálogo com a pesquisa de Moraes (2013), que utilizou informações do banco de dados do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento *Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos (2010-2014)*, que entrevistou 631 famílias das cinco maiores UHEs da Bacia do Rio Uruguai (UHE Itá, UHE Machadinho, UHE Barra Grande, UHE Campos Novos e UHE Foz do Chapecó). Sendo destas, 254 famílias beneficiadas por reassentamentos coletivos e 180 através de carta de crédito, entre as quais 154 foram remanejados pela UHE Machadinho.

Perfil básico do grupo; vínculo com a terra e domicílio.

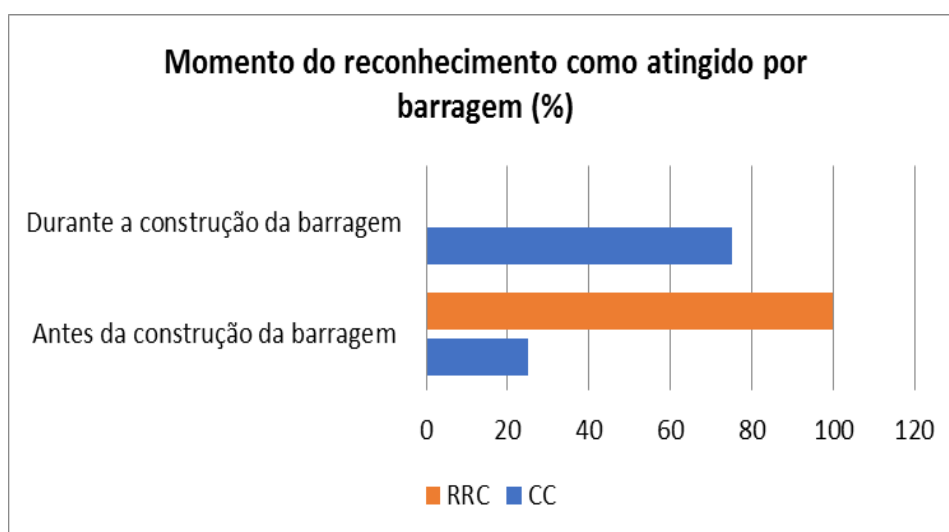
Em relação à faixa etária do grupo, constatamos que a maioria tinha entre 40 a 50 anos de idade no momento da realização da pesquisa. Neste ponto, cabe anunciar uma constatação da Pesquisa de Campo, em que as pessoas com maior idade demonstravam um forte apelo

sentimental aos seus antigos modos de vida e suas antigas comunidades.

Observamos também que a escolaridade média do grupo apresentou ter apenas o Ensino Fundamental incompleto. A baixa escolaridade tem uma íntima relação com a idade, pois quanto maior a faixa etária menor se apresentou o grau de escolaridade. Uma entrevistada declarou-se apenas alfabetizada, e constou que foi através de um programa de alfabetização desenvolvido pelo MAB, executado em seu reassentamento⁸⁸.

O grupo foi remanejamento entre o período de 1998 a 2002, mas se considerarmos a pesquisa do *Residência Agrária*, o período se estende até 2007. Em 2002, foi o período em que a usina entrou em operação. O gráfico 5 ilustra a proporção e o momento no qual os entrevistados foram reconhecidos como atingidos.

Gráfico 5 - Momento do reconhecimento como atingido por barragem.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo, 2016.

De acordo com a ONU (2011), as convenções internacionais recomendam que deve ser evitado o remanejamento posterior a execução do empreendimento, justamente para não aprofundar os problemas relativos ao desenvolvimento social e econômico das famílias. Mas, o remanejamento tardio deve-se ao fato que muitas famílias foram reconhecidas como atingidas posterior ao início das obras. De acordo com diagnóstico do BM (2008), os passivos sociais gerados pelos impactos dos projetos hidrelétricos no Brasil estão relacionados à utilização de marcos legais insuficientes e que não disponibilizam critérios definidos quanto

⁸⁸ O movimento disponibilizava uma equipe pedagógica para atuar nos RRC com a alfabetização de jovens e adultos, pois o grau de analfabetismo dos atingidos era de 7,12% (dos alfabetizados 52,12% tinham apenas o quinto ano) conforme consta na Memória Técnica do Consórcio Machadinho (2007). A memória desses projetos de alfabetização se encontram no arquivo histórico do MAB.

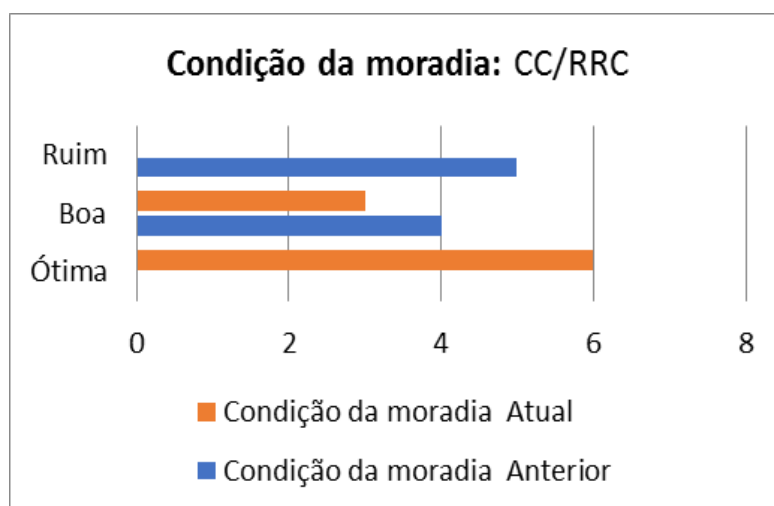
ao conceito de *atingido*, bem como os processos de remanejamento e modelos de reassentamentos.

Quanto ao vínculo formal com a terra anterior ao remanejamento, apenas três, das 10 famílias entrevistadas, afirmaram terem sido proprietárias. Quanto aos declarantes não-proprietários, esses citaram que possuíam os seguintes vínculos: posseiro, arrendatário, parceiro rural e meeiro. Em média, possuíam uma SAU de 9,5 hectares, enquanto que agora dispõem de uma SAU em média 50% maior.

Para avaliar as condições da moradia foram utilizadas duas questões. A primeira, de cunho conceitual, solicitando aos entrevistados que atribuíssem a elas uma das opções: “ótima”, “boa”, “regular”, “ruim” e “não possuía”. A segunda requeria a informação sobre o tipo de material que eram feitas as moradias. Conforme ilustrados no gráfico 6, somente dois conceitos foram atribuídos para as antigas moradias: “boa” e “ruim”, sendo de madeira reaproveitada ou apropriada (confeccionada para a moradia)⁸⁹.

Enquanto que posterior ao remanejamento, o gráfico revela uma mudança radical nas condições de moradia, sendo a grande maioria de alvenaria. Entretanto, a opção “ótima” foi a mais apontada pelo grupo do RRC.

Gráfico 6 - Condição da moradia.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo, 2016.

A moradia foi um dos itens mais criticados por três famílias entrevistadas beneficiadas por CC. Estas, afirmaram que o acordo com o Consórcio Machadinho previa a garantia de condições de moradia adequada, mas segundo eles, o Consórcio não cumpriu com o acordo.

⁸⁹De acordo com Consórcio Machadinho (2007), em uma pesquisa de amostragem, revelou que aproximadamente 87% dos reassentados possuíam casa de madeira.

Para compreendermos o contexto nas propriedades adquiridas através de CC, geralmente havia uma moradia construída e, se esta não estivesse em boas condições, o acordo deveria garantir a reforma da residência, afirmaram os entrevistados⁹⁰. Com o passar dos anos, foram conseguindo melhorar suas casas, com recursos próprios e com o auxílio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)⁹¹.

Figura 11 - Modelo de habitação de um RRC.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016. Baraço/RS.

Quanto aos RRC, o acordo firmado entre o MAB e o Consórcio previu um padrão mínimo de habitação. As casas deveriam ser de alvenaria e dispor de sistema de saneamento, abastecidas com água de poço artesiano e caixa de água. O MAB reivindicava que o tamanho da casa fosse de acordo com o tamanho de cada família, partindo de 52m² a 72m². A figura 11 ilustra uma casa construída conforme as diretrizes estabelecidas pelo *Termo de Acordo* de 1987, firmado entre o MAB e o Consórcio Machadinho.

As figuras 12 e 14 ilustram a situação habitacional que era muito comum a centenas de atingidos pelas barragens da bacia do Rio Uruguai, não apenas da UHE Machadinho,

⁹⁰ Essa condição é observada com remanejados por CC da UHE Itá. Famílias que reconstruíram suas casas com madeiras reaproveitadas e até casos de onde a nova propriedade não tinha rede elétrica.

⁹¹ O PNHR é um programa do Governo Federal vinculado ao Programa *Minha Casa Minha Vida*, através da Lei 11.977/2009. Sua finalidade é possibilitar ao trabalhador rural e comunidades tradicionais condições de moradia digna, através da construção de nova casa ou reforma, ampliação ou conclusão. Informações obtidas no site <http://www.caixa.gov.br/>, acesso dia 25/3/2017.

revelando as condições de pobreza dessas populações.

Figura 12 - Exemplo de condição de moradia anterior ao remanejamento por RRC: família A.



Fonte: UHE Machadinho (2008).

Figura 13 - Exemplo de condição de moradia posterior ao remanejamento por RRC: família A.



Fonte: UHE Machadinho (2008).

Nas figuras 13 e 15 é possível notar a diferença no padrão de habitação garantido por cada modelo de remanejamento. A primeira, uma moradia de alvenaria e, a segunda, uma casa

de madeira reformada. Mesmo que a família da foto remanejada por CC tenha melhorado as condições de sua habitação posterior ao remanejamento, e mesmo que a ilustração não represente o padrão de todos os beneficiados por CC, o fato que é o *Terno de Acordo* de 1987 garantiu um padrão de moradia ao RRC superior a muitos remanejados por CC.

Figura 14 - Exemplo de condição de moradia anterior ao remanejamento por CC: família B



Fonte: UHE Machadinho (2008).

Figura 15 - Exemplo de condição de moradia posterior ao remanejamento por CC: família B



Fonte: UHE Machadinho (2008).

A ênfase dada neste tópico à moradia adequada é em virtude de ser o quarto direito

violado, identificado pelo CDDPH (2011), em construções de barragens no Brasil e, além de ser um tema abordado pelos pactos e convenções internacionais, está previsto nos artigos sexto e sétimo da Constituição Federal de 1988. O *Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, apreciado pela legislação brasileira, através do Decreto 591 de julho de 1992, prevê que toda a pessoa tem o direito a uma moradia adequada, assim como a melhoria contínua de sua condição de vida. Para a ONU, *moradia adequada* é um conceito mais amplo do que a estrutura física, não apenas “um teto com quatro paredes” (ONU, 2011, p. 04), e deve ser encarada de forma ampla e também considerar os aspectos culturais, permitir o acesso à “infraestrutura essencial para a saúde, segurança, conforto e nutrição” (BRASIL, 2013).

Condição de atingido por barragem e tomada de decisão

Foram elencadas algumas questões para conhecermos um pouco sobre o contexto de cada família entrevistada em relação a sua experiência de atingida por barragem e para procurar entender o que as levaram a escolher por uma ou outra modalidade. Veremos que as declarações coincidiram com as críticas dos informantes-chaves e o que fora elencado pela pesquisa acadêmica considerada nesta pesquisa.

Iniciamos esse tema perguntado por qual meio a família ficou sabendo que seria construída uma barragem em seu território. Os sujeitos mais apontados foram: movimento social, sindicato, comunidade e vizinhos, igreja e, por último, os meios de comunicação. Estas respostas atestam o que apontaram as pesquisas acadêmicas em relação ao contexto social da barragem de Machadinho, quanto ao papel desempenhado pelos sindicatos e pelas igrejas Católica e Luterana, bem como a rápida resposta demonstrada através da organização dos atingidos em movimento social, conforme registrado pela pesquisadora Sigaud (1986 e 1992).

Também procuramos investigar se a empresa direcionava alguma modalidade específica às famílias. Obtivemos como resposta mais citada a CC para quem não era proprietária, e em dinheiro, para quem era proprietária. Essa constatação também atesta as críticas de que a empresa tinha uma clara preferência a CC em relação ao RRC.

A pesquisa de Moraes (2013) revelou que aproximadamente 39% dos entrevistados declararam que houve insistência para a escolha por determinada modalidade de remanejamento, dos quais 52,5% realizada pelo empreendedor, 25% pelo MAB, 11% pela família e o restante distribuído entre outros atores sociais, inclusive as imobiliárias. O fator família, comenta Moraes (2013), apresentou uma forte tendência pelo RRC, pois sua metodologia permitia que familiares, nucleados em uma única residência ou UPA, pudessem

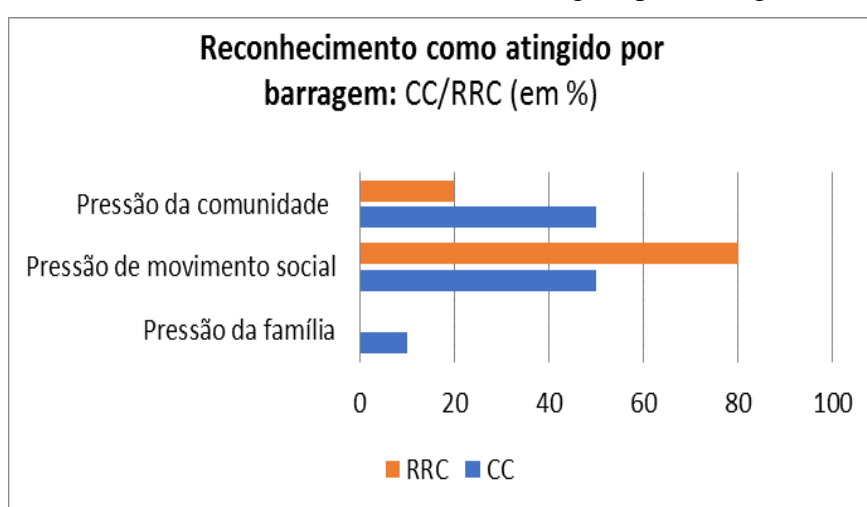
permanecer próximos.

Quando questionados sobre o porquê de escolherem determinado modelo, o grupo representante do RRC mencionou a preocupação com a reprodução social da família, pois acreditavam que tal modalidade forneceria mais condições para melhorarem de vida, citando a condição da terra e de já terem conhecimento sobre como funcionava a metodologia do RRC. Como aspecto negativo, notou-se nesse grupo o sentimento de saudade em relação ao seu local de origem. Outro perfil notado nessas famílias, diz respeito a uma maior participação no MAB e em sindicatos.

O grupo representado por CC citou justamente o fator local e familiar como fator decisivo. Também observamos o fator da desinformação, citado pela crítica acadêmica e pelos entrevistados, em relação ao RRC. Foi dito pelos informantes-chaves que propagava-se a falsa informação de que, se a família viesse a optar pela modalidade do RRC, ela “não seria dona de nada”.

O papel de um movimento social foi novamente constatado ao questioná-los se o Consórcio reconheceu de imediato a família como atingida, tendo apenas uma resposta positiva. As demais informaram que a mobilização comunitária e o papel desempenhado pelo movimento social foram decisivos para que a empresa os reconhecesse como atingidos. O gráfico 7 ilustra a proporção das respostas do grupo em relação aos meios utilizados para que fossem reconhecidas suas condições como atingidos.

Gráfico 7- Reconhecimento como atingido por barragem.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo, 2016.

De todo o grupo, foi dito que sete não eram proprietários e alguns residiam na parte montante da barragem, em uma área considerada de risco, na qual a empresa recusou-se

reconhecer de imediato, alegam os entrevistados⁹². Mas, nem mesmo as três famílias que se declararam proprietárias afirmaram que não foram reconhecidas de imediato pela empresa. Destacamos o depoimento de uma delas, O.V. (2016): essa declarou que a empresa responsável pela realização do cadastro socioambiental havia passado somente uma vez para cadastrar as famílias da comunidade (em 1991) e quem era encontrado em casa pelos funcionários da empresa “ficava de fora”, como diz ter sido o seu caso. Sendo assim, o declarante procurou o escritório da empresa que estava situado no município de Barracão/RS, mas, para sua surpresa, a empresa negou atendê-la. Somente foi reconhecida como atingida anos depois, após seu ingresso no MAB e sendo insistente junto ao escritório da empresa.

Em minha convivência com atingidos pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai, pude ouvir vários relatos como o de O.V. (2016). Essas declarações revelam o quanto é grave o descaso do setor elétrico para com os atingidos de um modo geral, não se referindo apenas de como a utilização de determinado conceito de *atingido* por parte dos empreendedores pode ser um fator de exclusão, mas até mesmo em sua concepção mais excludente, a *territorial-patrimonialista* ou a *hídrica*, pode não ser respeitada.

A pesquisa de Moraes (2013, p. 196), revelou que aproximadamente 62% dos atingidos remanejados por reassentamento coletivos e CC, nas principais barragens da Bacia do Rio Uruguai, tiveram as modalidades apresentadas pelos empreendedores após o início da obra, em proporções quase iguais para ambas as modalidades. Quanto à proporcionalidade do grupo que foi apresentado antes do início do empreendimento, chama a atenção que apenas 35% foram para famílias que optaram por CC.

Essa informação pode revelar duas situações: ou os empreendedores foram obrigados a reconhecer uma grande parcela de atingidos após o início da obra (como aconteceu com os entrevistados para esta pesquisa) dado pela pressão popular; ou, alia-se a isso, uma estratégia dos empreendedores em forçar as famílias, já desesperadas, a optarem pela modalidade mais rápida, neste caso a CC.

Tais fatos elencados através das declarações e observações, demonstram o quanto é urgente a adoção de uma base legal pelo Estado Brasileiro que possa regular o tratamento sobre as populações atingidas por barragens. Os organismos internacionais orientam que é imprescindível, quando não for possível o deslocamento involuntário, que o processo de remanejamento seja realizado antes do início das obras do empreendimento. Uma dessas

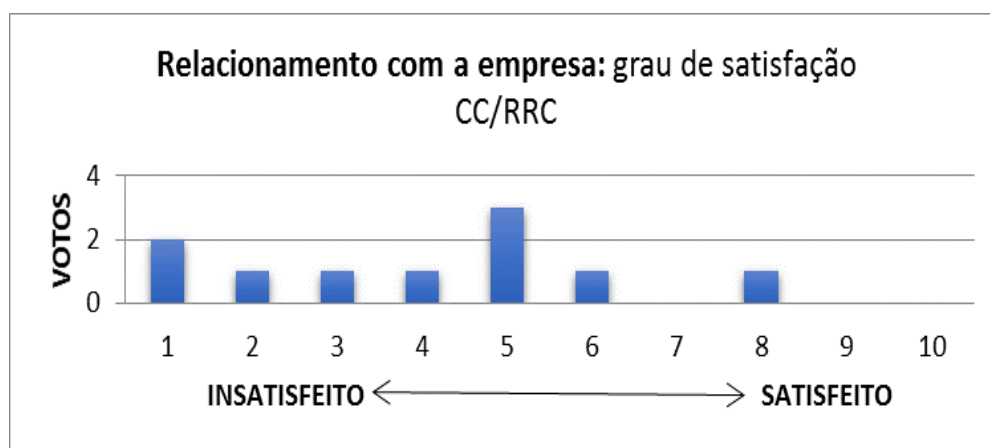
⁹² *Jusante* e *montante* são pontos referenciais de um rio em relação à visão do observador. O primeiro corresponde ao o fluxo normal da água, de um ponto mais alto para um ponto mais baixo. Enquanto que *montante* é a direção de um ponto mais baixo para o mais alto.

orientações parte do BM, em seu Manual de Assentamento Involuntário, no qual orienta que “Pessoas deslocadas deverão ser assistidas nos seus esforços para melhorarem o modo e condições de vida ou pelo menos para restaurar, em termos reais, as condições previamente ao reassentamento ou ao início da implementação do projeto, [...]” (BM, 2001, p. 02).

Em outra questão, procuramos apurar a possibilidade de pendências em relação às indenizações. No grupo que representa a modalidade do RRC não houve queixas, mas todos disseram conhecer alguém (familiares ou vizinhos) que ficou com algum tipo de passivo, como áreas de terras não indenizadas, como indenizações muito baixas, entre outros. Quanto ao grupo representante da modalidade da CC, três famílias reclamaram de pendências em relação à moradia, benfeitorias e valores das cartas de crédito. Para o informante-chave R.G.J. (2016) os beneficiados por CC deveriam ter tido os mesmos direitos dos remanejados por RRC.

Por fim, foi solicitado que a família atribuisse uma nota entre “0” a “10”, a fim de avaliar a forma como a reparação foi conquistada, ou seja, avaliar a relação com a empresa no contexto de sua condição de atingido e remanejado. Apenas duas famílias atribuíram uma nota acima de “5”, as restantes entre “1” a “5”.

Gráfico 8 - Índice de satisfação com a empresa.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo, 2016.

As pessoas entrevistadas, bem como a maioria dos que participaram das reuniões (salvo dois participantes), demonstraram-se satisfeitas com suas atuais escolhas, pois apresentaram estar em uma condição econômica melhor do que anterior à barragem. Mas, o processo por qual passaram foi muito estressante, o que nos ajuda a compreender o resultando da avaliação expressa no gráfico 8. Conforme foi relatado, a angústia e o medo quanto a um futuro incerto as acompanhava dia após dia até o momento em que estiveram novamente reterritorializadas,

“a primeira noite na nova casa foi o primeiro sono tranquilo que tive em vários anos”, relatou uma das mulheres que participaram da entrevista. O drama era ainda maior para os que foram reconhecidos como atingidos posterior ao início das obras. Assim, isso reafirma a necessidade de um marco legal bem definido para o cadastro socioeconômico, política de reassentamentos e o conjunto de indenizações.

A inserção em um movimento social, ou melhor, os atos de enfrentamento e rebeldia, por mais que pareçam atos de bravura para quem analisa de fora, para quem participa ativamente não é uma experiência prazerosa. Acampar em um barraco de lona preta sob o sol, chuva ou o frio, participar de um processo de ocupação, ser alvo de criminalização e perseguição policial e judicial, são apenas alguns exemplos entre tantos outros que aqui poderiam ser citados de atividades estressantes e nada confortáveis por qual passaram muitos atingidos. Os relatos citam pessoas idosas e mulheres com crianças acampadas, porque tal ação lhes representava a única esperança de assegurarem o pouco do que tinham, ou conseguirem algo melhor em meio a uma vida de pobreza, ou até porque não tinham outro lugar para onde pudessem ir.

Pude compreender o significado do estresse gerado pela condição de atingido por barragem, através do descontrole emocional apresentado por um dos entrevistados. Em determinado momento de seu relato, sobre sua experiência com o Consórcio Machadinho, ele se exaltou e proferiu xingamentos em voz alta e socos em sua mesa.

Por outro lado, através de minha convivência com atingidos por barragens, observamos que tais ações e circunstâncias, expressas no parágrafo anterior, possuem um efeito pedagógico relacionado à formação política (provavelmente o único fator positivo), tendo contribuído para o exercício da cidadania, pois o contexto exigia dos atingidos uma leitura do mundo a qual poucos estavam acostumados a entender, denominada pelos atingidos de “formação de consciência”. Interpretamos isso como a formação de um capital social⁹³ que será muito utilizado nos RRCs em prol à continuidade de suas auto-organizações, o que também pode ser interpretado como a construção de uma nova territorialidade, que será visto adiante.

Capital agropecuário

⁹³ Entendemos por *capital social*, aplicado a esse contexto, como um conjunto de qualificações intelectuais adquiridas pelo indivíduo na *práxis* de sua *condição de atingido*, uma leitura próxima à compreensão de Bourdieu (1980). Também para Bourdieu (1980), sob o prisma da ação coletiva, o capital social pode alavancar redes sociais, onde os sujeitos se valem de sua inserção em rede para atingir objetivos em comum.

Em relação ao *capital agropecuário*, foi buscado elencar um conjunto de elementos objetivos e subjetivos em relação ao favorecimento de suas atividades agrícolas.

Primeiramente, buscou-se conhecer o que essas famílias produzem e como elas produzem. Assim, constatou-se que a produção agropecuária de suas UPAs são orientadas para o mercado, com produção de excedentes alimentares para a família. A produção de soja, milho, feijão e leite são as atividades mais características de todos os entrevistados. Nos RRCs, constatou-se o incremento de pomares e hortas para fins comerciais. A criação de gado de corte para comercialização também está presente em algumas UPAs, mas como atividade secundária. As técnicas de manejo das culturas são as da Revolução Verde. Nos RRCs, com o auxílio do *Residência Agrária*, foi mais fácil constatar a incorporação de práticas orgânicas, como a substituição de adubos químicos por orgânicos nas lavouras de grãos e na produção de alimentos para a família. A atividade leiteira demonstrou ser a principal atividade de várias UPAs, onde se verificou salas de ordenha dotadas com tecnologias (resfriador, ordenhadeira e motores), pastagens piqueteadas e matrizes produtivas com genética apropriada para produção de leite em escala comercial. Enfim, os entrevistados avaliaram que suas UPAs demonstram-se mais suficientes para garantir a reprodução social da família do que anterior a barragem.

Neste contexto, devem ser consideradas as políticas públicas criadas para a agricultura familiar, que foram amplamente acessadas nas últimas duas décadas. A principal delas é o PRONAF (acessado por todos os entrevistados), também temos o seguro agrícola, entre outras. Outro fator são os preços de vários produtos agropecuários que estiveram acima das médias históricas para o setor. O acesso a tecnologias e conhecimento também não podem ser ignorados. A produção leiteira é um bom exemplo, pois com a adoção de novos manejos e tecnologias permitiu-se uma produção em maior escala distanciando-se dos custos de produção. Todos disseram estarem recebendo assistência técnica de extensão rural, de diversos agentes sociais: Emater (empresa pública), agropecuárias e de cooperativas empresariais e até de técnicos existentes nos próprios RRCs⁹⁴. Por fim, seguindo a tendência do contexto da agricultura familiar no Sul do Brasil, todos esses fatores permitiram que muitos remanejados conseguissem um maior grau de capitalização do que nas décadas anteriores ao ano 2000, e também em relação a suas gerações passadas⁹⁵.

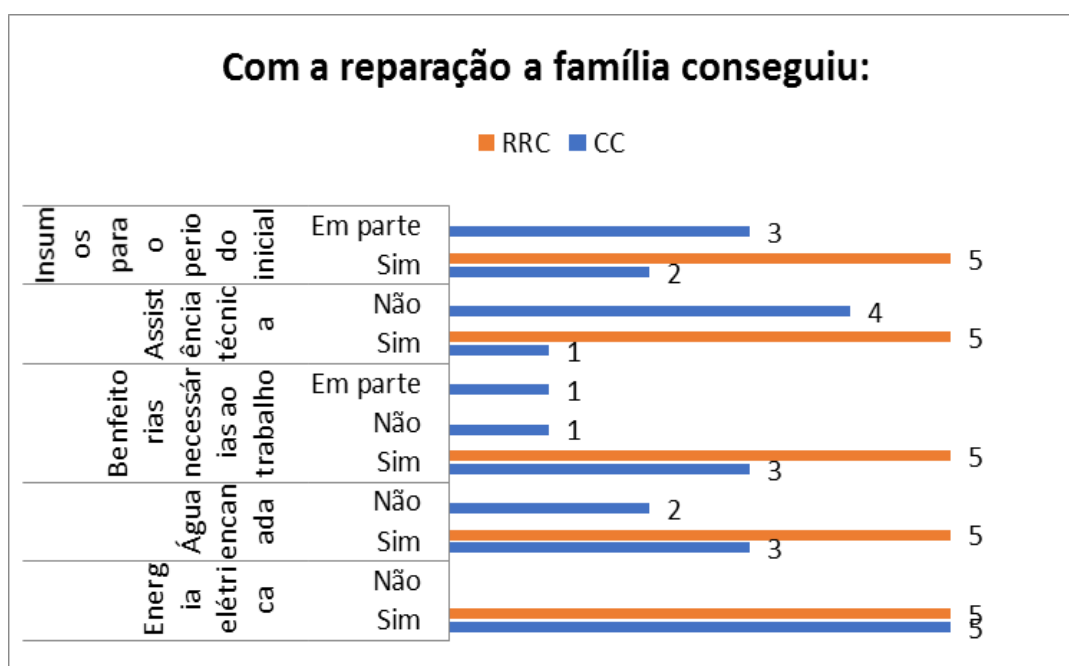
⁹⁴ Em vários RRCs, os atingidos procuraram viabilizar que jovens pudessem cursar técnico em agropecuária, como foi o caso do informante-chave B.E.G, que após formados tinham a tarefa de compartilhar o conhecimento adquirido com os demais membros do reassentamento.

⁹⁵ Quando atuei com crédito agrícola nos RRCs de Lagoa Vermelha, Barracão e Erechim, aproximadamente 80% dos recursos do PRONAF Investimento eram destinados para a estruturação da atividade leiteira. As condições para pagamento eram um atrativo para os reassentados e um incentivo para a atividade, pois correspondiam a prazos estendidos em até 8 anos e juros subsidiados a 2% ao ano.

Por fim, o gráfico 9 ilustra um conjunto de elementos objetivos considerados indispensáveis para estruturar o desenvolvimento da contínua melhoria de suas condições de vida e os compara entre ambas as modalidades. São eles: água encanada, rede de energia elétrica até a propriedade, benfeitorias necessárias para dar suporte ao trabalho e as atividades agropecuárias, insumos agrícolas para a primeira safra e assistência técnica agrícola. A moradia, um direito imprescindível, já foi contemplada anteriormente. Para compor esse conjunto de elementos, foi considerado o *Terno de Acordo* de 1987 e as convenções e tratados internacionais, expressos nos documentos da ONU e do BM utilizados neste trabalho.

A pesquisa revelou que apenas o grupo representante da modalidade do RRC obteve os benefícios/direitos em sua totalidade. Quanto ao grupo representante da CC, nota-se que em relação a insumos necessários para o primeiro ano agrícola (adubos, sementes, etc) apenas duas famílias afirmaram que a empresa cumpriu com o acordo. Em relação à assistência técnica, com comentários anteriores sobre sua importância, apenas uma família declarou ter sido beneficiada; quanto às benfeitorias - galpão, chiqueiro estrebaria e galinheiro (todos em pequena escala) - indispensável para o desenvolvimento das atividade agropecuárias mais básicas, apenas três famílias obtiveram em sua nova UPA. Nem mesmo água encanada na residência foi um direito garantido por todos. Nota-se que apenas três, das cinco famílias, declararam ter recebido a residência com esse direito básico. Energia elétrica na propriedade foi o único item garantido em sua totalidade.

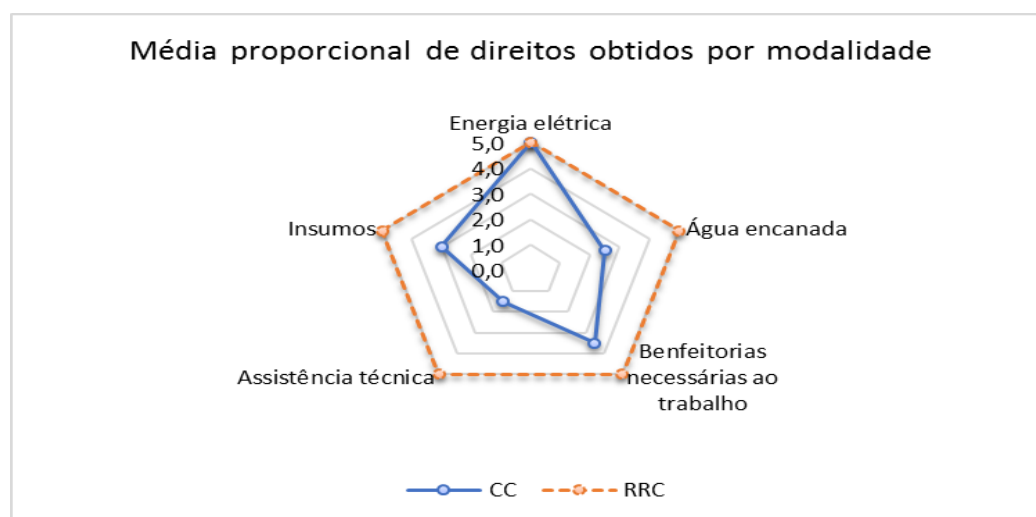
Gráfico 9 - Conjunto de direitos obtidos por modalidade: CC/RRC.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo, 2016.

O gráfico 10 ilustra por outra perspectiva os resultados do gráfico anterior, representando um comparativo de média proporcional dos direitos obtidos por cada modalidade de reassentamento. Em uma escala de “0” (centro) a “5” (borda exterior), quanto mais próximo da borda exterior maior a satisfação, e quanto mais próximo ao centro (mais próximo à “0”) menor a satisfação obtida. A figura 16 ilustra a sede de uma propriedade em um RRC, cujas benfeitorias foram garantidas através do *Termo de Acordo* de 1987.

Gráfico 10 - Média proporcional comparativa de direitos obtidos por modalidade de reassentamento: CC/RRC.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo, 2016.

Figura 16 - Sede de uma propriedade no RRC Primeira Conquista, 2016 - Barracão/RS.



01- Casa; 02 e 03 – Galpões e garagem para maquinários agrícolas; 04 – Pastagem; 05- Lavoura; 06 – Caixa d’água Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Capital social e territorialidade

Neste tópico, procuramos elencar e comparar elementos que possam demonstrar o grau de interação de cada modalidade (CC e RRC) em relação a si e para com a sociedade (subtendendo o fortalecimento de seus territórios). O objetivo foi avaliar elementos que são potencializadores quanto à constituição de uma nova identidade territorial e articulação em rede, compreendendo aqui território quanto autonomia e poder. Assim, foram abordados nas entrevistas alguns elementos/temas relativos: à organização comunitária, política, ao acesso a políticas públicas, articulação em redes e sustentabilidade.

Iniciaremos expondo o grau de interação/participação sociopolítica dos entrevistados em instituições da sociedade civil e organizações sociais de classe, que estabelecem algum tipo interação com o tema de políticas públicas e sociais, ou que oferecem canais de diálogo com a temática. Por isso, elencamos um conjunto de instituições representativas da categoria trabalhadora a qual pertencem os entrevistados ou que permitem sua representação: a participação ativa em organizações de classe, como movimentos sociais e sindicatos, sujeitos que possuem uma característica mais propositiva e tensionadora ao acesso e criação de políticas públicas; no viés econômico, as iniciativas de economia solidária também se enquadram como ferramentas que podem criar canais de acesso a políticas públicas, a exemplo das cooperativas de crédito e de comercialização, bem como serem indicativos de autonomia territorial⁹⁶; os conselhos comunitários e municipais⁹⁷ são considerados potenciais instrumentos para a intervenção positiva nas políticas públicas locais e para o fortalecimento da cidadania, conforme aponta Rocha (2012); os partidos políticos não deixam de ser instrumentos menos importantes, pois está através deles o principal meio para acessar à gestão dos recursos públicos locais e definir suas aplicações. Também aproveitamos para apurar e comparar a suposta interação em relação à condição anterior e posterior de atingido por barragem em relação a tais questões.

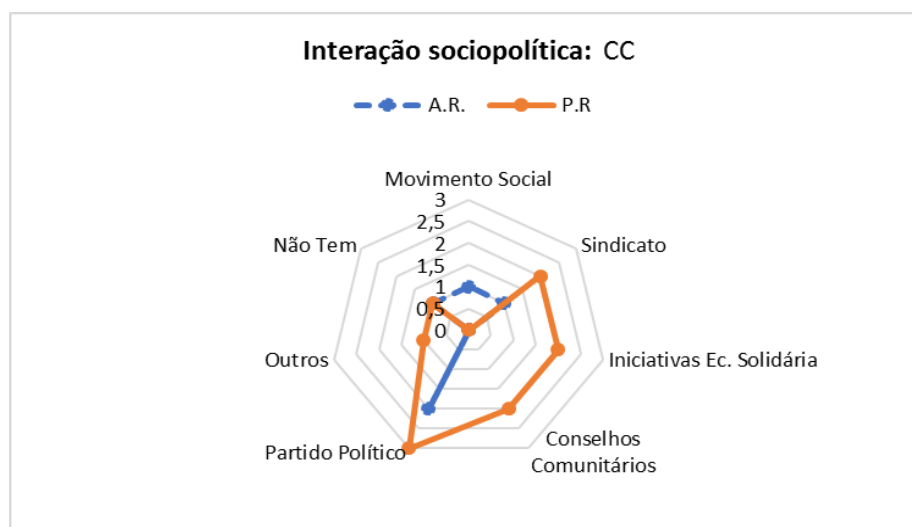
Dessa forma, os gráficos 11 e 12 demonstram que, em ambos os grupos, houve um considerável acréscimo do grau de interação, com uma proporção muito maior ao grupo do RRC em ambos os momentos de suas condições de atingidos. O grupo alcançou o quinto grau na escala, ou seja, em todas as famílias foi possível observar um ou mais tipo vínculo com

⁹⁶ O livro *Economia Solidária: uma abordagem internacional*, de Geraldo Carvalho de França Filho e Jean – Louis Laville, é uma boa referência de leitura sobre o tema da economia solidária.

⁹⁷ Os Conselhos Municipais surgem no contexto do processo de democratização da política brasileira, tendo seu marco legal a Constituição de 1988. Para Rocha (2012), são conquista da sociedade organizada face aos interesses políticos econômicos das oligarquias.

alguma das instituições sugeridas. A exemplo dos conselhos comunitários ou municipais, foram citados o Conselho Municipal da Agricultura, Orçamento Participativo, conselho da comunidade a qual pertence o entrevistado, entre outros.

Gráfico 11 - Grau de interação sociopolítica modalidade CC: anterior ao remanejamento (A.R) e posterior ao Remanejamento (P.R).



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo, 2016.

Gráfico 12 - Grau de interação sociopolítica modalidade RRC: anterior ao remanejamento (A.R) e posterior ao Remanejamento (P.R).



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo, 2016.

É evidente que nem todos os residentes em RRC participam de conselhos, entretanto, observamos que essas representações são deliberações coletivas internas ao RRC. Um exemplo é o do entrevistado e informante-chave B.E.G (2016), que atuou por um período,

entre 2014 e 2015, na Secretaria do Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo (SDR), do Governo do estado do RS, vaga conquistada através da organização e pressão de alguns RRCs das UHE Machadinho e da UHE Barra Grande, com o propósito de auxiliar no desenvolvimento e implementação do *Programa Camponês*, ou *Plano Camponês*⁹⁸. Os entrevistados do RRC Primeira Conquista, também mencionaram que logo após serem reassentados, constituíram uma associação a fim de conseguirem representações nos espaços públicos de debate e decisões locais e regionais, especialmente onde se disputam projetos. Questionados sobre quais metodologias são utilizadas para o debate interno da comunidade, foi mencionado os *núcleos de base*, assembleia ou reuniões ampliadas.

Outro elemento que merece destaque trata das iniciativas de economia solidária, um bom indicativo ao exercício da autonomia e, conforme gráficos 11 e 12, notamos maior representação nos RRCs do que no grupo representante da CC. Mas o que chama a atenção não é revelado pelo gráfico, e sim por um fator de cunho qualitativo, correspondente ao protagonismo dos próprios reassentados em tais iniciativas. Observamos iniciativas relativas à compra coletiva de insumos, cooperativas de crédito⁹⁹, associativismo para comercialização de leite e para comercialização de alimentos para o PAA e PNAE.

Algumas dessas iniciativas, como as compras coletivas de insumos e a cooperativa de crédito já não são mais utilizadas pelos RRCs de Barracão, mas B.E.G (2016) salienta que naquele determinado momento cumpriram com sua função. Ele também comenta que a dificuldade de gerenciamento e de apoio do Estado¹⁰⁰ é um dos principais empecilhos para a manutenção de tais instrumentos jurídicos. Além disso, cita as muitas falências de cooperativas empresariais ocorridas na região nos últimos anos causando prejuízos a muitos

⁹⁸ O Plano Camponês é uma proposta da Via Campesina do Brasil, que busca um modelo agrícola específico para a pequena propriedade rural. No RS foi instituído um projeto piloto com apoio Governo do Estado em abril de 2013, através da SDR, denominado Programa Camponês, com aporte de 100 milhões de reais (50% do BNDS e 50% do governo do RS), sendo 80% a fundo perdido. Estava previsto pelo programa o apoio na produção de alimentos orgânicos, incentivo à produção leiteira, construção de fábrica de insumos agroecológicos, agroindustrialização, estruturação das cadeias da comercialização, entre outros (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014). Mas, como se trata de uma política de Governo, seu futuro é incerto.

⁹⁹ Os RRCs de Barracão, Lagoa Vermelha e Erechim, participaram diretamente na implantação de uma cooperativa de crédito rural, a Crehnor Norte, em 2003. O objetivo era dispor de um instrumento para acessar os recursos do PRONAF devido à dificuldade encontrada por eles em bancos tradicionais e cooperativas empresariais. A importância desse instrumento, no qual trabalhei por uma década, foi imprescindível para a democratização do crédito agrícola para dentro dos RRC, pois aproximadamente 50% desse público estava excluído desse benefício. Em relação ao PRONAF Investimento, uma linha destinada ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, o grau de exclusão era de aproximados 70%.

¹⁰⁰ Um exemplo da crítica de B.E.G (2016) pode testemunhar no período quem que trabalhei na Crehnor Norte. A cooperativa estimulava os associados para compra coletiva de insumos orgânicos através dos recursos do PRONAF. A iniciativa apresentou bons resultados, mas foi desmobilizada em virtude das regras da respectiva política pública que, no período, exigia a comprovação do “pacote tecnológico”, composto por adubos químicos e agrotóxicos, como condicionante para acessar o seguro agrícola em caso de frustração de safra.

agricultores, tendo “manchando” negativamente o conceito do cooperativismo. Entretanto, o informante-chave comenta que eles seguem buscando projetos para custear novas iniciativas coletivas e associativas. No momento da entrevista, os RRCs de Lagoa Vermelha e Barracão estavam tentando organizar a venda coletiva de leite e de produtos de gêneros hortigranjeiros ao PAA. A compra de insumos agrícolas de forma coletiva também estava sendo resgatada através do Plano Camponês.

No gráfico anterior, correspondente ao grupo do RRC, também pode indicar que o grau de participação em movimento social anterior ao remanejamento possa ser um indicativo de influência para a tomada de decisão na escolha por determinada modalidade de reassentamento. De acordo com Moraes (2013), a escolha da família atingida por um modelo indenizatório específico perpassa pelos fatores da informação, cultura política e o capital social. Existe um conjunto de atores sociais (privados, públicos, religiosos, ONGs, entre outros) que interagiram diretamente com as famílias atingidas para subsidiá-las e convencê-las a optar por modelo A, B ou C. Assim, para Moraes (2013), a influência dos agentes envolvidos (sendo um deles o MAB) é crucial para a tomada de decisão da família atingida. Entretanto, cabe lembrar que o movimento em questão não se trata de um agente externo aos atingidos, é sim um produto do contexto de suas realidades.

Por fim, procuramos averiguar a interação dos entrevistados com práticas relacionadas à sustentabilidade, elencadas em seus manejos agropecuários, recursos hídricos e agroflorestais. Neste ponto, consideramos elementos para além do que é previsto por questões legais, como as áreas de preservação permanente e reserva legal, e sim sobre inovações metodológicas e tecnológicas em relação à gestão de seus sistemas produtivos. Também procuramos saber quais práticas sustentáveis foram desenvolvidas (algumas já mencionadas no decorrer do texto) e se, para sua viabilidade, tiveram a contribuição de alguma instituição. Sendo assim, foram identificadas tais iniciativas:

- Utilização de adubação orgânica na lavoura;
- Hortas com manejo agroecológico;
- Utilização de cisternas ferro-cimento para armazenagem de água da chuva;
- Utilização de aquecimento de água com energia solar associada a uma sala de ordenha;

Os três primeiros itens pertencem ao grupo do RRC, enquanto ao último pertence a uma família do grupo de CC. Quando perguntado se tais iniciativas tiveram apoio de alguma instituição, foram citados: MAB, cooperativas de economia solidária e a Emater/RS.

As iniciativas identificadas nos RRCs correspondem a projetos propostos e articulados pelos próprios reassentados, através do MAB. Dois desses projetos foram executados recentemente: um deles que beneficiou famílias com a construção de cisternas para captação da água da chuva, com capacidade de armazenamento de 16 mil litros; o outro, foi o desenvolvimento de hortas que integram a produção de hortaliças, frutas e galinhas, denominado de *Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)*¹⁰¹, conforme ilustra a figura 17. O objetivo do projeto era para que cada família interessada e beneficiada pudesse estruturar uma base produtiva para produção e comercialização de alimentos para o PAA e PNAE.

Figura 17 - Exemplo de um PAIS.



Horta PAIS localizada no RRC 25 de Julho - Lagoa Vermelha/RS. Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

B.E.G (2016), que também é técnico agrícola, disse que a agroecologia sempre foi tratada no MAB como um tema transversal, mas que ganhou força devido a dois fatores: resistência ao modelo agrário excludente, com vistas de encontrarem novas alternativas que possam reduzir custos, diversificar a produção e acessar nichos de mercado. Neste sentido, embora muitos reassentados cultivam suas lavouras conforme as práticas herdadas da Revolução Verde, sempre houve esforço de muitas famílias para a adoção de manejos agroecológicos e orgânicos. Somente nos três reassentamentos coletivos analisados nesta

¹⁰¹ Os projetos de PAIS foram apoiados pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e BNDS e seus recursos eram a fundo perdido. A memória desses projetos se encontra arquivada na sede das associações pertencente aos atingidos que executaram esses projetos, em Erechim/RS.

pesquisa, foram criados 30 PAIS. O segundo fator é relativo à saúde, devido a crescente utilização de agrotóxicos, exigido pelo modelo agrícola vigente. Em virtude deste último ponto, na opinião de B.E.G (2016), é extremamente necessário que o Estado apoie maciçamente as práticas agroecológicas.

A preocupação do informante-chave tem um forte sentido, pois a região Norte do RS, onde estão localizados os RRCs objetos desta pesquisa, é campeã nacional de uso de agrotóxicos em lavouras. Os casos de câncer, associados aos agrotóxicos, cresce em ritmo alarmante, conforme reportagem de Sperb (2016)¹⁰².

Figura 18 - Curso sobre compostagem orgânica para reassentados.



Curso sobre compostagem orgânica, realizado no RRC Primeira Conquista, em 2012, promovido por uma associação dos reassentados e ministrado pela Fundação de Educação para o Associativismo. Barracão/RS. Fonte: Arquivo do MAB.

4.4.2 Comentários acerca da análise dos resultados da Pesquisa de Campo

As famílias entrevistadas, de um modo geral, demonstraram satisfação com suas escolhas, pois através delas tiveram a oportunidade de melhorarem suas condições de vida. Apenas um dos entrevistados pelo questionário do grupo de CC, residente no município de Machadinho, demonstrou arrependimento pela opção que fez. Outro integrante de uma das

¹⁰² Os *dossiês* da ABRASCO sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde são boas referências para quem quiser mais informações sobre este tema.

reuniões também demonstrou insatisfação com sua escolha, também ex-beneficiário da CC. Ambos residem na cidade de Machadinho, e segundo eles, somente com a agricultura não estavam conseguindo sustentar suas famílias. Eles também depositam um grau de culpa sobre a opção de modalidade escolhida.

Devido à maior dificuldade de encontrar as UPAs das famílias remanejadas por CC, devido à dispersão que a modalidade ocasiona, ao contrário dos RRC, que os agrupa em um único núcleo espacial, recorreremos aos entrevistados e informantes-chaves para obter mais informações a respeito. Todos disseram conhecer várias famílias beneficiadas por CC, cuja impressão aponta que nem todas as famílias foram bem-sucedidas. Alguns entrevistados ousaram afirmar que aproximadamente 50% das famílias conhecidas não conseguiram melhorar suas condições de vida, muitas migraram para o meio urbano em uma proporção maior do que a observada nas modalidades coletivas de reassentamento. Sobre os motivos aparentes, consideravam o fato de não terem conseguido áreas de terra com melhores condições de trabalho das anteriores, fator que se deve muito pelo inflacionamento das terras durante o pico das indenizações. Outro motivo citado, diz respeito ao “abandono” da empresa (termo usado pelos declarantes). R.G.J. (2016) acredita que se todos os que optaram por CC tivessem tido as mesmas condições dos beneficiados por RRC, muitos estariam em melhores condições socioeconômicas.

Entretanto, essas informações necessitam serem apuradas através de uma pesquisa mais aprofundada e abrangente, pois seria necessário perguntar que elementos são levados em consideração para avaliar se determinada família foi bem ou malsucedida. O julgamento dos entrevistados, por exemplo, pode estar comparando o desempenho econômico de sua família, com o desempenho econômico das famílias a que se referiu, o que não signifique elas estejam insatisfeitas. A pesquisa de Moraes (2013) revelou que apenas 10% dos remanejados demonstraram insatisfação com a sua escolha, sendo que destes apenas 53,5% são remanejados por CC. Mas, por outro lado, em sua pesquisa, também constatou que muitas não conseguiram melhores condições de terra para o trabalho.

A crítica não pode recair totalmente sobre a modalidade de remanejamento, pois a contínua melhoria das condições de vida depende muito mais de outros fatores do que apenas da modalidade de remanejamento, como políticas agrícolas, política de preço sobre os produtos agrícolas, entre outros. Entretanto, a modalidade tem um papel fundamental ao ser responsável pela garantia das condições básicas e estruturais para que a melhora de vida ocorra. Lembrando que na Pesquisa de Campo, encontramos famílias que declararam ter conseguido melhorar a condição de sua moradia através de políticas públicas e não pelo

remanejamento, outras afirmaram que não tiveram suas benfeitorias garantidas e, a maioria delas, declarou que não teve assistência técnica agrícola. Dessa forma, através da Pesquisa de Campo, constatamos que a modalidade de CC, nos aspectos materiais, econômicos e de auxílio técnico, deixou a desejar em relação à modalidade do RRC. Rocha (2009) e Moraes (2013) também deixaram a entender que na modalidade de CC as famílias demonstraram-se mais descapitalizadas.

Temos que considerar que a região onde estão situados os municípios visitados pela Pesquisa de Campo¹⁰³, salvo Lagoa Vermelha, possui um forte histórico de êxodo rural e perda populacional, embora tenha apresentando uma considerável queda no índice entre o período de 2005 a 2010, conforme apontou os estudos de Bandeira et al. (2014).

O êxodo também é notado nos RRC, conforme mencionado pelos entrevistados, mas em proporção muito menor em relação à modalidade da CC. Apresenta-se também muito relativo, pois em alguns RRCs a impressão é que ao invés de perda populacional ocorre o inverso, o aumento desta, declarou B.E.G (2016). A validade desta informação também caberia de um estudo mais aprofundado. Mas notamos que em alguns lotes no RRC Primeira Conquista havia mais de uma residência, provavelmente de algum filho que decidiu manter a sucessão familiar. No reassentamento Passo da Conquista, situado em Erechim, é evidente o aumento populacional ocasionado pelos familiares que vão fixando residência nos lotes, mas esse fenômeno está associado pelo fato do reassentamento estar localizado muito próximo à cidade de Erechim, onde muitos dos filhos dos reassentados trabalham em indústrias locais e têm no reassentamento apenas a sua residência.

Nos capítulos anteriores tecemos críticas ao contexto do êxodo rural na Bacia do Rio Uruguai, por isso não a faremos novamente. Porém, a questão que se apresenta aqui é: qual modalidade reterritorializadora se apresenta em sua metodologia mais apta para enfrentar as razões que provocam o êxodo rural para as famílias que escolhem permanecer na agricultura?

Também procuramos saber sobre a adaptação das famílias levando em consideração o fator *comunidade*, pela sua importância na organização social das famílias da região como visto no capítulo anterior. Neste fator, a CC mostrou-se mais eficiente quanto ao fator local por possibilitar que muitos atingidos permaneçam próximos aos familiares ou suas comunidades. Entretanto, é um fator relativo, pois coletamos evidências de famílias que não conseguiram ter a proximidade de seus familiares ou de suas comunidades, as quais apresentaram mais dificuldade de adaptação social em relação às famílias beneficiadas por

¹⁰³ A região politicamente delimitada é a Noroeste Rio-grandense, que compreende uma ampla parcela da Bacia do Rio Uruguai, abrangendo o grande Alto Uruguai gaúcho.

RRC. O preconceito social sobre os reassentados foi um elemento desfavorável à adaptação, citado por ambos os grupos entrevistados e pelos informantes-chaves.

Os *barrageiros*¹⁰⁴ era termo depreciativo utilizado na região e/ou pelos vizinhos ou comunidade anfitriã. Um dos entrevistados do grupo da CC declarou que não foi aceito no convívio social de sua comunidade anfitriã. Ele relata que seus filhos foram até impedidos por membros da comunidade de participar da vida religiosa comunitária. O entrevistado atribuiu a rejeição a dois fatores: ser *barrageiro* e afrodescendente. Segundo um dos informantes-chaves, trata-se de uma família que sempre teve uma boa relação comunitária em sua antiga comunidade. Outros entrevistados informaram conhecer outros casos semelhantes. Enquanto que no RRC a manifestação do preconceito ocorria apenas em escala macro e não local, isto é, na comunidade, pois os vizinhos eram todos “barrageiros” e as dificuldades eram superadas coletivamente arranjadas pela própria metodologia da modalidade.

Sobre isto, Cervinski (2017) comenta que “O RRC pela sua organização, unidade, convívio e apoio acaba sendo um local que as famílias acabam superando com menos dificuldades. Na CC estas dificuldades recaem para saídas individuais e assim torna-se mais difícil.” Por isso, uma boa política de direitos também necessita considerar como atingidas as comunidades anfitriãs, garantindo a correta informação e auxílio na socialização também para os anfitriões.

Por fim, em relação ao tamanho médio dos lotes de terra de ambas as modalidades também merece uma atenção reflexiva, pois são limitantes para a reprodução social dos herdeiros, da mesma forma como foram as colônias velhas destinadas aos imigrantes europeus e, posteriormente, nas colônias novas onde foram assentados seus descendentes, como ocorreu na Bacia do Rio Uruguai. O tamanho médio das áreas observadas consideramos ser suficiente para que família possa obter qualidade de vida, enquanto o restante deve ser garantido por políticas públicas para o setor (pequenos agricultores).

Mas o que pretendemos chamar a atenção em relação ao limite fundiário não se trata de ter mais ou menos terra, e sim em relação à justa reparação, para que as políticas de remanejamento não prejudiquem a reprodução social das famílias a ponto de comprometer ainda mais o futuro de seus descendentes, no qual muitos não poderão contar com os mesmos meios de produção devido ao limite fundiário. O que queremos dizer com isso? Um exemplo é que se a família reassentada já parte com passivos, ela terá que empregar capital econômico

¹⁰⁴ Para compreender um pouco mais sugiro o tópico sobre os instrumentos ideológicos e a apologia ao *progresso*, do capítulo anterior.

para suprir esses passivos, enquanto poderia empregá-los na melhoria de outras atividades, em tecnologia ou até mesmo no conforto e bem-estar da família. Da mesma forma, se a família não dispõe dos instrumentos e meios adequados para o trabalho, esses podem ser fatores limitantes a produção agrícola, podendo prejudicar seu ganho de capital e, conseqüentemente, impactar no bem-estar, a ponto de comprometer sua reprodução social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte deste texto, tecemos considerações acerca do desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, em relação ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Por sua vez, a abordagem serviu para conjecturar a *práxis* da política econômica sobre a sociedade brasileira e para o Estado Brasileiro, bem como as consequências sociais das políticas liberalizantes do Consenso de Washington, após o início de sua implementação.

Assim, observamos que o capital brasileiro nunca conseguiu assumir uma postura autônoma perante o capital internacional. Contudo, durante o período de algumas décadas (principalmente entre 1930 a 1970) conseguiu tirar proveito de suas crises e avançar no desenvolvimento de uma base industrial nacional. Entretanto, não ao ponto de tornar-se totalmente independente. A presença do capital externo e dos organismos de financiamento internacional nos planejamentos, relativo ao aproveitamento energético das bacias hidrográficas brasileiras, é um indício desse contexto.

As décadas seguintes, especialmente a de 1990, marcam uma nova fase da completa sujeição da economia brasileira ao movimento do capital internacional (nesta era em uma escala maior de financeirização), uma vez que o mercado é composto por algumas grandes empresas multinacionais, que concentram os centros de decisão fora dos países periféricos. Período esse denominado pela implementação das políticas neoliberais. O predomínio de empresas de capital privado, sobretudo o estrangeiro, presente na exploração elétrica da Bacia do Rio Uruguai é o resultado desse desdobramento geopolítico.

No século XXI, com a ascensão de governos mais progressistas, ocorrido no Brasil bem como em outros países da América Latina, tem-se mantido suas bases produtivas: o extrativismo e a produção de matéria-prima para o mercado externo, assegurando inclusive as mudanças realizadas pelo Consenso de Washington. A falta de outra proposta de desenvolvimento para os governos de esquerda, também demonstra o quão profundas foram as reformas neoliberais promovidas nas últimas duas décadas no seio do próprio Estado, que também seguem impotentes na resolução de problemas estruturais, que afetam as populações mais pobres e minoritárias.

Assim, com esse arcabouço teórico, pretendeu-se problematizar sobre a falta de políticas públicas, que poderiam regular a relação promovida pelas forças produtivas do capital sobre comunidades atingidas por barragens no Brasil. Demonstrando, dessa forma, que a falta de um marco regulatório ao tratamento das populações atingidas por barragens é

consequência de um determinado modelo de desenvolvimento econômico, levando a crer que a indisposição do Estado em criar políticas de direitos é uma ação premeditada pelo capital, pois contribui com sua acumulação e autorreprodução.

Deste modo, o que fora exposto no parágrafo anterior, acreditamos em ser um dos motivos pelo qual o Estado não “consegue” resolver os problemas sociais gerados pela sua atual proposta de desenvolvimento, contrariando, inclusive, os acordos internacionais de promoção e defesa dos Direitos Humanos. A criação de políticas públicas para as populações atingidas por barragens dificilmente representará sua garantia de defesa, especialmente frente ao desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, que tem promovido e intensificado a desterritorialização de milhares de pessoas, mas representará um importante instrumento de luta para essas populações, de forma objetiva e subjetiva. A primeira diz respeito ao domínio do direito, *ex vi legis*. A segunda tem consequência política, pois significaria o reconhecimento do Estado pelo direito dessas populações.

Procurou-se demonstrar, que no Brasil, não há em sua cultura política a prática da participação popular, muito menos do camponês. Todos os direitos obtidos para as minorias foram concessões liberais das classes dominantes, como explica Rocha (2012, p. 03): “[...] as políticas públicas no Brasil sempre foram marcadas por uma cultura burocrática/autoritária do Estado Brasileiro e por uma herança conservadora e clientelista de nossa transição democrática [...]”. Dessa forma, a cultura política sempre foi a das oligarquias, e não haveria de se esperar que as comunidades atingidas por barragem tivessem um tratamento diferente. Neste contexto, o capital internacional encontra um ambiente favorável para extrair *lucro extraordinário*, conforme explica Gonçalves Jr. (2002).

A segunda parte deste trabalho, através de um estudo de caso, procurou explorar algumas impressões sobre as implicações socioterritoriais que envolvem os projetos de remanejamento, ou remoções involuntárias, produzidas pelo setor elétrico brasileiro, às quais também estão desamparadas por políticas públicas. Para tal, centrou-se em duas modalidades de remanejamento, a CC e o RRC, expressões do conflito territorial resultante do choque entre diferentes formas de compreensão e uso do espaço, o grande capital e as comunidades rurais atingidas. Para alguns pesquisadores, trata-se do interesse distinto de diferentes atores signatários. Mas, para outros, trata-se de luta de classes.

As evidências constatadas através da Pesquisa de Campo, apuraram que a modalidade do RRC vem se demonstrando mais eficiente para garantir a contínua melhoria de vida das famílias do que a CC. As pesquisas de Rocha (2009) e Moraes (2013), também apontaram que esta modalidade reterritorializadora mostrou-se mais vantajosa enquanto condição de

reprodução social das famílias. Já no aspecto do fator local, a CC demonstrou-se mais pertinente.

É importante esclarecer que esse trabalho não tem a intenção de desconstruir a modalidade de CC, pelo contrário, procuramos apontar suas possíveis deficiências, até porque é um direito do atingido escolher qual modalidade lhe convêm. Os elementos observados através Pesquisa de Campo, remete que a modalidade em questão foi de fato utilizada pelos empreendedores para desmobilizar os atingidos e, sobretudo, economizar com o processo de remanejamento, haja visto o conjunto de direitos garantidos pelos RRC em relação a CC. Por isso, é necessário que a CC esteja também amparada por um marco legal, tendo os mesmos recursos observados pela modalidade do RRC.

Mas, acima de tudo, o marco legal deve valer-se de mecanismos que garantam o direito à justa informação, evitando que o empreendedor atue conforme a prática que melhor lhe convêm, que se demonstra ser a mais lucrativa. Acreditamos que essa crítica não se trata de uma visão dicotômica, de *maus* contra *bons*, mas sim da relação de *opressores* e *oprimidos* por meio de um modelo energético utilizado para sustentar uma relação social excludente, fundamentada neste trabalho também de forma objetiva pelas manifestações do setor elétrico em relação as reparações socioambientais, bem como pelo passivo histórico revelado pelo CDDPH (2011) e citado pelo BM (2008).

No caso das modalidades coletivas, também deve se considerar o fator *movimento social*, que tem o potencial de articular em rede vários dos RRCs, representando uma expressiva força política local e na sociedade de um modo geral. O MAB também promovia nos RRC diversos cursos e atividades com a finalidade de aproximar as famílias, fortalecer os laços comunitários, a organicidade e a autonomia da comunidade, tais como cursos de alfabetização de jovens e adultos, formação política, geração de renda, cooperativismo, entre outros¹⁰⁵. Os entrevistados reconhecem que essas ações foram fundamentais para integrar os moradores, superar a desconfiança entre os vizinhos e amenizar a saudade da antiga comunidade, bem como contribuiu positivamente nos processos produtivos e econômicos das famílias, o que também demonstra a importância de um movimento social. O fato é que, tais ações mencionadas, também devem estar previstas em marcos legais, especialmente quando se trata do remanejamento de populações empobrecidas, como é o exemplo dos atingidos pela barragem de Machadinho, cujos direitos básicos para o exercício da cidadania lhes foram negados na história.

¹⁰⁵ As memórias dessas atividades estão arquivadas na sede das entidades jurídicas que as executam, em Erechim, RS.

No caso da Bacia do Rio Uruguai, de um modo geral, os atingidos reconheceram essa “deficiência” historicamente constituída, de sujeitos à “margem da história”. Sendo assim, ou reagiriam de forma organizada ou suas gerações futuras estariam condenadas à mesma miséria que os acompanhava por gerações passadas. Por essa razão, compreendemos que a proposta do RRC sugerida pelas comunidades atingidas da Bacia do Rio Uruguai, não agregam apenas a pretensão de reparar para reconstruir “o mais próximo do que se tinha”, mas transpor a marginalidade social a que eram submetidas, oportunizar a reivindicação de autonomia social no espaço, o que significa também ascender econômica e politicamente. Como explica Fernandes (2013, p. 118), “Os seres humanos necessitam construir espaços e territórios que garantam sua sobrevivência”

Da mesma forma, através dos elementos coletados através da Pesquisa de Campo e com o auxílio da bibliografia acadêmica, o RRC demonstrou-se ser uma modalidade capaz de apresentar condições para o fortalecimento de uma territorialidade, originariamente exclusiva de um processo de remoção involuntária. No caso específico de muitos RRCs da Bacia do Rio Uruguai, não lhes basta apenas um pedaço de terra, mas serem agentes de transformação territorial, no sentido de soberania. Coletamos evidências que o processo e a forma como a modalidade do RRC foi concebida e posta em prática, revelou ser a que mais permitiu o empoderamento dos atingidos, do ponto de vista do exercício da cidadania.

Outro ponto de relevância desta pesquisa, foi demonstrar que a participação ativa da população atingida da Bacia do Rio Uruguai, no que diz respeito ao planejamento de seus futuros, embora tenha sido conflituosa, provou que o *processo participativo* é uma realidade possível. Na prática, o empreendedor oferta audiências públicas que não possuem caráter deliberativo e muito menos propicia qualquer forma de planejamento. As modalidades de remanejamento analisadas, em especial o RRC, apresentaram resultados satisfatórios, que em 2008 foram reconhecidos pelo Consórcio Machadinho através de sua *Memória Técnica*, bem como pela ONU, sendo citado em seu manual sobre remoções involuntárias (mencionando inclusive o *Termo de Acordo* de 1987 e as modalidades de remanejamento nele expresso) como exemplo concreto de sucesso da participação popular no processo. Portanto, é imprescindível que a institucionalização de um marco legal preveja e garanta formas claras e objetivas de participação das comunidades atingidas no planejamento de sua própria reterritorialização.

Deste modo, as populações da bacia do Rio Uruguai, através das diferentes modalidades de compensação, demonstraram para as autoridades brasileiras a eficácia da participação popular na elaboração de projetos de desenvolvimento, sendo a modalidade do RRC uma das

provas objetivadas, apresentando-se como uma política potencialmente apropriada para a família atingida que pretende permanecer na agricultura.

Sendo assim, esse debate não se encerra por aqui, mas acreditamos que fornece bons elementos e referências para quem procura estudar o assunto. Sobretudo, para tratar de uma teorização aprofundada em relação a importância das Políticas Públicas para as comunidades das atingidas por barragens e suas implicações para o desenvolvimento territorial. Da mesma forma, como prosseguimentos deste estudo, os resultados observados por essa pesquisa demonstram a potencialidade que apresenta a proposta do RRC para o debate acerca do desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela Gonçalves et al. Democracia, Neoliberalismo e Políticas Públicas no Velho e Novo Mundo: desafios para o século XXI. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz: UFMA, 2007. p. 1 - 8.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS – ANA (Brasil). **Regiões Hidrográficas**. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/uruguai.aspx>>. Acesso em: 08 maio 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL (Brasil). **Banco de Informações de Geração - BIG**. 2016. <Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. **Atlas de energia elétrica do Brasil** (Brasil). 3º ed. – Brasília: Aneel, 2008.

ALMEIDA, Alvenir Antonio de. **Hidrelétricas X Atingidos: intenções entrecruzadas**. 2004. 356 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2004.

BANCO MUNDIAL - BM. Um Estado mais próximo do povo. In: **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1997: o Estado num mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. **Manual Operacional do Banco Mundial: reassentamento involuntário**. Dez. 2001. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/OPSMANUAL/Resources/210384-1170795590012/op412Portuguese.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

_____. **Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma Contribuição para o Debate** (documento). V.II. Escritório do Banco Mundial no Brasil, 2008.

BANDEIRA, Marilene Dias et al. Uma análise de fluxo migratório no Rio Grande do Sul e suas mesorregiões. **Indicadores Econômicos Fee: Fundação de Economia e Estatística**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p.115-134, jan. 2014.

BENINCÁ, Eli. A Igreja e as questões sociais na Região do Norte do RS. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (Org.). **Conflitos Agrários no Norte Gaúcho 1980-2008**. Porto Alegre: Edições Est, 2008. p. 51- 62.

B.E.G. Entrevista 14 jan. 2016. Entrevistador: Rafael Junior Motter. Barracão, 2016. Realizada por meio do questionário Análise dos modelos de indenização em comunidades atingidas por barragens. Informante-chave.

BOURDIEU, Pierre. **Le capital social: notes provisoires**. Paris: 1980.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975 - 1979**. Brasília: 1974.

_____. Constituição Brasileira (1988) de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992. **Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm> Acesso em: 05 dez. 2015.

_____. Lei nº 10848, de 15 de março de 2004. **Dispõe Sobre a Comercialização de Energia Elétrica**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.848.htm>. Acesso em: 05 dez. 2015.

_____. Lei nº 10847, de 15 de março de 2004. **Autoriza a Criação da Empresa de Pesquisa Energética – Epe e dá outras Providências**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.847.htm>. Acesso em: 05 dez. 2015.

_____. Decreto nº 7342, de 26 de outubro de 2010. **Institui o Cadastro Socioeconômico para Identificação, Qualificação e Registro Público da População Atingida por Empreendimentos de Geração de Energia Hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras Providências**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7342.htm>. Acesso em: 05 dez. 2015.

_____. Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. **Dispõe Sobre As Concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, Sobre A Redução dos Encargos Setoriais e Sobre A Modicidade Tarifária**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/L12783.htm>. Acesso em: 06 dez. 2015.

_____. **Direito à moradia adequada**. Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Brasília 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002254/225430POR.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CABRAL, Ligia Maria Martins (Org.). **Eletrosul 40 anos: 1968-2008**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2008.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, p.09-24, 2011. Semestral.

CARTA MAIOR. **Ameaça a defensores se ampara em legislação seletiva**. 2006. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/ecs2016@gmail.com/156b048a3ee79c87>>. Acesso em: 07 nov. 2015

CEDAC. **Coleção Brasil dos Trabalhadores 4: a acumulação do capital**. São Paulo: Loyola. 1981.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO BRASIL S.A. – ELETROBRÁS (Brasil). **Programa de desenvolvimento econômico e social das comunidades atingidas por empreendimentos**

elétricos (documento). Rio de Janeiro: Eletrobrás, 2003.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL – ELETROSUL (Brasil). **Diretrizes e Critérios para Planos e Projetos de Reassentamentos Rurais de Populações Atingidas pelas Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho** (documento) Florianópolis, 1987b. 1v.

_____. **Usina Hidrelétrica Machadinho**: Estudo de Impacto Ambiental. 1997, v. I, 59 p.

_____. COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS - CRAB. **Documento de Acordo entre Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL e Comissão Regional de Atingidos por Barragens – CRAB, em relação as Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho** (documento). Erechim, 1987, 13 p.

CERVINSKI, Gilberto Carlos. **A MATERIALIZAÇÃO DO MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO NA BACIA DO RIO URUGUAI**. 2010. 32 f. TCC (Graduação) - Curso de Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. Entrevista 19 mar. 2017. Entrevistador: Rafael Junior Motter, 2017. Realizada por questionário via e-mail. Digital. Cópia disponível no Anexo C.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e Identidade Territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, p.165-180, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n1/12.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **2014 bate recorde de conflitos pela água e famílias envolvidas**. 2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/>>. Acesso em: 03 out. 2016.

COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS - CRAB. **Esclarecimento** (documento). Erechim, 1985, 01 p.

_____. **Assembleia dos Atingidos pelas Barragens** (documento). Getúlio Vargas, 1986a.

_____. **Por que os Atingidos estão bloqueando a estrada** (documento). Getúlio Vargas, 1986b.

_____. **1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens** (boletim). A Enchente do Uruguai, ed. 36. Erechim, mar – abr. de 1991.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA - CDDPH (Brasil). **Comissão Especial “Atingidos por Barragens”**: Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília: CDDPH, 2011.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA (Brasil). Resoluções nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. **Resoluções**. Brasília, 1997.

CONSÓRCIO ITÁ. **Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá**. 2015. Disponível em

http://www.consortioita.com.br/ckfinder/userfiles/files/plano_diretor_ita.pdf. Acesso em: 05 jun. 2015.

CONSÓRCIO MACHADINHO. **Usina Hidrelétrica Machadinho**: memória técnica. Florianópolis: NPE/UFSC, 2007. 386 p.

CORAZZA, Gentil. Fronteira Sul: traços da formação econômica. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2015. p. 298-317.

CORREIO DO POVO. **Força-tarefa resgata índios submetidos a trabalho escravo em vacaria**. Porto Alegre, 25 nov. 2012. Disponível em: <<http://correiodopovo.com.br/Noticias/477424/Forcatarefa-resgata-indios-submetidos-a-trabalho-escravo-em-Vacaria>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

DICKEL, Simone Lopes. O Processo Histórico de Desapropriação da Fazenda Annoni. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: 2015. p. 1 - 16. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434133569_ARQUIVO_artigoANPUH2015SIMONEL.DICKEL.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – RS (Estado). Decreto nº 51.595, de 23 de junho de 2014. **Institui a Política de Desenvolvimento de Regiões Afetadas por Empreendimentos Hidrelétricos – PDRAEH, e a Política Estadual dos Atingidos por Empreendimentos Hidrelétricos no Estado do Rio Grande do Sul – PEAEH**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/>. Acesso em: 24 out. 2014.

EXAME. **Imunes à crise**: as 25 empresas com os maiores lucros de 2015. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/imunes-a-crise-as-25-empresas-com-os-maiores-lucros-de-2015/>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

FERNANDES, Antônio Claret. A dança dos números nos conflitos pela água. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo**: Brasil 2015. Goiânia: CPT, 2016. p. 112-118.

FERNANDES, Bernardo Mançano. TERRITORIOS: teoría y disputas por el desarrollo rural. **Novedades En Población**. São Paulo, n. 17, p.116-133, ene./jun. 2013. Semestral.

FERNANDES, João Luís Jesus. A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo. In: **I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais**; AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural. Póvoa de Varzim, p. 423-447, 2008.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos**: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 2009. 344 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____; THOMAZ JUNIOR, Antonio. A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de barra grande. **Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 14, n. 1, p.17-26, 2012. Disponível em: www.uvanet.br/rcgs. Acesso em: 20 maio 2014.

FRAGA, Gerson Wasen; GRITTI, Isabel Rosa. Os farroupilhas em três tempos: aspectos da Guerra dos Farrapos e suas celebrações na imprensa sul-rio-grandense por ocasião de seu centenário e seu sesquicentenário. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2015. p. 190-221.

FROELICH, Gilval Mosca. As Matrizes Ideológicas do II PND (1975-1979). **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 18, n. 1(31), p.1-26, 2007.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária Brasileira. UNESP, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 04 de jan. 2017.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia – Cadernos de Psicologia e Educação*. (Ribeirão Preto, SP), v.12, n.24, p.149-162, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2002000300004>. Acesso em: 09 de out. 2016.

GODOY, Paulo. **O desafio ambiental na geração de energia**. 2011. Disponível em: <<https://www.abdib.org.br/sala-de-imprensa/opiniao-abdib/o-desafio-ambiental-na-geracao-de-energia>>. Acesso em: 07 de jan. 2017.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro: Estratégia de Retomada da Taxa de Acumulação do Capital?** São Paulo: USP, 2002.

_____. Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: a disputa pelas ‘fontes’ e o controle dos excedentes. 2007. 416 f. Tese (Doutorado em Energia) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **MAB apresenta Plano Camponês para agricultores**. 2014. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=4825&cod_menu=2>. Acesso em: 11 nov. 2014.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: **Extractivismo, política y sociedad**, vários autores. Centro Andino de Acción Popular y Centro Latino Americano de Ecología Social. Quito, Ecuador, p. 187 – 225, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. O novo imperialismo. Trad. Adail SOBRAL e Maria Stela GONÇALVES. 4ª ed. Loyola: São Paulo, 2010.

HÜFFNER, Anelise; ENGEL, Bruna Cristina (Org.). **Grandes e Pequenas Centrais**

Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai: Guias para ONGS e Movimentos Sociais. Porto Alegre: Amigos da Terra, 2011.

INSTITUTO ACENDE BRASIL. **O Homem e a Usina:** o dia seguinte das pessoas que fazem parte da história da geração de energia no Brasil (boletim informativo). São Paulo, 1ª ed., jul – set., 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA EDUARDO – IPEA (Brasil). Eduardo Luis Zen (Org.). **Metodologia para o diagnóstico social, econômico e cultural dos atingidos por barragens.** Brasília: IPEA, 2014.

JESUS JÚNIOR, Guilhardes de; COSENZA, Liz Zumaêta Costa. **A importância da participação popular através dos Conselhos Municipais na formulação e aplicação de políticas públicas no âmbito local.** 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/44883/a-importancia-da-participacao-popular-atraves-dos-conselhos-municipais-na-formulacao-e-aplicacao-de-politicas-publicas-no-ambito-local>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

JORNAL BOA VISTA. **Comissão da Energia Elétrica decide realizar audiência pública.** Erechim, 26 jun. 2014.

KLIASS, Paulo. **Privatização e concessão:** sutilezas de uma falsa polêmica. Carta Maior. Brasil 2012. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Privatizacao-e-concessao-sutilezas-de-uma-falsa-polemica/26724>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo Fase Superior do Capitalismo.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MACHADO, Aquidaban F. Políticas Públicas no Estado Do Bem-Estar Social e no Neoliberalismo. **Direito em Debate**, Ijuí, v. 20, n. , p.73-98, jul-dez. 2003.

MAESA. **Relatório da Administração 2012.** MAESA. Florianópolis, 2012. Disponível em:<[http://www.pefran.com.br/empresas2012/maesa/legal/\[24562\]-maesa_legal_bal_anual_31-12-12_dcsc_doesc\internet\arte\\[24562\]-maesa_legal_bal_Anuar.pdf](http://www.pefran.com.br/empresas2012/maesa/legal/[24562]-maesa_legal_bal_anual_31-12-12_dcsc_doesc\internet\arte\[24562]-maesa_legal_bal_Anuar.pdf)>. Acesso em: 01 mar. 2012.

MARTIN, Jean-yves; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais: De uma América à outra**, São Paulo, v. 12, n. 11, p.173-185, jun. 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **O Manifesto Comunista.** Edição Eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <www.jahr.org>. Acesso em: 22 out. 2015.

MEDEIROS, João de Deus. Uruguai: um rio em estado do choque. In: PAIM, Elisangela Soldatelli; ORTIZ, Lúcia Schild (coord.). **Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai:** guia para ONGs e movimentos sociais. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. O desafio e o fardo do tempo histórico. **Sociedade & Política: Atualidade do mundo do trabalho: tendências da pesquisa política e sociológica**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p.17-

33, out. 2008.

MILL, John Stuart. **Governo Representativo**. São Paulo: Ibrasa, 1964.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis : Vozes, 1999.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME; EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE (Brasil). **Plano Decenal de Expansão de Energia 2024**. Brasília: MME/EPE, 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA (Brasil). **Caderno da Região Hidrográfica do Uruguai**. Brasília: MMA, 2006.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. **O processo de tomada de decisão dos cidadãos atingidos por usinas hidrelétricas**. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

MOTTER, Rafael Junior. **As Hidrelétricas e o Imperialismo: um estudo sobre a atuação do imperialismo na bacia do rio Uruguai**. 2009. 27 f. Artigo (Especialização) - Curso de Economia Política, UFES, Vitória, 2009.

_____. **Uma abordagem socioeconômica sobre o Sistema Integrado de frango na microrregião de Erechim**. 2013. 38 f. TCC (Especialização) - Curso em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar, UFFS, Cero Largo, 2013.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB. **Dossiê: ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro**. Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.ecoa.org.br/canal.php?mat=3086>. Acesso em: 05 jun. 2014.

_____. **A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética** (cartilha). São Paulo, 2008.

_____. **Decreto assinado pelo Presidente Lula cria Cadastro de Atingidos por Barragens**. Brasil, 26 out. 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. **Violação dos Direitos Humanos na construção de barragens: síntese do Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”**, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (cartilha). São Paulo, 2011.

_____. **Plataforma Operária e Camponesa para Energia: Condições para renovação das concessões do setor elétrico nacional**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.aeel.org.br>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

_____. **PNAB Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens** (cartilha). São Paulo, 2013.

_____. **Movimentos cobram reestatização da energia ao governador do RS**. 2014. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/movimentos-cobram-reestatiza-da-energia-ao-governador-do-rs>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. **Governo anuncia plano de construção de hidrelétricas até 2024**. Brasil, 17 set. 2015. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/governo-anuncia-plano-constru-hidrel-tricas-2024> Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Luta das Mulheres Atingidas por Barragens por Políticas Públicas** (cartilha). São Paulo, 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Falta de chuvas faz lucro do setor elétrico cair 30%**. 2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,falta-de-chuvas-faz-lucro-do-setor-eletrico-cair-30-imp-,1595428>>. Acesso em: 22 out. 2015.

O GLOBO. **Em meio à crise de energia três empresas do setor anunciam altas nos lucros**. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/em-meio-crise-de-energia-tres-empresas-do-setor-anunciam-alta-nos-lucros-12507020>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

OLIVEIRA, Ana Maria Cortez Vaz dos Santos. **Processo de Desterritorialização e Filiação ao Lugar: o caso da aldeia da Luz**. 2011. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ordenamento do Território e Desenvolvimento, Geografia Humana, Universidade de Coimbra, Portugal, 2011.

OLIVEIRA, Douglas Luís; ROTHMAN, Franklin Daniel. Desterritorialização de populações locais sob a óptica da justiça ambiental: abordagem dos conflitos do projeto de integração do Rio São Francisco. In. Anais do **II Seminário nacional – Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. UFSC; Florianópolis, 2007.

O.V. Entrevista 13 jan. 2016. Entrevistador: Rafael Junior Motter. Erechim, 2016. Realizada por meio do questionário Análise dos modelos de indenização em comunidades atingidas por barragens.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada. **Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?** 2011. Disponível em: <http://direitoamoradia.org/?p=6088&>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO- OIT. Constituição (1957). Convenção nº 169, de 05 de junho de 1957. **Concernente à Proteção e Integração das Populações Indígenas e Outras Populações Tribais e Semitribais de Países Independentes..** Genebra, 1957.

OXFAM. **Defensores em Perigo: A intensificação das agressões contra defensoras e defensores dos direitos humanos na América Latina**. 2016. Disponível em: <http://www.oxfam.org.br/publicacoes/defensores-em-perigo>>. Acesso em: 30 out. 2016.

PASQUALOTTO, Derci; CASSOL, Ernesto. Barragens: Por que? Para quem? **Perspectiva**, Erechim, v. 15, ano 5, p.71-77, nov. 1980.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 2009. 240 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Unesp, Presidente Prudente, 2009.

PENNA, Lúcia. Reassentamento dos Atingidos por Barragens: limites da competência regulatória da ANEEL. **Senatus**, Brasília, v. 7, n. 2, p.50-63, dez. 2009.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1986.

P.G. Entrevista 14 jan. 2016. Entrevistador: Rafael Junior Motter. Barracão, 2016. Realizada por meio do questionário Análise dos modelos de indenização em comunidades atingidas por barragens.

PIRAN, Nédio. **Agricultura Familiar: Lutas e Perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim: Edifapes, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. En publicacion: **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2006. p. 151-197.

PRADO JUNIOR, Caio. **Historia Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da Fronteira Sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2015. p. 146-166.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-36.

R.G.J. Entrevista 07 jan. 2016. Entrevistador: Rafael Junior Motter. Maximiliano de Almeida, 2016. Realizada por meio do questionário Análise dos modelos de indenização em comunidades atingidas por barragens. Informante-chave.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICHIT, Gilvani José. **Implicações Sócioterritoriais Originadas da Construção da UHE - Machadinho no Âmbito do Espaço Rural do Município de Maximiliano de Almeida - RS**. 2016. 166 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, UFFS, Erechim, 2016.

RIO GRANDE ENERGIA (RGE). **Caravana RGE**. 2015. Disponível em: <<http://caravanarge.com.br>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

M.R.J. Entrevista 14 jan. 2016. Entrevistador: Rafael Junior Motter. Erechim, 2016. Realizada por meio do questionário Análise dos modelos de indenização em comunidades atingidas por barragens.

ROCHA, Humberto José. **Carta aos atingidos: as negociações na bacia do rio Uruguai**. In: I Seminário Nacional Sociologia & Política, UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www>>.

humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/cartaatingidos-HumbertoRocha.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. A Condição de Atingido por Barragem. In: Movimentos Sociais participação e democracia, 3., 2010, Florianópolis. **Anais do III Seminário Nacional Movimentos Sociais, participação e democracia**. Florianópolis: Ufsc, 2010. p. 386 - 400.

ROCHA, Jose Claudio. O papel dos conselhos municipais na implementação das políticas públicas do estado. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 103, ago 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12156>. Acesso em: 31 mar 2016.

RUPPENTHAL, Eduardo Luís. **Reterritorialização dos atingidos pela barragem Barra Grande**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SALES, Claudio J. D.; UHLIG, Alexandre. **Custos socioambientais no setor elétrico: diagnóstico e propostas (Parte 1)**. Instituto Acende Brasil. 2016. Disponível em: <<http://www.acendebrasil.com.br/media/artigos>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

SAWAYA, Rubens. **Subordinação Consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

_____. **Descalabro fiscal ou luta pela riqueza?** 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/>>. Acesso em: 22 set. 2015.

SCALABRIN, Leandro Gaspar. **A ditadura militar criou o modelo de violação nas barragens**. 2015. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/ditadura-militar-criou-modelo-viola-nas-barragens>>. Acesso em: 07 set. 2015a.

_____. Questionário 29 dez. 2015. Entrevistador: Rafael Junior Motter. 2015b. Realizada por questionário via e-mail. Digital. Cópia disponível no Anexo B.

SEMINOTTI, Jonas José. O Movimento dos Atingidos por Barragens no norte do RS: 1979-2007. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (Org.). **Conflitos Agrários no Norte Gaúcho 1980-2008**. Porto Alegre: Edições Est, 2008. p. 128-153.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: Ufrj, 1986.

_____. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Fev. 1992, ano 7, nº 18.

SILVA, Benedito Neto; DEZEN, Márcia; SANTOS, Patrícia Evelize. **O conceito de reprodução social na análise de unidades de produção agropecuária**. Teoria e Evidencia Econômica. UPF, Passo Fundo. Nº32, ano 15, jan./jun.2009. p. 87-108.

SILVA, Juraci Brandalize Lopes da; MARQUETTI, Délcio. **Cultura cabocla nas fronteiras do sul**. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2015. p. 109-129.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Políticas Públicas: interlocuções conceituais, históricas e políticas. In: OLIVEIRA, Mara de; BERGUE, Sandro Trescastro (Org.). **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências**. Caxias do Sul: Educus, 2012. p. 10-26.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. 2006, n.16, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 out. 2015.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. TERRITÓRIO E IDENTIDADE. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros: Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, v. 1, n. 6, p.126-148, nov. 2007. Mensal.

SPERB, Paula. **'Epidemia de câncer'?:** Alto índice de agricultores gaúchos doentes põe agrotóxicos em xeque. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37041324>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

VAINER, Carlos Bernardo. **O conceito de Atingido:** uma revisão do debate e diretrizes. IPPUR/ UFRJ.P. 01-23. Julho de 2005. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Conceito%20de%20Atingido.%20Vainer.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

VALENTINI, Delmir José. **Da Cidade Santa à Corte Celeste:** Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado. Caçador: Universidade do Contestado – UnC, 1998.

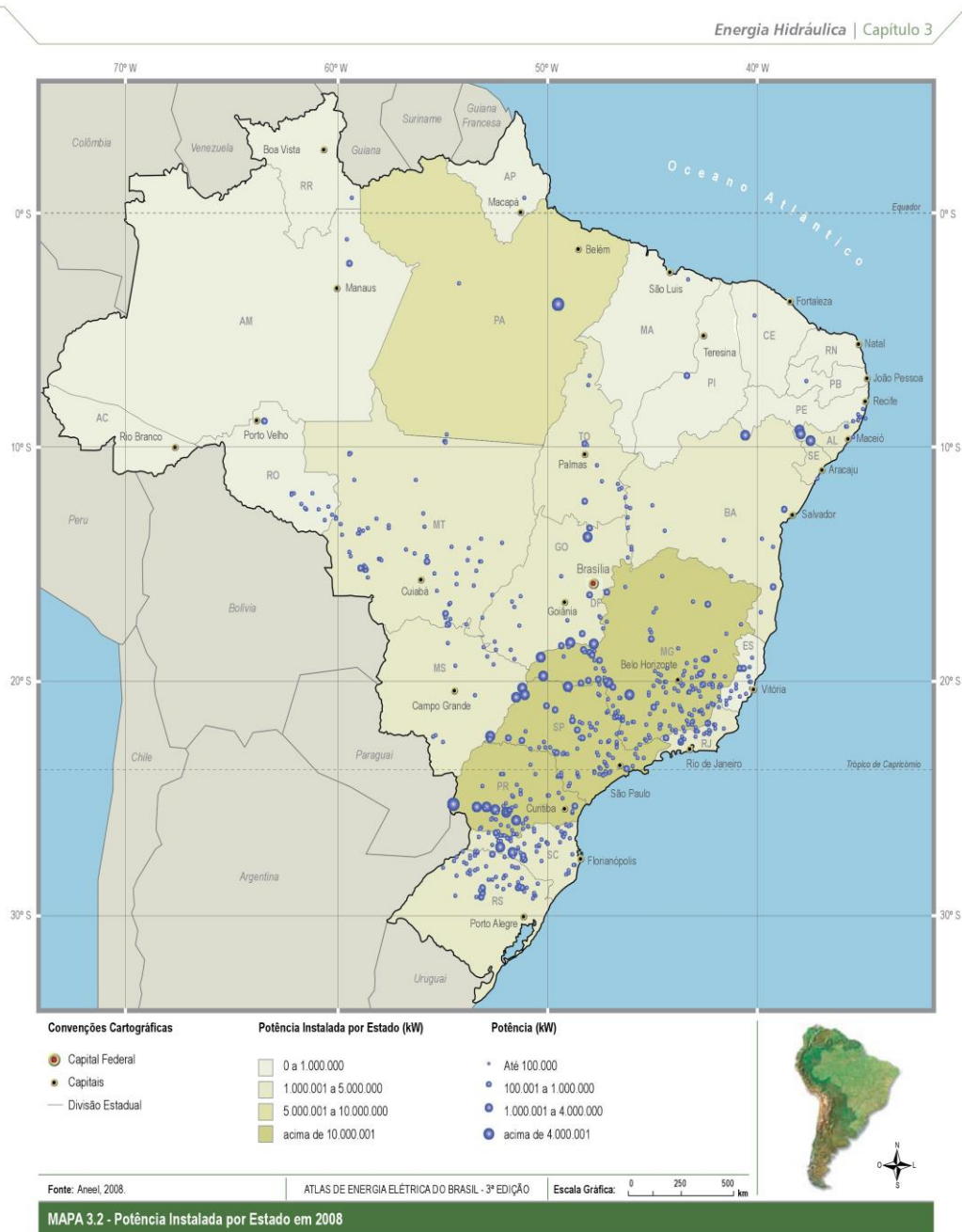
VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes Barragens, Impactos e Reparações:** um estudo de caso sobre a barragem de itá. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VIEIRA, Flávia Braga. **O movimento de atingidos por barragens e a comissão mundial de barragens:** características e limites da participação política de um movimento social na escala global. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Anpur, 2003. p. 1 - 17. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/2036-4026-1-SM.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

WOLFF, Gladis Helena. **Trilhos de Ferro Trilhas de Barro:** A ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910 – 1954). Passo Fundo: UPF, 2005.

ZERO HORA: **ONU pede ação urgente para reparar afetados em tragédia de Mariana**. Porto Alegre, 4 nov. 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/11/onu-pede-acao-urgente-para-reparar-afetados-em-tragedia-de-mariana-8188618.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

ANEXO A – LOCALIZAÇÃO DAS HIDRELÉTRICAS NO TERRITÓRIO NACIONAL (2008)



REFERÊNCIA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL (Brasil). **Atlas de energia elétrica do Brasil** (Brasil). 3ª ed. – Brasília: Aneel, 2008.

ANEXO B – CÓPIA DA ENTREVISTA REALIZADA COM LEANDRO SCALABRIN

13/04/2017

Gmail - Entrevista



Rafael Motter Junior <motterbah@gmail.com>

Entrevista

Leandro Scalabrin <leandrosscalabrin@gmail.com>
 Para: Rafael Motter Junior <motterbah@gmail.com>

29 de dezembro de 2015 13:53

ai vai

Em 28 de outubro de 2015 01:34, Rafael Motter Junior <motterbah@gmail.com> escreveu:

Estimado Leandro, espero que esteja bem?

Gostaria de realizar uma entrevista com você, pois creio que possa contribuir em minha pesquisa de mestrado que procurará comparar alguns modelos de remanejamento para populações atingidas por barragens (Carta de Crédito e Reassentamento Rural Coletivo), uma tema que dialoga com o tema das políticas públicas.

Por muitos anos você tem atuado na defesa de militantes e camponeses atingidos por barragens. Também tem acompanhado o relatório da Comissão Especial "Atingidos por Barragens", do CDDH. Além disso, tem representado o MAB na comissão de elaboração da políticas que regula o tratamento dos atingidos por barragens no estado do Rio Grande do Sul (decreto 51.595). Tendo em vista esse seu currículo de atuação,

1) Sabemos que institucionalizar políticas é também tratar com inter-relações estado – política - economia – sociedade. Há algo que gostaria de falar dessa experiência de elaboração do decreto 51.595? Que forças políticas da sociedade estavam envolvidas? Eram de interesse comum na formulação do texto ou representavam interesses opostos?

2) Quais as vantagens para as populações atingidas e ameaçadas por barragens uma política pública que as proteja ou regule o tratamento do Estado e do capital para com estas populações? Elas (políticas de tratamento) teriam a eficácia de evitar os conflitos ou as tensões sociais? Possibilitariam para estas populações um maior amparo jurídico?

3) No atual modelo energético achas que há uma relação entre acumulação do capital para o setor e a ausência de políticas públicas que proteja os direitos dos atingidos? 'Se "sim" poderia dar sua opinião do por quê?

4) Sobre o modelos de remanejamento: No artigo 12, do decreto 51.595 esta garantida a oferta preferencial ao modelo do Reassentamento Rural Coletivo (RRC), uma antiga reivindicação do MAB. Você considera vantajoso modelo do RRC em relação aos propostos pelas empresas? Teve alguma rejeição por parte de outras forças políticas a inclusão deste modelo?

5) No seu texto "A ditadura militar criou o modelo de violação nas barragens", da a entender que as regulamentações da atual política energética nacional que amparam o atual modelo estão fundadas em resquícios da ditadura militar, ou seja, seu caráter antidemocrático tem um amparo legal herdado do período da ditadura militar. Entretanto, para muitos críticos, o processo de redemocratização política foi acompanhado por um processo antidemocrático na economia, sob as perspectivas neoliberais (afrouxamento das leis trabalhistas, liberdade ao capital internacional e maior controle privado sobre a economia, etc). Sendo assim, se estou certo disso, você acha que há uma relação entre a crítica que você faz sobre os fundamentos do amparo jurídico para o setor elétrico nacional e as políticas neoliberais?

At

Rafael J Motter

Mestrando em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe

UNESP

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ui=2&ik=1937350272&view=pt&msg=151eea84af516cb5&cat=Mestrado%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o&search=...> 1/2

13/04/2017

Gmail - Entrevista

--
 Leandro Gaspar Scalabrin

rafa.doc
 43K

RESPOSTAS

Q1) De um lado temos os atingidos por barragens, os trabalhadores das empresas do setor de energia e aqueles que defendem o meio ambiente, e de outro, grandes empresas, a personificação jurídica do capital, muitas vezes capital estatal, mas depois da privatização do setor elétrico nacional, capital financeiro e capital internacional. Estes dois campos, com seus interesses antagônicos, disputam espaço na esfera pública, através da mediação do Estado, buscando aprovar leis e decretos, constituir órgãos estatais e acessar a fundos públicos, que viabilizem a sua existência, seus direito ao trabalho, moradia e a viver, no caso dos atingidos, e o seu “direito” à acumulação ilimitada, no caso do capital.

No RS, os atingidos, pela primeira vez na história do Brasil, lograram conquistar a aprovação de um instrumento legal, o decreto 51.595 que estabelece um “conceito de atingido” e inúmeros de seus direitos, na perspectiva de proteger seus direitos humanos.

Q2) Entre os principais fatores que causam as violações de direitos humanos no planejamento, implantação e operação de barragens no Brasil, que vitimizam a população atingida, **está a ausência de uma política nacional que reconheça e garanta os direitos das populações atingidas, a falta de uma atuação do poder público para implementar estes direitos, precariedade e insuficiência dos estudos ambientais realizados pelos governos federal e estaduais, e a definição restritiva e limitada do conceito de atingido adotados pelas empresas.** Isso tudo é reconhecido pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos do Brasil (CDDPH- Conselho de defesa dos direitos da pessoa humana. Comissão Especial de Atingidos por Barragens: Relatório. Brasília: CDDPH,2010. Disponível em : <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>. Acesso em maio de 2015).

Portanto, é essa situação que justifica a criação de um marco regulatório legal para os direitos dos atingidos que estabeleça quais são seus direitos, órgãos/mecanismos de estado responsáveis pelos mesmos, fonte de financiamento e a definição do conceito de atingido.

O Decreto Estadual nº 51.595 do Governo do Estado, de 23 de junho de 2014, institui a Política Estadual dos Atingidos por Empreendimentos Hidrelétricos. O Decreto Estadual traz um conceito de atingido por hidrelétricas mais amplo que o decreto federal 7.342/2010 que institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por barragens (outra conquista do MAB), incluindo a região na qual será construída a obra como “atingida” além das populações sujeitas aos seguintes impactos:

“I - perda de propriedade ou da posse de imóvel em razão do empreendimento;

[...]

VIII – deslocamento involuntário de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas.”

Além disso, o decreto estadual reconhece como direitos dos atingidos: I – informação; II – participação; III – negociação prévia e coletiva; IV – reparação; V – restituição de bens públicos e comunitários; e VI – assessoria técnica e jurídica (art. 14). O reconhecimento do reassentamento padrão (rural ou urbano), como direito e forma de reparação dos(as) atingidos(as) por empreendimentos hidrelétricos, luta histórica do MAB, é outro avanço de decreto.

Os direitos e as conquistas decorrem de muitas lutas e organização. Os conflitos sociais desencadeados a partir de organizações populares são legítimos porque combatem situações

de injustiça e opressão; são necessários enfrentamentos entre atingidos e empresas construtoras para que os direitos sejam reconhecidos e, depois de estabelecidos, para que sejam respeitados e cumpridos. Isso quer dizer que o decreto é importante, mas que ele não elimina conflitos e tensões sociais, as quais são necessárias e legítimas.

Q3) É claro que há essa relação. O chamado “setor elétrico” brasileiro, responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil, teve seu marco regulatório modificado ao longo do tempo, o qual inicia com o Código de Águas em 1934, e passa pela mudanças no período de 1956 a 1961 (desenvolvimentismo), no período da ditadura militar (1964-1985), no período da democratização e pós Constituição Federal de 1988, seguindo o período de segmentação e privatização de parte do setor nos anos 1990, quando foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), até a instituição do “novo marco regulatório” definido pelas Leis Federais nº 10.847 e nº 10.848, ambas de 2004, e chegando nas alterações desse marco, promovido pelas Leis Federais nº 12.783/2013 e pela MP 688/2015 (já aprovada pelo congresso – aguardando sanção presidencial).

O atual marco regulatório do setor elétrico inicia a ser forjado no cenário da Reforma do Estado, primeiramente com a mudança da Constituição Federal (art. 176, parágrafo primeiro) para permitir capital estrangeiro na exploração dos potenciais de energia elétrica (EC nº 06/95). No mesmo ano foi editada a Lei Federal nº 8.987/95, Lei de Concessões, definindo as mesmas como um “contrato” e não mais como um “decreto”, como eram consideradas até então. Também foi editada, em 1995, a lei nº 9.074/95 estabelecendo os marcos do novo modelo, assentada na lógica de transformação da energia em uma mercadoria e na criação de um mercado para a mesma. Esta última lei faz surgir, ao lado da figura do concessionário do serviço público de geração de energia elétrica, as figuras dos produtor independente de energia elétrica (produz a mercadoria para comercialização) e do autoprodutor de energia elétrica (que produz para seu consumo).

Em 1996 a Lei Federal nº 9.427/96, instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outro marco na reforma regulatória do setor elétrico brasileiro, por tratar-se de um órgão autônomo. O setor que era de monopólio estatal e de capital nacional, abre-se à participação privada e capital estrangeiro; o papel do Estado modifica-se pela presença da agência reguladora, e a unicidade transforma-se com a subdivisão nos setores de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica – tudo isso para criar um “mercado” privado da “mercadoria” energia.

Todas as mudanças legais que aconteceram, abordaram exaustivamente a questão econômica e os direitos dos investidores, mas não tratou especificamente da questão social, a qual continua sendo invisibilizada, contida dentro do que se denomina “fator ambiental”, tudo isso para favorecer o acúmulo de capital.

Questão 4 e 5 respondi junto abaixo

Milhares de atingidos por barragens foram vítimas da ditadura militar, sendo expropriados de suas casas, terras e trabalhos sem qualquer tipo de direito ou reparação pela construção de barragens como Sobradinho, Itaparica, Tucuruí, Itaipu e Passo Real, principalmente nos anos 1970. Os “afogados” não eram reconhecidos como sujeitos de direitos pelas empresas construtoras e pelo Estado, que considerava os desalojados como uma questão a ser resolvida no âmbito da reforma agrária. Muitos dos primeiros acampamentos de sem terras surgidos neste período eram formados por atingidos por barragens, como os de Itaipu (PR) que fundaram o MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná) e os de Passo Real que tentaram ocupar a Fazenda Annoni (RS).

Nessas regiões os atingidos iniciaram mobilizações, denúncias, lutas por indenização e logo formaram organizações locais e regionais de resistência. Eram as chamadas Comissões de Atingidos, como a CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) na região Sul, a CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí) no Pará e a CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu) no Paraná. Nesse período, a principal reivindicação dos atingidos era INDENIZAÇÃO JUSTA, ou seja, queriam ser ressarcidos das perdas que estavam sofrendo com a construção das hidrelétricas. Afinal, era isso, e assim é ainda hoje, que garante **a única lei** que trata dos direitos dos atingidos, o Decreto-lei 3.365, nascido na ditadura Vargas em 1941, que estabelece os procedimentos para a desapropriação judicial para o “aproveitamento industrial da energia hidráulica” e estipula que os atingidos possuem direito a receber “indenização prévia” de seus bens.

Com o fortalecimento das organizações de atingidos as famílias, agricultores em sua grande maioria, passam a reivindicar mais que indenização. Elas queriam que fosse reconhecido o direito de continuar a serem agricultores, de permanecerem trabalhando na terra e produzindo seu próprio alimento. A partir de então os atingidos por barragens passaram a reivindicar a criação de um novo direito, exigir o reconhecimento de que a sua indenização não deveria ser apenas em dinheiro, mas visar a sua permanência na terra. Surge uma grande bandeira de lutas: a do direito a troca de terra por terra (reassentamento). – (a história resumida do RRC)

Esse processo de organização em nível regional permitiu desencadear lutas, bem como obter conquistas importantes para os atingidos. É este o viés instituinte dos movimentos sociais; tal como o MAB, ao se libertar das condições de opressão, através da organização popular, abre-se o caminho para a transformação da realidade, a qual é histórica, nunca está pré-determinada. Através de suas mobilizações e lutas, os atingidos criaram e conquistaram novos direitos que não eram reconhecidos nem pelas empresas, nem pelo Estado. Em 1987, o Ministro de Minas e Energia homologou o “Documento de Acordo entre Eletrosul e CRAB”, firmado em 1986 pelos representantes do movimento de atingidos pelas hidrelétricas de Itá e Machadinho e pela diretoria executiva da estatal. O acordo criou e institucionalizou, para aquelas barragens, o direito ao reassentamento (troca de terra por terra), estabelecendo um conceito de atingido por barragens, padrões para as casas a serem construídas, tamanho do lote de terra de acordo com o tamanho da família, direito a assistência técnica e verba de manutenção. O acordo é uma referência até hoje para a luta por direitos dos atingidos nas várias regiões do país, nas quais existe movimento organizado; o acordo revela **o caráter instituinte** de direitos que o MAB possui, pois através a luta popular institui-se um direito que não estava previsto ou garantido em nenhuma *lei* (o instituído) nacional.

Agora, o decreto do RS, em 2014, 27 anos depois do acordo de Itá, finalmente reconhece num marco legal, o direito a troca de terra por terra, transformando em direito a conquista social do reassentamento. Isso é uma vitória sem precedentes...

At,

Leandro Scalabrin

REFERÊNCIA

SCALABRIN, Leandro Gaspar. Entrevista 29 dez. 2015. Entrevistador: Rafael Junior Motter. 2015b. Realizada por e-mail. Digital.

ANEXO C – CÓPIA DA ENTREVISTA REALIZADA COM GILBERTO CERVINSKI

13/04/2017

Gmail - Entrevista



Rafael Motter Junior <motterbah@gmail.com>

Entrevista

Gilberto Carlos Cervinski <gilcervinski@hotmail.com>
 Para: Rafael Motter Junior <motterbah@gmail.com>

19 de março de 2017 17:40

De: Rafael Motter Junior <motterbah@gmail.com>

Enviado: sábado, 18 de março de 2017 21:19

Para: gilcervinski@hotmail.com

Assunto: Entrevista

Boa tarde Gilberto,

gostaria de realizar uma entrevista com você, pois creio que possa contribuir em minha pesquisa de mestrado que procurará comparar alguns modelos de remanejamento para populações atingidas por barragens (Carta de Crédito - CC e Reassentamento Rural Coletivo - RRC). A pesquisa, voltada para o tema de Políticas Públicas, faz parte do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, vinculado ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), da Unesp.

Gilberto Cervinski,, ex-agricultor, atualmente é militante do MAB, formado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) especializou-se em Economia pela Universidade do Espírito Santo (UFES), e Energia e Sociedade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Natural do interior do município de Paim Filho, foi ameaçado pelo antigo eixo da UHE de Machadinho. Também trabalhou na equipe de assistência técnica agrícola que atuou com os reassentados da UHE Machadinho, equipe esta coordenado pelos próprios reassentados.

PS.: Tendo mais alguma informação sobre seu currículo fica a vontade e acrescentar ou corrigir.

Início a entrevista com duas perguntas:

1) Gilberto, com qual modalidade de reassentamento você e a equipe atuaram e qual era a a função da equipe de assistência técnica agrícola?

Reassentamento Rural COletivo, que era a proposta de reconstrução de uma nova comunidade com condições adequadas de moradias e produção futura.

A equipe técnica era por 5 anos. Então nós acompanhávamos desde o início da construção coletiva das moradias, morávamos junto com as famílias, acampados nos barracos deste o período de construção das moradia, período chamado de construção do reassentamento. Nosso papel era acompanhar o trabalho de preparação das condições de cada lote para deixar adequado no momento que as famílias passagem a morar definitivamente, como orientação verificação das condições de cada lote se tinha ou não a quantidade de terra de direito de cada família, acompanhamento do plano de preparo do solo, formação das hortas, formação dos pomares, pastagens, etc. Posteriormente era trabalho de apoio técnico voltado para a produção em si. Tínhamos uma concepção de agricultura de transição para um modelo de agricultura que coloque no centro da produção de alimentos, papel central ao campesinato. O Apoio técnico tinha este compromisso, além de orientar as famílias tecnicamente, um

13/04/2017

Gmail - Entrevista

compromisso político. A equipe era ao mesmo tempo comprometida com a luta dos atingidos, inclusive participavam ativamente nas ocupações e lutas dos atingidos.

2) Em minha pesquisa a campo com beneficiados pelos modelos CC e RRC, coletei diversas declarações em relação a necessidade da assistência técnica para os reassentados, alguns comentaram que as condições de solo eram diferentes das suas atingidas áreas exploradas, o que apresentava novos desafios a serem superados, assim como a relação mais presente de agentes externos a suas propriedades (casas agropecuárias, vendedores de produtos agropecuários, compradores de produtos agrícolas, bancos, etc). Também relataram conhecerem muitos casos de reassentados que tiveram muita dificuldade de adaptação devido a esses desafios (com maior incidência na modalidade de CC). Tendo em vista o exposto desta questão, através de sua experiência, tais apontamentos realizados pelos entrevistados tem sentido? **E qual foi o significado/importância da assistência técnica para os reassentados da UHE Machadinho** (bem como das demais usinas da região caso queira comentar)?

Equipe Técnica era uma conquista do MAB. Era um direito conquistado ao longo da luta desde a barragem de Itá. Só tinha nos RRC. Na CC não tem. Por isso mesmo as famílias das CC ficavam sem apoio porque eram jogadas para todas as partes, o que era uma linha adotada pelas empresas. Os RRC eram um território de luta conjunta que as empresas não tinham hegemonia.

A mudança das famílias gera uma alteração profunda econômico, político, social e cultural. Altera inclusive o modo de produzir alimentos. Esta alteração é uma das grandes dificuldades na adaptação encontrada pelas famílias. Estes componentes juntando todos, geram enormes dificuldades para a adaptação das famílias no novo local. E o RRC pela sua organização, unidade, convívio e apoio acaba sendo um local que as famílias acabam superando com menos dificuldades. Na CC estas dificuldades recaem para saídas individuais e assim torna-se mais difícil. No RRC as saídas superadas coletivamente.

At.
Rafael Junior Motterfer
Mestrando em Desenvolvimento Territorial
Unesp.

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ui=2&ik=1937350272&view=pt&msg=15ae84c83d201ed1&search=inbox&siml=15ae84c83d201ed1>

2/2

 **Rafael Motter Junior** <motterbah@gmail.com> 19 de mar ☆  

para Gilberto ▾

Só mais uma pergunta, a alteração do modo de produzir alimentos que mencionas tem haver também com condicionantes do tipo de solo e relevo? Ou é apenas cultural?

...

 **Gilberto Carlos Cervinski** 19 de mar ☆  

para mim ▾

Na barranca do rio no caso de machadinho os agricultores tinham um estilo proximo de extrativista. Mas a fertilidade do solo era naturalmente melhor. Nos reassentamentos passaram a ter de utilizar adubação. Isso altera por que tambem altera o custo de produção. Inclusive a epoca de plantio tem pequenas diferenças. Mesmo as atividades agricolas, tipo de cultura etc, também alterou.

De: Rafael Motter Junior <motterbah@gmail.com>
Enviado: segunda-feira, 20 de março de 2017 00:44:18
Para: Gilberto Carlos Cervinski
Assunto: Re: Entrevista

...

REFERÊNCIA

CERVINSKI, Gilberto. Entrevista 19 mar. 2017. Entrevistador: Rafael Junior Motter, 2017. Realizada por e-mail. Digital.

APÊNDICE A – REGISTRO FOTOGRÁFICO

Alguns dos atos realizados pelos atingidos da Barragem de Machadinho (UHE Machadinho) ao longo dos anos:



Atingidos em comemoração do quarto aniversário do cancelamento da Barragem de Machadinho.

Fonte: arquivo do MAB.



Acampamento dos atingidos pela Barragem de Machadinho, 1997.

Fonte: arquivo do MAB.



Atingidos pela UHE Machadinho em ato para liberação do crédito agrícola para os atingidos, 2000.

Fonte: arquivo do MAB.

Pesquisa de Campo:

Reunião com remanejados por CC, 2016



Reunião com remanejados por RRC – Barracão/RS, 2016.



Entrevista com uso do questionário, 2016.

REFÊRENCIA

Pesquisa de Campo. Fotos do autor.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO: ANÁLISE DOS MODELOS DE INDENIZAÇÃO EM COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS

ANÁLISE DOS MODELOS DE INDENIZAÇÃO EM COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IPPRI

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritorialAL)

1. **Data da entrevista:** ____/____/____

2. **Nome do(a) entrevistado(a)** _____

Se a pessoa não se sentir a vontade de informar o nome passe
marque a questão seguinte.

3. **Gênero:**

Masculino Feminino

4. **Idade:** _____

5. **Residência**

| | | |
|------------|-----|-------------|
| Município: | UF: | Comunidade: |
|------------|-----|-------------|

6. **Tipo de remanejamento:**

CC - Carta de Crédito RC - Reassentamento Rural Coletivo

7. **Em qual município e comunidade residia antes do remanejamento?**

.....

8. **Qual ano foi remanejado?** Quanto tempo reside no local

.....

9. **Escolaridade?**

| | | |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|
| Nunca estudou | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Ensino fundamental | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Ensino médio | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Ensino superior | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

9.1. **Passou por algum programa/curso de alfabetização?**

Caso perceber que a pessoa é apenas alfabetizada

Sim Não

9.2. **Se a resposta for SIM: lembra quem foi o agente promotor?**

Entidade que o alfabetizou (Prefeitura, sindicato, movimento social, etc)

.....

CONDIÇÃO ANTERIOR E POSTERIOR AO REMANEJAMENTO

Vínculo com a terra e Domicílio

10. **Em relação ao vínculo com a terra:**

| | Proprietário | Arrendatário | Posseiro | Outros |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Qual era sua condição anterior? | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Qual sua condição atual? | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

11. **Quanta a exploração da área de terra aproximada para atividade agropecuária da sua Unidade Produtiva (UPA) ? (em hc)**

UPA anterior: _____ hc UPA atual _____ hc

12. **Como você avalia a condição da moradia antes de ser atingido e a atual?**

| | Ótima | Boa | Regular | Ruim | Não possuía |
|-----------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Anterior | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Posterior | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

13. **Condição da moradia antes e depois do remanejamento:**

| | Alvernaria | Mista | Madeira Apropriada | Madeira reaproveitada |
|-----------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------|
| Anterior | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Posterior | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

14. **Em relação a disponibilidade de energia elétrica:**

| | Possuí | Não possuí |
|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| Na moradia antiga | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Na moradia atual | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Condição de *atingido* por barragem e tomada de decisão

15. **Por qual meio sua família ficou sabendo que seriam atingidos por barragens**

| | |
|---|--|
| <input type="radio"/> Empresa construtora | <input type="radio"/> Meios de comunicação |
| <input type="radio"/> Igreja | <input type="radio"/> Sindicato |
| <input type="radio"/> Movimentos sociais | <input type="radio"/> Partidos políticos |
| <input type="radio"/> Vizinhos | <input type="radio"/> Não sabe responder |
| <input type="radio"/> Prefeitura ou algum outro órgão do Estado | <input type="radio"/> Outro: _____ |

16. **Quais foram as propostas de remanejamento apresentadas pela empresa construtora da barragem?**

| | |
|--|---|
| <input type="radio"/> Carta de Crédito | <input type="radio"/> Reassentamento Rural Coletivo |
| <input type="radio"/> Dinheiro | <input type="radio"/> Outro: _____ |

17. **Todas as opções de remanejamento foram apresentadas no mesmo momento?**

Sim Não Não sabe responder

18. **Se tivessem apresentado ao Sr. todas as opções ao mesmo tempo, o Sr. teria optado por uma outra? Se SIM, qual?**

Ou se tivesse que tomar a decisão com o conhecimento de hoje?

19. **Por que escolheram esse modelo?**

20. O Sr ou Sra decidiram logo quanto a opção pelo modelo de remanejamento?
Procuraram conhecer outros modelos antes de tomar a decisão final?

21. O Sr. levou em consideração as opiniões de quem para a decisão por esta opção?

Múltipla resposta

- Empresa construtora Movimento social
 Alguem da igreja Meios de comunicação
 Família/parentes Vizinhos
 Politicos Outro _____

22. De que forma elas foram apresentadas? Múltipla resposta

- Em casa, através de visita Em reunião
 Por escrito Não sabe

23. A empresa construtora da barragem reconheceu sua família como atingida?

- Sim Somente parte da Família
 Não Não Sabe

24. O reconhecimento pela empresa construtora como atingido por barragem ocorreu:

- Antes da construção da barragem Durante a construção da barragem
 Depois da construção da Barragem Não sabe

25. O reconhecimento da família, ou de parte da família, como atingida por barragem aconteceu :

- Por iniciativa da empresa Por meio judicial
 Por pressão de movimento social, após mobilização
 Não sabe Outro: _____

26. Como a família avalia a relação com a empresa e a forma de reparação recebida/conquistada?

Na escala em que "0" (zero) significa "insatisfeita" e "10" (dez) significa "satisfeita"

| | | | | | | | | | | |
|--------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | |
| Insatisfeita | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Satisfeita |

27. Ficaram pendencias a serem indenizadas pela empresas construtora da barragem?

- Sim Não Não sabe responder

28. Se a resposta for SIM, do que se trata?

29. **Você ou alguém da família ficou muito triste ou deprimido depois da mudança?**

- Sim Não
 Um pouco Não sei responder

29.1. **Se sim, com o que em especial?** _____

30. **Caso tenha resposta afirmativa: Acha que o modelo de remanejamento escolhido melhora ou piora o sentimento ruim?**

- Ajudou Não ajudou
 Ajudou um pouco Não sabe responder

Capital Agropecuário da Unidade Produtiva Agropecuária (UPA)

31. **PRODUÇÃO VEGETAL e ANIMAL: Quantas atividades eram/são desenvolvidas na unidade produtiva ANTIGA e ATUAL?**

| | Vegetal | | Animal | |
|------------|---------|--------------|--------|--------------|
| | Venda | Subsistência | Venda | Subsistência |
| UPA antiga | | | | |
| UPA atual | | | | |

32. **Em relação a sua renda agropecuária, como você avalia?**

Garantia/garante a reprodução social da família?

- | | Otima | Suficiente | Insuficiente | Não sabe |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Unidade produtiva antiga | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Unidade produtiva atual | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

33. **A propriedade (atual) recebe a visita de algum técnico para acompanhar a lavoura ou os animais ou algum outro projeto produtivo?** Caso a resposta for de cunho afirmativo passe para a questão a seguinte.

- Sempre As vezes
 Raramente Nunca

34. **Que entidade fornece assistência técnica?** *Múltipla resposta*

- Emater Movimento social
 Sindicato Prefeitura
 Empresa que construiu a barragens Cooperativas pequenas (Ec.Solidaria)
 Cooperativas empresariais Outras: _____

35. **E logo que foi indenizada (em relação a assistência técnica)?** Caso a resposta for de cunho afirmativo passe para a questão a seguinte.

- Sempre As vezes
 Raramente Nunca

35.1. **Que entidade fornecia assistência técnica?** *Múltipla resposta*

- Movimento Social Empresa que construiu a barragem
 Emater/Estado/Prefeitura Outra: _____

36. Com a reparação a família conseguiu:

| | Sim | Não | Em parte | Não sabe |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Energia elétrica | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Água encanada | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Galpão e instalações necessárias ao trabalho (benfeitorias) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Assistência técnica | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Recursos para manutenção durante o período inicial da transição da produção (insumos, financeiro, animais, outros) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Capital Social, Territorialidade e Sustentabilidade

37. A família tem algum tipo de relação com entidades abaixo discriminada?

Antes do remanejamento Posterior ao Remanejamento

| | | |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Movimento Social | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Sindicato | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Iniciativas de Economia Solidária | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Conselhos Comunitários | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Partido Político | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Outros | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Não tem | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

38. Se interessa por política?

Se costuma informar-se sobre política

- Frequentemente Com pouca frequência
 Não gosta mas acompanha Não acompanha
 Não sabe responder

39. Quanto a participação na política local e regional: existe alguma articulação coletiva da comunidade para ocupação de cargos públicos?

Relativo a poderes públicos e/ou cargos públicos. Se sim, QUAIS?

Pergunta provocativa: a comunidade se une para eleger algum representante como vereador, deputado, exigir secretários, cargos em conselhos diversos, etc.?

40. Se possuir uma resposta positiva na questão anterior, listar quais a metodologia de debate na comunidade? *Múltipla resposta*

- Assembléia e/ou reuniões ampliadas Núcleos de base
 Decisões da liderança comunitária Imposição de líderes locais
 Outro:

41. **Já foi beneficiado com algum programa de políticas públicas e/ou projeto social?**

Se Sim, o quê e com quem (podemos incluir cursos de capacitação)?

42.1 Se sim, lembra quem o agente organizador? _____

42. **Participa ou já participou de algum empreendimento (ou iniciativa) de economia solidária? Se sim, que tipo de iniciativa e com quem?**

Compras ou venda coletiva de insumos, produtos agropecuários, acesso meios de produção, artesanato, entre outras

43. **Depois de remanejada até os dias atuais, a família teve algum contato com agroecologia ou projetos sustentáveis, ou tecnologias sociais?**

Teórica ou pratica

- Sim, estamos tendo Já tivemos com frequencia
 Já tivemos com pouca frequencia Nunca tivemos
 Não soube responder

44. **Se tiver alguma resposta afirmativa, quem foi que propiciou o acesso ao conhecimento em questões sustentáveis**

Múltipla resposta

- Emater ou outro órgão do Estado Movimento Social
 Empresa privada Empresa dona da Barragem
 Cooperativas Universidades ou escolas
 Secretária da Agricultura Sindicato

45. **Se segue respostas afirmativas, descrever algum projeto ou tema**

46. **Conhece algum projeto que é desenvolvido na comunidade em questões de sustentabilidade?**

- Sim Não

Se SIM, Sabe dizer que projeto? _____ Quem é o agente apoiador?
